



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EDNEY CONCEIÇÃO**

**TERRITORIALIDADE DA AVICULTURA DE CORTE NA  
BAHIA: O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA  
NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E  
CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA**

Salvador - BAHIA

2007

**EDNEY CONCEIÇÃO**

**TERRITORIALIDADE DA AVICULTURA DE CORTE NA  
BAHIA: O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA  
NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E  
CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> GUIOMAR INEZ GERMANI**

Salvador - BAHIA

2007

Ficha Catalográfica: Biblioteca Central Julieta Carteado

Conceição, Edney

C743t Territorialidade da avicultura de corte na Bahia: o sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – BA / Edney Conceição. – Salvador – Bahia, 2007.

303 f. : il.

Orientadora: Guiomar Inez Germani

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, 2007.

# TERMO DE APROVAÇÃO

## **TERRITORIALIDADE DA AVICULTURA DE CORTE NA BAHIA: O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA**

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE  
EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

BANCA EXAMINADORA:

---

**PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> GUIOMAR INEZ GERMANI – ORIENTADORA**

Doutora em Geografia

Universidade Federal da Bahia

---

**PROF<sup>o</sup> DR. ANTÔNIO ÂNGELO MARTINS DA FONSECA**

Doutor em Geografia

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

---

**PROF<sup>o</sup> DR. ÂNGELO SZANIECKI PERRET SERPA**

Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental

Universidade Federal da Bahia – UFBA



***Dedico esta dissertação aos meus pais, Maria Angélica e Pedro (in memoriam) e a meus avós, Naná e Enedino, por sempre me educarem para que pudesse encarar a vida como um eterno desafio.***

## AGRADECIMENTOS

*“Aprendi que se depende sempre de tantas muitas diferente gente” (Gonzaguinha, Caminhos do Coração)*

Estava ansioso para chegar às páginas dos agradecimentos, pois sabia que quando chegasse aqui, embora o trabalho não estivesse totalmente concluído, já teria caminhado muitas léguas e muitas páginas já teriam sido escritas.

Citar nomes é inevitável, estritamente necessário e prazeroso. Por isso, quero agradecer a Deus, força maior por ter me permitido viver.

A minha família pelo amor, atenção e ensinamento a mim dispensados.

A Prof<sup>a</sup> Guiomar Germani pela paciência, atenção, incentivos e orientações valiosas para realização da pesquisa.

Aos Professores Antonio Ângelo e Ângelo Serpa pelas contribuições teóricas e metodológicas oferecidas.

Ao corpo docente do Mestrado em Geografia da UFBA, pelas contribuições teóricas e conceituais construídas nos espaços das salas de aula, seminário e palestras.

À Professora e Amiga Nacelice Freitas pelos constantes incentivos, indicações bibliográficas, pelas manifestações de apoio, carinho e amizade, principalmente, na hora que eu parecia tombar diante dos desafios. Pelo exemplo de pessoa e profissional que é.

À professora e amiga Raquel Vale pela compreensão, apoio e oportunidades ao longo dos anos que passei na UEFS.

Aos funcionários de Departamento de Ciências Humanas e Filosofia e do Colegiado de Geografia da UEFS, em especial, a Liamara Carelli e a Arlindo Washington. A ele pela oportunidade de poder continuar próximo da UEFS e a ela pela ajuda diária.

À Edmar, Edson, Ely, Léo, Ari, Raimundo, Elias e Jerônimo, amigos-irmãos do pentágono (a nossa casa), pelos momentos de descontração, “resenhas” e convivência sem a qual tudo seria mais difícil.

Aos amigos Claudomiro, estudante de Geografia de UEFS, Mario Sérgio, Samuel e Jéferson, aos quais, inúmeras vezes, tive que recorrer para poder realizar os trabalhos de campo.

A Família Ledoux e, de uma maneira muito especial, à Priscila, pelo amor, apoio e compreensão que possibilitaram transformar em textos as idéias e discussões presente neste trabalho.

As amigas Arislana, Audair e Cléa pelo incentivo para que eu fizesse a seleção do Mestrado.

Aos Amigos e colegas de Mestrado, Márcio, Paulo, Anderson, Marcelo, Ricardo, Requião, Jacileda, Jocimara, Imaira, Edite e Cláudia pelas contribuições acadêmicas e não acadêmicas nas salas de aulas e reuniões extra-classe realizadas nas mesas dos bares.

Aos alunos e professores da Faculdade Maria Milza pelas oportunidades de poder expor e refletir sobre meus pensamentos e idéias.

Preocupa-me agora o fato de, eventualmente, ter esquecido de citar algumas pessoas. Não que elas sejam menos importantes, mas é que por maior cuidado que se tenha, inevitavelmente, minha memória falha. Portanto, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para essa caminhada meu muito obrigado.

O fato é que percebi que algumas vezes a pesquisa revelou ser um trabalho solitário, mas, ao mesmo tempo, percebi que, justamente nestes momentos é preciso contar com a ajuda de muitos. Assim, embora seja de minha inteira responsabilidade o conteúdo deste trabalho, de uma certa forma, representa um trabalho coletivo por contar com a ajuda de tantas outras pessoas.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia, focalizando os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Aponta uma leitura da dinâmica territorial do segmento agroindustrial avícola a partir da implantação do sistema integrado de produção avícola nesses municípios, considerando que este sistema de produção constitui um dos pilares norteadores da territorialidade das principais empresas avícolas instaladas nos referidos municípios. Nesta perspectiva, o território constitui um elemento importante na análise, pois, o processo de expansão da avicultura de corte baiana envolve alterações nas relações de poder no interior do circuito produtivo da produção avícola. Por isso, a territorialidade é apreendida neste estudo como o conjunto das ações e estratégias implementadas pelas agroindustriais visando-se criar condições sociais, econômicas e políticas capazes de possibilitar a sua permanência e reprodução em um dado espaço. Assim, o presente estudo procura discutir a dinâmica do sistema integrado de produção na lógica da empresa integradora, assim como, na perspectiva dos produtores integrados, procurando identificar os principais impactos que caracterizam a expansão da avicultura de corte. Deste modo, o estudo revelou que uma nova territorialidade da avicultura de corte é engendrada na Bahia, sobretudo, nesses municípios, pois, a adoção do sistema integrado provocou modificações nas relações de trabalho e de produção.

**Palavras-chave:** avicultura, territorialidade, sistema integrado de produção

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the territoriality of the court aviculture in the State of the Bahia focusing the municipal districts of Conceição da Feira and São Gonçalo dos Campos. It aims a reading of the territorial dynamics of the segment poultry agro industrial production in those municipal districts, considering that this production system constitutes one of the pillars that direct the territoriality of the main poultry companies installed in the referred municipal districts. The territory constitutes an important element in the analyses, because the expansion process of the baiana court aviculture involves alterations in the power relationships in the interior of the productive circuit of the poultry production. The territoriality is seized in this study as a complex of the implemented acts and strategies by the agro industrials sighting to create social, economic and politic conditions that enable its permanency and reproduction in a specific space. Thus, this study tries to discuss the dynamics of the integrated system of production in the logic of the integrated enterprise and, also, in the respective of the integrated producers, trying to identify the main impacts that it characterizes the expansion of the court aviculture. The study revealed that a new territoriality of the court aviculture is engendered in Bahia, above all, in those municipal districts, because, the adoption of the integrated system provoked alterations in the work relationships and of production.

**KEYS-WORDS:** aviculture; territoriality; integrated system of production

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela n° 1 -</b>	Distribuição da população rural e urbana de São Gonçalo dos Campos – Ba – 1970-2000	66
<b>Tabela n° 2 -</b>	Utilização de terras no município de São Gonçalo dos Campos - Ba: 1996	70
<b>Tabela n° 3 -</b>	Atividade econômica principal nos estabelecimentos rurais do município de São Gonçalo dos Campos - BA: 1996	71
<b>Tabela n° 4 -</b>	Número de estabelecimentos e áreas ocupadas no município de São Gonçalo dos Campos – BA: 1996	72
<b>Tabela n° 5 -</b>	Condição do produtor no município de São Gonçalo dos Campos – BA: 1996	73
<b>Tabela n° 6 -</b>	Distribuição da população rural e urbana de Conceição da Feira – Ba: 1970-2000	77
<b>Tabela n° 7 -</b>	Utilização das terras no município de Conceição da Feira – BA: 1996	80
<b>Tabela n° 8 -</b>	Atividade econômica principal nos estabelecimentos rurais do município de Conceição da Feira – BA: 1996	81
<b>Tabela n° 9 -</b>	Número de estabelecimentos e áreas ocupadas no município de Conceição da Feira – BA: 1996	83
<b>Tabela n° 10 -</b>	Condição do produtor no município de Conceição da Feira – BA: 1996	84
<b>Tabela n° 11 -</b>	Controle genético das principais linhagens de avós na avicultura (1991)	92
<b>Tabela n° 12 -</b>	Controle genético das avós na avicultura (1991)	93
<b>Tabela n° 13 -</b>	BRASIL: alojamento de matrizes de corte: 2002 – 2004	95
<b>Tabela n° 14 -</b>	BRASIL: produção e alojamento de pintos de corte 2002- 2005	97
<b>Tabela n° 15 -</b>	BRASIL: principais empresas de abatedouros - 2004	102
<b>Tabela n° 16 -</b>	Principais produtores mundiais de carne de frango: 2002 – 2005	104
<b>Tabela n° 17 -</b>	BRASIL: evolução dos indicadores técnicos da avicultura de corte – 1930 - 2005	105
<b>Tabela n° 18 -</b>	BRASIL: exportações brasileiras de carnes - 2005	106
<b>Tabela n° 19 -</b>	Principais exportadores mundiais de carne de frango 2002 – 2005	107
<b>Tabela n° 20 -</b>	BRASIL: exportação de carne de frango: 1990 – 2005	109
<b>Tabela n° 21 -</b>	BRASIL: consumo per capita dos principais tipos de carnes 1990 - 2005	115
<b>Tabela n° 22 -</b>	BRASIL: Destinação da produção de carne de Frango 2002 – 2005	116
<b>Tabela n° 23 -</b>	BAHIA: principais granjas produtoras de frango de corte – 1991 e 1992	122
<b>Tabela n° 24 -</b>	BAHIA: número de aves alojadas - 1992-2005	123
<b>Tabela n° 25 -</b>	BAHIA: importações de carne de aves – 1990 e 1991	134
<b>Tabela n° 26 -</b>	BAHIA: área plantada e produção de milho - 1990-2005	139
<b>Tabela n° 27 -</b>	BAHIA: área plantada e produção de soja - 1990-2005	140
<b>Tabela n° 28 -</b>	Situação tributária da atividade avícola em alguns estados brasileiros - 2004	161
<b>Tabela n° 29 -</b>	Efetivos de aves das Regiões Econômicas do Estado da Bahia - 2002	171

<b>Tabela n° 30</b> - Efetivos de aves dos Municípios de S. Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira - 2002	172
<b>Tabela n° 31</b> - Distribuição do sistema integrado da Gujão Alimentos no Estado da Bahia - 2005	209
<b>Tabela n° 32</b> - Distribuição do sistema integrado da Avigro Avícola Agroindustrial no Estado da Bahia, - 2006	211
<b>Tabela n° 33</b> - Distribuição do sistema integrado da Avipal Nordeste S.A. no Estado da Bahia. – 2005/2006	214
<b>Tabela n° 34</b> - Principal atividade econômica dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos	225
<b>Tabela n° 35</b> - Idade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	226
<b>Tabela n° 36</b> - Nível de escolaridade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	227
<b>Tabela n° 37</b> - Há quanto tempo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba atuam como avicultor	229
<b>Tabela n° 38</b> - Produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba: período que atuam como integrados	230
<b>Tabela n° 39</b> - Forma de aquisição das propriedades do sistema integrado de produção em conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos	234
<b>Tabela n° 40</b> - Principal atividade desenvolvida nas propriedades do sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA	235
<b>Tabela n° 41</b> - Utilização da mão-de-obra familiar no sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	238
<b>Tabela n° 42</b> - Área das propriedades envolvidas no sistema integrado de produção avícola em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA	242
<b>Tabela n° 43</b> - Número de integrados, propriedades e aviários do sistema integrado da Avipal Nordeste S.A em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – BA	243
<b>Tabela n° 44</b> - Principais motivos da integração dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	248
<b>Tabela n° 45</b> - Principais problemas da integração segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	258
<b>Tabela n° 46</b> - Rendimento médio por lote de criação no sistema integrado em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	265
<b>Tabela n° 47</b> - Nível de satisfação dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	267
<b>Tabela n° 48</b> - Pretensão dos produtores avícolas integrados à Avipal Nordeste S.A. em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba	268
<b>Tabela n° 49</b> - Correlação entre o nível de satisfação e a pretensão dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	269
<b>Tabela n° 50</b> - Principais vantagens do sistema integrado segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	273

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro n° 1</b> - Principais programas e normativas utilizados pelo Governo do Estado da Bahia para incentivar a atividade avícola.	156
<b>Quadro n° 2</b> - BAHIA: principais metas de investimento do Programa Agrinvest, 2000-2002	158
<b>Quadro n° 3</b> - BAHIA: distribuição dos recursos financeiros do Programa Agrinvest, 2000- 2002	158
<b>Quadro n° 4</b> - Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Gujão Alimentos S/A.	179
<b>Quadro n° 5</b> - Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Avigro Avícola Agroindustrial Ltda	186
<b>Quadro n° 6</b> - Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Avipal Nordeste S/A.	191
<b>Quadro n° 7</b> - Principais empresas, responsabilidades e exigências estabelecidas no sistema integrado de produção avícola nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba	205



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura n° 1</b> - Regiões Econômicas do Estado da Bahia	19
<b>Figura n° 2</b> - Região Econômica do Paraguaçu - Bahia	20
<b>Figura n° 3</b> - Área de estudos: localização dos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA	21
<b>Figura n° 4</b> - Penetração pernambucana e baiana no sertão do Nordeste – Século XVIII	58
<b>Figura n° 5</b> - Mapa de Localização do município de São Gonçalo dos Campos - BA	64
<b>Figura n° 6</b> - Distribuição da população rural e urbana de São Gonçalo dos Campos – Ba : 1970-2000	66
<b>Figura n° 7</b> - Mapa de Localização do município de Conceição da Feira - BA	76
<b>Figura n° 8</b> - Distribuição da população rural e urbana de Conceição da Feira – Ba: 1970-2000	78
<b>Figura n° 9</b> - Cadeia produtiva da avicultura de corte	88
<b>Figura n° 10</b> - Unidades produtivas da avicultura de corte	91
<b>Figura n° 11</b> - BRASIL: distribuição percentual do volume das exportações de carnes – 2005	106
<b>Figura n° 12</b> - Participação percentual dos principais exportadores mundiais de carne de frango 2002 – 2005	107
<b>Figura n° 13</b> - BRASIL: exportação de carne de frango: 1990 – 2005	109
<b>Figura n° 14</b> - MUNDO: principais destinos das exportações brasileiras de carne de frango - 2005	111
<b>Figura n° 15</b> - BRASIL: consumo per capita dos principais tipos de carnes: 1990 - 2005	115
<b>Figura n° 16</b> - Destinação percentual da produção de carne de frango 2002 - 2005	117
<b>Figura n° 17</b> - BAHIA: territorialização da avicultura de corte - 1992	121
<b>Figura n° 18</b> - BAHIA: número de aves alojadas - 1992-2005	124
<b>Figura n° 19</b> - BAHIA (regiões econômicas): territorialização das principais empresas de avicultura de corte - 2005	126
<b>Figura n° 20</b> - BAHIA: área plantada e produção de milho - 1990-2005	139
<b>Figura n° 21</b> - BAHIA: área plantada e produção de soja - 1990-2005	140
<b>Figura n° 22</b> - BAHIA: áreas de produção de milho e as maiores concentrações populacionais	146

<b>Figura n° 23</b> - BAHIA: áreas de produção de soja e as maiores concentrações populacionais 2004	147
<b>Figura n° 24</b> - Entrada do Município de Conceição da Feira - BA	170
<b>Figura n° 25</b> - Territorialização das principais empresas de avicultura de corte nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA	176
<b>Figura n° 26</b> - Gujão Alimentos S.A.: Unidades produtivas da avicultura de corte	182
<b>Figura n° 27</b> - Gujão Alimentos S.A.: articulações territoriais de produção	183
<b>Figura n° 28</b> - Avigro Avícola Ltda.: Unidades produtivas da avicultura de corte	185
<b>Figura n° 29</b> - Avigro Avícola Agroindustrial: articulações territoriais de produção	189
<b>Figura n° 30</b> - Brasil: territorialização das principais atividades da Avipal S.A	190
<b>Figura n° 31</b> - Avipal Nordeste S.A.: localização das unidades produtivas	192
<b>Figura n° 32</b> - Avipal Nordeste S.A.: Unidades produtivas da avicultura de corte	194
<b>Figura n° 33</b> - Avipal Nordeste S.A.: articulações territoriais de produção	197
<b>Figura n° 34</b> - Avipal Nordeste S.A: principais destinos da produção avícola na Bahia - 2005	199
<b>Figura n° 35</b> - MUNDO - Avipal Nordeste S.A.: principais destinos da produção avícola - 2005	200
<b>Figura n° 36</b> - Aviário na paisagem do Município de Conceição da Feira - Ba	207
<b>Figura n° 37</b> - Aviário na paisagem do Município de São Gonçalo dos Campos - Ba	207
<b>Figura n° 38</b> - BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Gujão Alimentos S.A. - 2005	210
<b>Figura n° 39</b> - BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Avigro Avícola Agroindustrial LTDA - 2006	212
<b>Figura n° 40</b> - BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Avipal Nordeste S.A. - 2006	215
<b>Figura n° 41</b> - Nível de escolaridade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	227
<b>Figura n° 42</b> - Há quanto tempo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba atuam como avicultor	229
<b>Figura n° 43</b> - Produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba: período que atuam como integrados	230
<b>Figura n° 44</b> - Forma de Aquisição das propriedades do sistema integrado de produção nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	234
<b>Figura n° 45</b> - Principal atividade desenvolvida nas propriedades do sistema integrado de produção	235
<b>Figura n° 46</b> - Utilização da mão-de-obra familiar no sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	238
<b>Figura n° 47</b> - Área das propriedades envolvidas no sistema integrado de produção avícola em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA	242

<b>Figura n° 48</b> - Trabalho do avicultor no aviário (aves com 02 dias de vida)	246
<b>Figura n° 49</b> - Trabalho do avicultor no aviário (aves com 28 dias de vida)	247
<b>Figura n° 50</b> - Principais motivos da integração dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	248
<b>Figura n° 51</b> - Aviário utilizado pelo avicultor antes da integração – Conceição da Feira - BA	251
<b>Figura n° 52</b> - Aviário utilizado pelo avicultor a partir da integração – Conceição da Feira - BA	252
<b>Figura n° 53</b> - Equipamentos utilizados no interior dos aviários de integração – Conceição da Feira - BA	252
<b>Figura n° 54</b> - Placa de Identificação das propriedades integradas – Conceição da Feira – BA.	254
<b>Figura n° 55</b> - Placa de Identificação das propriedades integradas – São Gonçalo dos Campos – BA	254
<b>Figura n° 56</b> - Principais problemas da integração segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	258
<b>Figura n° 57</b> - Aviário financiado para integração: Conceição da Feira - BA	259
<b>Figura n° 58</b> - Fórmula do cálculo de remuneração do produtor integrado	262
<b>Figura n° 59</b> - Rendimento médio por lote de criação no sistema integrado em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	265
<b>Figura n° 60</b> - Nível de satisfação dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	267
<b>Figura n° 61</b> - Correlação entre o nível de satisfação e a pretensão dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	270
<b>Figura n° 62</b> Principais vantagens do sistema integrado segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba	273

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Baiana de Avicultura
ABEF	Associação Brasileira dos Exportadores de Frango
ADAB	Agência de defesa Agropecuária do Estado da Bahia
AGRINVEST	Programa de Investimento para Modernização da Agricultura
AIBA	Associação dos Agricultores Irrigantes do Oeste da Bahia
AIAVEBAHIA	Associação dos Integrados em Avicultura do Estado da Bahia
APINCO	Associação Brasileira dos Produtores de Pintos da Corte
CAI	Complexo Agroindustrial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPEFEIRA	Cooperativa de Feira de Santana
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DESENVOLVE	Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
PAM	Produção Agrícola Municipal
PROBAHIA	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
CIS	Centro Industrial Subaé
SIF	Sistema de Inspeção Federal
UBA	União Brasileira da Avicultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
1.1	JUSTIFICATIVA	22
1.2	METODOLOGIA	24
1.3	QUESTÕES DE PESQUISA	29
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivos</b>	31
1.4	O TEMA E OS CONCEITOS: DISCUSSÃO TEÓRICA	32
<b>1.4.1</b>	<b>A temática dos complexos agroindustriais avícolas</b>	33
<b>1.4.2</b>	<b>O conceito de território</b>	38
<b>1.4.3</b>	<b>O conceito de territorialidade</b>	45
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E CONCEIÇÃO DA FEIRA</b>	53
2.1	DINÂMICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL COLONIAL	54
2.2	FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E CONCEIÇÃO DA FEIRA	60
<b>2.2.1</b>	<b>A ocupação territorial e dinâmica atual do município de São Gonçalo dos Campos</b>	60
2.2.1.1	Dinâmica do espaço rural de São Gonçalo dos Campos	68
<b>2.2.2</b>	<b>A ocupação territorial e dinâmica atual do município de Conceição da Feira</b>	75
2.2.2.1	Dinâmica do espaço rural de Conceição da Feira	79
<b>3</b>	<b>COMPLEXO AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA E A AVICULTURA DE CORTE NO BRASIL</b>	87
3.1	ESTRUTURA DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA	87
<b>3.1.1</b>	<b>Avozeiros</b>	90
<b>3.1.2</b>	<b>Matrizeiros</b>	94
<b>3.1.3</b>	<b>Incubatório</b>	96
<b>3.1.4</b>	<b>Granjas de engorda</b>	97
<b>3.1.5</b>	<b>Fábrica de rações</b>	98
<b>3.1.6</b>	<b>Abatedouro/Frigorífico Industrial</b>	100
3.2	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA DE CORTE NO BRASIL	103

<b>4</b>	<b>TERRITORIALIZAÇÃO DA AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DA BAHIA</b>	<b>119</b>
4.1	EXPANSÃO DA AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DA BAHIA: TERRITORIALIZAÇÃO DA AVICULTURA INDUSTRIAL	123
4.2	OS RECURSOS TERRITORIAIS NA DINÂMICA DA AVICULTURA DE CORTE BAIANA	129
4.2.1	<b>O potencial mercado consumidor</b>	193
4.2.2	<b>Oferta de Grãos e a densidade técnica envolvida na produção</b>	137
4.2.3	<b>Articulações viárias</b>	143
4.2.4	<b>Recursos institucionais normativos do território baiano</b>	151
<b>5</b>	<b>TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADE E O SISTEMA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS: UM LADO DA MOEDA</b>	<b>168</b>
5.1	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AVÍCOLA EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - BA	169
5.2	AS EMPRESAS AVÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS	174
5.2.1	<b>Gujão Alimentos S/A</b>	177
5.2.2	<b>Avigro Avícola Agroindustrial Ltda</b>	184
5.2.3	<b>Avipal Nordeste S/A</b>	190
5.3	SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA: um lado da moeda	201
5.3.1	<b>O sistema integrado de produção: uma expressão da territorialidade das agroindústrias avícolas</b>	216
<b>6</b>	<b>MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITORIO A PARTIR DA AVICULTURA DE CORTE: o outro lado da mesma moeda</b>	<b>222</b>
6.1	PERFIL DO SISTEMA INTEGRADO EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	224
6.2	PERFIL DAS PROPRIEDADES DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA	233
6.3	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E AUTONOMIA NO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA	245
6.4	CONFLITOS DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA	256
6.4.1	<b>Fechamento dos lotes e o cálculo da remuneração do avicultor</b>	230
6.4.2	<b>Nível de satisfação dos produtores integrado</b>	236
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>247</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>255</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>261</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia a partir da dinâmica do sistema integrado de produção, nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – Ba.

No Brasil, a avicultura de corte era uma atividade desenvolvida a partir da agropecuária de subsistência, portanto, em bases não empresariais dispendo de poucos recursos (CARMO, 2002). Em contrapartida, já há algumas décadas esse setor vem apresentando uma dinâmica de crescimento considerável não só no âmbito nacional, como também mundial, decorrente de diversos fatores, dentre eles, àqueles ligados a ordem tecnológica, econômica e social, colocando o Brasil numa posição de destaque no cenário internacional.

O desenvolvimento dessa atividade revela que a avicultura é responsável por um dos mais importantes produtos da pauta de exportação nacional: a carne de frango. Em face do exposto, vale considerar que a avicultura desempenha um papel importante na economia brasileira influenciando na organização sócio-espacial de vários municípios brasileiros, em especial, na Região Sul e Sudeste onde estão localizadas as principais agroindústrias avícolas do país.

No tocante à Bahia, o setor agropecuário durante muito tempo esteve voltado para a exportação de produtos como o cacau, cana-de-açúcar, café, sisal, fumo, algodão e mamona (OLIVEIRA, 2004). Entretanto, as profundas transformações ocorridas no setor agropecuário nacional e internacional afetaram a produtividade e/ou a valorização de muitas dessas culturas e, ao mesmo tempo, colaboraram para que outros segmentos agroindustriais, como o caso da avicultura, emergissem no espaço baiano com uma dinâmica de expansão latente.

Ressalta-se, porém, que essa atividade já vinha sendo desenvolvida na Bahia, mas, nunca com o grau de organização produtiva igual ao verificado nas últimas décadas, ou seja, como destaca Oliveira (2004, p. 45):

a avicultura de corte na Bahia era desenvolvida exclusivamente por produtores independentes, situação que sempre colocou o Estado em

posição vulnerável em relação às conjunturas de mercado, impedindo o pleno desenvolvimento dessa atividade.

Atualmente a atividade avícola de corte baiana caracteriza-se por apresentar uma estrutura produtiva que proporciona um maior dinamismo econômico, desenvolvida, sobretudo, nas Regiões Econômicas: Oeste, Litoral Norte e Paraguaçu (figura n° 1, p. 19).

Dentre essas regiões, a Região Econômica do Paraguaçu (figura n° 2, p. 20) evidencia uma expansão considerável da atividade avícola principalmente na área que abrange os municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana<sup>1</sup>, em que as estratégias governamentais vêm sendo implementadas objetivando atrair novos investimentos para o setor, com perspectivas de torná-la uma dos maiores pólos produtores de carne de frango para atender o mercado nordestino e, possivelmente, destinar parte da produção para exportação. Nesse contexto, os municípios supracitados apresentam um relativo destaque no desenvolvimento das atividades ligadas à avicultura que, por sua vez, influenciam nos aspectos sociais, econômicos e espaciais destas localidades. Salienta-se, entretanto, que tal influência tende a se acentuar cada vez mais tanto com a implantação de grandes empreendimentos avícolas que se destaca pelo volume de capital empregado, como pela adoção do sistema integrado de produção avícola.

Por esta razão, a avicultura desempenha um papel importante na organização sócio-espacial dos municípios onde estão localizadas as principais agroindústrias avícolas do Estado. Sendo assim, precisa-se considerar também que as ações e as estratégias adotadas pelas empresas avícolas constituem, neste contexto, uma potencialidade de fatores de transformação sócioespaciais. Nessa perspectiva, analisar as ações estratégicas das agroindústrias da avicultura de corte a partir do sistema integrado de produção, pode apontar caminhos para compreensão e explicação da territorialidade dessa atividade e de seus agentes nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira (Figura n° 3, p.21).

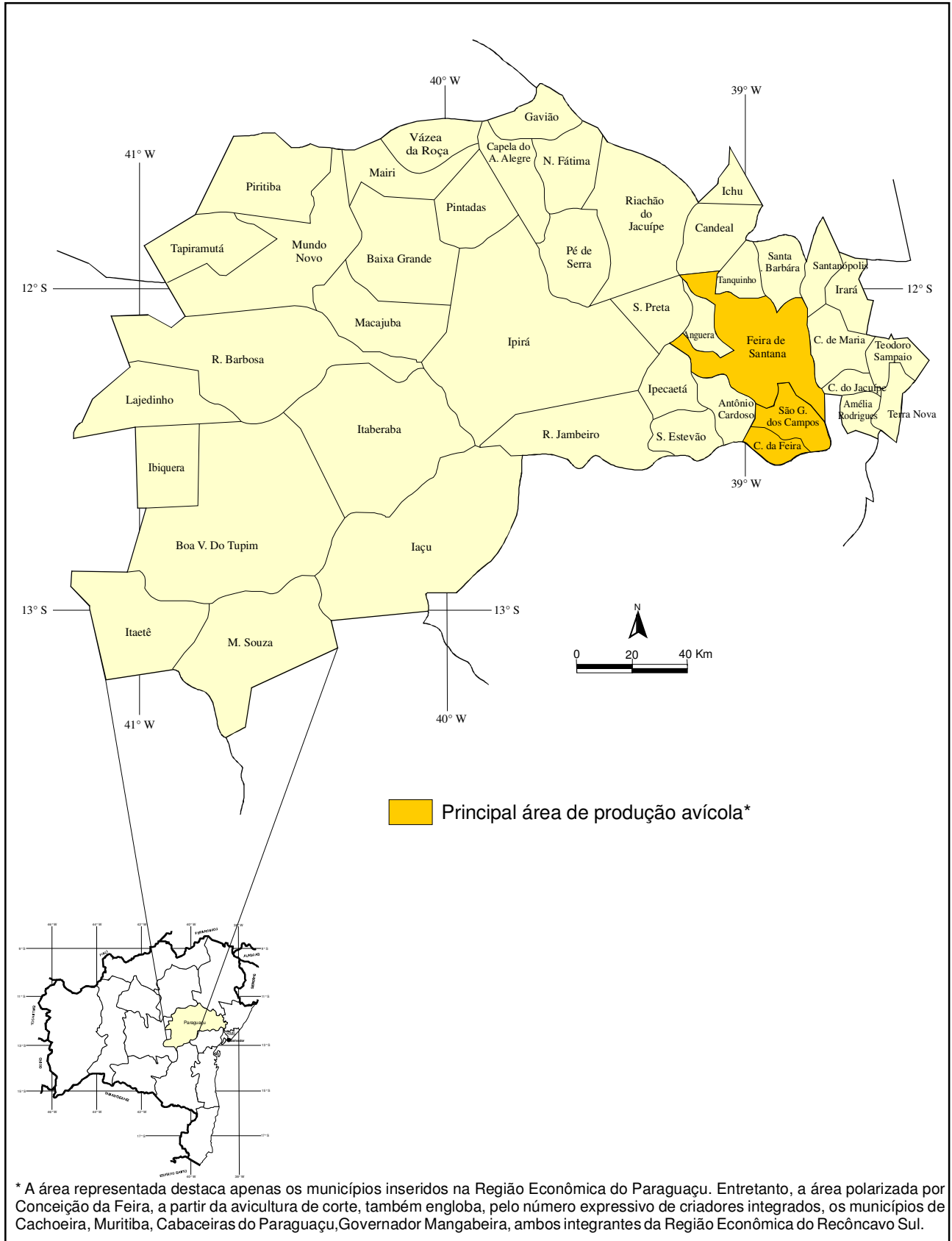
---

<sup>1</sup>. A área abrange, principalmente, os municípios de Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos que concentram a maior parte dos produtores integrados e, também, onde estão instaladas as principais unidades produtivas das agroindústrias avícolas da Bahia. Mas, pelo número expressivo de criadores integrados que possuem, podem ser incluídos nesta área os municípios de Cachoeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, ambos integrantes da Região Econômica do Recôncavo Sul. Juntos, esses sete municípios constituem a área de maior produção agroindustrial avícola da Bahia e, embora Feira de Santana exerça uma influência socioeconômica nos demais municípios do seu entorno, o grande destaque aí é município de Conceição da Feira pelo fato deste município se constituir no principal centro de produção avícola do estado da Bahia já há algumas décadas.





Figura nº 1 - Regiões Econômicas do Estado da Bahia



Fonte: Informações Básicas dos Municípios Baianos, SEI, 1997  
Modificado por: C. Edney, 2005

Figura nº 2 - Região Econômica do Paraguaçu - Bahia

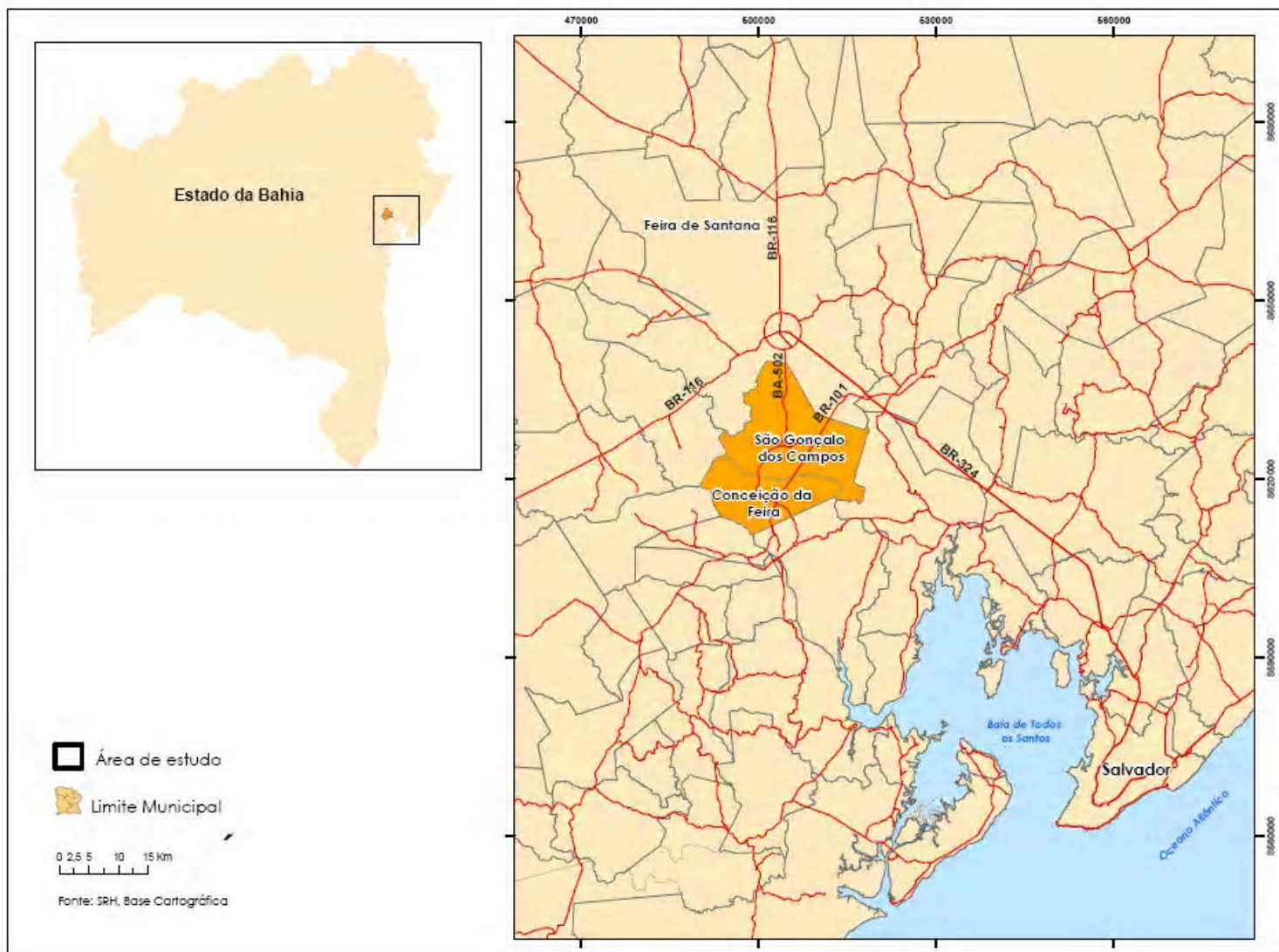


Figura n° 3 – Localização da área de estudos: São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira - BA

## 1.1 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema e a justificativa para realização deste trabalho encontram-se assentadas em dois aspectos: a relevância socioeconômica e a relevância científica.

A primeira corresponde à possibilidade de, com essa investigação, identificar as principais transformações decorrentes da expansão da atividade avícola e da territorialidade dos seus principais agentes, a partir da implantação do sistema integrado de produção avícola no Estado da Bahia, abordando, desta forma, a dimensão espacial dos processos agroindustriais.

A partir da década de 1960 verifica-se no Brasil um processo de modernização da agricultura, caracterizado pela consolidação do sistema capitalista no campo, que viabilizou a constituição dos chamados complexos agroindustriais.

A constituição desses complexos, a partir da integração da indústria com a agricultura, tem proporcionado a formação de grandes empresas agroindustriais que passam a influenciar os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais das áreas onde estão inseridas e, desta forma, constituem-se em importantes agentes da organização espacial.

Nessa perspectiva, considerando que cada agente possui uma lógica e movimentos próprios visando o estabelecimento e/ou manutenção de determinadas condições e relações de poder, é evidente que a introdução de “novos” agentes (agroindústrias), implicará em transformações socioespaciais, em função do seu poder de transformação das relações sociais de produção, trabalho e poder que influem diretamente na organização espacial.

Dessa forma, analisar a territorialidade desses “novos” agentes e as transformações socioespaciais dela decorrentes, permitirá identificar os principais impactos sociais, econômicos e espaciais provocados pela modernização do setor agropecuário, no âmbito da escala local. Possibilitará compreender os mecanismos que funcionam como engrenagens na articulação territorial na dinâmica local, regional e global. Daí a relevância social e econômica para realização da pesquisa, tendo em vista que a realização da mesma irá contribuir para um maior conhecimento dos mecanismos envolvidos na organização espacial dos municípios estudados.

Embora o município de Feira de Santana também concentre um número significativo das “novas” unidades produtivas da Avipal Nordeste S.A., optamos por centrar a análise nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Esta opção não é aleatória, pois, decorre da significativa importância que assume a avicultura de corte, como uma das principais atividades econômicas nestas localidades, há bastante tempo. Assim, o fato destes municípios apresentarem um “histórico” de desenvolvimento desta atividade, concentrar grande parte dos empreendimentos avícolas instalados ou ampliados nos últimos anos e, também, iniciar o processo de implantação do sistema integrado de produção avícola no Estado da Bahia, permite que se tenha uma dimensão mais aprofundada dos impactos provocados pelas ações das agroindústrias avícolas.

O outro aspecto de relevância surge sob o ponto de vista da contribuição acadêmica. Os processos de globalização colocam para as ciências sociais, em especial à Geografia, o desafio de interpretar o “comportamento” dos lugares frente a essa dinâmica global. Nesse sentido, concordando com Silva & Silva (2003, p. 9), “a Geografia, no contexto das demais disciplinas, tem contribuído bastante para a produção do conhecimento que permita a explicação e a compreensão de toda essa dinâmica global-regional-local”.

Necessita-se, portanto, continuar avançando nas análises sobre as questões territoriais locais a fim de compreender a dinâmica da sociedade nas suas mais diversas escalas espaciais, procurando identificar as especificidades locais e suas relações com a dimensão regional e global.

Há uma notória carência de estudos que analisem numa perspectiva geográfica as questões territoriais da atividade avícola nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, a partir dos processos implementados com a expansão da avicultura de corte e do sistema integrado de produção.

Grande parte dos estudos sobre a atividade avícola baiana até aqui realizados tem se preocupado em abordar entre outros aspectos, a dimensão econômica. Nesse sentido, destaca-se que a dinâmica dessa atividade possui uma dimensão espacial que não deve ser negligenciada. Pois, considerando que ainda não foi realizada uma pesquisa que questione as transformações espaciais advindas da expansão dessa atividade nesses municípios, discutir a temática, sob a óptica das questões territoriais, certamente, será um contributo para o desenvolvimento de outros estudos no âmbito da Geografia. Sendo assim, indubitavelmente, não se

pretende com este trabalho encerrar toda complexidade que envolve os processos de reprodução ampliada do capital a partir da atividade avícola. Tem-se com a efetivação dessa análise o interesse de realizar uma reflexão acerca de questões territoriais, oportunizando, assim, o enriquecimento do debate referente aos processos socioespaciais de interesse da sociedade.

## 1.2 METODOLOGIA

Para realização da pesquisa utilizou-se diversos recursos, dentre eles: bibliográficos, entrevistas, aplicação de questionários, além de coleta de dados em órgãos públicos, empresas privadas, associações, jornais e revistas. Estes recursos foram utilizados no decorrer do labor investigativo com o intuito de atingir os objetivos propostos, mas, sempre considerando as especificidades presentes em cada uma das questões colocadas para tal concretização. Sendo assim, procurar-se-á a seguir explicitar como o presente trabalho está estruturado e, paralelamente, apontar quais os caminhos metodológicos seguidos para que se possa oferecer respostas às questões colocadas e alcançar os objetivos pretendidos.

Logo, a presente dissertação está organizada em seis capítulos em que a elaboração exigiu não só um intenso processo de pesquisa e levantamento bibliográfico, assim como, o auxílio constante de outros recursos técnicos e metodológicos implementados de acordo com as idiosincrasias das questões e objetivos proposto em cada capítulo.

Buscou-se analisar e discutir as questões colocadas utilizando-se um método de análise que permitisse abordar os conflitos e contradições inerentes à realidade complexa que expressa a expansão da avicultura de corte e do sistema integrado de produção avícola no Estado da Bahia.

No primeiro capítulo, a preocupação principal é a de explicitar claramente os questionamentos que instigaram para realização da pesquisa, bem como a base teórica e conceitual que sustentaram a busca por respostas a tais inquietações. Nesta etapa, encontram-se destacados os principais estudos que abordaram a temática da atividade avícola e também a discussão teórica dos conceitos de

território e territorialidade que embasam a leitura geográfica, proposta neste trabalho, sobre a dinâmica da avicultura de corte no Estado da Bahia.

No segundo capítulo, intitulado “Formação e evolução territorial dos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira”, procura-se não só oferecer uma caracterização da área de estudos com, também, partir da sua inserção no contexto da ocupação e apropriação do espaço brasileiro e nordestino para poder identificar os processos históricos e geográficos que influenciaram na dinâmica atual, sobretudo, do espaço rural dessa área.

No terceiro capítulo, tendo em vista que a tarefa de analisar a territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia a partir da dinâmica do sistema integrado de produção nos conduz à necessidade de compreender o desenvolvimento dessa atividade, procurou-se atender a tal necessidade discutindo as principais transformações vivenciadas pelo setor agropecuário brasileiro. Considerando-se que a agroindústria é um dos aspectos mais marcantes dentro desse quadro, este capítulo aborda os processos constitutivos do setor agroindustrial no Brasil, com especial atenção para o setor avícola. Esse esforço segue no sentido de contextualizar o processo de desenvolvimento da atividade avícola e dos agentes a ela relacionada.

Esses três primeiros capítulos constituem uma etapa de construção, preponderantemente, teórica do trabalho e para se chegar a tal objetivo, a pesquisa de campo e os levantamentos bibliográficos representaram os principais caminhos metodológicos seguidos. Estas trajetórias foram percorridas, principalmente, no período das aulas do Programa do Mestrado em Geografia, e envolveram constantes consultas às bibliotecas dos Municípios e de instituições acadêmicas, levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A utilização de fontes secundárias, a exemplo de obras de autores que discutem o processo de expansão do sistema capitalista no campo, de constituição do setor agroindustrial no Brasil e formação territorial dos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos também foram de grande relevância na abordagem da temática.

Este exercício foi importante para que se pudesse fazer uma leitura temática específica do nosso objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, obter um conhecimento mais aprofundado da área de estudos destacando os principais aspectos da constituição da estrutura fundiária, do setor agropecuário como um todo e da

importância da atividade avícola nos referidos municípios. Esse é um esforço que se segue no sentido de entender a expansão dessa atividade, no Estado da Bahia e nos municípios supracitados, também como um processo histórico.

No quarto capítulo, situa-se a dinâmica da avicultura de corte no âmbito do Estado da Bahia. O objetivo maior ao se propor esse debate é identificar e analisar a expressão espacial desta atividade e os principais fatores e agentes, ou seja, os recursos territoriais que têm contribuído para que a mesma apresente ritmos de expansão e desenvolvimento, sobretudo, nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

No quinto capítulo, intitulado “Territorialização, territorialidade e o sistema de integração avícola em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos: um lado da moeda”, a preocupação principal foi a de situar o desenvolvimento da atividade avícola na escala desses municípios discutindo, principalmente, a questão da territorialidade das principais empresas avícolas (Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Ltda. e Gujão Alimentos S.A.) instaladas em tais municípios.

Nesta parte do trabalho discute-se também a dinâmica do sistema integrado de produção avícola como estratégia de territorialização das empresas avícolas. O objetivo, neste momento, é analisar a integração avícola a partir da perspectiva da empresa. Assim, ao se discutir a questão da territorialidade destas agroindústrias e a implantação do sistema integrado procurou-se aprofundar algumas questões referentes à empresa Avipal Nordeste S.A., pois, entre as empresas instaladas nestes municípios, esta é a única cuja origem encontra-se fora do Estado da Bahia. A intenção é a de analisar como uma empresa avícola, de expressão nacional, atua, no sentido de implementar suas ações e estratégias na escala dos municípios pesquisados.

Para construção das discussões presentes no quarto e no quinto capítulo foram necessárias, além do constante trabalho de pesquisa bibliográfica e levantamentos de dados, a realização de pesquisas de campo para aplicação de entrevistas e questionários. No tocante à pesquisa bibliográfica, obtenção de dados e informações referentes à implantação de projetos avícolas e sua dinâmica no espaço baiano, realizaram-se consultas na Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), na Associação Baiana de Avicultura (ABA), na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e na Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA).



No que se refere à realização de entrevistas e à aplicação de questionário, ambos foram utilizados nas visitas à Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Ltda. e Gujão Alimentos S.A. e aplicados a pessoas que assumiam cargos diretivos no corpo administrativo de tais empresas. A entrevista semi-estruturada também foi utilizada no contato com pessoas ligadas ao setor e com representações políticas (vereadores e secretários de Agricultura) dos municípios de S. Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira. A consulta a tais fontes seguiu no sentido de identificar elementos que auxiliassem na discussão das questões referentes às ações e estratégias implementadas pelas agroindústrias avícolas e no sistema integrado de produção nesses municípios.

No sexto capítulo (*Monopolização do território a partir da avicultura de corte: o outro lado da moeda*), a discussão apresentada refere-se às questões relacionadas à dinâmica do sistema integrado de produção, na perspectiva dos produtores integrados. O objetivo nesta etapa do trabalho é analisar os principais impactos da introdução desse modelo de produção sobre o produtor integrado e sua propriedade.

Para atingir esse objetivo, foi imprescindível a aplicação de questionários junto aos produtores integrados. Desta forma, os questionários foram aplicados a 15 (quinze) integrados em cada município (Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos) totalizando 30 (trinta) produtores, todos eles integrados à Avipal Nordeste S.A.

É importante ressaltar aqui que a opção pelos integrados da empresa Avipal Nordeste S.A. não se trata de uma escolha arbitrária. A escolha dessa empresa encontra-se assentada na expressão econômica e no número significativo de produtores integrados da mesma no Estado da Bahia e, principalmente, nos referidos municípios. Neste sentido, a opção pelos integrados da Avipal Nordeste S.A. é movida não só por ser esta, a empresa de maior expressão quantitativa em termos do número de produtores integrados nesses municípios, mas, também pelo fato da referida empresa apresentar já um histórico de desenvolvimento do sistema integrado de produção em outras regiões do país. Assim, tornar-se-á possível identificar as principais transformações ocorridas no espaço rural dos municípios em questão fruto da territorialidade desta empresa.

Uma outra questão de nível metodológico da pesquisa refere-se à amostragem de integrados que participaram da pesquisa. Nos municípios de

Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, a Avipal possui, respectivamente, 50 e 54 integrados, distribuídos por 17 propriedades rurais em cada um destes municípios. Uma análise preliminar permitiu constatar que:

- a) Existem propriedades rurais que possuem mais de um integrado.
- b) A empresa, para efeito de viabilizar financiamento do galpão, só permitia um aviário por integrado e, assim, muitos destes integrados além de se integrar, realizaram também a integração através de outros membros da família (filhos, esposas, pai, entre outros) como forma de obter mais de um galpão. O fato é que, geralmente, estes outros membros da família não estão a par das questões ligadas à integração, pois, apenas cederam o nome para que a família obtivesse mais de um galpão.

A partir da constatação desta especificidade, verificou-se que se fosse estabelecida uma amostragem para, aleatoriamente, aplicar os questionários ou se aplicássemos a todos integrados da empresa nestes municípios, certamente grande parte deles não poderiam responder as questões colocadas ou responderia seguindo a opinião do integrado que efetivamente responde pelo processo de integração, o que poderia provocar distorções nas análises da realidade.

Assim, traçou-se estratégias para obter uma amostragem representativa quantitativamente, mas, também, qualitativamente. Optou-se, em face do exposto, pela aplicação dos questionários a um produtor por propriedade integrada. Desta forma, o número de questionários aplicados (15 em cada município) se aproxima bastante do total de propriedades integradas (17 em cada município) o que permitiu selecionar um grupo de integrados que, efetivamente, tem vivido o processo de integração avícola.

Finalmente, a última etapa do trabalho apresenta algumas considerações que a análise da temática, na perspectiva dos estudos geográficos, permitiu chegar. Ressaltamos que não se trata de respostas acabadas, mas, indicativos que permitem compreender a dinâmica da territorialidade da avicultura de corte baiana a partir da implantação do sistema integrado de produção avícola, nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

### 1.3 QUESTÕES DE PESQUISA

Haesbaert (2001), analisando as questões territoriais do complexo da soja no oeste baiano, defende que esses complexos agroindustriais, que de certa forma caracterizam uma das facetas do capital global, atuam no sentido de condicionar os espaços à lógica de produção e reprodução do capital. Nesse sentido,

(...) esses processos de destruição de antigos territórios, retraduzidos em espaços econômicos de uma rede em última (primeira?) instância planetarizada, é dominado fundamentalmente por uma velocidade capitalística cujo conteúdo técnico, hoje, permite ritmos inusitados de transformação sócio-espacial. (HAESBAERT, 2001, p. 376).

Embora a atividade avícola, no Estado da Bahia, ainda não tenha adquirido uma expressão mundial tão marcante quanto o complexo sojicultor a que Haesbaert se refere, o exemplo do oeste baiano parece ser emblemático para demonstrar como os grandes empreendimentos agroindustriais podem e têm atuado no sentido de (re)organizar seus espaços de influência. Dentro dessa perspectiva, considerando que tal (re)organização ocorre de modo a atender a uma lógica “racional” de funcionamento voltado para a reprodução do capital, estudar a dinâmica da territorialidade da avicultura de corte na Bahia (em especial, nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira), constitui-se em um dos caminhos para a análise da dimensão espacial da atividade avícola.

A territorialidade representa, nesse sentido, um importante elemento de análise da organização do espaço geográfico, objeto da geografia enquanto ciência social. Desta forma, as ações e práticas desempenhadas pelas agroindústrias avícolas constituem-se em imprescindíveis fatores responsáveis por sua permanência e desenvolvimento uma vez que estruturam o território, pois, conforme Brito (2002, p.13),

(...) se da parte de um agente hegemônico que insere numa dada porção do espaço e entra em relações com os demais agentes existentes, não houver uma intenção sistemática de reproduzir o território durante uma fração de tempo relativamente duradoura ele somente irá durar o tempo de cessar a energia que o fez surgir.

A territorialidade aponta para importância crucial que tem o território e o seu uso para proporcionar o estabelecimento das condições de (re)produção dos agentes territoriais. Nesse sentido, o uso do território é estruturado por meio das ações estratégicas e das materialidades sociais que passam a influenciar o quadro social, cultural, econômico e político do território, intervindo, assim, na sua dinâmica, de modo a atender os interesses dos agentes que implementam tais ações. Em face do exposto, precisa-se direcionar a discussão da expansão da avicultura para uma perspectiva geográfica.

O sistema integrado de produção avícola (uma espécie de parceria entre a agroindústria e o produtores rurais) representa uma das estratégias da agroindústria para obtenção de matéria-prima através da (re)formulação das relações com os produtores. Ao mesmo tempo, representa um dos mecanismos pelos quais sua territorialização se processa. Assim, é imprescindível analisar a dinâmica da territorialidade dessas agroindústrias avícolas a partir do sistema integrado de produção, com o objetivo de explicitar e analisar a dimensão socioespacial da avicultura de corte.

Nesse contexto, as questões que são levantadas para serem discutidas e elucidadas através da realização dessa pesquisa são as seguintes:

- Que territorialidade se configura na Avicultura de corte do Estado da Bahia, em especial, nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, a partir do sistema integrado de produção avícola?
- Como os recursos territoriais vêm contribuindo para a expansão da atividade avícola no Estado da Bahia e, em especial, nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira?
- Como se processava a territorialidade da avicultura de corte nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, antes da adoção do sistema integrado de produção?
- Que fatores têm sido decisivos para a implantação e expansão do sistema integrado de produção nesses municípios?

### 1.3.1 Objetivos

Geral:

- Analisar a dinâmica da territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia a partir do sistema integrado de produção.

Específicos:

- Analisar o processo de desenvolvimento da avicultura de corte nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – Ba.
- Identificar e analisar os recursos territoriais que proporcionaram a origem e expansão da avicultura de corte nos referidos Municípios.
- Identificar e analisar as ações e estratégias utilizadas pelas agroindústrias avícolas no seu processo de territorialização nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – Ba.
- Identificar e analisar as características do sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira.
- Analisar em que medida o sistema integrado de produção avícola impõe uma nova territorialidade na avicultura no Estado da Bahia (principalmente, nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – Ba).

#### 1.4 O TEMA E OS CONCEITOS: DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Atualmente, nota-se um fortalecimento dos estudos e discussões acerca das questões territoriais, sobretudo, frente à dinâmica da globalização, apesar de alguns autores defenderem a tese do fim do território.

A realização de estudos dessa natureza leva à necessidade de um aprofundamento teórico que, por sua vez, reforça o caráter científico da pesquisa e norteia os caminhos da investigação. Assim, considerando tal problemática, torna-se imprescindível explicitar o enquadramento teórico-conceitual a partir do qual procurar-se-á refletir sobre as questões de pesquisa colocadas e, conseqüentemente, atingir os objetivos propostos para a realização desta pesquisa envolvendo a temática da avicultura de corte.

A avicultura de corte é hoje um dos setores agroindustriais de maior dinamismo produtivo não só no Brasil, mas também, no cenário mundial, devido à intensidade técnica e organizacional do seu processo produtivo. É interessante ressaltar, porém, que para se chegar a tal condição, transformações diversas ocorreram tanto no espaço rural quanto fora dele. Nessa trajetória, faz-se preciso entender tais modificações como parte de um movimento mais amplo, caracterizado pela expansão do sistema capitalista, com grande influência no campo, que contribuiu para uma intensa integração entre o setor urbano e o setor rural, da qual os complexos agroindustriais são evidências notórias. Por isso, torna-se importante situar a discussão em torno da temática dos complexos agroindustriais como forma de contextualizar a dinâmica do segmento da avicultura de corte.

Por outro lado, tendo em vista que o escopo principal deste trabalho é oferecer uma análise de cunho geográfico sobre a temática da territorialidade da avicultura de corte baiana, torna-se indispensável a abordagem teórica dos conceitos geográficos que serviram de sustentação para a discussão proposta. Razão pela qual tornam-se centrais os conceitos de **território e de territorialidade** aos estudos geográficos e aos questionamentos concernentes à avicultura de corte no Estado da Bahia bem como aos objetivos perseguidos neste trabalho.

A justificativa para utilização destes conceitos encontra-se assentada no fato de que a dinâmica da avicultura de corte possui dimensões econômicas, culturais, políticas e sociais fortemente inter-relacionadas que, indubitavelmente,

estão enfeixadas na dinâmica territorial dos seus agentes. Soma-se a esta indagação a clareza da existência de um conjunto de relações de trabalho (poder) e produção engendradas entre os principais agentes (empresas e integrados) envolvidos na integração avícola e que, por conseqüência, norteiam as ações e estratégias territoriais de tais empresas.

Desse modo, procurar-se-á a seguir situar a discussão em torno da constituição dos complexos agroindustriais avícolas e, posteriormente, apontar o enquadramento conceitual sobre o qual se encontrará assentada a análise de cunho geográfico da dinâmica da avicultura de corte no Estado da Bahia, e que constitui objetivo maior deste trabalho.

#### **1.4.1 A temática dos complexos agroindustriais avícolas**

A dinâmica de ocupação do espaço brasileiro sempre teve no desenvolvimento das atividades agrícolas uma de suas bases estruturantes. Por outro lado, as transformações socioeconômicas e espaciais que atingiram o Brasil sempre tiveram rebatimentos marcantes no desenvolvimento do setor agropecuário do país.

Certamente o desenvolvimento da atividade avícola no Brasil encontra-se inserido dentro do processo de transformação do setor agropecuário ao longo da dinâmica de ocupação espacial e de inserção do país na economia mundial. Assim, necessita-se entender a modernização da agricultura brasileira e a conseqüente constituição dos complexos agroindustriais para a partir daí, poder compreender a lógica de organização e crescimento da avicultura de corte no âmbito de território nacional e do Estado da Bahia.

Embora mudanças efetivas tenham ocorrido no setor agrícola desde 1850, diversos autores, entre eles Silva (1998), Sorj *et al* (1982) e Muller (1989), afirmam que é exatamente a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960 que esse setor sofre um de seus processos de transformação mais marcantes.

O conjunto dessas alterações que ocorrem a partir desse período é denominado de modernização da agricultura que, segundo Silva (1998, p. 30):

consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60.

O importante a considerar é que as transformações que integram esse processo não vão ocorrer de forma conjunta temporalmente e, muito menos, espacialmente. Isto exige compreender a mudança da base técnica da agricultura como um primeiro momento, mas não o único, da sua modernização, que certamente constitui um esforço no sentido de viabilizar o aumento da produtividade. A modernização da agricultura representa além de uma alteração da base técnica, uma maior integração entre os setores industriais e o segmento agropecuário, processo este denominado de industrialização da agricultura.

O interessante a ser notado na questão da industrialização da agricultura é que a mesma não significa apenas a utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus componentes. A esse respeito, Silva (1998, p. 32) afirma que a industrialização do campo “é um momento específico do processo de modernização, a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado do que o simples consumo de bens industriais pela agricultura”.

Assim, a industrialização da agricultura representa, sobretudo, um processo de integração efetiva da agricultura ao padrão geral de acumulação capitalista industrial e, nesse sentido, a constituição dos complexos agroindustriais passa a ser novo o determinante da dinâmica da agricultura, uma vez que parte significativa da agricultura agora cresce não mais apenas em função dos preços dos *commodities* no mercado externo, mas também em função das demandas industriais que se estabelecem sobre a agricultura (SILVA, 1998).

Os complexos agroindustriais que se estruturam desde então apresentam vínculos intersetoriais técnicos, econômicos e financeiros a partir dos quais se estabelecem relações de dominação onde a indústria exerce forte influência sobre a parte agrícola do complexo.

É preciso ressaltar que o elemento fundamental que integra os três pilares (indústria para agricultura, agricultura e agroindústria) que compõem os complexos agroindustriais é o capital. Em outros termos, a estruturação dos CAI's não constitui apenas uma integração técnicas intersetorial entre a indústria e a agricultura, mas,



sobretudo, constitui uma integração financeira através da qual o setor industrial comanda o setor agropecuário.

Observa-se que a dinâmica de crescimento e expansão de cada atividade agropecuária, ou melhor, de cada complexo agroindustrial passa a depender, principalmente, das políticas públicas destinadas para cada setor, assim como, das estratégias das agroindústrias, no que tange desde a localização espacial de suas unidades até a inserção do produto final nos mercados interno e externo.

Dentro dessa visão, a dinâmica da agricultura não pode mais ser vista simplesmente como uma produção de produtos primários. Considerando que, com a formação dos complexos agroindustriais o setor agropecuário tem que ser analisado a partir da ligação com o setor industrial à montante e com o setor industrial à jusante, alguns autores têm proposto a utilização do conceito de Complexo Agroindustrial (CAI) como unidade de análise para compreensão da dinâmica agropecuária.

Segundo Muller (1983, p. 145), o conceito de complexo agroindustrial refere-se a um:

conjunto dos processos tecnoeconômico e sóciopolíticos que envolvem a produção agrícola, seu beneficiamento e a transformação da produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes.

Por esse ângulo, a formação do complexo agroindustrial permite tanto a discussão de aspectos técnicos e econômicos quanto de aspectos sociais e políticos ligados à transformação do setor agropecuário. Entretanto, o que se tem observado é que grande parte das análises sobre as transformações ocorridas nesse setor tem centrado maior importância nos aspectos técnicos e econômicos.

Muller (1989, p. 61-62), por exemplo, ao propor a utilização do CAI como unidade de análise, afirmar que:

(...) o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura o seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre a agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização. Chama-se de modernização

(técnicoeconômica) agrária a integração entre industrialização do campo e agroindustrialização.

Neste sentido, o CAI é considerado como um produto das transformações técnicoeconômicas, em que os principais elementos indicativos encontram-se na crescente utilização de máquinas e insumos industriais na produção agropecuária e no processamento e beneficiamento desta produção pela agroindústria. Assim, conforme Misuzaki (1996, p. 18):

retira da agricultura da centralidade da análise e adota o CAI, que se fundamenta na homogeneidade da base técnica, onde a dinâmica da acumulação do capital no campo e a reprodução das relações capitalistas estariam atreladas ao uso generalizado dos elementos e técnicas industriais.

Logo, torna-se evidente que um dos aspectos marcantes de toda dinâmica de transformação do setor agropecuário é a mutação de sua base técnica que, de certa forma, é causa e, ao mesmo tempo, consequência de transformações ocorridas nos mecanismos econômicos e financeiros ligados a esse setor. Mas, precisa-se entender que toda essa modificação tem dimensões políticas, sociais e espaciais que não devem ser negligenciadas a ponto de serem entendidas como uma simples consequência da modernização técnicoeconômica.

Não há dúvidas de que esses elementos estão integrados. Entretanto, é preciso compreender todo esse movimento como fruto de uma dinâmica maior que constitui o processo de expansão do modo capitalista de produzir no campo, revelando então a concepção de Oliveira (1986, p.3) em que:

(...) o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Esta industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo de produzir industrial no campo. Isto faz com que ocorra um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

A efetivação deste inter-relacionamento entre a indústria e a agricultura é acompanhado por transformações das relações de produção que conduzem à uma modificação na dinâmica sócio-espacial. Há, portanto, no processo de industrialização da agricultura brasileira e na consequente constituição dos complexos agroindustriais, questões que interessam à Geografia. Dentre elas

encontram-se aquelas relacionadas com o processo de territorialização dos diferentes complexos agroindustriais e seus agentes.

O fato é que, como afirmamos anteriormente, os movimentos de constituição dos complexos agroindustriais não se resumem a mera transformação da base técnica. Existe na esteira destes processos profundas alterações nas relações de produção e trabalho no interior de cada segmento dos complexos agroindustriais que, aliadas à outras questões, influem nas estratégias e ações territoriais dos agentes que compõem tais complexos.

No caso específico da avicultura de corte, a atividade avícola em geral constitui um dos complexos agroindustriais de maior integração intersertorial. Há no interior deste complexo latentes transformações nas relações de produção que, por expressar uma dimensão de relações de poder, tem provocado alterações na territorialidade das agroindústrias avícolas.

Um dos elementos que tem marcado as modificações das relações de produção e trabalho no interior do complexo agroindustrial da avicultura de corte é a adoção do chamado sistema integrado de produção avícola que, por sua vez, tem predominado como estratégia de articulação entre a agroindústria avícola e o setor agropecuário propriamente dito. Esta é uma estratégia tão marcante que se tem configurado enquanto uma das bases dos mecanismos de territorialização da avicultura de corte e dos seus agentes, mas deve ser entendida como reflexo do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo.

Na verdade, o desenvolvimento do sistema capitalista de um modo em geral caracteriza-se por estabelecer condições contraditórias, porém, articuladas entre si. Nesta direção, ao se desenvolver no campo o capitalismo expressa suas contradições nas relações de trabalho estabelecidas, o que conseqüentemente provocará uma redefinição da estrutura social, política e econômica. É o caráter social e irreversível de um processo que permite a introdução de relações capitalistas de produção ao mesmo tempo em que possibilita a reprodução de formas não capitalistas de produção atreladas ao processo de acumulação de capital.

Destarte, não se pode entender a dinâmica de territorialização da avicultura de corte e as relações de produção engendradas neste setor apenas como um resultado imediato das transformações técnicas, ou seja, apenas como um produto das transformações técnicoeconômicas. Desse modo, nenhum segmento

dos complexos agroindustriais e, por conseqüência, nenhuma relação de produção presente no seu interior poderão ser entendidos em sua plenitude sem que se considere como ponto de partida o movimento de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e as estratégias e ações inseridas na dinâmica territorial dos agentes que constituem estes complexos. Abre-se uma possibilidade para que a Geografia possa contribuir com uma leitura deste movimento, partindo da dimensão territorial dos complexos agroindustriais.

Precisa-se, portanto, oferecer uma base conceitual que permita discutir a dinâmica territorial destes agentes a partir do conjunto de ações e estratégias por eles implementadas no sentido de promover as condições para sua expansão e reprodução. Neste caminho, a Geografia, por meio dos conceitos de território e territorialidade parece oferecer uma contribuição indispensável.

A discussão de tais conceitos é de grande relevância para uma análise geográfica do setor avícola baiano, em especial, quando se parte do pressuposto de que a sua dimensão territorial tem como uma de suas bases estruturantes as relações de trabalho e produção – que constituem, na essência, relações de poder - edificadas a partir do sistema integrado de produção avícola.

#### **1.4.2 O conceito de território**

Na busca pela compreensão da organização espacial da sociedade, os geógrafos têm abordado conceitos geográficos como: espaço, paisagem, região, lugar, território, sociedade, dentre outros. Apesar da integração destes, o território<sup>2</sup> vem tomando posição de destaque nos estudos geográficos, mostrando-se cada vez mais como um dos conceitos centrais na análise do espaço geográfico.

---

<sup>2</sup> O conceito de território origina-se nas ciências naturais, especificamente, na Botânica e na Zoologia, sendo compreendido como a área de disseminação, dominada por um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Posteriormente, esse conceito é introduzido nos estudos geográficos, por Friedrich Ratzel, que desenvolve o conceito de território na Geografia, a partir da Antropogeografia, considerando-o como “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990 p.23).

A partir da idéia de espaço vital, Ratzel desenvolve o conceito de território apreendendo-o como espaço concreto em si e colocando o Estado na condição de ator legítimo e privilegiado na construção e gestão do território. Segundo Souza (1995), Ratzel oferece um exemplo espetacular do tipo de discurso sobre o território essencialmente fixado no referencial político do Estado.

Embora alguns geógrafos tenham centrado seus estudos sobre o território numa perspectiva geopolítica valorizando o papel do Estado, atualmente, estudos de geógrafos como Raffestin (1993), Corrêa (1994), Souza (1995) e Oliveira (1995) nos direcionam para compreender e analisar a organização espacial das sociedades e as questões territoriais daí decorrentes em outras perspectivas.

Raffestin (1993, p. 143-144) aborda a questão do poder e do espaço definindo território como:

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse a matéria-prima.

Na perspectiva colocada pelo referido autor, o território é entendido como uma produção social a partir do espaço, conduzida por um ou mais atores (agentes) no processo de realização do trabalho cuja efetivação opera-se na produção de um campo de poder, que envolve a interação entre sociedade, espaço e tempo. Isto enfatiza que o território constitui um campo de poder engendrado a partir das relações sociais de produção, materializada sobre o espaço, temporalmente contextualizada e em constantes transformações. Raffestin (1993), ao considerar que o território encerra os processos de produção e reprodução da vida social, coloca em evidência a participação de outros atores na “construção” e gestão do território, não restringindo à figura do Estado-Nação a sua concepção de território. Por isso, é uma dimensão de análise mais econômica e política do território, numa ótica relacional.

Segundo Corrêa (1994, p. 251), “*o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas*”. O autor, buscando analisar a formação do território, propõe compreendê-la a partir da apropriação dos espaços.

Segundo o referido autor, a apropriação associa-se de um lado, “ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço” (p. 251). Por outro lado, “pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos” (p. 251).

Já Haesbaert (2002), ao discutir a interação entre os conceitos de território e de redes, aborda a questão dos processos de dominação e apropriação do espaço na formação do território. Afirma esse autor, que a dominação origina territórios meramente utilitários e funcionais, enquanto que, a apropriação cria também laços de identidade social.

Dentro dessa visão, e considerando a inter-relação entre a apropriação e a dominação, Haesbaert (2002, p.121) define o território como,

(...) o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

A partir das concepções de Corrêa (1994) e Haesbaert (2002), o aspecto afetivo é, também, valorizado na discussão do conceito de território. O território inclui também uma dinâmica centrada nas relações de apropriação simbólica do espaço. Ressalta-se, porém, que esse aspecto não se encontra desvinculado de nenhum outro que compõe a dimensão territorial das práticas sociais.

Estudos realizados analisando o caso da Companhia de Cigarros Souza Cruz (CORREA, 1994) e o complexo de soja no nordeste (HAESBAERT, 2002) têm demonstrado como as lógicas da apropriação e da dominação têm sido integradas, engendrando espaços que configuram um processo efetivo de territorialização desses grupos. Entretanto, a dinâmica territorial presente no segmento da avicultura de corte a partir da integração avícola, nos conduz a ressaltar uma perspectiva do território pautada em um processo de apropriação do espaço conduzido para seu efetivo controle e ou domínio político, social e econômico, sem que isso signifique, necessariamente, e pelo menos em um primeiro momento, uma perspectiva ligada a processos afetivos. Entretanto, isso não nos autoriza excluir totalmente a existência dessa possibilidade.

Souza (1995) defende que espaço e território não são sinônimos, tendo este último “caráter especificamente político”. Para o autor, os territórios “são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (p.87). A análise apresentada por Souza (1995) revela que o autor concorda com Raffestin (1993) ao afirmar que o espaço é anterior ao território, mas explicita que o mesmo

“incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social.” (SOUZA, 1995, p. 96)

O ponto de discordância entre as abordagens apresentadas por Raffestin (1993) e Souza (1995) refere-se ao aspecto material do território. Para o primeiro, o território é uma produção a partir do espaço e a sua materialidade reside no substrato material, isto é, no “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por conseqüência revela relações marcadas pelo poder”.

Para o segundo autor, embora o território possua uma dimensão espacial, ele constitui apenas a dimensão política do espaço, ou seja, um campo de força que não deve ser confundido com substrato material. Assim, para este autor, o território é definido como “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97).

Nessa perspectiva, o referido autor discorda daqueles que concebem o território como o espaço concreto em si. Considera que, como as relações sociais de poder poderão acontecer em qualquer espaço e tempo, a construção do território poderá também acontecer em diferentes escalas temporo-espaciais, pois:

sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. (p. 96).

Oliveira (1995, p. 280-281), discutindo o processo de desenvolvimento das relações de produção no interior da expansão capitalista no campo, defende que o território:

deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/ circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) [...]. É, pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência – sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietário de terra. [...] são relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território.

Muito embora não utilize, de forma explícita, a palavra “poder” em sua discussão sobre o território, vale ressaltar que as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas, às quais Oliveira (1995) se refere, engendram um campo de forças revelando, portanto, uma dinâmica de relações de poder que envolvem seus agentes. Enquanto produto concreto da luta de classes, o território é também resultado do desenvolvimento do modo de produção e das relações de poder entre tais classes sociais. Neste sentido, “o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (p. 280).

Guardada as especificidades analíticas de suas abordagens, há nas discussões conceituais sobre o território, proposta por esses autores (Raffestin, 1993; Correa, 1994; Souza, 1996; Oliveira, 1995), uma questão comum que se refere ao fato de ser o território a expressão espacial das relações de poder pautadas nas relações sociais de produção.

Desde Ratzel até os autores mais atuais, o conceito de território na Geografia está associado às relações de poder. O território é construído a partir das manifestações das relações sociais de poder oriundas do processo de apropriação do espaço.

O fato é que hoje a abordagem do território na Geografia revela uma perspectiva de multidimensionalidade já que envolve diferentes escalas espaciais e temporais e, também, diferentes aspectos como: econômicos, políticos, culturais, entre outros. Portanto, há na geografia múltiplas posições sobre este conceito e isto envolvendo, principalmente dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais, abordadas ora de forma relacionadas, ora enfatizando apenas uma dessas dimensões. Assim, em uma perspectiva ampla, Silva (2003, p. 118) expressa que:

o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvida e contextualmente especializada, incluindo sua perspectiva ambiental, em diferentes escalas temporais e espaciais

Evidentemente que o objetivo dessa discussão aqui colocada não é oferecer uma conceituação rígida e acabada do território. A abordagem conceitual utilizada em qualquer estudo de cunho científico, deve esta atrelada à natureza do objeto pesquisado e às questões colocadas. Assim, considerando a natureza das questões levantadas, a complexidade que envolve a temática da avicultura industrial



e as contribuições de autores que discutem questões territoriais, é preciso explicitar o entendimento a respeito do conceito de território que norteou a realização da pesquisa.

Neste estudo o território é compreendido como a espacialização das relações de poder construídas e geradas nas relações sociais de produção entre os diversos agentes sociais que, por sua vez, utilizam-se de ações e estratégias para definir e estruturar a sua territorialização. O elemento principal, considerado neste trabalho é a dinâmica territorial comandada pelas agroindústrias agrícolas no seu processo de apropriação dos espaços.

O território é um produto socioespacial e histórico estabelecido a partir da apropriação e produção social do espaço por agentes que realizam determinadas atividades sociais. São estes agentes sociais (o Estado, os grupos sociais, as empresas, entre outros) que, a partir de suas intencionalidades nas diferentes formas, dimensões, tempo e intensidades, territorializam-se apropriando os espaços, ou seja, territorializando-os. “É por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais que se produz território [...]” (HEIDRICH, 2005 *apud* EDUARDO, 2006, p. 179). Desta forma, o território é, também, relação social.

A modernização do campo culminando na formação dos complexos agroindustriais, tem sido caracterizada pela forte presença de grandes grupos de empresas (nacionais e internacionais) atuando em determinadas atividades agrícolas, constituindo as chamadas agroindústrias.

Ocorre que estes grupos, no seu processo de inserção, domínio e apropriação dos espaços adotam um conjunto de estratégias e ações, dos quais a sua territorialização é, ao mesmo tempo, causa e consequência resultante. Dentro desse processo, as referidas estratégias e ações estão, em sua maioria, voltadas para a implantação de “inovações” tecnológicas, aumento e diversificação da produção e transformação das relações produtivas.

Essa dinâmica tem levado como salienta Silva (2003, p. 117-118) à:

uma crescente territorialização das questões ligadas à agricultura [ao setor agropecuário], em diferentes níveis, setores e escalas, acompanhada de uma intensa combinação com as demais atividades econômicas e sociais que, por sua vez, passam a expressar uma busca de uma forte territorialização

O fato é que as agroindústrias comandadas pelo setor industrial tem se constituído como agentes, atores sintagmáticos, para utilizar a expressão de

Raffestin (1993). Estes agentes têm conduzido as relações sociais de produção em um processo que expressa a dimensão espacial das relações econômicas na dinâmica de territorialização.

O desenvolvimento da avicultura de corte vem se caracterizando por grande dinamismo na base produtiva e organizacional dessa atividade, resultando na formação de grupos empresariais (entre outros agentes ligados a tal atividade) que são potencialmente agentes de transformação socioespaciais. Essas mudanças são estruturadas a partir das ações e trabalho desenvolvidos por tais agentes no domínio e apropriação dos espaços, isto é, no seu processo de territorialização.

Indiscutivelmente, a territorialização das agroindústrias avícolas segue no sentido da “busca conscientes de oportunidades locais decorrente, em poucas palavras, do uso eficiente dos recursos [territoriais] localizados em termos absolutos e relativos [...]” (SILVA, 2003, p.118). As práticas e ações dos agentes da atividade avícola balizam os seus processos de territorialização, expressando a importância quem tem o território e os seus recursos para assegurar a permanência e desenvolvimento desses agentes.

As relações sociais de produção construídas nas práticas/ações das agroindústrias avícolas, quando manifestadas no espaço, expressam e configuram a dimensão territorial dessa atividade. Neste sentido, o território estabelecido pelas agroindústrias avícolas deve ser apreendido como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediação supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) (OLIVEIRA, 1995).

É neste contexto que as relações sociais estabelecidas na produção, distribuição, circulação e consumo que as agroindústrias avícolas se territorializam. É no bojo dos processos de produção-distribuição-circulação-consumo que são estabelecidas as relações de produção e trabalho, que são também relações de poder, que essas empresas desenvolvem seus mecanismos de apropriação dos espaços, tornando-os territórios.

Um dos objetivos que movem a realização do presente trabalho é analisar este processo a partir da dinâmica do sistema integrado de produção. A finalidade é compreender a estruturação das relações que guiam o movimento de apropriação espacial, no interior das articulações que dão vida ao sistema de integração avícola.

As grandes transformações que caracterizam a expansão da avicultura de corte resultam da atuação das agroindústrias. Assim, a questão que se coloca é: Como se processa a territorialidade desses agentes?

Segundo Santos (1994, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Esse uso se estabelece por meio das ações (sistemas de ações) e estratégias e das materialidades sociais (sistemas de objetos). Entretanto, a idéia de uso do território conduz a necessidade de considerá-lo também como elemento de peso nas decisões, ações e estratégias dos agentes que coordenam tal uso. Assim, a territorialidade desses agentes ligados à avicultura representa um importante instrumento de transformação socioespacial, mas, ao mesmo tempo, tais agentes não podem ignorar a importância e a influência do território e dos seus recursos para que possam, efetivamente, atingir seus objetivos.

Nessa perspectiva, a análise da dinâmica da avicultura de corte, numa abordagem geográfica conduz à uma preocupação conceitual acerca da territorialidade.

### 1.4.3 O conceito de territorialidade

A tarefa de analisar o desenvolvimento da avicultura de corte a partir do sistema integrado de produção, expressa a necessidade de abordar esse mecanismo de produção como uma ação estratégica das agroindústrias avícolas. Uma ação estratégica que tem sido decisiva no momento de territorialização destas empresas nos municípios de Conceição da Feira e de São Gonçalo dos Campos e, assim, a discussão a respeito do conceito de **territorialidade** se torna indispensável.

Assim como o território, o conceito de territorialidade também tem sua gênese nas ciências naturais, sendo posteriormente introduzido nos estudos das ciências sociais, mas ainda com certa dificuldade no que se refere à diferenciação entre territorialidade animal e territorialidade humana.

Sack (1986 *apud* BRITO, 2002 p. 17) distinguindo a territorialidade humana da territorialidade animal afirma que a primeira corresponde à “tentativa por

um indivíduo ou um grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Esse conceito, assim definido, revela um caráter de estratégia para que, através da apropriação e controle sobre uma determinada porção do espaço, um agente - um indivíduo, uma empresa, um grupo social, por exemplo – possa intervir fortemente sobre outros agentes, fenômenos e relações, visando a realização de seus interesses na dinâmica territorial.

O autor aponta, nesse preâmbulo, o aspecto das relações que ocorrem entre os agentes na apropriação do território afirmando que “a territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área” (SACK 1986 *apud* CORRÊA 1994 p. 256).

Para Raffestin (1993, p. 160) territorialidade é definida como "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade - espaço – tempo em vias de atingir maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Na perspectiva colocada por esse autor, o conceito de territorialidade expressa não só uma relação entre o espaço e a sociedade, como também, as relações mediadas pelo poder entre os homens que compõem esta sociedade.

Assim, a questão fundamental aí é a relação com a exterioridade, ou seja, a relação com o espaço e também entre os homens. Esse elo, por sua vez, não se refere apenas ao espaço modelado, mas também aos indivíduos e os grupos que aí se inserem (RAFFESTIN, 1993). Destarte, a territorialidade encontra-se fixada no bojo das relações dos homens com o espaço (território) e também das relações entre os homens no processo de reprodução da vida. Em outros termos, a territorialidade, conforme o referido autor (p. 161):

resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação (p. 161).

Para Raffestin, a territorialidade se revela nas relações entre os atores [agentes] sintagmáticos no processo de construção territorial. Assim, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, dentro do quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. “É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores [agentes]” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Para Corrêa (1994, p. 251), territorialidade é o:

conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Logo, a territorialidade representa as ações e estratégias demandadas no território pelos diversos agentes sociais, visando ao estabelecimento de determinadas relações com os demais agentes construtores do espaço. Desta forma, o referido autor também expressa esse conceito como uma gama de ações que visam estruturar o território de modo a estabelecer as condições necessárias à permanência e ao crescimento do(s) agente(s) que as implementam.

Novamente aqui, impõe-se a necessidade de continuar apontando o enquadramento teórico-conceitual que norteiam a busca por respostas às questões colocadas para realização da presente pesquisa.

Por esta razão no que toca ao conceito de territorialidade, esta pesquisa toma como base teórica e conceitual a linha desenvolvida por Corrêa (1994) e Raffestin (1993). As abordagens realizadas por estes autores não são mutuamente excludente e, assim, no que se refere a Corrêa (1994), procura-se valorizar o conceito de territorialidade como um conjunto de ações e estratégias materiais e simbólicas que, operadas pelos agentes sociais, são estabelecidas no espaço lhes proporcionando a apropriação e permanência de um dado território. Portanto, a utilização deste autor como base teórica na presente pesquisa segue no sentido de considerar a territorialidade como a expressão das ações e estratégias das agentes sociais que, dentro da temática aqui abordada, são as empresas agroindustriais avícolas.

No tocante à utilização das abordagens de Raffestin (1993), o objetivo é valoriza a questão das relações de poder que permeiam o conjunto das ações e estratégias dos agentes sociais, conduzindo as relações entre estes agentes e, destes com o território. É uma perspectiva que permite enfatizar que, ao implementar ações estratégicas que conduzem para uma apropriação do espaço, os agentes sociais territorializam-se participando de uma dinâmica movida por suas relações com o espaço, mas, também, com outros agentes.

Na dinâmica da avicultura de corte, os agentes sociais – principalmente as empresas avícolas – desenvolvem ações que constituem estratégias de territorialização e estabelecem relações de influência e/ou controle com outros agentes - em especial, com os produtores integrados. São ações guiadas para atender os interesses e objetivos dos agentes que as implementam e resultam na alteração ou manutenção do quadro social, econômico e político no qual se insere.

Segundo Raffestin (1993), “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço temporal” (p. 162). Assim é preciso destacar que a constituição do setor agroindustrial avícola encontra-se inserida dentro do processo de expansão do sistema capitalista, via modernização do campo. Destarte, a expansão da avicultura de corte decorre das transformações tecnológicas, genéticas, econômicas e sociais às quais está atrelado o movimento de expansão das relações sociais capitalistas de produção como um todo, que, ao expandir-se em um determinado lugar, produz-lhe uma especificidade própria, uma territorialização.

A análise da dinâmica de desenvolvimento da avicultura de corte nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, nesse sentido, passa pela questão da territorialidade das agroindústrias avícolas, o que conseqüentemente remete à compreensão das relações sociais de produção dentro do processo de expansão do sistema capitalista no campo.

Segundo Oliveira (1986, p. 5), “esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, concomitantemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”. Tais transformações refletem a dinâmica de expansão do modo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, representam as bases da territorialidade dos complexos agroindustriais que caracterizam esse processo.

A introdução de inovações tecnológicas resultando na diversificação e no aumento da produção é um dos reflexos dessa dinâmica e expressam a inserção das agroindústrias no espaço e a sua conseqüente estruturação territorial, através da implantação de “novos” objetos produtivos. Entretanto, esses fatores dificilmente iriam desempenhar tal tarefa se não houvesse também transformações nas relações produtivas, que, inclusive, são proporcionadas pelo uso dessas inovações.

As engrenagens que movem essa dinâmica são as ações e estratégias conduzidas, principalmente (mas não unicamente) pelas agroindústrias avícolas. Mas, o que constitui as ações e as estratégias?

Segundo Raffestin (1993), a estratégia “descreve a combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo” (p. 42).

Para Santos (1996) “a ação é um processo, mas um processo dotado de um propósito. [...] é subordinada a norma, escritas ou não, formais ou informais e a realização de propósito reclama sempre um gasto de energia” (p. 78).

Tanto as estratégias quanto as ações implicam na presença de um agente que atua no sentido de atingir fins e objetivos. A excussão dessas ações revela a necessidade de interagir com outros agentes e exige um gasto de energia que resultam na transformação das relações sociais e, ainda, do espaço – o que implica na criação de objetos técnicos produtivos. Desse modo, é oportuno resgatar as colocações de Santos (1996, p. 63) quando afirma que “sistemas de objetos e sistemas de ações se interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos ou se realiza sobre objetos preexistentes”.

Considerando as especificidades das questões desta pesquisa que envolve a temática da avicultura de corte, ações e estratégias referem-se, neste estudo, à atuação das empresas avícolas da Bahia e, especialmente, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Atuação que orienta o processo de territorialização destas empresas e, portanto, constitui a sua territorialidade.

O fato é que, neste processo, a atuação destas empresas avícolas resultam na criação de “novos” objetos produtivos (unidades de produção) mas, também na (re)orientação das relações de produção no interior do circuito produtivo da avicultura.

Assim, há uma preocupação central neste trabalho que é discutir a territorialidade da avicultura de corte a partir da (re)orientação dessas relações de produção e trabalho, no interior do sistema integrado de produção avícola implantado pelas agroindústrias avícolas, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Como afirmamos anteriormente, a territorialidade implica na presença de agente que, através de suas ações estratégicas interagem entre si e com o espaço. A expansão da avicultura de corte a partir da implantação do sistema integrado de

produção constitui uma das bases da territorialidade das agroindústrias avícolas que desenvolvem a ação de implementá-lo. Tal sistema resulta numa interação destes agentes (as empresas avícolas) com um determinado espaço, mas é concomitantemente uma interação com outros agentes sociais, isto é, com os produtores integrados. Tal fato permite afirmar que a territorialidade é também uma relação, mesmo que diferenciada, com outros agentes.

É uma interação construída a partir das relações econômicas, reveladora, ao mesmo tempo, das relações de poder visto que, como aponta (FOULCALT, 1977 *apud* CASTRO, 2005, p.98), estas

não se encontram em posição de exterioridade com as outras relações – como econômicas, [políticas] ou de conhecimento –, são efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas relações entre desiguais

Para Raffestin (1993) o poder é relacional, pois, funciona como parte intrínseca de toda relação, manifestando-se por ocasião da relação. Segundo este autor:

[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações. [...] significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, energia e informação (p. 53-54).

Longe de querer apresentar uma definição rígida do conceito de poder - o que, inclusive, não é o objetivo central deste trabalho – é preciso ressaltar alguns elementos que caracterizam as relações de poder que permeiam as relações de produção e trabalho estabelecidas entre as empresas agroindustriais avícolas e os produtores integrados.

Há um aspecto comum nas acepções sobre relações de poder colocadas anteriormente. Tal aspecto refere ao fato das relações de poder se estabelecer no âmbito das diversas relações sociais que apresentam um caráter assimétrico, em que os agentes envolvidos são diferenciados, desiguais, no que diz respeito às possibilidades e meios que dispõem para executar seus planos, atingir seus objetivos, atender seus interesses.



A implantação do sistema integração avícola constitui uma ação estratégica, por parte das empresas, voltada para a orquestração das relações produtivas. Essa orquestração, por sua vez, envolve interações entre agentes diferenciados pois possuem uma capacidade diferenciada de agir sobre as coisas, as pessoas, os objetos e sobre as relações sociais. É uma relação entre desiguais e tal fato implica no estabelecimento de relações assimétricas e, é exatamente aí que essas interações produtivas revelam ser relações de poder em que têm intrinsecamente um componente de assimetria. O poder se manifesta em situações relacionais assimétricas (CASTRO, 2005).

Os principais agentes – empresas avícolas e produtores integrados – envolvidos na dinâmica do sistema integrado avícola não são homogêneos uma vez que, dispõem de capacidades diferentes para mobilizarem recursos visando alcançar seus objetivos. Neste caminho que o sistema de integração avícola forma uma dinâmica de relação de produção e de poder visto que “supõe assimetrias na posse de meios e nas estratégias para seu exercício e, o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias” (CASTRO, 2005, p. 93).

Entende-se, assim, que as relações de poder implicam no estabelecimento de um campo de forças em que agentes sociais diferenciados, no caso em estudo, empresas avícolas e produtores integrados, agem e interagem com a intenção de estabelecer condições – sejam elas: econômicas, políticas e/ou sociais – que lhes possibilitem a permanência e reprodução em um determinado espaço. Nesse processo, o território constitui um elemento importante, pois, através dos seus recursos, pode viabilizar ou dificultar a realização dos interesses dos agentes. Sendo assim, significa meio e uma condição para estratégias e ações destes agentes. É neste contexto que se assenta uma das dimensões da territorialidade das empresas agroindustriais avícolas.

A territorialidade se processa a partir do relacionamento entre os diferentes agentes sociais. Relações estas são permeadas por interesses diversos cujas ações para atingi-los revelam um caráter de conflito, de resistência, que envolve o uso do território. Nessa perspectiva, a liderança exercida por determinados agentes advém, sobretudo, de sua capacidade de mobilizar os recursos e instrumentos capazes de auxiliar na realização de seus interesses. Tal liderança é estabelecida pelos diferentes “pesos” político (por vezes

institucionalizado), econômico, social e/ou cultural que cada agente possui e expressa nas relações entre eles.

É essa dinâmica que, em grande parte, norteia o processo de territorialização das agroindústrias avícolas nos municípios de Conceição de Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba. Territorialização que neste trabalho é compreendida como a materialização no espaço das relações sociais de produção, estabelecida entre os agentes sociais e tem como uma de suas dimensões, as formas territoriais (unidades produtivas, por exemplo) criadas ou reestruturadas.

Este processo de territorialização resulta da dinâmica comandada pela territorialidade dos referidos agentes. Assim, a territorialidade é apreendida, aqui, como um conjunto de ações e estratégias que são implementadas pelas empresas agroindustriais avícolas, num “jogo” de interesses espacializados, cujo objetivo essencial é estabelecer as condições que garantam a sua permanência e reprodução a partir da apropriação de um espaço, tornando-o território. Isto ratifica uma perspectiva que permite evidenciar dois aspectos do conceito de territorialidade: o aspecto da **ação e estratégia** dos agentes e o aspecto da **relação** estabelecida entre eles. O objetivo é analisar a territorialidade, isto é, as ações e estratégias executadas pelas agroindústrias avícolas na implantação e funcionamento do sistema integrado de produção avícola, evidenciando, outrossim, a dinâmica das relações combinadas entre a empresa integradora e os produtores integrados nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

## **2 FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E CONCEIÇÃO DA FEIRA**

A dinâmica que opera sobre o espaço geográfico e que, conseqüentemente, caracteriza o uso do território no presente deve ser entendida como fruto de um processo histórico que, como tal, possui determinantes cuja gênese, inevitavelmente, deve-se buscar compreender a partir de dinâmicas e processos inscritos nos tempos passados.

Esse exercício, por sua vez, revela a necessidade de considerar o território como uma construção histórica e geográfica através da qual as relações sociais de produção e poder vão sendo moldadas e, ao mesmo tempo, estruturam o espaço geográfico em que estão inseridas. Urge assim, a necessidade de analisar o processo de formação e evolução do território a fim de captar os elementos que determinam ou influem na sua dinâmica atual.

Nessa perspectiva, a tarefa de compreender o processo de formação e evolução territorial dos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira constitui um exercício indispensável na tentativa de identificar e analisar os recursos territoriais que têm possibilitado e determinado o uso do território a partir da atividade avícola.

O início do processo de ocupação e configuração territorial desses municípios remonta ao período colonial brasileiro e, portanto, discutí-lo implica compreendê-lo a partir de um movimento mais amplo que caracteriza a dinâmica de ocupação do território brasileiro como um todo. Esse é um esforço que se segue visando identificar o contexto em que tal processo se inicia e, paralelamente, analisar as especificidades que envolvem a formação territorial dos municípios envolvidos na pesquisas.

Nesse sentido, buscar-se-á, inicialmente, contextualizar o movimento de ocupação do espaço brasileiro a partir da dinâmica da colonização portuguesa e, posteriormente, situar os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira com o objetivo de identificar e analisar a construção dos fatores e determinantes que compõem a dinâmica territorial atual dos mesmos. A

compreensão desse processo possibilitará melhor análise da questão da territorialidade da avicultura de corte e do sistema integrado de produção avícola nos referidos municípios.

## 2.1 DINÂMICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL COLONIAL

A dinâmica de ocupação territorial do Brasil a partir do período colonial não pode, em hipótese alguma, ser considerada um movimento isolado, sem articulação com a dinâmica política e socioeconômica de abrangência mundial. Negar essa imbricação implica em negar também a idéia de que a construção do espaço geográfico brasileiro decorre da conjugação de diversos fatores e agentes cujas ações possuem uma abrangência espacial diversificada e que, por isso, revelam a natureza espacial multiescalar dos processos envolvidos na formação territorial brasileira.

O processo de “descobrimento”, ocupação e povoamento do território brasileiro, feitos a partir do século XVI, inscreve-se no amplo movimento de expansão territorial portuguesa no Atlântico e da expansão marítima através do desenvolvimento das empresas comerciais européias (ANDRADE, 1995 e BECKER e EGLER, 1999).

Nesse sentido, analisar o referido processo de ocupação colonial implica em entendê-lo a partir do movimento de expansão do comércio mundial no qual Portugal, por conta de sua localização geográfica estratégica e também devido ao seu desenvolvimento nas ciências náuticas, destaca-se como um dos principais agentes.

Essas condições, somadas a outros elementos como o fato das principais cidades portuguesas (Porto e Lisboa) terem se tornado pontos das principais rotas comerciais da Europa, viabilizando um afluxo de capitais oriundos de diversas regiões européias, possibilitaram a Portugal obter um destacável desenvolvimento dentro da Revolução Comercial que, por sua vez, culminou na incorporação de “novas” áreas à economia capitalista comercial, ampliando, assim, o comércio mundial. É exatamente dentro desse contexto que devem ser entendidos o início da

incorporação do Brasil na economia mundial e a conseqüente ocupação do espaço brasileiro.

Frente às constantes ameaças externas que poderiam questionar o direito português às terras brasileiras, a apropriação efetiva do espaço brasileiro por parte dos portugueses irá ocorrer a partir de 1534 com o estabelecimento de uma divisão política do território cujas áreas delimitadas denominavam-se capitânicas hereditárias.

Essa divisão estabelecia a organização de uma exploração mais sistemática da nova colônia, pois, antes desse momento, a exploração dessa área decorria do desenvolvimento extrativismo de produtos florestais, principalmente do pau-brasil, o que ocasionou a implantação de pequenos entrepostos de escambo e comercialização ao longo da costa.

A ocupação e a organização espacial brasileira no período colonial refletem as relações de produção e de poder que caracterizam o pacto colonial baseado no monopólio metropolitano sobre o comércio. Nesse sentido, Andrade (1995, p. 35) afirma que “o sistema colonial organizou o espaço de forma a que nele se fizesse a exploração das áreas ricas em produtos de interesse no mercado europeu, ligando estas áreas a portos que desempenhavam a função de *relais* entre a hinterlândia e a metrópole”.

As relações de produção estabelecidas entre metrópole e colônia determinaram que esta última fosse organizada espacialmente de modo a atender os interesses da primeira. O processo de ocupação da colônia atinge, nas primeiras décadas, basicamente a área de costa litorânea tendo em vista que o que era produzido na colônia tinha como destino final os mercados europeus.

Os mecanismos e ações utilizados pelos portugueses para garantir a posse e explorar economicamente a colônia foram variados e atingiram diferentes áreas. Assim, o processo de ocupação prossegue através da implantação de fortes militares e das missões religiosas nas bacias amazônica e platina ou mesmo através das expedições para o interior, sobretudo no sul do Brasil, com o intuito de capturar indígenas para serem explorados como mão-de-obra escrava nas áreas de produção canavieira. Do mesmo modo, o desenvolvimento da atividade mineradora, estabelecida com a descoberta do ouro, impulsionou a expansão e ocupação territorial em direção ao interior, criando as condições para a implantação dos primeiros núcleos urbanos nas áreas interioranas distantes do litoral.

É importante deixar claro, porém, que a necessidade de organizar a produção na colônia revelou, desde o início, a constituição das *plantations* açucareiras, de base escravocrata, como alicerces iniciais da estrutura econômica, política e social da colônia. Tal fato advém, sobretudo, do sucesso da estratégia portuguesa nas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico ao promover o cultivo da cana-de-açúcar. Explica-se, portanto, porque o modelo de produção açucareira implantado em terras brasileiras reflete, em grande parte, a forma adotada por Portugal nas ilhas São Tomé e Madeira.

Admite-se, dessa forma, que a cultura açucareira ao mesmo tempo em que lançou as bases de incorporação do Brasil na economia-mundo, organizou os alicerces iniciais da formação territorial brasileira uma vez que o processo de ocupação dinamizou-se com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar cuja produção destinava-se ao mercado externo.

Como esse produto tinha grande demanda no comércio europeu, a ampliação do seu cultivo nas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico bem como nas áreas recém “descobertas” tornaram-se inevitáveis e necessárias. No que se refere à colônia brasileira, a terra foi doada aos donatários com o objetivo de promover a agricultura, principalmente, de cana-de-açúcar (BECKER e EGLER, 1999).

Assim, durante os séculos XVI e XVII, o cultivo desse produto conduziu a dinâmica de ocupação das áreas litorâneas, sobretudo, do litoral nordestino, onde as condições climáticas, pedológicas e litorâneas possibilitaram a sua expansão e facilitaram o escoamento da produção para o exterior.

De um modo geral, o processo de ocupação e exploração das terras brasileiras está inscrito no contexto das estratégias de cunho econômico e geopolítico utilizadas por Portugal (e seus aliados) cujo objetivo maior era ampliar as bases de acumulação primitiva através da incorporação de novas áreas ao comércio mundial.

A esse respeito, Andrade (1995, p. 32), concordando com as idéias de Caio Prado Júnior, afirma que no período colonial estrutura-se no Brasil “[...] uma formação econômico-social capitalista que procurava maximizar a acumulação primitiva, destruindo a natureza, escravizando e dizimando as tribos indígenas e desenvolvendo o tráfico de africanos [...]”.

A produção açucareira, fortemente concentrada no nordeste do Brasil, lançou as bases de organização política, social, econômica e espacial da colônia e,

desta forma, a implantação dos engenhos de açúcar, determinou o processo de ocupação territorial no nordeste, embora a sua presença fosse mais efetiva nas próximas ao litoral.

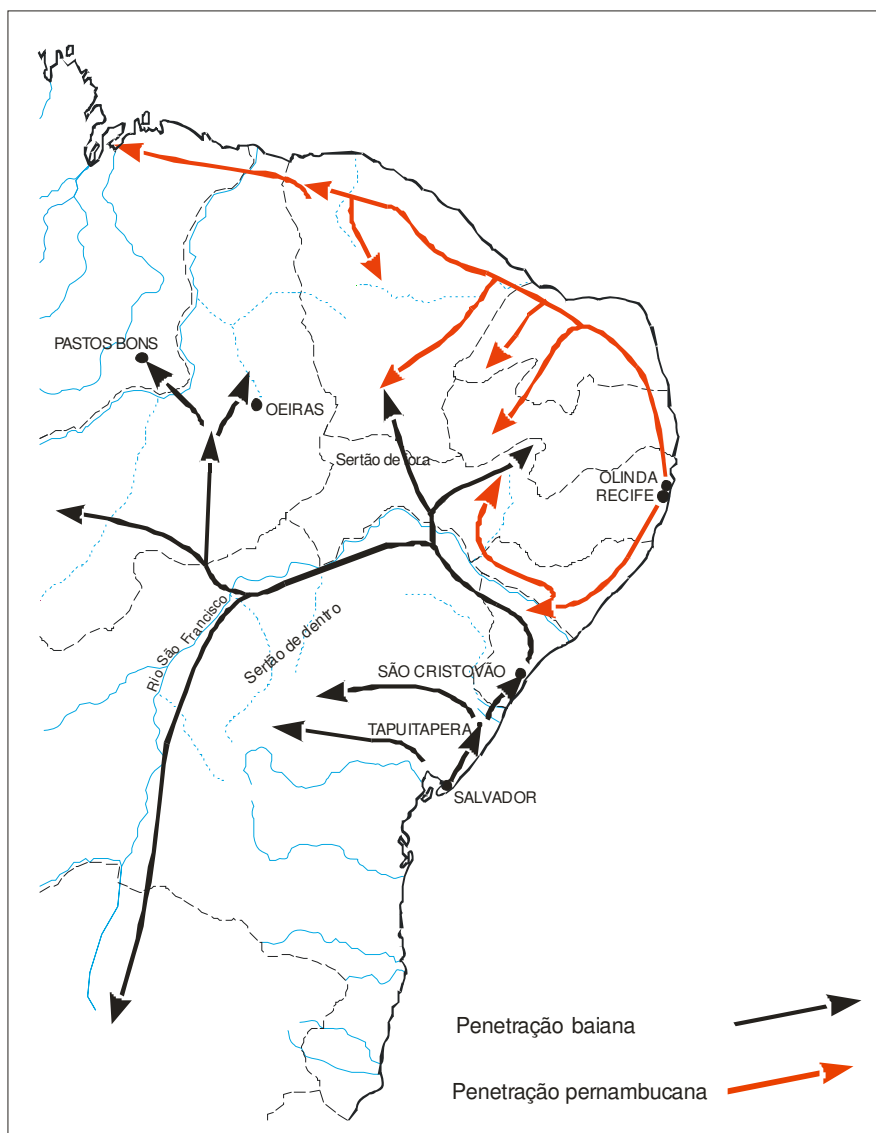
O avanço da ocupação para o interior deve ser analisado como uma conseqüência do desenvolvimento de diversas outras atividades em diferentes áreas nordestinas, mas, ainda assim, relacionadas com o cultivo da cana-de-açúcar. Neste sentido, a pecuária, constituiu um importante elemento na condução do processo de ocupação do interior do nordeste e também a produção fumageira contribuiu enormemente para a ocupação e relevância econômica do Recôncavo Baiano (e dos municípios em pauta) onde estavam localizados grandes engenhos de açúcar.

No nordeste, a expansão da atividade açucareira promoveu, sobretudo, o desenvolvimento das capitânicas de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos. Esta última encontrava-se numa posição mais privilegiada, pois, contava também com o fato de ter sido adquirida, em 1549, pela Coroa, para implantação do Governo-Geral da Colônia e a fundação de sua capital, a Cidade do Salvador.

O fato é que, já no século XVI, os núcleos das colônias de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos, devido, principalmente, ao desenvolvimento da produção açucareira, se consolidaram como as mais importantes áreas de povoamento e exploração econômica da colônia. Sendo assim, devido ao fato da cultura da cana-de-açúcar demandar o emprego de um grande número de mão-de-obra, essas áreas apresentavam uma considerável concentração populacional, partindo daí grandes “frentes” de ocupação para todo litoral e também para o sertão nordestino (figura nº 4.).

Partindo dos núcleos de Pernambuco, a frente de ocupação avançou seguindo a porção setentrional do litoral nordestino alcançando as terras dos atuais Estados do Ceará e Maranhão e, ao mesmo tempo, ainda que de forma pouco abrangente, realizou algumas investidas em direção ao interior nas áreas atualmente pertencem aos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Por outro lado, a frente de ocupação oriunda das áreas baianas seguiu pelo litoral e rapidamente avançou em direção ao interior seguindo as margens dos rios, principalmente do Rio São Francisco, promovendo a ocupação e exploração do “sertão de dentro”. A frente baiana preocupou-se, claramente, em avançar pelo interior do nordeste atingindo áreas que, atualmente, pertencem aos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Tocantins, Piauí e Minas Gerais.



Fonte: ANDRADE, 1995, p. 34

Figura nº 4 - **Penetração pernambucana e baiana no sertão do Nordeste – Século XVIII**

Segundo Andrade (1995, p. 44),

a intensificação da escravidão e o crescimento populacional decorrente da expansão dos canaviais, provocaram sérios impactos e a necessidade de se produzir, na área povoada, alimentos para esta população em crescimento.

O importante a destacar no processo de ocupação territorial no nordeste é o fato de que enquanto a produção canavieira e os engenhos de açúcar determinaram a dinâmica nas áreas litorâneas, no interior, a dinâmica de ocupação é determinada pelo desenvolvimento de outras atividades. Dentre essas atividades



figura, principalmente, a pecuária que, embora constitua uma atividade cuja dinâmica é diferenciada da produção canavieira, tinha o seu desempenho fortemente influenciado por ela e, mais tarde, pela mineração.

O interessante é que, inicialmente, o desenvolvimento da atividade pecuária no interior do nordeste ocorreu de forma espontânea, pois, como afirma Furtado (1997, p. 57), “os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois, o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea.”

Por certo, uma série de fatores, inclusive as condições naturais, influenciou na interiorização do processo de ocupação no nordeste tendo como elemento principal a atividade pecuária. Tal fato contribuiu para a expansão do povoamento, para a ocupação de grandes espaços no interior e, mediante a prosperidade do comércio do gado, as rotas de gado auxiliaram na interligação das várias regiões do Brasil.

Na Capitania da Bahia, as áreas mais expressivas eram a cidade de Salvador, que abrigava o núcleo do Governo Geral da colônia, e a área denominada de Recôncavo Baiano, situada em torno da Baía de Todos os Santos, onde encontrava-se instalado grandes engenhos de açúcar. Assim, a partir dessas áreas, verificou-se um avanço para o interior tendo a criação de gado como principal elemento propulsor. Instalada no interior, a pecuária, desenvolvida em grandes propriedades, mantinha forte relação com as zonas de produção açucareira e, posteriormente, com as áreas de mineração, pois, supria-as de animais de carga, couro e carne. Nesse sentido, a rápida expansão das áreas canavieiras e mineradoras freqüentemente se refletia também na expansão da criação de gado em direção ao interior baiano.

É importante ressaltar que essa dinâmica da pecuária não só possibilitou a ocupação das áreas interioranas dominadas por grandes latifúndios como também possibilitou, embora de forma descontínua e isolada, a formação de povoados, nas áreas de repouso e comercialização de animais nos novos caminhos abertos no trajeto para o litoral. Vários núcleos urbanos baianos se originaram dessa interação entre as zonas de criação de gado com as zonas canavieiras e mineradoras.

Embora a criação de gado, presente no interior, e a cultura canavieira, ocupando as áreas de solo massapé no Recôncavo Baiano, tenham constituído como as principais atividades econômicas desenvolvidas na Bahia, nas áreas de

solos silicosos do Recôncavo o desenvolvimento da cultura fumageira também ganhou notória importância.

A força de trabalho predominante em toda colônia, principalmente nas zonas canavieiras, era a mão-de-obra escrava. Considerando, entre outras questões, a dificuldade em concentrar a mão-de-obra indígena, os colonizadores passaram a recorrer ao comércio de escravos na costa africana onde o fumo constituía um relevante artigo valorizado na troca por escravos.

Assim, o desenvolvimento da cultura fumageira direcionou o processo de ocupação das áreas próximas à lavoura canavieira influenciando, posteriormente, na formação territorial dos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira que estão inseridos na área onde se desenvolveu o plantio de fumo.

## 2.2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E CONCEIÇÃO DA FEIRA

Sem sombra de dúvida, o processo de formação e evolução territorial dos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira tem sua gênese inscrita na dinâmica de desenvolvimento tanto da atividade pecuária como também da cultura fumageira no nordeste e, mais especificamente, no Recôncavo Baiano.

Evidentemente que a natureza dos agentes e fatores locais nos impõe a necessidade de considerar as especificidades com que essa dinâmica se apresenta e influencia nos contornos espaciais dos lugares. Assim, entender a dinâmica de constituição desses municípios implica em reconhecê-la enquanto fruto do desenvolvimento dessas atividades.

### 2.2.1 A ocupação territorial e dinâmica atual do Município de São Gonçalo dos Campos

A ocupação e povoamento da região de São Gonçalo dos Campos, ocorrido no século XVII, está intimamente ligado à ocupação portuguesa do

Recôncavo Baiano no século XVI, devendo ser compreendida dentro do processo mais amplo do plano de colonização estabelecido para as terras brasileiras.

Nesse sentido, é preciso deixar claro que as estratégias portuguesas de colonização das terras brasileiras destinavam para essas o papel de produção de gêneros tropicais, dentre os quais o açúcar ganhou maior destaque, para abastecer os mercados europeus.

A produção açucareira logo revelaria o destaque do povoado que, já em 1693, seria elevado à categoria de vila com o nome de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, devido a sua participação na produção e escoamento da produção açucareira. Esse núcleo de povoamento, formado a partir do engenho de Gaspar Rodrigues Adorno, passa a constituir um dos núcleos de relevante produção econômica na colônia tanto pela produção canavieira, quanto pela instalação das plantações de fumo e, também, presença do porto.

Paralelamente, observa-se também um movimento de expansão da ocupação em direção ao interior, mais precisamente em direção aos campos mais altos instalados no planalto, onde as expedições em busca de índios e metais preciosos, mas, principalmente, a implantação dos currais de gado, possibilitaram a constituição de passagens regulares para atingir as áreas no interior (sertão) da Capitania da Bahia. O início da penetração na área do atual município de São Gonçalo dos Campos ocorreu exatamente a partir do século XVII, quando as bandeiras que penetraram nos sertões da Bahia demarcaram terras estabelecendo plantações e currais no local.

Entre os anos de 1687 e 1690, em função do achado de uma imagem de São Gonçalo do Amarante, construiu-se nos campos mais altos do planalto (área denominada de “Campos da Cachoeira”) uma capela possibilitando a formação do arraial de São Gonçalo, povoado a partir de indivíduos vindos de Cachoeira e adjacências. Posteriormente, o arraial foi elevado à condição de sede da freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, vinculado administrativamente à Vila de Cachoeira e participando decisivamente de diversos movimentos revolucionários na Bahia.

Andrade e Teixeira (1984) defendem que a fixação do povoamento no arraial de São Gonçalo deveu-se a diversas razões, mas, que é improvável que a criação de gado bovino tivesse contribuído para o povoamento, dada as características de extrema mobilidade dos rebanhos. Entretanto, é preciso deixar

claro que embora a pecuária bovina possua essa característica de mobilidade é exatamente a partir dessa mobilidade que a criação de gado pode ter contribuído para o crescimento e povoamento do arraial de São Gonçalo. Nesse sentido, Santos (1990, p. 51) analisando a inserção de São Gonçalo dos Campos no contexto do Recôncavo baiano afirma que

a sua posição geográfica e as estradas de boiada que recortam o seu território lhe asseguraram prestígio, desde os tempos em que toda a influência política e econômica do Estado se solidificava no Recôncavo Baiano, em função do açúcar e do porto de Cachoeira, principal escoadouro de comercialização para onde chegavam as mercadorias que se destinavam ao sertão ou que vinham do interior e se dirigiam a Salvador.

Nessa perspectiva, embora a criação de gado possa não ter influenciado diretamente no povoamento de São Gonçalo dos Campos, indiretamente, através dos deslocamentos dos rebanhos que criaram rotas de boiadas pelo Recôncavo Baiano, fazendo a ligação entre o litoral e o sertão, a pecuária bovina contribuiu fortemente para a formação territorial desse povoado uma vez que o mesmo servia como ponto de passagem das mercadorias que circulavam entre o sertão e o porto de Cachoeira em direção à Cidade de Salvador.

A emancipação efetiva do município só viria ocorrer em 28 de julho de 1884, através da Lei Provincial n° 2460, que elevou o povoado de São Gonçalo à categoria de vila e instalou o Município de São Gonçalo dos Campos, composto pelas antigas freguesias de São Gonçalo e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, desmembrando-o de Cachoeira. Atualmente, o Município de São Gonçalo dos Campos é constituído do distrito sede de mesmo nome e dos distritos de Afligidos e Sergi.

Santos (1990, p. 59), ao analisar a emancipação do município, aponta que entre os diversos fatores que contribuíram para o processo emancipatório “a participação da freguesia de São Gonçalo dos Campos naquela produção e beneficiamento do fumo, conferia uma importância que não podia ser esquecida e que justificava plenamente sua elevação à condição de autonomia administrativa”. Portanto, a formação territorial do município não é um resultado direto da produção dos engenhos açucareiros instalados na região do Recôncavo, pois, os fatores que contribuíram efetivamente para essa formação foram a criação de gado, através dos caminhos de boiadas, e a produção fumageira destinada para o mercado externo.

Atualmente, o Município de São Gonçalo dos Campos encontra-se inserido na Região Econômica do Paraguaçu, localizado a 12° 26' de latitude sul e 38° 57' de longitude oeste, distando aproximadamente cerca de 108 km da capital do Estado, possuindo uma área de 295,5 km<sup>2</sup> de extensão (figura n° 5.).

Em termos de acessibilidade de São Gonçalo dos Campos, durante o período colonial, os antigos caminhos de gado constituíam os principais meios de acesso dessa freguesia ao sertão da capitania e ao porto de Cachoeira para onde circulavam o comércio de produtos destinados ao abastecimento da capital.

Posteriormente, os caminhos de gado e as ferrovias deterioradas deram lugar ao crescente uso das rodovias consideradas como símbolos de modernidade dos meios de transportes brasileiros. Assim, as rodovias federais e estaduais que dão acesso ao Município acabam também por articulá-lo aos maiores centros urbanos do Estado da Bahia (Salvador e Feira de Santana).

A BA – 502, rodovia estadual que atravessa o município, por um lado, possibilita a sua ligação com a BR – 101 que por sua vez atravessa e articula territorialmente os estados da Região Centro-Sul com os da Região Nordeste ao tempo em que também dá acesso à BR – 324, ligando-o à Capital do Estado. Por outro lado, essa rodovia estadual interliga São Gonçalo dos Campos ao Município de Feira de Santana e, daí, a outras regiões do Estado da Bahia. Assim, considerando que o Município de Feira de Santana exerce hoje um papel importante na rede de transportes do Estado da Bahia por conta de sua posição geográfica que lhe possibilita exercer a função de entroncamento rodoviário nacional, a proximidade de São Gonçalo dos Campos com esse município tende a facilitar o seu acesso às demais regiões do Estado da Bahia e também com outros estados de outras regiões do país.

Nesse sentido, em que pese o fato da malha rodoviária que integra o Estado da Bahia encontrar-se em condições precárias de conservação, as possibilidades infra-estruturais de acessibilidade ao Município de São Gonçalo dos Campos são relativamente satisfatórias para permitir os fluxos de mercadorias e pessoas entre esse município e o restante do país, mas, principalmente, com a Região Nordeste.

Dentro da hierarquia urbana do Estado da Bahia, levando em consideração a capacidade de oferta de bens e serviços, o tamanho da população e a capacidade de articulação do espaço, São Gonçalo dos Campos ocupa a posição

de centro local fortemente articulado com o município de Feira de Santana que, por sua vez, em decorrência da sua importância econômica, segundo IBGE, exerce a função de capital regional de 1º nível na rede urbana baiana.

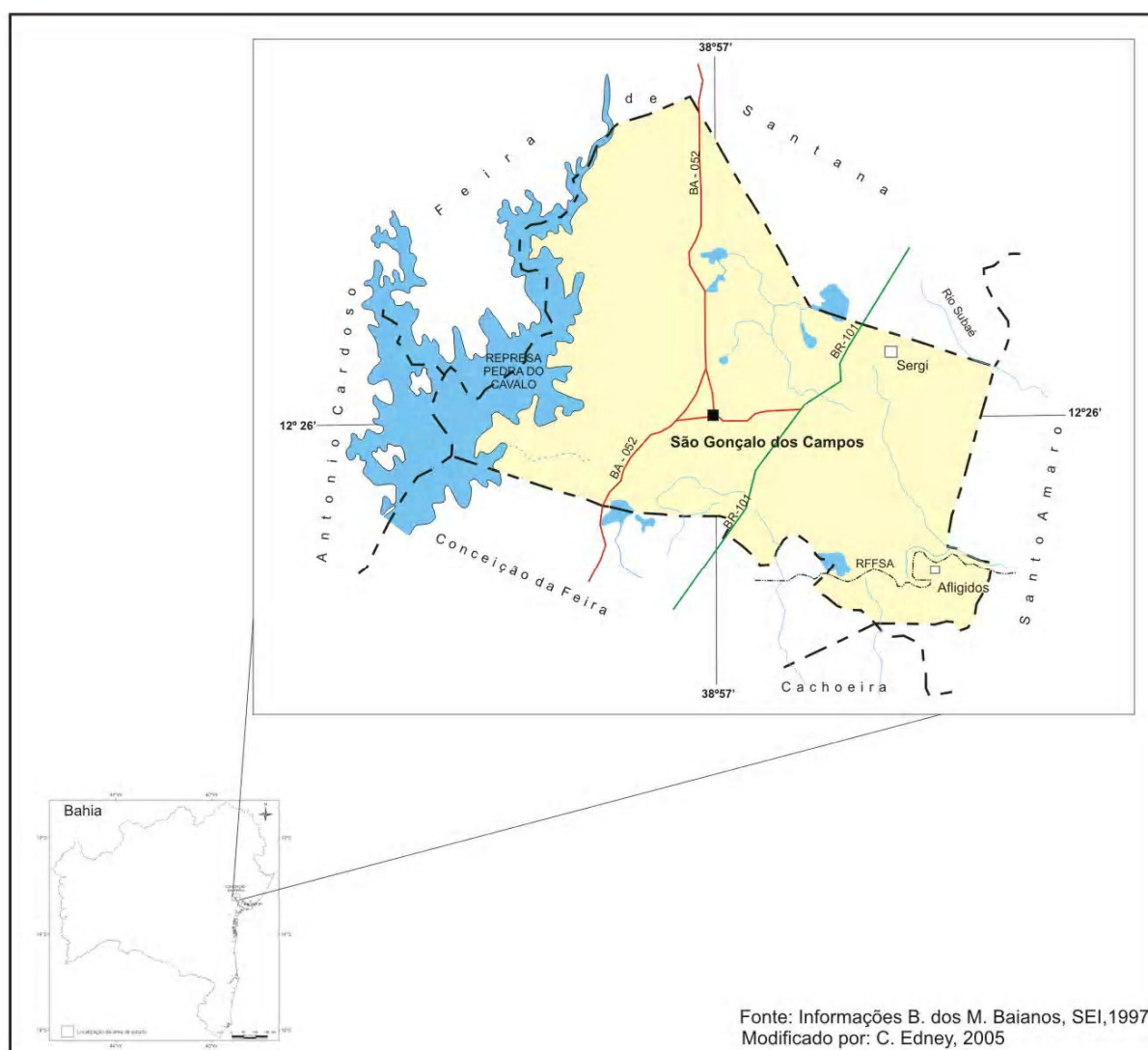


Figura nº 5 - Localização do Município de São Gonçalo dos Campos - BA

Em que pese o fato do Município ser beneficiado, em alguns aspectos infra-estruturais, pela proximidade com Feira de Santana, no que se refere aos setores de oferta de bens e serviços bem como da atividade industrial houve desenvolvimento incipiente frente ao forte dinamismo apresentado por Feira de Santana.

Santos (1999, p. 40) analisando a organização territorial de Feira de Santana afirma que

a ampla oferta de serviços ligados às atividades terciárias, abrigando grandes empresas de atacado e varejo, faz com que a população da região, como de vários pontos da Bahia, para aí se desloquem para vender e comprar mercadorias no comércio local e utilizar os serviços de saúde e educação instalados na cidade.

A facilidade de acesso decorrida da ampliação de ligações e das melhorias rodoviárias entre os dois municípios tem contribuído para que, desde o período de decadência da produção fumageira, o setor de comércio e serviços em São Gonçalo sofra um declínio.

Durante um longo período, o dinamismo da atividade industrial no município foi conduzido pelas fábricas de beneficiamento do fumo e produção de charutos. Assim, a fase de decadência da cultura fumageira nos anos 1960 coincide também com o processo de declínio industrial no município.

Por outro lado, o Município de Feira de Santana destaca-se pelo relevante crescimento da atividade industrial, sobretudo, a partir da década de 1970, por ocasião da implantação de um dos mais importantes pólos industriais do Estado da Bahia, o Centro Industrial do Subaé (CIS).

O CIS, constituído basicamente de dois núcleos, um situado nas margens da BR – 324 e o outro localizado no Bairro do Tomba nas margens da rodovia estadual BA – 502, portanto, relativamente próximos de São Gonçalo dos Campos, agregaram um grande número de indústrias produtoras de bens de produtos intermediários e finais, em sua maioria, oriundas da Região Centro-Sul do País.

Nesse sentido, considerando o aparato técnico infra-estrutural bem como as políticas de incentivos fiscais implementadas pelo poder público estadual e federal via recursos da SUDENE, o desenvolvimento da atividade industrial tornou-se mais atrativo no Município de Feira de Santana do que em qualquer outro município da região. Nessa perspectiva, a expansão da atividade industrial em São

Gonçalo dos Campos foi retraída pela decadência da cultura fumageira aprofundada com a implantação do Centro Industrial Subaé, em Feira de Santana.

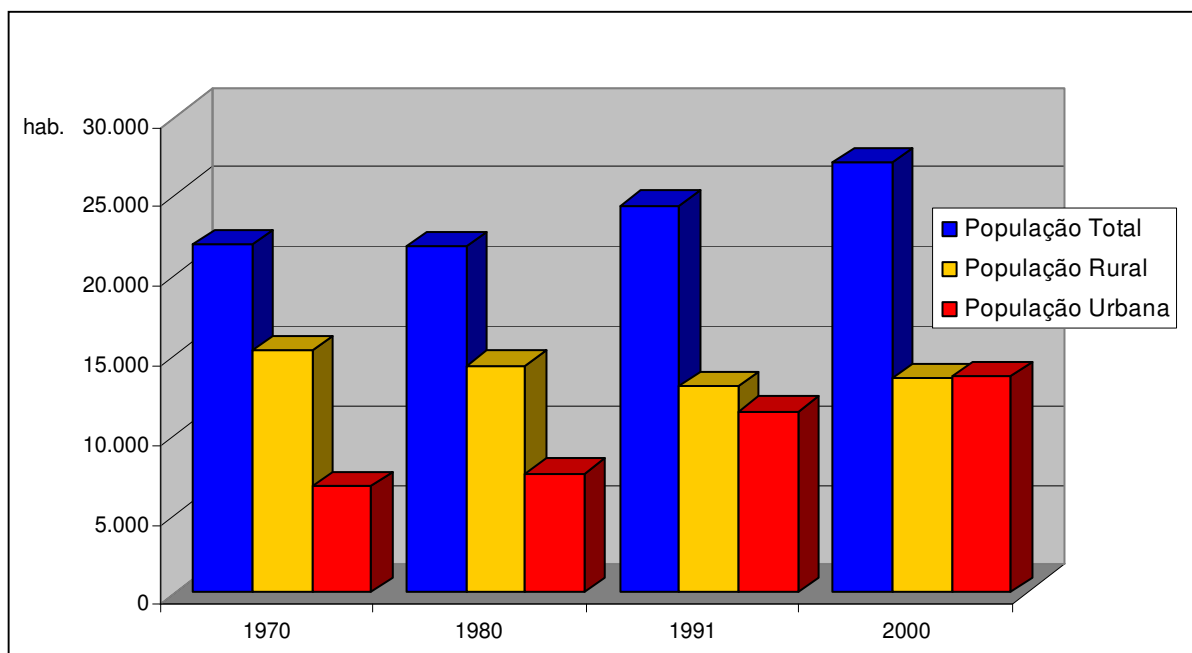
Uma análise dos aspectos populacionais das últimas décadas (tabela n° 1 e figura n° 6) permite verificar que o dinamismo socioeconômico do município não tem permitido um efetivo processo de urbanização, fato este que contribui para que São Gonçalo dos Campos apresente uma dinâmica semelhante à maior parte dos municípios baianos, onde uma parcela expressiva da população reside na zona rural. No caso de São Gonçalo dos Campos, este fato, certamente, advém do incipiente dinamismo apresentado pelos setores industriais e de oferta de bens e serviços.

Tabela n° 1

**Distribuição da população rural e urbana de São Gonçalo dos Campos –Ba – 1970-2000**

Ano	População residente				Total
	Urbana	%	Rural	%	
1970	6.671	30,5	15.187	69,5	21.858
1980	7.449	34,3	14.262	65,7	21.711
1991	11.387	46,9	12.914	53,1	24.301
2000	13.552	50,2	13.448	49,8	27.000

Fonte: IBGE, 2000



Fonte: IBGE. 2000

**Figura n°6 - Distribuição da população rural e urbana de São Gonçalo dos Campos – Ba : 1970-2000**



Na década de 1970, o município possuía cerca de 21.858 habitantes dos quais apenas 6.671 (30,5%) residiam nas áreas urbanas e a grande maioria 15.187 (69,5%) estava concentrada nas áreas rurais.

Os resultados do Censo Demográfico de 1980 revelaram que houve uma inexpressiva redução da população total para 21.711 habitantes, mas, paralelamente, houve um maior crescimento da população urbana que subiu para 7.449 habitantes enquanto que a população rural diminuiu para cerca de 14.262 habitantes. Tal fato possibilitou que houvesse um expressivo aumento da urbanização (34,3%) do município, embora ainda continuasse a significativa concentração das pessoas na zona rural (65,7%).

No Censo realizado em 1991 os dados apontam que houve uma tendência de crescimento populacional, sobretudo, nas áreas urbanas. A população urbana do município aumentou para cerca de 11.387 habitantes (46,9%) enquanto que a população rural decresceu para, aproximadamente, 12.914 habitantes (53,1%), perfazendo um total de 24.301 habitantes em todo município. Ainda assim, apesar de ter havido uma elevação destacável da urbanização, constata-se que há, ainda neste período, uma predominância da população rural em relação à urbana.

Quadro esse que só veio a ser alterado a partir dos primeiros anos do século XXI quando a população urbana apresentou um crescimento ligeiramente maior do que a rural. No ano 2000, São Gonçalo dos Campos apresentava uma população de 27.000 habitantes, sendo que deste total, 13.552 (50,2%) residiam nas áreas urbanas e 13.448 (49,8%) nas áreas rurais do município. Nota-se, portanto, que há uma contínua tendência de crescimento da população urbana, mas esse período é também caracterizado por uma mudança de tendência da população rural que, nas décadas anteriores, vinha apresentando um ritmo de decréscimo e, em 2000, apresenta uma tendência de crescimento em números absolutos. Ainda há um número expressivo de pessoas residindo nas áreas rurais do município.

É interessante destacar que a população economicamente ativa do município, em sua maioria, tem nas atividades agropecuárias o seu principal meio de sobrevivência. Esse é um fato revelador de que, ainda nos dias atuais, embora com uma dinâmica diferenciada, os processos históricos que comandaram a ocupação territorial de São Gonçalo dos Campos ainda se fazem presentes no seu espaço socioeconômico.

Nessa perspectiva, tendo em vista que uma parcela considerável da população ainda reside na zona rural e, de certa forma, as atividades agropecuárias ainda exercem forte influência nos aspectos econômicos do referido município, é preciso revelar a dinâmica e a estrutura do seu espaço rural para poder compreender de forma ampla os processos de formação territorial de São Gonçalo dos Campos.

### **2.3.1.1 Dinâmica do espaço rural de São Gonçalo dos Campos**

Embora a criação de gado tenha influenciado na formação territorial de São Gonçalo dos Campos, o município historicamente teve a agricultura como base de sua atividade econômica e, nesse sentido, a cultura fumageira ganha maior destaque, sobretudo, pela importância desse produto no comércio de escravos. Assim, desde a colonização, a cultura, beneficiamento e a comercialização do fumo formavam a atividade econômica básica do município, sendo complementar à produção açucareira do Recôncavo Baiano, uma vez que a mão-de-obra escrava utilizada nos engenhos e nas plantações de açúcar advinha das trocas de fumo por escravos no litoral africano.

Por esse fato, no Recôncavo e, mais especificamente em São Gonçalo dos Campos, a produção fumageira, introduzida desde o século XVII, conheceu, durante um período relativamente longo, um processo de difusão que alcançou o mercado de diversos países europeus e africanos.

No município, essa produção possuía características que de certa forma a diferenciava da produção canavieira, pois era desenvolvida tradicionalmente por pequenos proprietários que utilizavam basicamente a mão-de-obra familiar embora existissem grandes propriedades produtoras de fumo que utilizavam mão-de-obra escrava.

Durante um longo período o município de São Gonçalo ficou conhecido pela produção do fumo de melhor qualidade da Bahia. Segundo Silva (2001), em meados do século XIX, a produção do fumo tornou-se fabril com a implantação de

fábricas artesanais que utilizavam mão-de-obra familiar na produção de charutos, cigarros e rapé.

Com a extinção do trabalho escravo, a produção fumageira no município passou a ser controlada pelas grandes fábricas exportadoras instaladas no final do século XIX. Destaca-se nesse momento a presença do capital estrangeiro, sobretudo, alemão, envolvido no beneficiamento e comercialização do produto. Como afirma Silva (2001, p. 27), “essa presença de crédito e capitais alemães nas firmas fumageiras baianas demonstra o papel de intermediário desses grupos estrangeiros entre a Bahia e os mercados externos”.

Na primeira metade do século XX, durante o período áureo da cultura do fumo, o município de São Gonçalo contava com a presença de grandes armazéns, em sua maioria representantes de empresas estrangeiras. Dentre essas empresas pode-se citar a Suerdieck Exportadora S/A, a Dannemann, a Mongeroth Leone Ltda., a Este Asiático Exportação e a Sociedade Exportadora Garrido.

A dinâmica apresentada pela produção fumageira influenciou efetivamente na organização espacial do município refletindo também no setor de comércio que se tornava bem mais intenso durante o período da produção de fumo. Entretanto, a crise fumageira, iniciada na década de 1960, por fatores de ordens diversas, culminou na retração do comércio local, provocando elevados índices de desemprego em um município onde a maior parte da população encontrava-se empregada em atividades fumageiras. Paralelamente, a crise provocou modificações no uso da terra, pois, as terras antes ocupadas com o fumo, gradativamente deram lugar às culturas de subsistência e às pastagens destinadas, principalmente, para a pecuária bovina.

A tabela nº 2 apresenta dados referentes à utilização de terras da área rural do município de São Gonçalo dos Campos. As lavouras constituem a forma de exploração presente em grande parte dos estabelecimentos, ocupando, com lavouras temporárias, 1,408 ha (8,7%) e, com lavouras permanentes, 262 ha (1,6%) das áreas rurais do município, o que totaliza 1670 ha, ou seja, 10,3%. Por outro lado, das áreas rurais de São Gonçalo dos Campos, 3.925 ha (24,3%) destinam-se ao uso de pastagens naturais e 8.647 ha (53,6%) são explorados via pastagens plantadas, o que totaliza cerca de 12.572 ha, ou seja, 77,9% das terras.

Tabela n° 2

<b>Utilização de terras no município de São Gonçalo dos Campos - Ba: 1996</b>			
<i>Usos</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Área (%)</i>
Lavouras temporárias	701	1.408	8,7
Lavouras permanentes	150	262	1,6
Pastagens Naturais	250	3.925	24,3
Pastagens Plantadas	464	8.647	53,6
Matas e florestas naturais	181	1.295	8,0
Matas e florestas plantadas	22	72	0,4
Produtivas não utilizadas	201	529	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>16.138</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

A cultura de fumo marcou profundamente o espaço rural de São Gonçalo dos Campos, mas hoje tem uma expressão tímida neste município. Atualmente, a produção de culturas de subsistências, principalmente, mandioca, milho e feijão, é o que mais caracteriza o segmento da agricultura do referido município.

No que se refere à atividade pecuária, sobretudo, a pecuária bovina, Santos (1990) afirma que “os indícios da pecuarização vão se fazendo notar paralelamente ao declínio da fomicultura, que no fim da década de 60 estava inteiramente desarticulada em São Gonçalo dos Campos.” (p. 86).

O referido autor, analisando a pecuarização do município de São Gonçalo dos Campos, defende que esse processo constitui uma das formas que o capital encontrou para aproveitar as oportunidades abertas com a decadência fumageira e promover a expansão capitalista no campo. Nesse sentido, observa-se que, a partir desse momento, o desenvolvimento dessa atividade irá comandar um movimento de transformação socioespacial adequando a organização espacial do município de forma a atender a essa “nova” dinâmica que se instala sobre o território.

É importante ressaltar, porém, que o desenvolvimento da pecuária não é um fato verificado estritamente em São Gonçalo dos Campos, pois, a expansão dessa atividade ocorre, basicamente, no mesmo período, em grande parte da microrregião de Feira de Santana. Daí, Santos (1990) afirma que muitos dos elementos propulsores da pecuária em São Gonçalo dos Campos encontravam-se localizados em outros municípios, sobretudo, em Feira de Santana, por conta da criação da COOPERFEIRA e do Centro Industrial Subaé que passaram a incentivar a criação de gado na região.

Embora a pecuária bovina tenha obtido expressão como atividade econômica do município, sobretudo, no período posterior a decadência da cultura fumageira, ainda assim, a agricultura continua a se fazer presente como atividade principal na maioria dos estabelecimentos rurais, conforme dados apresentados na tabela n° 3.

Tabela n° 3

**Atividade econômica principal nos estabelecimentos rurais do município de São Gonçalo dos Campos - BA: 1996**

<i>Atividade</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>%</i>
Lavouras temporárias	414	47,8
Lavouras permanentes	40	4,6
Horticultura	10	1,2
Pecuária	262	30,2
Produção mista (agricultura e pecuária)	140	16,1
Silvicultura e exploração florestal	01	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>867</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

Constata-se que mesmo sendo uma parcela considerável de 77,9% das áreas rurais destinadas às pastagens (conforme destacado anteriormente na tabela n° 2), dos 867 estabelecimentos, em 464 (53,6%) desenvolve-se, como atividade principal, a agricultura, distribuída entre lavouras temporárias (47,8%), lavouras permanentes (4,6%) e horticultura (1,2%).

A pecuária é desenvolvida como atividade principal em cerca de 262 estabelecimentos (30,2%) e, em outras 140 propriedades rurais (16,1%), a produção mista é a principal forma de exploração econômica. Se considerarmos que as pastagens ocupam 77,9% das áreas rurais do município, mas, a agricultura é a principal atividade econômica na maior parte dos estabelecimentos rurais, é possível afirmar que as propriedades de maior dimensão destinam-se, principalmente, para a criação de gado.

O importante a reter nesse momento é o fato de que inicialmente a cultura fumageira e, posteriormente, a pecuária bovina, estruturaram as bases da dinâmica do espaço rural de São Gonçalo dos Campos, evidenciando assim as marcas históricas do processo de ocupação e exploração de espaço. Os reflexos desse processo encontram-se presentes nas relações de produção e trabalho das

propriedades rurais do município o que nos conduz à necessidade de analisar a distribuição das terras e as condições dos que nelas produzem.

No tocante à estrutura fundiária, o município apresenta um quadro que não difere muito do quadro nacional já que é caracterizado pela predominância de pequenas propriedades cujo conjunto ocupa uma área relativamente pequena se comparada com a área ocupada pelas grandes propriedades do município (tabela nº 4).

Tabela nº 4

**Número de estabelecimentos e áreas ocupadas no município de São Gonçalo dos Campos – BA: 1996**

<i>Grupos de áreas (ha)</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>(%)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>
Menos de 1	46	5,3	36	0,2
De 1 a menos de 2	114	13,1	170	1,0
De 2 a menos de 5	258	29,8	850	5,1
De 5 a menos de 10	153	17,6	1069	6,4
De 10 a menos de 20	110	12,7	1525	9,1
De 20 a menos de 50	102	11,8	3117	18,7
De 50 a menos de 100	40	4,6	2799	16,8
De 100 a menos de 200	38	4,4	5143	30,9
De 200 a menos de 500	06	0,7	1954	11,7
<b>Total</b>	<b>867</b>	<b>100,0</b>	<b>16663</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

Os dados da tabela nº 4 evidenciam que, dos 867 estabelecimentos rurais, 681, ou seja, 78,5% possuem dimensões que variam de menos de 1 a menos de 20 ha, ocupando apenas 3650 há, o que representa apenas 21,8% da área rural do município.

Por outro lado, 44 estabelecimentos, o que equivale à 9% total, possuem áreas com dimensões que variam de 100 a menos de 500 ha, mas ocupam 7.097 ha de terra, o que corresponde a cerca de 42,6% da área rural do município.

Tendo em vista que o módulo rural estabelecido para região é de 30 hectares, verifica-se que a estrutura fundiária do município é constituída, preponderantemente, de pequenas propriedades (78,5%), que sobrevivem com dimensões inferiores ao módulo rural da região e produzem basicamente para subsistência e para comercialização local de sua produção. Entretanto, essas propriedades em seu conjunto ocupam apenas 21, 8 % da área rural, denunciando,

assim, a tendência de concentração fundiária que também está presente na estrutura agrária brasileira.

No geral, a dinâmica do espaço rural do município de São Gonçalo dos Campos revela que a parcela considerável da população (50,2%) que reside nas áreas rurais está submetida às condições precárias de sobrevivência no campo

No que se refere às condições do produtor segundo a propriedade da terra, embora as relações capitalistas de produção sejam predominantes, ainda observa-se que relações que não são tipicamente capitalistas também estão presentes no espaço rural em São Gonçalo dos Campos, sobretudo nas pequenas e médias propriedades. Nesse sentido, verifica-se um constante predomínio de proprietários (97,8%) em relação aos demais tipos produtores no município, mas, o arrendamento (0,3%), a parceria (0,3%) e a ocupação (1,5%) também se fazem presentes, embora em menor número (tabela nº 5).

Tabela nº 5

<b>Condição do produtor no município de São Gonçalo dos Campos – BA: 1996</b>				
<i>Condição</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>(%)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>
Proprietário	848	97,8	16.561	99,4
Arrendatário	03	0,3	37	0,22
Parceiro	03	0,3	13	0,07
Ocupante	13	1,5	52	0,31
<b>TOTAL</b>	<b>867</b>	<b>100</b>	<b>16.663</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

Segundo Oliveira (2001), o sistema de produção capitalista ao se desenvolver o faz de forma desigual e contraditória criando e recriando internamente aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. Nessa perspectiva, esses mecanismos de arrendamento, parceria ou ocupação têm significado a forma pela qual o pequeno produtor procura promover os meios de sua sobrevivência no campo, sobretudo em um momento em que as relações capitalistas de produção têm se tornado cada vez mais dominantes no espaço rural brasileiro. Entretanto, a permanência e recriação dessas relações de produção também constituem a face contraditória através da qual o capital se estabelece utilizando relações de trabalho não capitalistas.

Dentro desse quadro, constituído pela predominância de proprietários de pequenas unidades produtivas que, em sua maioria, dedicam-se à produção para subsistência e com um grau de mecanização incipiente, a mão-de-obra predominante nas relações de trabalho é a familiar. Nessa perspectiva, uma parcela expressiva do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais é constituída de membros da família que não são remunerados pelas atividades que desenvolvem na propriedade.

Oliveira (2001, p. 18) ao discutir as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura afirma que encontra-se:

[...] junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc.

Evidentemente que as relações de trabalho assalariado também se fazem presentes em São Gonçalo dos Campos, principalmente, naqueles estabelecimentos em que a atividade de destaque é a pecuária bovina, mas, considerando que esta atividade se desenvolve nos moldes extensivos, o contingente assalariado é expressivamente menor se comparado à mão-de-obra familiar presente nas propriedades rurais do município de São Gonçalo dos Campos.

De um modo geral, o processo de ocupação e distribuição das terras se reflete na atual estrutura fundiária do município. Assim, a dinâmica do espaço rural do município de São Gonçalo dos Campos tem sido marcada pela forte presença de pequenas propriedades, onde os produtores encontram-se submetidos em condições precárias de produção, pois, o que é produzido, em sua maioria, são produtos destinados aos mercados locais e, portanto, não contam com apoio efetivo de políticas agrícolas. Assim, a falta de políticas de créditos e extensão rural tem contribuído para dificultar a produção nas pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, tem levado ao agravamento das condições sociais dos produtores. Nessa perspectiva, esse quadro tem influenciado decisivamente no processo de precarização do campo expulsando das áreas rurais um grande contingente de agricultores empobrecidos. Em que pese tal situação, a dinâmica apresentada pelo espaço rural do município vai se revelar como um elemento importante para a expansão da avicultura de corte e do sistema integrado de produção.



### **2.3.2 A ocupação territorial e dinâmica atual do Município de Conceição da Feira**

A dinâmica inicial de ocupação das terras que compõe hoje o município de Conceição da Feira difere muito pouco da dinâmica vivenciada nas terras do Município de São Gonçalo dos Campos. Assim, as primeiras ocupações dessas terras ocorreram, basicamente, em meados do século XVII.

Como ocorreu em São Gonçalo dos Campos, o início do povoamento foi incentivado pela construção de uma capela que, neste caso, foi construída por iniciativa do coronel Manoel de Araújo de Aragão e Correia, em 1675. Instalada em terras próximas à freguesia da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira a capela foi dedicada à Nossa Senhora da Conceição.

Já no século XIX, em função das péssimas condições dessa capela, por iniciativa do casal Manoel Fernandes da Costa e Antonia Florinda de São José, construiu-se uma outra capela em terreno doado pela Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Assim, terminada essa construção, começou a se desenvolver ao redor desta capela um povoamento surgindo aí o Arraial Nossa Senhora da Conceição da Nova Feira.

O referido arraial foi elevado à categoria de Freguesia, em 1847, e à categoria de Vila de Conceição da Feira, em 1926, quando também foi criado o Município de igual nome, constituído do distrito de Paz de Conceição da Feira, desmembrado da Comarca de Cachoeira. Por repetidas vezes, o referido município foi extinto e re-anexado à Cachoeira até quando, em 1958, através da Lei n° 628, de 30 de dezembro de 1953, foi fixada a sua divisão administrativa atual.

A escassez de material não permite a realização de uma análise mais aprofundada a respeito do processo de ocupação das terras que compõe o atual Município de Conceição da Feira. Entretanto, pela sua posição geográfica, ou seja, por estar situada em terras que integram o Recôncavo Baiano, mais especificamente, nos caminhos de acesso entre o sertão e a Vila de Cachoeira, certamente a dinâmica inicial da ocupação territorial desse município tem forte influência da criação de gado e também da produção fumageira. Esse fato é reafirmado considerando que Conceição da Feira está situado nas zonas produtoras de fumo e

de criação de gado que, juntamente com a produção canavieira, constituíam as principais atividades econômicas da colônia e, mais precisamente, do Recôncavo Baiano.

Nesse sentido, indubitavelmente, os processos iniciais da sua formação territorial também encontram-se inseridos na lógica de ocupação das terras brasileiras implementada pelos colonizadores portugueses.

Atualmente, o município, com uma área de 160,3 km<sup>2</sup>, integra a Região Econômica do Paraguaçu, estando localizado a 12° 30' de latitude sul e 39° de longitude oeste, distando aproximadamente cerca de 119 km da capital do Estado, (figura n° 7).

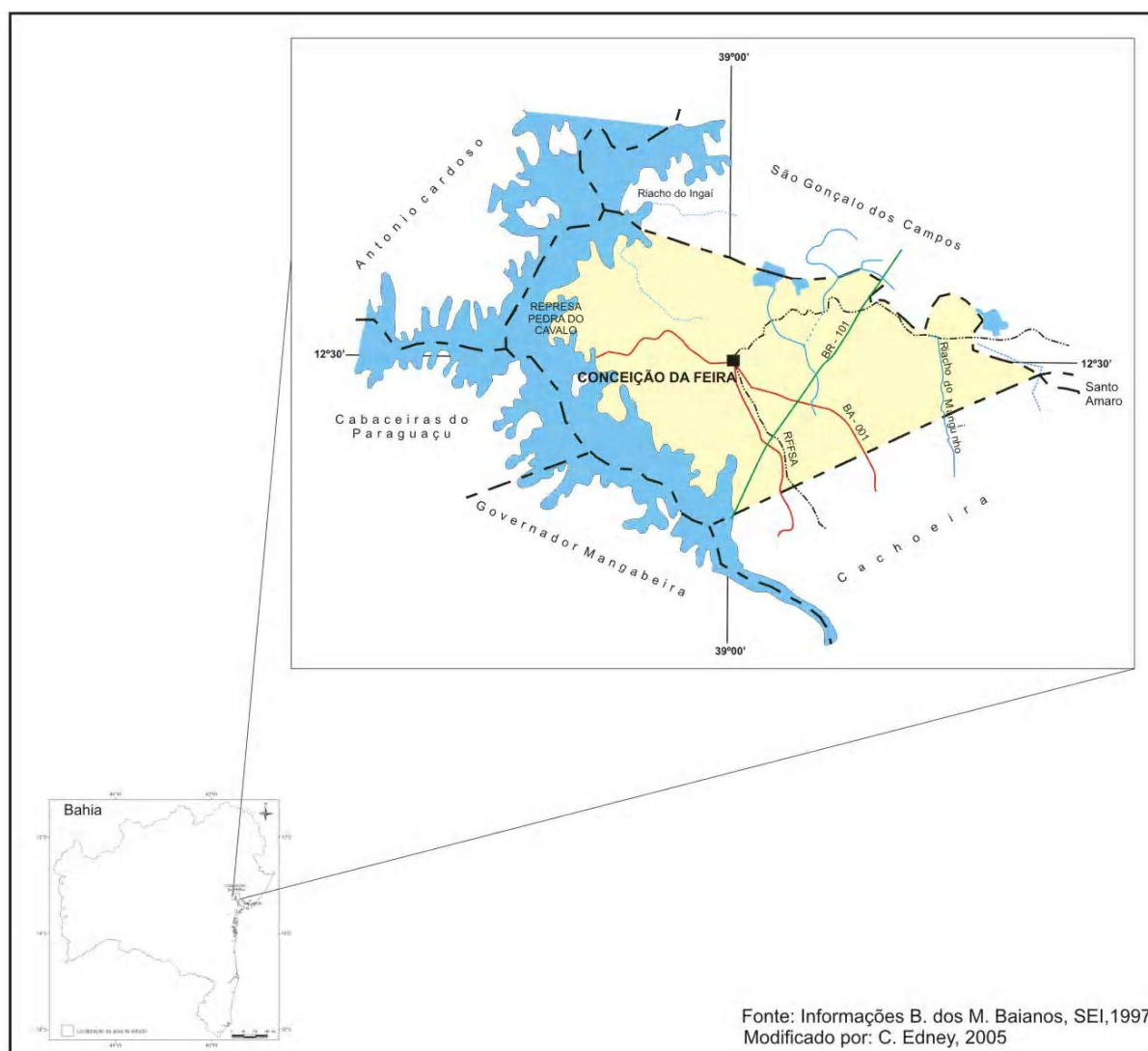


Figura n° 7 - Localização do Município de Conceição da Feira - BA

No que tange à infra-estrutura de transportes, o município, assim como São Gonçalo dos Campos, é beneficiado por estar localizado entre Feira de Santana e Salvador, os dois maiores centros urbanos do Estado da Bahia.

Desde o período colonial, o fato de estar localizado entre Cachoeira e as terras mais ao interior da capitania contribuiu para que Conceição da Feira obtivesse condições de acesso privilegiadas, pois estava situado nas áreas de contato entre as zonas de maior dinamicidade econômica da capitania baiana.

Nos dias atuais, a proximidade com Feira de Santana e Salvador permite que Conceição da Feira usufrua do complexo sistema de vias rodoviárias que articula essas cidades com as diversas regiões do estado e do país. Nesse sentido, a articulação com esses centros urbanos é feita através da Rodovia BR – 101, que possibilita a ligação entre as principais regiões econômicas do país e atravessa o município, fazendo posteriormente a ligação com a BR – 324, dando acesso à Capital do Estado.

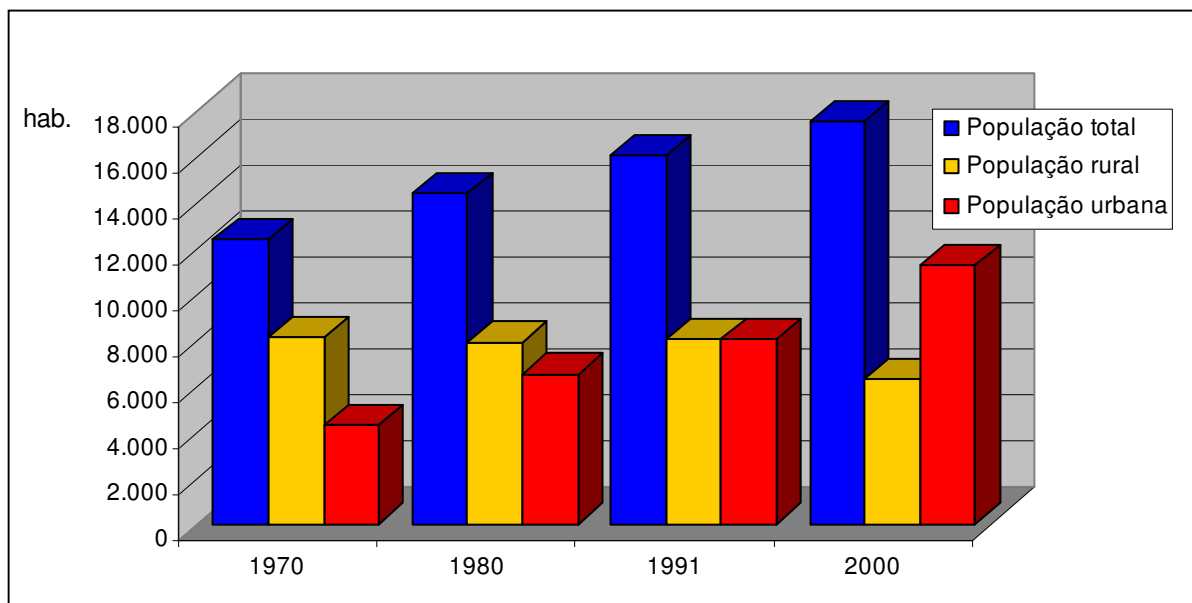
Através da rodovia BA – 502, que também atravessa o município, é feita a sua ligação com Feira de Santana e, a partir deste, por conta da sua condição de entroncamento rodoviário nacional, com as demais regiões da Bahia e do Brasil.

Com relação à dinâmica populacional, observa-se que nas últimas décadas tem havido um crescimento relativamente maior da população urbana o que tem contribuído para elevar a taxa de urbanização do município (tabela nº 6. e figura nº 8)

Tabela nº 6

Ano	População residente				Total
	Urbana	%	Rural	%	
1970	4.279	34,4	8.138	65,6	12.417
1980	6.506	45,1	7.910	54,9	14.416
1991	8.037	50,0	8.035	50,0	16.072
2000	11.237	64,2	6.277	35,8	17.514

Fonte: IBGE, 2000



Fonte: IBGE. 2000

Figura n.º.8 - **Distribuição da população rural e urbana de Conceição da Feira – Ba: 1970-2000**

Na década de 1970, o município possuía cerca de 12.417 habitantes dos quais apenas 4.279 (34,4%) residiam nas áreas urbanas e, a grande maioria, 8.138 (65,6%) estava concentrada nas áreas rurais.

Os resultados do Censo Demográfico de 1980 revelaram que houve um expressivo aumento da população total para 14.416 habitantes, paralelamente acompanhado por um maior crescimento da população urbana que subiu para 6.506 habitantes enquanto que a população rural diminuiu para cerca de 7.910 habitantes. Tal fato possibilitou que houvesse um expressivo aumento da urbanização (45,1%) do município, embora ainda continuasse a significativa concentração das pessoas na zona rural (51,9%).

No Censo realizado em 1991 os dados apontam que a tendência de crescimento populacional continuou, sobretudo, nas áreas urbanas. A população urbana do município aumentou para cerca de 8.037 habitantes (50,0%) enquanto que a população rural apresentou crescimento para, aproximadamente, 8.035 habitantes (50,0%), perfazendo um total de 16.072 habitantes em todo município. O crescimento populacional expressivo observado nas áreas urbanas contribuiu para uma elevação destacável da urbanização, embora constata-se que há, neste período, um “equilíbrio” na distribuição da população entre as áreas rural e

urbana. Quadro esse que só veio a ser alterado a partir dos primeiros anos do século XXI quando a população urbana apresentou um crescimento ligeiramente maior do que a rural.

No ano 2000, Conceição da Feira apresentava uma população de 17.514 habitantes, sendo que deste total, 11.237 (64,2%) residiam nas áreas urbanas e 6.277 (35,8%) nas áreas rurais do município. Nota-se, portanto, que há uma contínua tendência de crescimento da população urbana e ritmos de redução da população rural em termos absolutos. Ainda há um número expressivo de pessoas residindo nas áreas rurais do município.

O que é possível notar é que esses movimentos de crescimento da população urbana e declínio da população rural ocorrem de forma concomitante a partir da década de 1980. Os fatores responsáveis por esse comportamento podem ser buscados em duas questões: as precárias condições do campo e a atração provocada pela dinâmica industrial de Feira de Santana, com a implantação do Centro Industrial Subaé.

Ainda assim, à semelhança do que ocorre no município de São Gonçalo dos Campos, as atividades agropecuárias constituem as principais ocupações econômicas da maioria da população de Conceição da Feira. Nesse sentido, observa-se que o setor industrial do município é praticamente incipiente e, portanto, absorve uma quantidade relativamente reduzida da população economicamente ativa.

É indispensável, portanto, o exercício analítico para compreender a dinâmica rural do município tendo em vista que o mesmo apresenta indicativos dos principais determinantes da estrutura socioeconômica municipal e de sua inserção no contexto da estrutura social, econômica e territorial do estado da Bahia.

### **2.3.2.1 Dinâmica do espaço rural de Conceição da Feira**

Embora Conceição da Feira tenha verificado um processo de urbanização efetivo nos últimos anos, as atividades agrícolas ainda exercem forte influência na sua dinâmica socioeconômica. Nesse sentido, a análise da dinâmica do espaço rural

do Município torna-se indispensável tendo em vista a preocupação central do trabalho que é discutir a expansão da avicultura de corte a partir do sistema integrado de produção.

A proximidade geográfica entre os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira (figura n° 7), somado ao fato dos processos de ocupação territorial desses municípios seguirem relativamente a mesma lógica, constituem indicativos reveladores das semelhanças das dinâmicas dos seus espaços rurais.

Durante um período relativamente longo, a principal atividade econômica de Conceição da Feira foi a fumericultura, o que o colocou como um dos integrantes da Zona Fumageira do Estado da Bahia e, nesse sentido, essa atividade apresentou forte influência na organização socioespacial do município através da instalação dos armazéns de beneficiamento de fumo. Entretanto, a decadência fumageira verificada em São Gonçalo dos Campos e região também se fez sentir em Conceição da Feira o que resultou num processo de transformação da dinâmica rural do município que hoje, em termos de agricultura, se caracteriza pelo desenvolvimento da policultura, representada pelo cultivo da mandioca, laranja, feijão e fumo.

Em termos de utilização das terras, verifica-se através dos dados contidos na tabela n° 7 que, as lavouras temporárias e as permanentes constituem a forma de exploração da maioria dos estabelecimentos rurais.

Tabela n° 7

**Utilização das terras no município de Conceição da Feira – BA: 1996**

<i>Usos</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Área (%)</i>
Lavouras temporárias	392	490	7,2
Lavouras permanentes	325	482	7,0
Pastagens naturais	204	1.962	29,0
Pastagens plantadas	190	3.422	50,1
Matas e florestas naturais	81	356	5,2
Matas e florestas plantadas	05	04	0,05
Produtivas não utilizadas	48	57	0,8
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6.817</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

As lavouras temporárias estão presentes em 392 estabelecimentos, enquanto que as lavouras permanentes são exploradas em 325 estabelecimentos.

Em termos de área ocupada, as lavouras ocupam, respectivamente, 490 ha e 482 ha, totalizando 972 ha, o que representa um percentual de 14,2% do total das áreas rurais do município. Por outro lado, as pastagens naturais e as plantadas são as formas de utilização da terra presentes em, respectivamente, 204 e 190 estabelecimentos rurais de Conceição da Feira. Entretanto, em termos de área ocupada, observa-se que 1.962 ha (29,0%) destinam-se ao uso de pastagens naturais e 3.422 ha (50,1%) são explorados via pastagens plantadas, o que totaliza cerca de 5.384 ha, ou seja, 79,1% das terras.

Quando se observa a atividade principal dos estabelecimentos rurais (tabela nº 7), nota-se que um número expressivo deles estão voltados, principalmente, para a agricultura (lavouras temporárias, permanentes e horticultura).

Embora as pastagens ocupem uma parcela considerável de 79,1% das áreas rurais do município, dos 546 estabelecimentos, em 325 (59,5%) desenvolve-se, como atividade principal, a agricultura, distribuída entre lavouras temporárias (48,2%), lavouras permanentes (10,0%) e horticultura (1,3%).

Essa situação traz consigo a revelação do caráter extensivo da pecuária desenvolvida em Conceição da Feira, pois, verifica-se que mesmo não sendo a atividade principal da maioria dos estabelecimentos rurais, conforme demonstrado na tabela nº 8, ela expressivamente ocupa a maior parcela da área rural, isto é, 79,1%, conforme verificado na tabela nº 7. Por outro lado, a agricultura que constitui atividade básica de um número expressivo de estabelecimentos (59,5%, ou seja, 325 propriedades distribuídas entre lavouras temporárias, permanentes e horticultura) abrange uma área relativamente pequena se comparada com as áreas de pastagens.

Tabela nº 8

**Atividade econômica principal nos estabelecimentos rurais do município de  
Conceição da Feira – BA: 1996**

<i>Atividade</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>%</i>
Lavouras temporárias	263	48,2
Lavouras permanentes	55	10,0
Horticultura	07	1,3
Pecuária	166	30,4
Produção mista (agricultura e pecuária)	54	9,9
Silvicultura e exploração florestal	01	0,2
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

A agricultura do município, que anteriormente tinha na produção de fumo seu principal destaque, hoje se caracteriza pela presença da policultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais.

É importante ressaltar que, em que pese o fato da agricultura se constituir na principal atividade na maioria das propriedades rurais, já neste período, a avicultura representa a atividade de maior expressão socioeconômica municipal. Essa atividade, que foi implantada no município na década de 1960, gradativamente passou a transformar a dinâmica social, econômica e espacial de Conceição da Feira, tornando-o o maior centro de produção avícola do Estado da Bahia.

A isenção de impostos contribuiu para que essa avicultura apresentasse uma dinâmica de crescimento, constituindo a grande atividade econômica municipal, sendo praticada por pequenos, médios e grandes avicultores, influenciando também na dinâmica espacial através da implantação de aviários e infra-estrutura adequados ao desenvolvimento dessa atividade.

Considerando que a análise da dinâmica dessa atividade constitui a principal preocupação desse trabalho, procurar-se-á realizar uma discussão mais aprofundada sobre o desenvolvimento da avicultura na área de estudo nos capítulos seguintes. Entretanto, cabe ainda nesse momento fazer considerações referentes à estrutura fundiária municipal por entender que ela constitui um elemento fundamental no movimento de expansão avícola no município de Conceição da Feira.

Assim, no que se refere ao quadro fundiário de Conceição da Feira, os processos históricos de ocupação e exploração territorial se fazem sentir seja através da distribuição de terras ou mesmo na condição dos produtores presentes neste espaço.

Nessa perspectiva, semelhante à dinâmica predominante verificada no território nacional com um todo e, conseqüentemente, no Município de São Gonçalo dos Campos, a estrutura fundiária de Conceição da Feira se caracteriza pela presença maciça de pequenas propriedades que, no conjunto, ocupam uma área relativamente reduzida se comparada com a área ocupada pelo conjunto de propriedades de maior dimensão (tabela n° 9).



Tabela n° 9

**Número de estabelecimentos e áreas ocupadas no município de Conceição da Feira –  
BA: 1996**

<i>Grupos de áreas (ha)</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>(%)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>
Menos de 1 ha	121	22,1	62	0,9
De 1 a menos de 2	94	17,2	135	1,9
De 2 a menos de 5	135	24,7	442	6,1
De 5 a menos de 10	67	12,3	476	6,6
De 10 a menos de 20	56	10,3	800	11,0
De 20 a menos de 50	44	8,0	1352	18,7
De 50 a menos de 100	11	2,0	805	11,1
De 100 a menos de 200	14	2,6	2101	29,0
De 200 a menos de 500	04	0,7	1054	14,6
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>100,0</b>	<b>7227</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

De acordo com os dados da tabela n° 9, de um total de 546 estabelecimentos rurais cerca de 473, ou seja, 86,6%, têm dimensões que variam de 1 a menos de 20 ha, sendo que, destes estabelecimentos, uma parcela expressiva (350 estabelecimentos) possuem dimensões menores que 5 ha. Esse quadro constituído pela existência expressiva de propriedades com área inferior a 5 ha, certamente, em grande parte, deve-se ao processo de fracionamento das pequenas propriedades como forma de redistribuição da terra entre os membros da família no momento da constituição de novos “embriões” familiares.

Entretanto, em que pese o fato de haver uma predominância de pequenas propriedades, com áreas que variam de 1 a menos de 20 ha, elas ocupam apenas 26,5% da área rural do município.

Por outro lado, não se observa a existência de propriedades com área superior a 500 ha, mas, as maiores propriedades de Conceição da Feira possuem área entre 100 e 500 ha e constituem apenas 3,3% do número de estabelecimentos. Contraditoriamente, esse pequeno percentual abarca cerca de 3.115 ha de terra, o que representa aproximadamente 43,6% da área rural do município.

Esse é um aspecto que mais uma vez denuncia a rigorosa tendência à concentração fundiária que, por sua vez, não constitui um fato verificado apenas no município de Conceição da Feira, pois, está presente na maior parte do país. De forma semelhante ao município de São Gonçalo dos Campos, grande parte dos estabelecimentos rurais de Conceição da Feira (86,6%) possui dimensões inferiores ao módulo rural da região que é de 30 ha. Essa situação tende a influenciar

decisivamente nas condições socioeconômicas das pessoas que vivenciam diretamente essa realidade.

No tocante à condição dos produtores, esmagadoramente a maior parcela (82%) é constituída de proprietários. Entretanto, é possível verificar a existência de outras formas de relações de produção, pois, 15% dos estabelecimentos são explorados por produtores na condição de ocupantes, 2,2% de arrendatários e 0,73% de parceiros, conforme demonstrado na tabela n° 10.

Tabela n° 10

**Condição do produtor no município de Conceição da Feira – BA: 1996**

<i>Condição</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>(%)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>
Proprietário	448	82,0	6.797	94,0
Ocupante	82	15,0	205	2,8
Arrendatário	12	2,3	176	2,4
Parceiro	04	0,7	50	0,7
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>100</b>	<b>7.228</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

Outro aspecto marcante na dinâmica rural de Conceição da Feira é a predominância da mão-de-obra familiar como forma de exploração da terra, embora seja constatada, em menor expressividade, a ocorrência de relações de produção capitalista assalariada e também de outras formas de relações não capitalistas, entre elas a parceria.

Oliveira (2001, p. 25) oferece alguns indicativos para explicar a presença de diferentes relações de produção no campo ao afirmar que o

conjunto de contradições que marcam o processo de desenvolvimento capitalista revela, também, que o processo pelo qual o capitalismo se expande no país passa necessariamente pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês portanto, nas pequenas propriedades ou pequenas unidades de produção.

Essa é uma situação presente na dinâmica rural de Conceição da Feira, pois, embora as relações assalariadas tendam a apresentar uma expansão acentuada nos últimos anos, a predominância da mão-de-obra familiar se torna cada vez mais evidente nas pequenas unidades produtivas.

Nesse sentido, é importante destacar que o modo de produção capitalista no campo não se expande absolutamente através do trabalho assalariado por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar (Oliveira, 2001). Ao contrário, essa expansão também é viabilizada pela criação e recriação de relações de produção não-capitalistas de produção, sobretudo, nas pequenas propriedades.

No geral, a estrutura fundiária do município de Conceição da Feira é caracterizada pela existência de um grande número de propriedades cujas condições não permitem atender as necessidades básicas das famílias que habitam e exploram essas unidades produtivas, pois, elas estão submetidas às condições de produção com uso intenso de técnicas rudimentares, contam com incipiente utilização de equipamentos e insumos agrícolas, mão-de-obra pouco especializada e grande dificuldade de acesso à assistência técnica e financeira.

Essa é uma realidade agravada ainda mais pela falta de políticas públicas que visem conceder crédito e extensão rural para viabilizar a produção agropecuária nas pequenas propriedades exploradas pela mão-de-obra familiar. Em que pese o fato de estar havendo uma preocupação maior, nos últimos anos, com a agricultura familiar, vivencia-se ainda uma dinâmica das políticas agropecuárias que priorizam a produção para exportação e as grandes propriedades.

A compreensão de que o espaço geográfico constitui um conjunto indissolúvel de sistemas e objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), leva-nos à necessidade de procurar identificar os contornos e a essência estabelecida entre as formas materiais e ações estratégicas implementadas entre os diversos agentes e destes com o espaço. Tal tarefa passa a exigir que se encontre as variáveis explicativas fundamentais a essa indissociabilidade entre os objetos e as ações.

Nesse sentido, a análise do processo de ocupação e exploração territorial bem como da dinâmica dos espaços rurais dos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, constituiu um exercício importante no sentido de captar as conjugações existentes entre as “heranças” e as “novidades” presentes no espaço geográfico.

A análise da estrutura física desses municípios, associada à evolução da dinâmica socioeconômica, sobretudo do espaço rural, permite que se descubram os contextos e a evolução das principais variáveis que estruturam o uso do território.

Formas geográficas materiais e as ações dos diversos agentes que normatizam o espaço, conjuntamente, determinam o uso do território, e é exatamente nesse sentido que “um território condiciona a localização [e a natureza] dos atores [agentes], pois, as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.” (SANTOS, 2001, p. 22).

Portanto, apreender a constituição territorial desses municípios tornou-se indispensável para a identificação dos seus recursos e, conseqüentemente, compreender como seu uso é orientado através da atividade avícola, fato este que será explicitado nos capítulos subseqüentes.

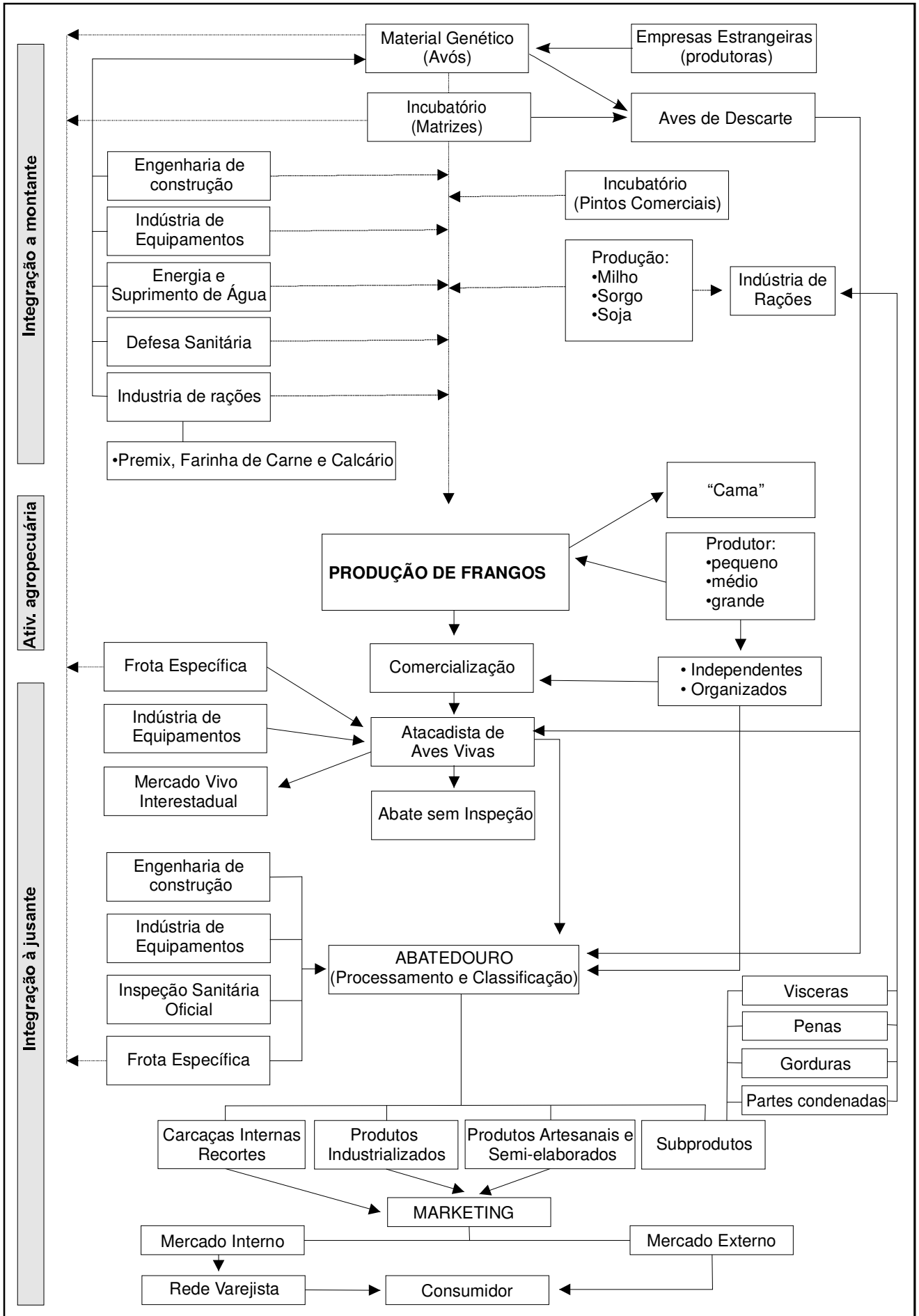
### **3 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA E A AVICULTURA DE CORTE NO BRASIL**

Segundo Silva (1998), enquanto o complexo rural e posteriormente o complexo cafeeiro paulista podiam ser considerados grandes unidades da agricultura, hoje temos que pensar nos vários complexos, que adquirem formas e graus de inter-relacionamento distinto em cada caso concreto. Nesse sentido, os vários complexos agroindustriais existentes se distinguem não só pelos produtos produzidos, mas, sobretudo, pelo grau de integração existentes tanto na integração a montante (indústria–agricultura) quanto na integração a jusante (agricultura – agroindústria), decorrendo daí, o nível de modernização em cada um dos segmentos agroindustriais.

Decorre daí a necessidade de, inicialmente, compreender o funcionamento das estruturas produtivas do complexo agroindustrial avícola, para assim poder identificar as especificidades deste setor frente aos processos de integração indústria – agricultura - agroindústria. Por outro lado, é importante ressaltar que em cada espaço e a cada tempo esta integração ganha contornos e características específicas em função do contexto social, econômico e político. Assim, torna-se indispensável situar a dinâmica da avicultura no espaço brasileiro.

#### **3.1 ESTRUTURA DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA**

Considerando a forma de inserção da atividade agropecuária no novo padrão de desenvolvimento agrícola, no caso específico da agroindústria avícola, a avicultura é considerada um dos complexos agroindustriais mais completos e integrados verticalmente. Este constitui um segmento moderno e industrializado formado pelo tripé: indústria a montante, produção agrícola (ou pecuária) e agroindústria processadora (figura nº 9).



Fonte: Adaptado de Minas Gerais, 1995

Figura nº 9 - Cadeia produtiva da avicultura de corte

Através do fluxograma apresentado na figura nº 9, é possível verificar que a produção de carne de frango (atividade agropecuária) possui vínculos setoriais com a indústria a montante representada pelos setores de produção e melhoramento genético do frango, de produção de equipamentos e também de produção de ração. É importante ressaltar que todos esses setores irão apresentar vínculos com outros setores do processo produtivo, tornando ainda mais complexas as ligações com o setor de produção de carne de frango.

Paralelamente, verifica-se que a atividade agropecuária de produção da carne de frango também possui vínculos fortemente integrados com a indústria processadora dos produtos agropecuários (agroindústria), neste caso, representada pelos abatedouros/frigoríficos que, por sua vez, procedem a industrialização da carne de frango e, posteriormente, distribuem seus produtos (carcaças internas e recortes, produtos industrializados, artesanais e semi-elaborados e os subprodutos) para o mercado consumidor. Entretanto, da mesma forma que o setor a montante, a indústria à jusante também apresenta vínculos com outros setores produtivos, a exemplo do setor de engenharia de construção, da indústria de equipamentos avícolas, o que torna ainda mais complexo e integrado a atividade avícola.

Nesse sentido, a atividade avícola industrial integra um grande complexo agroindustrial constituído da integração de diversos segmentos, entre eles, a indústria de rações, equipamentos, medicamentos, embalagens e processamento industrial, que, juntos, formam um conjunto de interdependência e integração econômica.

É bem verdade que pode ocorrer da produção de carne de frango não apresentar vínculos diretos com a indústria à jusante sendo, portanto, a produção agropecuária direcionada diretamente para o mercado consumidor sem passar por um processo de industrialização e transformação desse produto. Entretanto, essa situação caracteriza a produção desenvolvida em bases não-empresariais, de comercialização local e consumo direto e, portanto, com incipientes condições de competitividade no mercado.

No geral, a atividade avícola se caracteriza pelo seu desenvolvimento em bases empresariais e, portanto, com elevado grau de integração setorial tanto com a indústria à montante quanto com indústria à jusante. Essa integração tem possibilitado tanto a intensificação da incorporação tecnológica e genética como

também tem sido viabilizada pela forte presença de investimentos na estrutura produtiva dessa atividade.

A figura n° 10 apresenta esquematicamente como as principais unidades produtivas da avicultura de corte estão interligadas de forma a permitir o fluxo dos produtos na produção da carne de frango. A representação esquemática das diferentes unidades produtivas do complexo agroindustrial avícola acompanhada da descrição da dinâmica produtiva no interior das mesmas segue no sentido de demonstrar não somente a estruturação da uma “linha de produção”, mas, sobretudo, de identificar o elevado nível de integração existente nas diferentes escalas do processo produtivo da avicultura de corte.

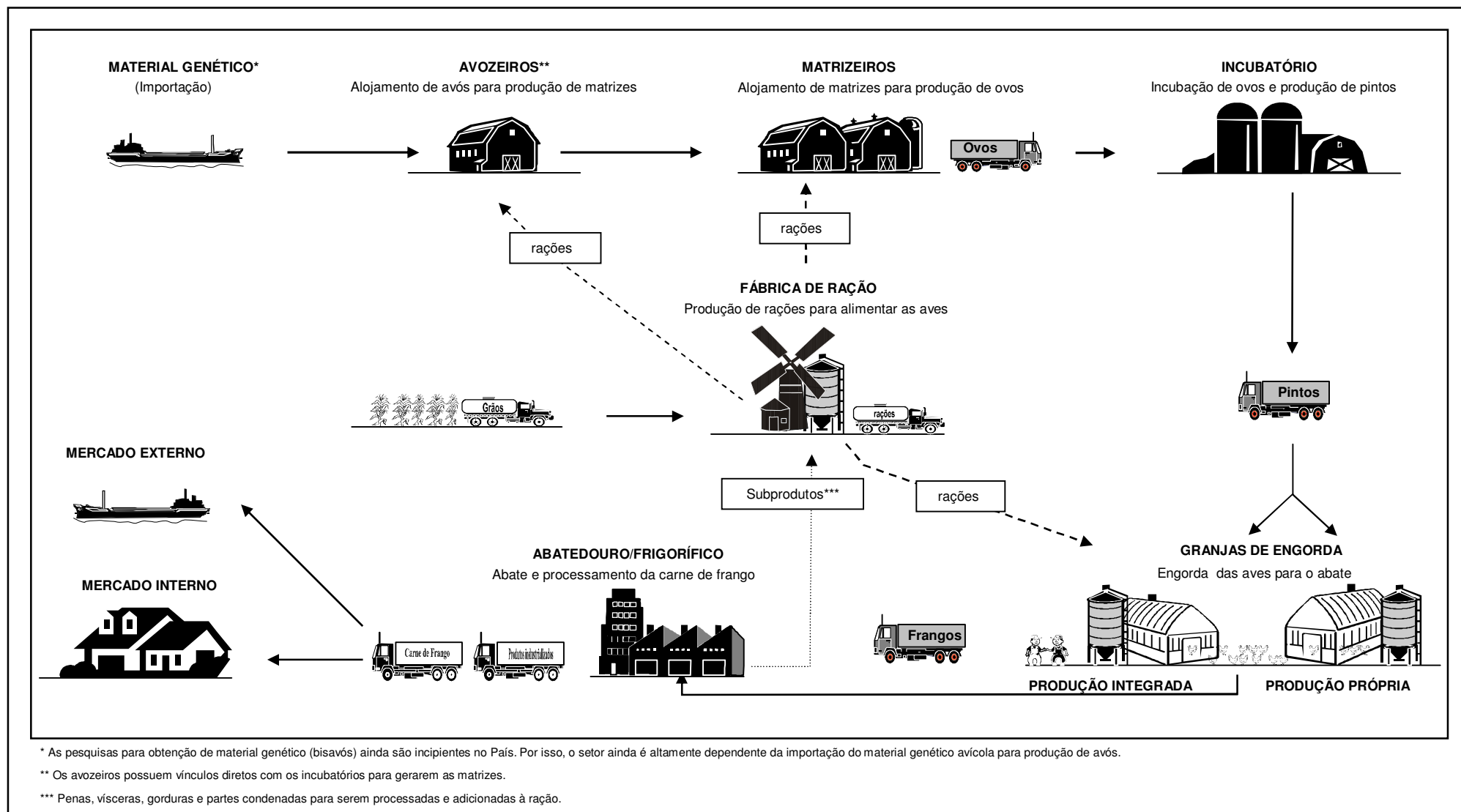
Nesse sentido, a estrutura produtiva da avicultura em escala industrial congrega um conjunto de atividades direta e indiretamente relacionadas, representadas, de forma simplificada, porém explicativa, pelas seguintes unidades produtivas: avozeiros, matrizeiros, incubatórios, núcleos de engorda, abatedouro e fábrica de rações.

### **3.1.1 Avozeiros**

Os avanços e crescimento que caracterizam a avicultura industrial nos dias de hoje têm nas pesquisas de melhoramento genético um dos elementos propulsores uma vez que os frangos industriais são gerados a partir de aves geneticamente melhoradas denominadas de avós. É exatamente a partir dessas avós que são produzidas as matrizes que, por sua vez, irão gerar os pintos de um dia criados pelos avicultores. Nesse sentido os avozeiros são unidades produtivas responsáveis pela produção de aves avós que se caracterizam pelo forte controle genético, que dão origem às aves com elevado nível de conversão alimentar, ou seja, com grande capacidade de transformação de cereais (ração) em proteína animal. Isto tem significado um aumento da produtividade em um tempo mais curto.

As aves que atingem esses níveis de produtividade são geradas a partir de linhagens puras, controladas a partir de bancos genéticos (SORJ *et all*, 1982).





Fonte: Elaborado por: Conceição. Edney., 2006

Figura nº 10 - Unidades produtivas da avicultura de corte

Assim, nota-se que os investimentos em pesquisas não só no que se referem à produção de animais de maior produtividade como também à busca por um controle maior das patologias avícolas e alimentação adequada têm levado a atividade avícola industrial a atingir um elevado grau de produtividade contribuído ainda mais para a sua expansão. Como afirma SORJ *et all* (1982, p. 15), “essas exigências significam fundamentalmente a eliminação de desperdício de ração, diminuição de uso de mão-de-obra pela crescente mecanização de tarefas e maximização do uso de espaço e rotação do capital fixo”).

É importante notar que o setor de avozeiros vinculados às pesquisas genéticas caracteriza-se por ser altamente monopolizado por algumas empresas sediadas em alguns poucos países. A maior parte das linhagens de aves utilizadas pela avicultura industrial é oriunda dos Estados Unidos, seguido pela França, Alemanha, Japão e Holanda. A tabela n° 11 apresenta o controle genético das avós na avicultura.

Tabela n° 11

**Controle genético das principais linhagens de avós na avicultura (1991)**

<b>País</b>	<b>Linhagem de aves de corte</b>	<b>Linhagem de aves de postura</b>
EUA	Ross, Arbor Acres, Indian River, Cobb, Hubbard, Pilch e Peterson	Hy Line, Isa Babcock
Canadá	-	Shaver
França	Isa Vedette	Isa Brown
Alemanha	-	Lohmann
Japão	-	Gotto
Holanda	Euribird/Hybro	Hisex White e Hisex Brown
Escócia	Ross	-

Fonte: Espindola, 1999

No caso brasileiro, segundo afirma Sorj *et all* (1982, p. 14) “a partir de 1940, a produção de matrizes no Brasil era feita pela importação de avós por empresas nacionais, através de concessão de empresas estrangeiras”.

Espíndola (1999) analisando as agroindústrias no Brasil (com especial atenção para o caso da Sadia) afirma que, a partir da segunda metade da década de 1970, o governo brasileiro incentivou projetos e pesquisas em universidades e

órgãos federais visando reforçar as pesquisas genéticas para obtenção de linhagens altamente produtivas.

Segundo esse autor, “hoje algumas das principais empresas controlam o desenvolvimento genético a partir de suas relações com a produção internacional.” (ESPÍNDOLA, 1999, p.113). A tabela n° 12 apresenta exemplos de algumas empresas que, em 1991, se encontravam nessa situação.

Tabela n° 12

**Controle genético das avós na avicultura (1991)**

<b>Empresa</b>	<b>Situação</b>
Agroceres	Através de uma <i>Joint venture</i> com a empresa escocesa Ross Breeders foi pioneira na importação de bisavós, a partir de 1987, o que permitiu o desenvolvimento de tecnologia básica à produção de suas próprias matrizes.
Perdigão	Possui uma unidade de pesquisa genética em Rio Claro (SP) com participação da empresa norte-americana Cobb Venture. Foi capaz de gerar um banco genético próprio (o chéster) resultado da combinação de sete raças puras importadas dos EUA.
Sadia	Através de uma <i>Joint venture</i> com o grupo canadense Hybrid passou a controlar a importação de perus. Dessa associação criou-se, em 1976, a Hybrid Agropastoril Ltda. e, posteriormente, o desenvolvimento de várias unidades especializadas no melhoramento genético.

Fonte: Espindola, 1999

Assim, mesmo com a iniciativa do Brasil, a partir do final dos anos de 1960, de investir em pesquisas de melhoramento genético e cruzamento de linhagens, quando da instalação de filiais americanas produtoras de linhagens puras no país (MIZUSAKI, 2003), o país ainda continua dependendo dos produtos geneticamente melhorados de outros países para proceder no desenvolvimento da avicultura. Algumas empresas, inclusive, optam por continuar importando as avós, pois, os avanços tecnológicos são muito rápidos necessitando os avicultores de um melhor potencial genético para manter a competitividade da produção. Soma-se à esta questão o fato de que em função da alta capacidade reprodutiva das avós, a influência do custo das importações sobre o custo final é muito pequena e, portanto, a relação custo/benefício é amplamente favorável (ESPÍNDOLA, 1999).

Segundo Rizzi (1993, p. 105):

de todas as atividades interligadas à avicultura de corte, a mais importante e que viabilizou a estruturação de uma avicultura industrializada em nível mundial foi a da produção de matéria-prima [material genético] que é atendida no Brasil por importação de avós.

Assim, as diversas linhagens presentes na avicultura industrial brasileira são oriundas das filiais de multinacionais instaladas no país ou através das firmas representantes dessas linhagens, que, em sua maioria, constituem as principais agroindústrias de abate de frango, em nível nacional, conforme apontado na tabela nº 12.

Atualmente, embora algumas empresas já produzam internamente as avós, a dependência tecnológica, no que se refere ao melhoramento genético, ainda persiste no Brasil, uma vez que, no processo de desenvolvimento da avicultura industrial, não ocorreu nenhum esforço sistemático no sentido de buscar um padrão tecnológico que eliminasse com a dependência externa nesse campo.

### **3.1.2 Matrizeiros**

Com relação aos matrizeiros que, no Brasil, já se encontram sob os domínios das agroindústrias avícolas nacionais, constitui o local de criação das matrizes e postura de ovos para geração dos pintos de 1 dia.

Quase todas as empresas que atuam na avicultura de corte possuem seus matrizeiros e para que esse setor fosse internalizado no país foi de fundamental importância o Decreto N° 55. 981, de 22 de Abril de 1965, que regulamentou a importação de aves e ovos para reprodução. O referido decreto, entre outras decisões, regulamentava que a importação de pintos e ovos cruzas de linhagem (matrizes) poderia ocorrer até o ano de 1967, quando cessaria, definitivamente, a sua importação. Esse fator, de certa forma, levou as empresas avícolas a buscarem os meios de produzirem internamente suas matrizes e ao mesmo tempo procurarem desenvolver meios para adquirir aves geneticamente melhoradas.

O grande avanço para produção de matrizes no Brasil ocorreu em 1963, com a implantação de nove filiais dos Estados Unidos que, trazendo suas linhagens de “avós”, iniciou a produção local de matrizes, que desde 1940 era feita por importação de avós por empresas nacionais através de concessões de empresas estrangeiras (SORJ *et all*, 1982). A tabela n° 13 apresenta dados referentes ao alojamento de matrizes de corte no Brasil, no período de 2002 a 2004.

Tabela n° 13

**BRASIL: alojamento de matrizes de corte: 2002 – 2004**

Região	Ano					
	2002		2003		2004	
	aves	%	aves	%	aves	%
Sudeste	8.170.385	26,8	8.768.172	28,2	9.334.692	28,0
Sul	17.740.636	58,1	18.040.461	58,1	19.075.526	57,3
Centro-oeste	2.400.740	7,9	2.377.363	7,7	2.860.925	8,6
Nordeste	2.125.113	7,0	1.815.525	5,9	1.984.786	6,0
Norte	62.282	0,2	33.535	0,1	37.550	0,1
<b>Brasil</b>	<b>30.499.156</b>	<b>100</b>	<b>31.035.056</b>	<b>100</b>	<b>33.293.479</b>	<b>100</b>

Fonte: UBA, ABEF (2004/2005)

Através dos dados da tabela n° 13 verifica-se que, em termos gerais, o número de alojamento de matrizes no Brasil vem aumentando a cada ano. Entretanto, embora tenha reduzido seu percentual de participação de 58,1%, em 2002 e 2003, para 57,3%, 2004, a Região Sul ainda concentra expressivamente grande parte das matrizes alojadas no país, em termos absolutos. Essa é uma questão que está associada a fatores históricos já que a avicultura industrial no Brasil tem suas origens fundadas nesta região constituindo ali o principal pólo de avicultura industrial do país.

Com apenas 0,2% desse percentual, os dados da Região Norte revelam que a avicultura de corte industrial ainda é uma atividade de pouca expressão nessa região do país. A Região Sudeste, acompanhando o processo de expansão desta atividade no Sul do país, é a segunda região em número de matrizes alojadas apresentando um percentual de 26,8% em 2002 e 28,0% em 2004.

Já a Região Centro-Oeste vem gradativamente aumentando a sua participação percentual no alojamento de matrizes em função da implantação, nas últimas décadas, de grandes projetos avícolas, atraídos pelo aumento da produção

de grãos. Por um outro lado, a Região Nordeste tem gradativamente reduzido a sua participação nesse percentual caindo de 7,0%, em 2002, para 6,0%, em 2004, o que revela que, embora haja uma expansão desta atividade na região, principalmente nos estados de Ceará, Bahia e Pernambuco, o nordeste é ainda, no que se refere ao alojamento das matrizes, dependente das demais regiões.

### **3.1.3 Incubatório**

O incubatório por sua vez constitui a unidade produtiva para onde os ovos produzidos nos matrizeiros são encaminhados para passarem por um processo de incubação artificial a fim de gerarem um pinto de um dia que serão destinados para a engoda e, posteriormente, para o abate. Essas unidades geralmente são dotadas de elevado grau de automação para controlar cada etapa do processo de incubação que dura em torno de 22 dias. A esse respeito, Mizusaki (2003, p. 220) afirma que:

é interessante observar que esse período de incubação corresponde ao mesmo período que leva uma galinha caipira, ou seja, o capital conseguiu transformá-lo em processo artificial, mas não reduziu o tempo necessário que a ave leva para nascer.

Um outro fato a ser ressaltado nessa parte do processo produtivo é o rigoroso controle sanitário no sentido de reduzir, ao máximo, os riscos de doenças. Assim, logo após o nascimento, os pintos são submetidos a um processo de vacinação contra doenças, revelando com isso a preocupação em manter a sanidade avícola.

Em que pese tais fatos, esse processo constitui na verdade mais um exemplo de como a evolução tecnológica na avicultura tem possibilitado a intensificação do ciclo produtivo das aves, viabilizando, inclusive, o ajustamento da produção avícola às demandas do mercado. Em outras palavras, através desse processo, que representa um sistema de controle da produção, foi incorporado à avicultura um mecanismo presente no setor industrial que, segundo Mizusaki (2003),

se assemelha ao *just in time*. Essa é mais uma prova da industrialização do setor agropecuário.

Tabela n° 14

**BRASIL: produção e alojamento de pintos de corte 2002- 2005**  
(cabeças)

<b>Regiões</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Sudeste	987.770.847	1.020.884.479	1.115.981.305	1.239.100.000
Sul	2.131.005.906	2.158.436.690	2.382.356.403	2.554.200.000
Centro-Oeste	342.445.041	388.663.688	420.013.720	483.000.000
Nordeste	300.568.704	288.776.372	307.648.166	353.000.000
Norte	55.177.614	48.098.694	49.673.512	60.700.000
Exportação	2.044.990	2.264.000	2.084.600	4.289.816
<b>Brasil</b>	<b>3.816.968.112</b>	<b>3.907.123.923</b>	<b>4.277.757.706</b>	<b>4.694.289.816</b>

Fonte: UBA, ABEF (2004/2005)/ APINCO

Os dados da tabela n° 14 revela mais uma vez a liderança da Região Sul no desenvolvimento da avicultura industrial e, ao mesmo tempo, aponta para forte tendência de concentração da atividade nessa região embora tenha se verificado no país um crescente movimento de expansão da referida atividade na Região Centro-Oeste, principalmente, a partir da década de 1980.

Em 2005, 2,5 bilhões de pintos de corte foram produzidos e alojados nos estados da região sul, o que corresponde a 54,4% do total nacional. Em segundo lugar está a Região Sudeste com cerca de 26,4% do volume nacional. Mais uma vez, o desempenho dessas duas regiões está ligado aos fatores históricos de desenvolvimento da atividade avícola no país associado também com o tamanho do mercado consumidor representado pelas referidas regiões.

### 3.1.4 Granjas de engorda

No que se refere às granjas de engorda, que constituem o sistema de criação do frango, o processo pode ocorrer de duas formas: através da criação própria ou através da criação integrada. No primeiro caso, as empresas se encarregam de promover a engorda do frango em unidades próprias onde possuem

galpões de alojamento com capacidade relativamente elevada e níveis de automação tecnológica consideráveis.

No segundo caso, o que ocorre é uma parceria, estabelecida entre a empresa (integradora) e o produtor (integrado), através da qual aquela divide com este a responsabilidade de promover a cria e engorda do frango. Em outras palavras, esse sistema constitui um contrato de parceria entre uma entidade coordenadora (indústria ou cooperativa) e o criador/produtor integrado (pequeno, médio e grande proprietário) formando uma rede de integrados.

A entidade coordenadora se disponibiliza a oferecer ao integrado as matrizes (pintos com um dia de vida), as vacinas e rações balanceadas, além de toda assistência técnica necessária na etapa de engorda dos frangos. O integrado por sua vez fica responsável por promover a engorda dos frangos e entregá-los à empresa no prazo estabelecido, recebendo por isso um ganho financeiro calculado de acordo com os índices de conversão alimentar, produtividade e mortalidade dos frangos. Entretanto, para se tornar integrado da empresa, o criador deverá oferecer as instalações (com água e luz), a mão-de-obra e insumos, além de dispor do título da propriedade, pois o mesmo é fundamental para a obtenção dos empréstimos bancários necessários para instalação dos galpões.

Considera-se que esse sistema de produção integrada constitui uma evidência importante das transformações ocorridas no interior das relações sociais de produção no campo, sendo utilizadas inclusive como estratégia das agroindústrias avícolas no seu processo de territorialização. Portanto, considerando que a análise da dinâmica desse sistema constitui o objetivo principal desse trabalho, retonar-se-á a essa discussão nos próximos capítulos.

### **3.1.5 Fábrica de rações**

Essa unidade produtiva é responsável pelo processamento e produção das rações destinadas à alimentação das aves.

O controle dessa unidade produtiva constitui um fator de fundamental importância tendo em vista que a alimentação das aves representa um dos



elementos responsáveis pela eficiência produtiva da atividade avícola. Em outros termos, significa dizer que grande parte da redução dos custos de produção e aumento da produtividade se deve à utilização de rações balanceadas cuja composição é adequada a cada ciclo produtivo.

Os índices de conversão alimentar (capacidade de transformar cereais em proteína animal), por exemplo, no Brasil, em 1930, era de 3,50 kg de ração para cada quilo de frango produzido. Atualmente, graças às pesquisas genéticas que proporcionaram a criação de linhagens mais produtivas, mas, também, em função das pesquisas envolvendo a produção de rações de forma a permitir a produção industrial, o índice de conversão alimentar, nas regiões brasileiras de maior desenvolvimento avícola, situa-se em torno de 1,82 kg de ração para cada quilo de carne de frango.

Revela-se desta forma a existência de um nível de “solidariedade” entre as linhas de pesquisas ligadas à genética e às pesquisas em alimentação das aves. Em outros termos, as pesquisas da genética avícola seguem no sentido de criar aves com melhores níveis de conversão alimentar e, paralelamente, as pesquisas referentes à alimentação avícola seguem com o intuito de oferecer uma alimentação eficiente no sentido de acelerar o crescimento das aves.

A unidade produtiva da fábrica de rações torna-se ainda mais importante considerando que grande parte dos custos de produção avícola advém da produção de rações. Nesse sentido, em que pese a facilidade nos dias de hoje em promover o deslocamento de insumos produtivos, a disponibilidade de insumos para produção das rações, embora não seja o único, torna-se um fator relevante nas estratégias de localização das agroindústrias avícolas.

Na composição das rações da avicultura industrial são utilizados, entre outros insumos, o sorgo, o farelo de polpa cítrica, o milheto, diversos componentes químicos, mas, os principais insumos para produção das rações da avicultura são o farelo de soja e o milho. Assim, a oferta desses grãos é fundamental para permitir o contínuo crescimento da avicultura nos moldes industriais.

O importante a reter aqui é que, dada a importância que a produção de ração tem sobre os custos de produção, esse setor está fortemente vinculado à atividade avícola. Elas são complementares e, nesse sentido, a expansão da atividade avícola no Brasil está vinculada às culturas de milho e soja, que são alguns dos principais componentes da cadeia produtiva da carne de frango.

Embora não tenha sido o único fator, o crescimento da produção desses grãos na área das fronteiras agrícolas no Brasil tem um forte peso na expansão e no crescimento da avicultura de corte no centro-oeste do país a partir da década de 1980, como apontam, entre outros autores, Mizusaki (1996 e 2003) e Rizzi (1993). Assim, a atração de capitais localizados na avicultura para a Região Centro-Oeste certamente tem forte influência do aumento do cultivo de grãos, principalmente de milho e de soja.

Nessa perspectiva, considerando a importância do segmento de produção de rações e a sua complementaridade com atividade avícola industrial, diversas empresas (principalmente as grandes empresas que controlam uma parcela considerável da produção avícola no país) acabam por integrar verticalmente a atividade de produção de rações, fechando o ciclo produtivo da produção de carne de frango.

### **3.1.6 Abatedouro/Frigorífico Industrial**

Na unidade produtiva abatedouro/frigorífico ocorre o abate do frango, e o processamento e a industrialização da carne de frango, representando, assim, o grande tronco da atividade avícola industrial. Em outras palavras, é exatamente em torno do abatedouro/frigorífico que se estrutura todo o complexo de produção da carne de frango e, nesse sentido, são os grandes abatedouros industriais (as empresas) que comandam a dinâmica de produção avícola no país.

Com a modernização do setor agropecuário, culminando na sua industrialização, diversos segmentos da produção alimentar se modernizaram e, nesse contexto, a indústria de carnes passou por profundas transformações com a instalação de modernos frigoríficos abatedouros de aves. (RIZZI, 1993). Essa unidade tem se constituído em uma das principais vantagens da avicultura industrial frente à produção não-empresarial, uma vez que possibilita à empresa suportar as crises de mercado, frente às oscilações de preço, estocando a produção.

A partir do processamento da carne de frango nos abatedouros/frigoríficos geram-se não só os frangos abatidos e cortes especiais congelados como também

produtos processados a exemplo dos salames, mortadelas, salsichas, empanados, entre outros, que por sua vez têm proporcionado uma agregação maior de valores à carne de frango, viabilizando, dessa forma, um ganho lucrativo maior.

Essas condições são inexistentes na avicultura desenvolvida nos moldes não-empresariais, pois a mesma não dispõe de mecanismos para proceder na agregação de valores ao seu produto e, dessa forma, estão constantemente vulneráveis às crises que atingem o segmento avícola.

No Brasil, embora a atividade avícola comercial tenha sido iniciada nas décadas de 1920 e 1930, o seu caráter industrial veio se consolidar no final dos anos 1950 quando, segundo Sorj *et all* (1982, p. 14):

começaram a ser estruturados novos galinheiros, com novos métodos de manejo, ao mesmo tempo em que o Instituto Biológico de São Paulo, entre outros, começou a ter uma intensa atuação no sentido da melhoria no combate às doenças e do controle sanitário em geral, juntamente com o surgimento das primeiras associações de avicultores e cooperativas.

As relevantes pesquisas genéticas, os progressos tecnológicos obtidos, a elevação do consumo da carne de frango bem como a capacidade de investimentos e gerenciamento e as políticas públicas destinadas para a avicultura, contribuíram para que esse segmento industrial alavancasse um vigoroso desenvolvimento, substituindo, em grande parte, a avicultura tradicional (de subsistência). Hodiernamente, embora ainda persista em algumas regiões brasileiras, a produção avícola em bases tradicionais tem sido marginalizada em relação à avicultura industrial por conta da baixa produtividade e qualidade, do incipiente controle sanitário, das quantidades e da regularidade exigida pelas agroindústrias processadoras que, por sua vez, constituem o centro da atividade avícola industrial desenvolvida no país. Essas condições caracterizam o incipiente poder de competitividade que assola esse tipo de produção avícola.

A atividade avícola industrial brasileira, que tem apresentado constantes crescimentos com perspectivas de se desenvolver ainda mais frente às condições internas e externas existentes, hoje tem sua produção controlada pelas grandes empresas agroindustriais do setor.

Através dos dados da tabela nº 15, verifica-se que, em 2004, as 12 maiores empresas avícolas no Brasil controlavam mais de 50% do abate de aves do

país, sendo que as duas primeiras (Sadia com 13,61% e a Perdigão com 11,77%), juntas, controlam mais de 25% do abate e da produção nacional de frangos.

Tabela n° 15

**BRASIL: principais empresas de abatedouros - 2004**

<b>Empresa</b>	<b>Aves (cabeças)</b>	<b>Crescimento (%)*</b>	<b>Participação (%)</b>
1. Sadia SC-PR-MG-MT-RS	550.149.640	14,64	13,61
2. Perdigão SC-RS-PR-GO	475.596.089	11,27	11,77
3. Seara SC-RS-SP-MS	263.320.384	6,98	6,51
4. Frangosul RS-MS	231.503.059	-2,65	5,73
5. Avipal RS-MS-BA	187.653.021	-12,29	4,64
6. Dagranya PR-MG	114.056.368	19,08	2,82
7. Aurora SC-MS	86.227.916	-1,53	2,13
8. Diplomata PR-RS-SC	84.401.085	154,57	2,09
9. Penabranca SP	74.778.648	3,62	1,85
10. Copacol PR	62.029.390	9,91	1,53
11. Pif Paf MG	50.511.257	4,02	1,25
12. Sertanejo SP	47.193.539	-2,55	1,17
<b>Total Parcial</b>	<b>2.227.420.396</b>	<b>-</b>	<b>55,1</b>
<b>Outros</b>	<b>1.814.935.382</b>	<b>-</b>	<b>44,9</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.042.355.778</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte: ABEF, 2004/2005

\* Em relação ao ano de 2003

Nesse sentido, considerando o volume da produção avícola brasileira que, em 2005, foi de 4.042.355.778 cabeças, constata-se o forte grau de oligopolização no segmento avícola brasileiro onde um número reduzido de empresas controlam parte significativa do mercado de abate de frangos no país.

Rizzi (1993, p. 61) afirma que:

antes inexistentes em termos de processamento industrial, a avicultura passou a constituir o principal segmento da indústria de carnes, na qual se implantaram grandes empreendimentos oligopolizados e, integradoras, no sentido de que, não só passaram a integrar verticalmente a produção das atividades complementares ao abate como também a desenvolver um esquema contratual na criação de aves junto aos produtores agrícolas.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que, embora não seja uma tendência homogênea, as agroindústrias avícolas são indústrias que integram verticalmente diversas etapas da produção avícola desde a produção de matrizes e pintos de um dia para corte até a ração e os processos de abate.

No Brasil, essa é uma tendência que se verifica principalmente nas grandes agroindústrias do setor e dessa forma constata-se que a avicultura de corte brasileira é caracterizada pela existência de uma estrutura altamente concentrada e verticalizada, onde as empresas controlam as diversas atividades da produção avícola, coexistindo com um expressivo número de pequenas e médias empresas que atuam em parte nas atividades avícolas (principalmente na criação e no abate).

No geral, a avicultura se caracteriza por ser uma das atividades de maior grau de modernização e integração produtiva exatamente pelo fato das agroindústrias controlarem as diversas atividades na produção avícola visando alcançar a eficiência econômica. Em outros termos, as empresas centralizam as várias etapas do processo produtivo desde a aquisição da matéria-prima até a comercialização e venda do produto final incorporando processos econômicos tecnologicamente diferenciados. Essa é na verdade a situação que caracteriza o desenvolvimento da avicultura industrial de corte desenvolvida no Brasil a partir da década de 1960 e que a cada dia ganha novos indicativos de expansão.

### 3.2 DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA DE CORTE NO BRASIL

Embora seja o Brasil um país industrializado e fortemente urbanizado, o setor agropecuário ainda possui uma importância grandiosa na sua economia, pois, grande parte das exportações brasileiras é proveniente da produção agropecuária.

A conjugação de diversos fatores, entre eles, os investimentos em pesquisas, a capacidade de investimentos e gerenciamento da produção, além das condições sanitárias e dos avanços tecnológicos registrados na genética, na produção e na criação das aves, contribuíram para o espantoso crescimento da avicultura brasileira a ponto de a mesma figurar como um dos principais pólos de produção mundial de carne de frango.

De acordo com os dados da tabela nº 16, os EUA situam-se como o maior produtor de carne de frango, em nível mundial, detendo, em 2005, cerca de 27,1% da produção mundial. Essa condição se deve, em grande parte, aos subsídios

oferecidos pelo governo para proteger a atividade avícola do país da concorrência externa, pois, como afirma Carmo (2002, p. 45):

em 1984, por proposta dos Estados Unidos durante às negociações da última rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) no Uruguai, que culminou com a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), os países foram autorizados a conceder subsídios à produção e exportação de carne de frango.

Mas, o maior produtor mundial de frangos, os Estados Unidos, vem reduzindo sua taxa de crescimento, em razão dos baixos retornos econômicos da atividade e da forte concorrência no mercado externo. (ABEF, 2001).

Tabela n° 16

**Principais produtores mundiais de carne de frango: 2002 – 2005**  
(em milhões de toneladas)

País	Ano							
	2002		2003		2004		2005	
	ton.	%	ton.	%	ton.	%	ton.	%
EUA	14.467	27,4	14.610	27,7	14.920	27,3	15.792	27,1
China	9.558	18,1	9.844	18,6	10.129	18,5	10.200	17,5
Brasil	7.517	14,3	7.843	14,8	8.493	15,0	9.200	15,8
México	2.157	4,0	2.297	4,3	2.412	4,4	2.510	4,3
UE	5.950	11,3	5.700	10,8	5.900	10,8	7.670	13,2
Outros	13.176	24,9	12.539	23,7	13058	23,9	12.855	22,1
<b>Mundo</b>	<b>52.825</b>	<b>100,0</b>	<b>52.833</b>	<b>100,0</b>	<b>54.912</b>	<b>100,0</b>	<b>58.227</b>	<b>100,0</b>

Fonte: UBA, 2003/ ABEF, 2006

Com relação ao Brasil, a produção avícola coloca o país como o terceiro produtor de carne de frango participando, em 2005, com 15,8% da produção mundial. Segundo a ABEF (2002), “o Brasil manteve taxas de crescimento notáveis devido aos ganhos de produtividade, aos novos investimentos na região centro-oeste e a uma firme demanda do mercado externo compensada por relativa acomodação do consumo doméstico.” (ABEF, 2002, p. 09).

Indubitavelmente, esse desempenho da atividade avícola brasileira é uma conseqüência das melhorias qualitativas dos indicadores técnicos de produção, obtidas entre o período de 1930 a 2005, como é evidenciado na tabela n° 17.

Os dados da Tabela n° 17 permitem verificar que, em 1930, dentro das condições existentes na avicultura brasileira, as aves atingiam um peso médio de 1,5 Kg, consumindo em média 3,5 Kg de ração para cada quilo de frango, em um período de aproximadamente 105 dias.

Tabela n° 17

**BRASIL: evolução dos indicadores técnicos da avicultura de corte – 1930 - 2005**

<i>Ano</i>	<i>Peso médio (kg)</i>	<i>Conversão*</i>	<i>Idade de abate (dias)</i>
1930	1.500	3,50	105
1940	1.550	3,00	98
1950	1.800	2,50	70
1960	1.600	2,30	56
1970	1.700	2,20	49
1980	1.800	2,10	49
1984	1.860	2,00	47
1988	1.940	1,90	47
1994	2.050	1,90	45
1998	2.150	1,95	45
2000	2.250	1,80	43
2001	2.300	1,80	42
2002	2.300	1,83	42
2003	2.350	1,88	43
2004	2.390	1,83	43
2005	2.390	1,83	42

Fonte: UBA (2002), ABEF (2004)

\*Quilo de ração consumida para cada quilo carne de frango produzida

Atualmente, devido aos avanços tecnológicos, às pesquisas, às estratégias das agroindústrias e as políticas públicas destinadas à avicultura, verificam-se melhorias dos indicadores técnicos da produção que, por sua vez, tem permitido que nos últimos anos se produza aves com peso médio de 2,390 kg, consumindo uma quantidade relativamente menor de ração (1,83 Kg de ração para cada quilo de frango), em um intervalo de tempo consideravelmente reduzido (42 dias).

É válido ressaltar ainda que a tendência aponta para uma contínua melhoria desses índices, conduzindo, inevitavelmente, para uma redução dos custos de produção e ao aumento da produtividade.

Essa condição certamente tem levado o setor avícola a exercer uma efetiva participação nas exportações brasileiras. Assim, o setor avícola continua a

liderar, com ampla margem as exportações de carne no Brasil, tanto em termos de volume, como também àquelas ligadas às receitas geradas por este segmento (tabela n° 18). Em 2005, a carne de frango representou cerca de 55,3% do volume de exportação brasileira de proteínas animais, conforme apontado na figura n° 11.

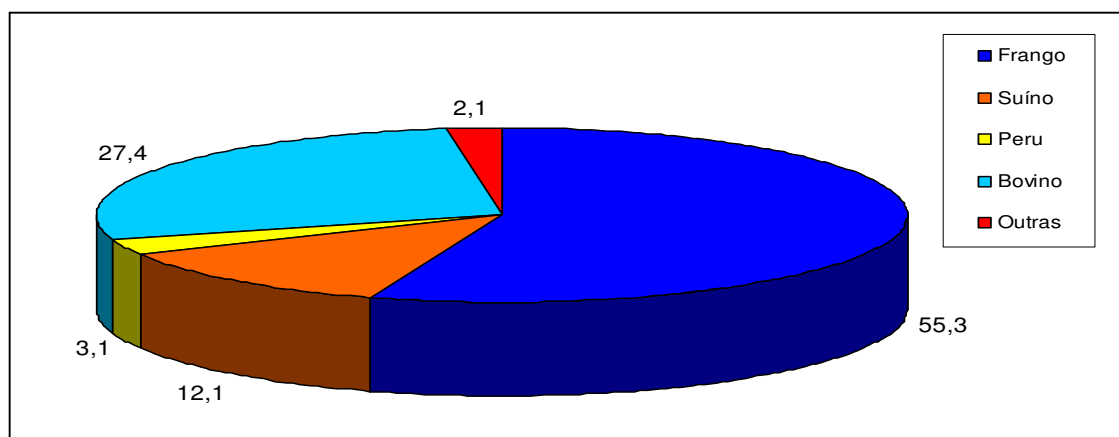
Tabela n° 18

**BRASIL: exportações brasileiras de carnes\* - 2005**

<b>Tipos de Carne</b>	<b>toneladas</b>	<b>%</b>	<b>em mil US\$</b>	<b>%</b>
Frango	2.845.946	55,3	3.508.548	42,8
Suíno	625.075	12,1	1.167.909	14,3
Peru	160.671	3,1	256.755	3,1
Bovino	1.408.828	27,4	3.103.403	37,9
outras	121.613	2,1	159.119	1,9
<b>Total</b>	<b>4.452.613</b>	<b>100</b>	<b>6.239.979</b>	

Fonte: ABEF (2004) e (2005)

\*Inclusive carnes industrializadas



Fonte: ABEF (2004) e (2005)

Figura n° 11 - **BRASIL: distribuição percentual do volume das exportações de carnes – 2005**

Espíndola (1999, p. 185), analisando as exportações de carne de frango no Brasil afirma que a partir de 1975 as exportações brasileiras desse produto apresentaram um crescimento acelerado devido:

à política agressiva de modernização do parque frabril, melhoramento qualitativo das aves (melhoria genética), intenso sistema de publicidade, etc, promovido pelas agroindústrias do Oeste catarinense graças aos incentivos proporcionais pelo governo federal (isenções de ICM, IPI e outros) e aos baixos custos reprodutivos dos plantéis.

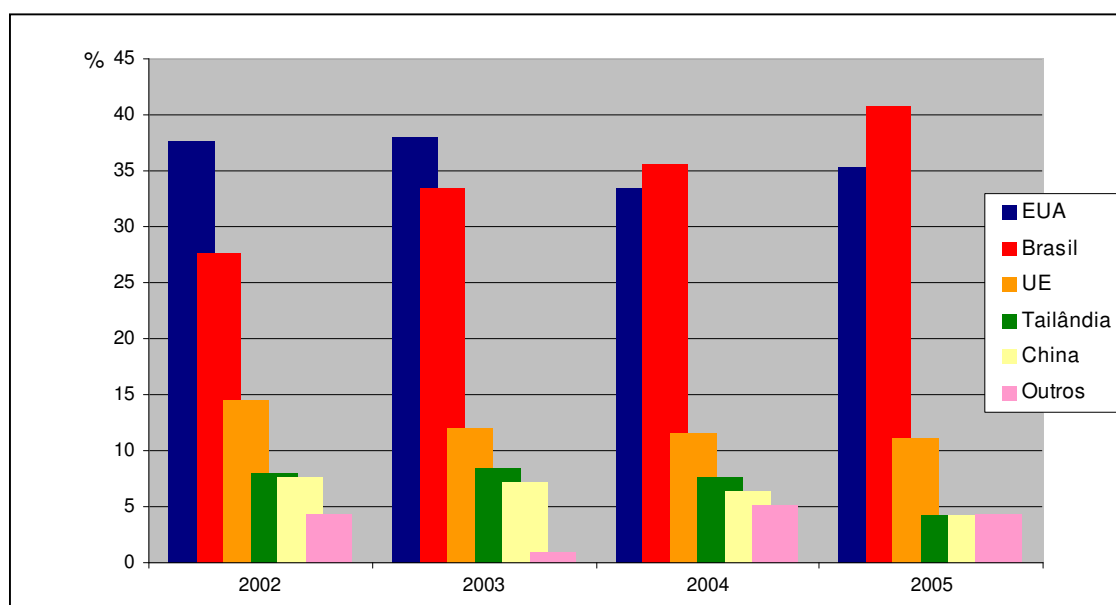


Na verdade, no início de sua implantação no país a avicultura possuía um caráter voltado basicamente para a subsistência, dispondo de escassa tecnologia. Entretanto, a dimensão industrial que caracterizou essa atividade a partir da década de 1960 contribuiu para que desde 1975 o país começasse também a exportar parte de sua produção constituindo atualmente um dos maiores exportadores de carne de frango do mundo.

Tabela n° 19  
**Principais exportadores mundiais de carne de frango 2002 – 2005**  
(milhões de toneladas)

PAÍS	Ano							
	2002		2003		2004		2005	
	ton.	%	ton.	%	ton.	%	ton.	%
EUA	2.180	37,7	2.230	38,0	2.313	33,4	2.464	35,3
Brasil	1.600	27,7	1.960	33,4	2.470	35,7	2.846	40,8
UE	841	14,5	700	12,0	800	11,6	780	11,1
Tailândia	465	8,0	500	8,5	530	7,6	300	4,2
China	438	7,6	420	7,2	440	6,4	300	4,2
Outros	256	4,4	51	0,9	361	5,2	289	4,4
<b>Mundo</b>	<b>5.780</b>	<b>100</b>	<b>5.861</b>	<b>100</b>	<b>6.914</b>	<b>100</b>	<b>6.979</b>	<b>100</b>

Fonte: UBA, 2005/ ABEF, 2006



Fonte: Fonte: UBA, 2005/ ABEF, 2006

Figura n° 12 - **Participação percentual dos principais exportadores mundiais de carne de frango 2002 – 2005**

Os dados apresentados na tabela n° 19 permitem verificar que, entre os principais países responsáveis pelas exportações de carne de frango, embora tenham apresentado crescimento no volume de exportação desse produto, sofreram um decréscimo no percentual de sua participação nas exportações no mercado mundial. A exceção dessa situação é o Brasil que apresentou, durante o período considerado, um crescimento no volume de exportação (de 1.600 mil toneladas em 2002, para 2.846 mil toneladas em 2005) e, paralelamente, aumentou a sua participação percentual no mercado de exportação da carne de frango (Figura n°12).

Em 2002, o Brasil detinha 27,7% das exportações desse produto no mercado mundial, ocupando a posição de segundo maior exportador mundial. Os EUA ocuparam durante muito tempo a posição de maior exportador de carne de frango devido, principalmente, aos subsídios destinados aos avicultores norte-americanos o que permitia o desenvolvimento da avicultura a um custo relativamente menor do que em outros países. Tal fato imprimia um poder de competitividade maior às empresas desse país.

Entretanto, desde 2004, quando ultrapassou os EUA em volume e em receita cambial de exportação, o país passou a ser o maior exportador mundial de carne de frango representando atualmente cerca de 40,8% do mercado mundial, em 2005. A tabela n° 20 e a figura n° 13 permitem visualizar a evolução, nos últimos 15 anos, das exportações do setor avícola brasileiro no que se refere ao volume exportado.

Embora as exportações dos produtos oriundos da atividade avícola tenham sido iniciadas no final da década de 1970, a figura n° 13 permite verificar que é exatamente no período compreendido entre 2000 a 2005 que o volume dessas exportações irá apresentar um crescimento vertiginoso. Durante esse período, o volume das exportações mais do que triplicou passando de 906.746 toneladas, em 2000, para 2.845.946 toneladas, em 2005.

Este comportamento tem contribuído para que a carne de frango constitua hoje um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, colocando o Brasil como um dos principais centros mundiais de produção e exportação de produtos avícolas.

Esta evolução só foi possível a partir do momento que essa atividade passa a sofrer um profundo processo de transformação da sua estrutura produtiva

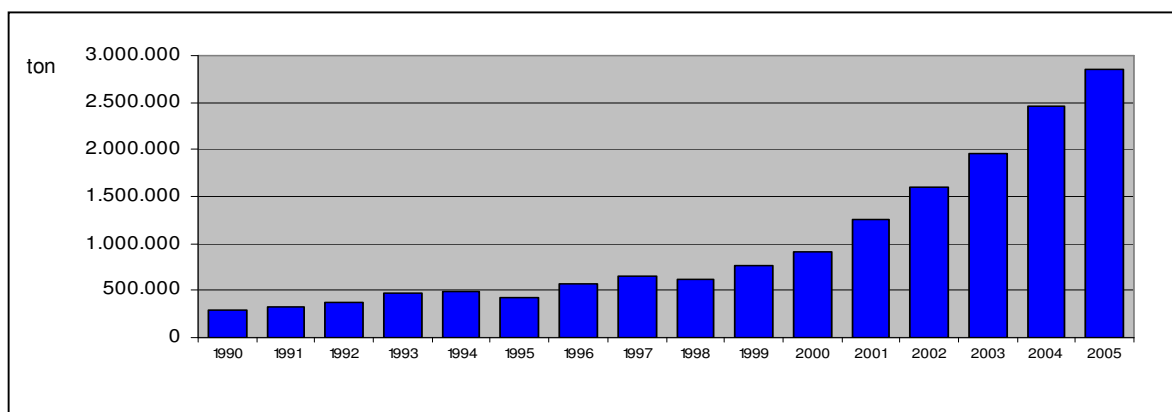
intensificando a integração entre os diferentes setores que compõem este segmento agroindustrial, possibilitando a oferta de produtos diversificados e semi-elaborados de acordo com as exigências do mercado consumidor.

Tabela n° 20

**BRASIL: exportação de carne de frango: 1990 – 2005**

<b>Ano</b>	<b>toneladas</b>
1990	299.218
1991	321.700
1992	371.719
1993	466.498
1994	481.029
1995	428.988
1996	568.795
1997	649.357
1998	612.477
1999	770.551
2000	906.746
2001	1.249.288
2002	1.599.923
2003	1.959.773
2004	2.469.696
2005	2.845.946

Fonte: ABEF, 2004/2005



Fonte: Fonte: ABEF, 2004/2005

Figura n° 13 - **BRASIL: exportação de carne de frango: 1990 – 2005**

As exportações brasileiras de carne de frango nos últimos anos atingiram diversos países em todos os continentes, apresentando uma expansão considerável frente aos seus principais concorrentes (Tailândia, China e EUA) que enfrentam

problemas de ordem sanitária. Os principais destinos da produção avícola brasileira estão representados na figura nº 14, mas, merecem destaque os seguintes importadores dos produtos avícolas brasileiros:

- **Oriente Médio:** É considerado um dos principais mercados dos produtos avícolas brasileiros, principalmente no que se refere aos cortes especiais que tem permitido uma maior agregação de valores. Em 2005, 29,8% (848.570 toneladas) das exportações de carne de frango brasileira foram destinadas para essa região, o que representou um crescimento de cerca de 25% em relação ao volume destinado para a região em 2004.
- **Ásia:** Essa região tem se constituído como o segundo maior importador da produção avícola brasileira consumindo, em 2005, um total de 756.950 toneladas (26,6% das exportações de carne de frango brasileira). Esse total representou um crescimento de aproximadamente 19,6% se comparado com o volume importado da produção avícola brasileira em 2004. Entretanto, é preciso ressaltar que desde 2003 a Ásia aumentou substancialmente a compra de cortes especiais de frango e, nesse sentido, como os produtos dessa natureza tem um valor agregado maior do que o frango inteiro, essa região constitui, em termos de receita cambial, o maior comprador do frango brasileiro.
- **União Européia:** Em 2005, 387.036 toneladas (13,6% das exportações de carne de frango brasileira) de carne de frango brasileira foram destinadas para o mercado consumidor da União Européia. Esse volume representou um aumento de 25,4% em relação ao ano de 2004.
- **Rússia:** As exportações de carne de frango do Brasil para esse país, em 2005, somaram cerca de 258.187 toneladas entre frangos inteiros, cortes especiais e produtos industrializados. Esse volume representou aproximadamente 9,7% das exportações brasileiras nesse segmento e, ao mesmo tempo, um crescimento de cerca de 33,4% em relação ao ano de 2004.

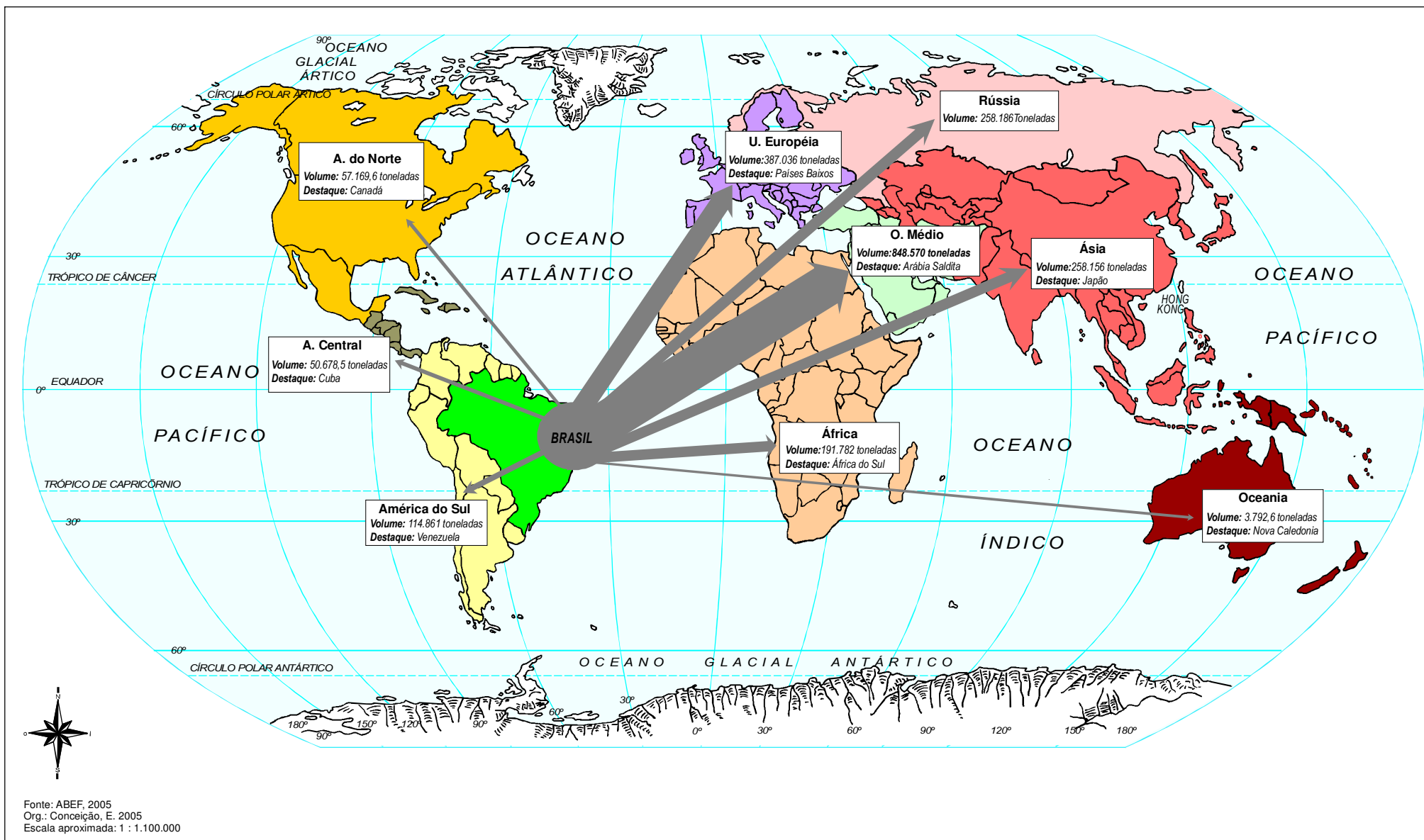


Figura nº14 - MUNDO: principais destinos das exportações brasileiras de carne de frango - 2005

Esse desempenho nas exportações dos produtos avícolas tem proporcionado um aumento substancial nas receitas cambiais provenientes desse setor. Tal fato deve-se à conjugação de fatores como a sanidade avícola, os baixos custos de produção e a agregação de valores através da oferta de cortes especiais, que teriam contribuído para que a produção avícola brasileira obtivesse elevado poder de competitividade no mercado internacional aumentando as receitas cambiais provenientes das exportações desse setor.

Indubitavelmente, a avicultura industrial no Brasil alcançou ao longo dos últimos anos um vertiginoso crescimento não só em termos de receitas cambiais como também no que se refere à expansão dessa atividade dentro do território nacional. Como se afirmou anteriormente, esse fato decorre das profundas transformações pelas quais passou e vem passando o segmento avícola no país.

Essas transformações estão relacionadas às pesquisas no setor, aos investimentos financeiros e gerenciais, à intensa integração do setor avícola com o segmento industrial e, também, às relações de trabalho estabelecidas no interior dessas transformações. Entretanto, é importante ressaltar que o crescimento e a expansão do segmento avícola no país podem ser analisados também a partir da dinâmica de fatores de ordem tecnológica e socioeconômica.

Os fatores de ordem tecnológica referem-se às transformações ocorridas no circuito produtivo do setor. É impossível negar as evoluções tecnológicas que atingiram a avicultura a partir do momento que a mesma ganhou o caráter de atividade agroindustrial.

Os objetos técnicos, em grande parte automatizados, presentes nas unidades produtivas, têm possibilitado o aumento da eficiência e da capacidade produtiva. Em outras palavras, a utilização das inovações tecnológicas tem sido fundamental para sustentar o desenvolvimento da atividade no país, principalmente no que se refere ao processamento da carne de frango para atender às novas exigências e demandas do mercado nacional e internacional.

A partir da incorporação dessas inovações tecnológicas produtivas, as empresas avícolas (e do segmento alimentar em geral) passaram a

desenvolver técnicas de manuseio de animais, de higienização, técnicas de desossa, conservação, acondicionamento e processamento, pesquisas genéticas e desenvolvimento de novos produtos.

Esse aspecto constitui um dos principais diferenciais da avicultura industrial frente à avicultura estruturada nos moldes não-empresariais cujo processo produtivo se desenvolve a partir de bases técnicas tradicionais. Assim, considerando que esses fatores são em grande parte responsáveis pela dinâmica e capacidade concorrencial das agroindústrias avícolas, a transformação tecnológica da avicultura, que certamente encontra-se inscrita nos seios da modernização das bases técnicas do setor agropecuário brasileiro, tem contribuído para que essa atividade apresente níveis de produtividade e processamento elevados.

O impulso do alto padrão tecnológico teria levado as empresas a possuírem laboratórios de controle de qualidade, de pesquisas genéticas, de plantas-pilotos, de análise de embalagens, de desenvolvimento de produtos, capacitação gerencial e industrial dos empregados, bem como desenvolvimento de programas e pesquisas tecnológicas junto a órgãos governamentais, visando a elaboração e aprimoramento de novos processos produtivos. (ESPÍNDOLA,1999).

O importante a reter sobre essa questão é que a absorção tecnológica na agroindústria avícola encontra-se inserida no processo de reestruturação produtiva que provocou profundas alterações nas formas de produzir e gerenciar visando atingir níveis elevados de flexibilidade produtiva.

Nesse sentido, deve-se reconhecer que o processo de difusão tecnológica no setor avícola, que é afetada direta ou indiretamente por transformações vinculadas à outros ramos industriais, tanto ocorre no segmento à jusante (biotecnologia, por exemplo) proporcionando a oferta de matérias-primas com qualidade, quanto na esfera do processamento da produção criando produtos diferenciados.

As agroindústrias avícolas tem constantemente buscado o maior grau de incorporação da modernização tecnológica no processo de abate através da automação mecânica de diversas etapas do processo produtivo. Entretanto, é preciso ressaltar que esse não é um processo homogêneo nem

em termos das empresas avícolas e nem em termos das etapas produtivas, embora a mecanização seja possível em todas essas etapas.

A evolução tecnológica tem levado à incorporação de novas máquinas e equipamentos nos processos produtivos (principalmente nas etapas de evisceração, depenagem, resfriamento e processamento) e também à inovação de produtos resultando em alterações na estrutura das indústrias, na diversificação de produtos ofertados e, também, nas relações de trabalho onde o sistema integrado de produção ganha destaque.

Tal fato tem permitido o destaque do segmento avícola brasileiro tanto no âmbito nacional como internacional, possibilitando, inclusive, uma maior agregação de valor aos produtos avícolas a partir dos cortes especiais e dos produtos elaborados como lingüiças, salames, salshichas, *nuggets* etc, levando-se, assim, a um aumento das receitas desse setor.

No tocante à dimensão dos fatores de ordem socioeconômica, pelo menos dois pontos precisam ser destacados: o preço da carne de frango para o consumidor final e os hábitos alimentares da população em consumir esse tipo de proteína animal.

Segundo Filho (1996), “os progressos tecnológicos permitiram uma redução nos custos e, ao mesmo tempo, sensíveis ganhos de produtividade, e estas conquistas levaram a um queda nos preços finais do frango.” (p. 87). Assim, ao possibilitar um aumento da produtividade, os progressos tecnológicos abriram caminho para a redução dos custos de produção e a conseqüente queda dos preços dos produtos para o consumidor final e, nesse sentido, a carne de frango tem se tornado uma das principais alternativas de consumo de proteína animal, principalmente para a população de baixa renda, frente às grandes oscilações dos preços dos outros tipos de carne.

Esse fato, aliado à difusão de informações a respeito das qualidades da carne branca (frango e peixe principalmente), contribuiu para que os hábitos alimentares da população caminhassem para um maior consumo da carne de frango. A tabela n° 21 e a figura n° 15 representam a evolução do consumo *per capita* de carne no Brasil onde é possível observar o contínuo crescimento dos índices de consumo da carne de frango frente aos declínios e oscilações de consumo de outros tipos de carne.

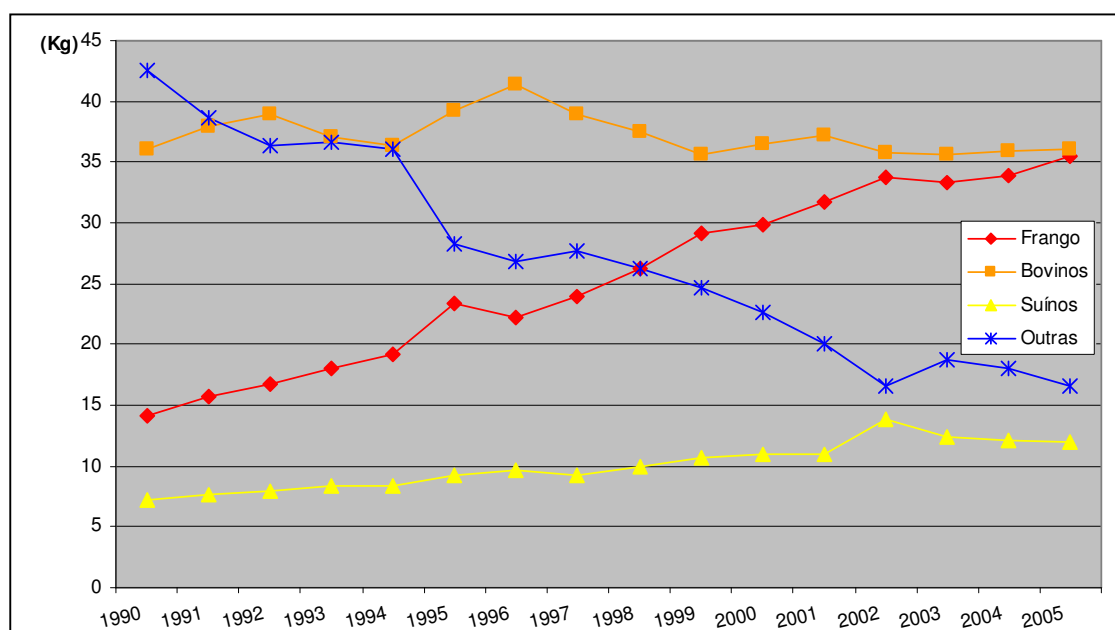


Tabela n° 21

**BRASIL: consumo per capita dos principais tipos de carnes 1990 – 2005**  
(em kg)

Ano	Frangos	Bovinos	Suínos	Outras
1990	14,2	36,1	7,2	42,5
1991	15,7	38,0	7,6	38,7
1992	16,8	38,9	7,9	36,4
1993	18,1	37,0	8,3	36,6
1994	19,2	36,4	8,4	36
1995	23,3	39,3	9,2	28,2
1996	22,2	41,4	9,6	26,8
1997	24,0	39,0	9,3	27,7
1998	26,3	37,5	9,9	26,3
1999	29,1	35,6	10,7	24,6
2000	29,9	36,5	10,9	22,7
2001	31,8	37,2	10,9	20,1
2002	33,8	35,8	13,8	16,6
2003	33,3	35,6	12,4	18,7
2004	33,9	35,9	12,1	18,1
2005	35,5	36,0	11,9	16,6

Fonte: ABEF, 2005



Fonte: ABEF, 2005

Figura n° 15 - **BRASIL: consumo per capita dos principais tipos de carnes: 1990 - 2005**

Através dos dados visualizados, observa-se que o consumo de carnes bovinas e suínas oscila entre períodos de expansão e períodos de decréscimo, apresentando durante o intervalo de tempo considerado no

gráfico, um crescimento de 20,5% e 65,7%, respectivamente. No tocante ao consumo *per capita* de carne de frango, os dados apresentados evidenciam que houve um crescimento positivo de cerca de 150%, passando de um consumo de 14,2 kg por pessoa em 1990, para 35,5 kg, em 2005. Nesse sentido, os referidos dados reafirmam o extraordinário crescimento do consumo de carne de frango frente aos outros tipos, consolidando cada vez mais a liderança desse setor no consumo de proteína animal por parte da população.

Esse aumento do consumo de carne de frango pode, em grande parte, ser atribuído à ampliação da escala de produção e à incorporação de inovações tecnológicas em sua cadeia produtiva, que permitiu a redução substancial dos custos e preços e oferta de uma variedade de produtos com maior potencial de ampliação e difusão no mercado. Associado a essa questão, está o fato do processo de urbanização provocar uma tendência da população em adotar hábitos de consumo saudável e, nesse sentido, o consumo de carne de frango tem adiante um desenvolvimento potencial, tanto interna quanto externamente, tendo em vista a progressiva tendência de concentração da população nos centros urbanos.

Como resultado dessas questões, o consumo de carne de frango evoluiu rapidamente e passou a constituir a principal fonte de alimentação da população frente aos outros tipos de carne.

Analisando os dados referentes ao destino da produção avícola brasileira (tabela n° 22), observa-se que, apesar de se consolidar como o maior exportador de carne de frango do mundo, a maior parte dessa produção é destinada para o mercado interno.

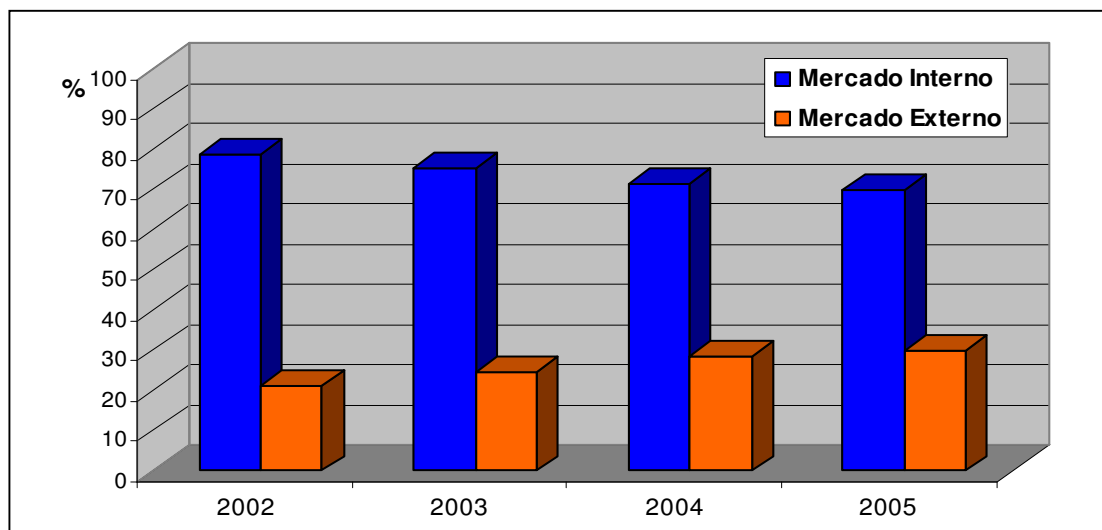
Tabela n° 22

**BRASIL: Destinação da produção de carne de Frango 2002 – 2005**

(em milhões de toneladas)

Destino	2002		2003		2004		2005	
	ton	%	ton	%	ton	%	ton	%
M. Interno	5.917	78,7	5.921	75,5	6.069	71,5	6.586	69,9
M.Externo	1.600	21,3	1.922	24,5	2.424	28,5	2.846	30,1
<b>Total</b>	<b>7.517</b>	<b>100</b>	<b>7.843</b>	<b>100</b>	<b>8.493</b>	<b>100</b>	<b>9.432</b>	<b>100</b>

Fonte: UBA, ABEF (2004/2005)/APINCO



Fonte: UBA, ABEF (2004/2005)/APINCO

Figura nº 16 - Destinação percentual da produção de carne de frango 2002 - 2005

Atrelada aos dois fatores anteriormente considerados, encontra-se os fatores políticos que se configuram, sobretudo, nas políticas públicas destinadas para o setor avícola seja no sentido de incentivar a expansão dessa atividade dentro do país como também no sentido de financiar a transformação da base técnica, manutenção da sanidade avícola e aumento dos volumes de exportação. As vantagens competitivas da indústria brasileira têm sido dadas, basicamente, pela disponibilidade de matérias-primas, menor custo de produção associado, nos períodos iniciais, às políticas de subsídios e financiamento às exportações que, nos anos 1970, permitiram a forte inserção de diversos segmentos industriais, inclusive da indústria de frangos, no mercado internacional. Atualmente, o setor de exportação dos produtos avícolas tem se configurado como uma das principais variáveis na determinação da expansão da indústria avícola e de sua estrutura.

Em geral, considerando a dinâmica dos fatores anteriormente analisados, vislumbra-se uma perspectiva de contínua expansão para o setor avícola brasileiro, tanto interna quanto externamente, uma vez que o consumo *per capita* de carne de frango no país ainda é menor do que a média em diversos países. Nessa perspectiva, o segmento avícola brasileiro tem ainda

um amplo espaço para crescimento considerando a tendência altamente favorável para o consumo da carne de frango, a disponibilidade de insumos, a absorção de tecnologia de ponta e a elevada produtividade com qualidade, que tem levado o país a superar grandes barreiras protecionistas em todo mundo.

#### **4 TERRITORIALIZAÇÃO DA AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DA BAHIA**

Os dados e as análises apresentados no capítulo anterior evidenciam o caráter concentrador em termos espaciais da avicultura de corte dentro do território brasileiro.

É notório o destaque dos estados das Regiões Sul e Sudeste no desenvolvimento dessa atividade no que se refere ao alojamento de matrizes e pintos de corte, ao abate de aves e à exportação de produtos avícolas. Essa situação decorre, como foi apontado anteriormente, de razões históricas e atuais que permitiram e vêm permitindo a expansão da atividade avícola nessas áreas.

Ao mesmo tempo, a disseminação e o crescimento dessa atividade em estados de outras regiões despertam o interesse e a necessidade de se analisar como a dinâmica territorial do setor avícola se desenvolve nessas “novas” áreas dotadas de especificidades sociais, econômicas, políticas e territoriais que as diferenciam dos estados das Regiões Sul e Sudeste, onde a avicultura industrial brasileira tem a sua gênese e, atualmente, a sua maior expressão.

É dentro dessa perspectiva, ou seja, objetivando a análise da dinâmica da avicultura industrial de corte em outras regiões, que esse estudo procura situar o Estado da Bahia e, mais precisamente, os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira.

O setor agropecuário tanto no Brasil, como já foi afirmado, quanto no Estado da Bahia, sempre teve um destaque relevante nos aspectos econômicos, pois, embora possua um dos maiores e mais estruturados parques industriais da Região Nordeste do país, o segmento do agronegócio sempre foi decisivo para a balança comercial desse estado.

No que se refere à avicultura de corte, durante anos essa atividade foi desempenhada no Estado da Bahia a partir de bases não empresariais, desenvolvida, sobretudo, através de unidades de subsistência, inicialmente, e posteriormente, via pequenos produtores e abatedouros, sem que, com isso, tenha-se eliminado a estrutura atrasada técnica e economicamente que sempre caracterizou essa atividade no território baiano.

Esse fato certamente contribuiu para que, durante um período relativamente longo, a avicultura de corte tivesse pouca expressividade dentro do estado, sendo a sua demanda atendida pelas importações de outros estados, o que, por sua vez, contribuía para a elevação do preço final dos produtos avícolas no mercado consumidor baiano.

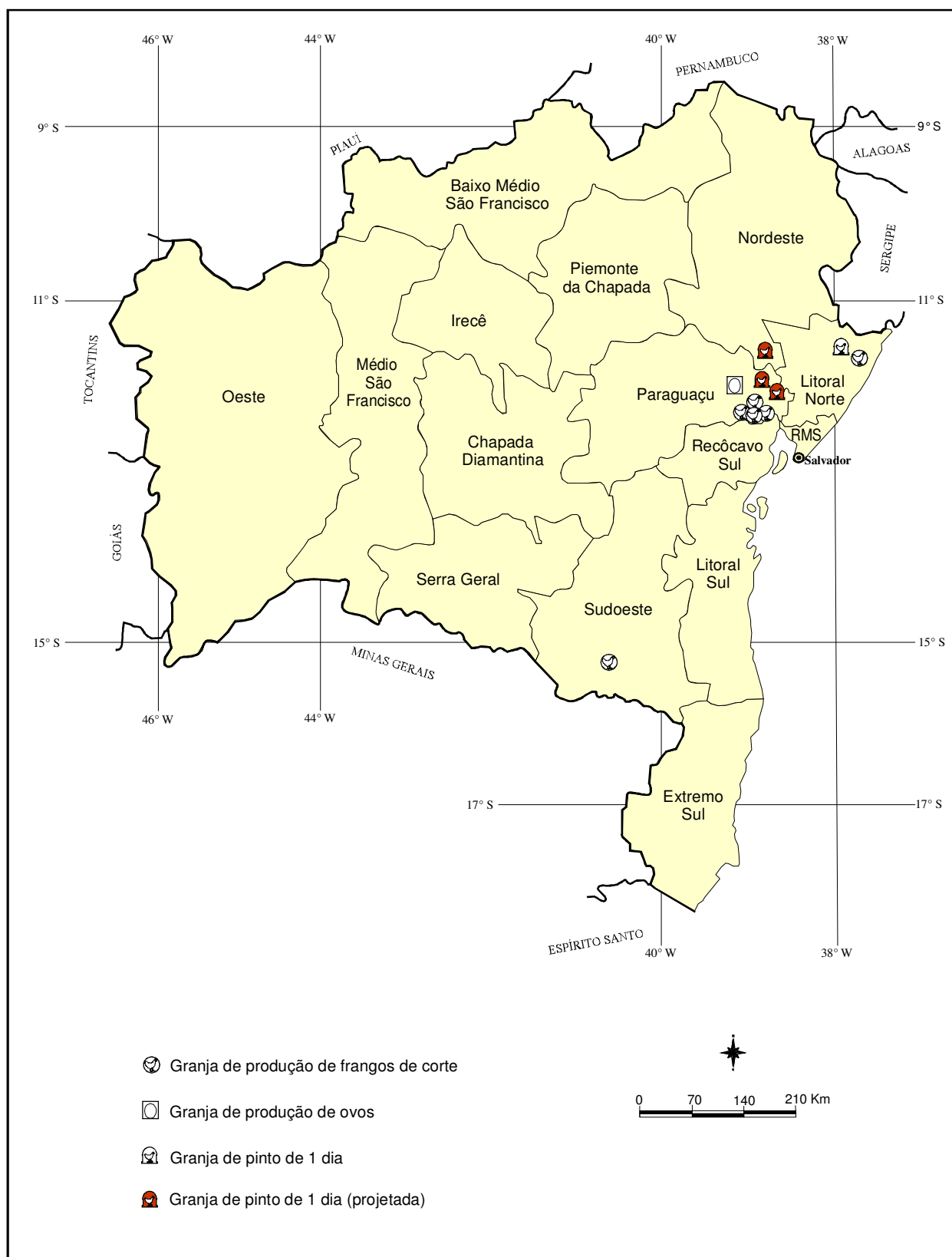
A oferta irregular de grãos a nível estadual, os problemas sanitários e, principalmente, a ausência de integração das atividades de produção em todo o segmento da avicultura baiana marcavam o quadro dessa atividade no estado.

Durante esse período, o estado não vivenciou nem mesmo a implantação do sistema integrado de produção, que é considerado em diversos estudos como um fator fundamental para expansão da atividade avícola permitindo a inversão de capitais e tecnologias. A produção independente constituía a dinâmica predominante de criação de frangos de corte na Bahia.

Esses e outros fatores contribuía para que a avicultura de corte no estado fosse caracterizada como uma atividade complementar à agricultura de subsistência onde o produtor produzia para consumo próprio vendendo o excedente. Em uma outra situação, a atividade era desenvolvida por pequenos produtores que, devido às condições técnicas, econômicas e de infra-estruturas tinham inexpressivo poder de competitividade em nível nacional, sendo, inclusive, incapaz de atender à demanda de consumo de carne de frango dentro do Estado da Bahia.

Essas condições favoreceram para que, durante um longo período, a avicultura de corte baiana não apresentasse níveis de desenvolvimento e evolução iguais aos verificados em outros estados do país. Assim, mesmo com todas as potencialidades para o desenvolvimento dessa atividade no que se refere à disponibilidade de terras, mão-de-obra, recursos naturais e demanda para consumo dos produtos avícolas, o Estado da Bahia, por um bom tempo, constituiu um grande importador de carne de frango de outros estados do país.

A figura n° 17 apresenta uma dimensão da territorialização da avicultura baiana em 1992, onde é possível verificar a inexpressiva disseminação da atividade avícola dentro do estado. Embora neste período já seja notada a presença de pequenas empresas, até os primeiros anos da década de 1990, a atividade avícola é pouco expressiva e espacialmente concentrada, principalmente, no município de Conceição da Feira.



Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1992.  
Modificado por: Edney Conceição

Figura nº 17 - **BAHIA: territorialização da avicultura de corte - 1992**

Observa-se que a avicultura baiana, pelo menos até o período representado na figura nº 17, se caracteriza por apresentar apenas algumas etapas do processo produtivo da carne de frango e uma forte concentração espacial das unidades produtivas. Em outros termos, essa atividade era representada somente pelas etapas de criação das aves de corte, produção de ovos e geração de pintos de 1 dia, presente nos Municípios de Conceição da Feira, Entre Rios e Vitória da Conquista (tabela nº 23).

Tabela nº 23

<b>BAHIA: principais granjas produtoras de frango de corte – 1991 e 1992</b>			
<b>Granjas</b>	<b>Municípios</b>	<b>Plantel alojado (unidades)</b>	
		1991	1992
AGROVIBA	Conceição da Feira	700.000	850.000
AVIGRO	Conceição da Feira	640.000	500.000
CAPEBI	Entre Rios	550.000	300.000
AGROAVES	Conceição da Feira	120.000	63.000
GUJÃO	Conceição da Feira	30.000	250.000
RECANTO	Vitória da Conquista	-	240.000
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>2.040.000</b>	<b>2.203.000</b>

Fonte: BAHIA, 1992

Evidencia-se mais uma vez que a integração das etapas produtivas da carne de frango praticamente inexistia na atividade avícola baiana, deixando o estado dependente da avicultura desenvolvida em outras regiões do país. Assim, o mercado de frango de corte no Estado apresentava uma demanda que não era satisfatoriamente atendida, pois, a falta de abatedouros industriais restringia a produção aos pequenos abatedouros artesanais, limitando assim o aumento da oferta e, ao mesmo tempo, contribuindo para a perda da competitividade do produto. (CARMO, 2002).

Em que pese o fato da avicultura baiana, até os primeiros anos da década de 1990, se caracterizar por ser uma atividade de incipiente estruturação industrial, desenvolvida por produtores independentes e tecnicamente atrasados e, por conseqüência, com baixo poder de competitividade e expressão nacional, o segmento avícola na Bahia sofreu e vem sofrendo profundas transformações, sobretudo a partir de segunda metade dos anos 1990, que têm sido traduzidas na expansão desse segmento, agora em uma escala industrial, no território baiano.



Nesse sentido, como todo esse processo possui uma dimensão territorial por causa das relações de produção e poder que germinam no interior destas transformações, é, por demais necessária, a busca pela compreensão da “nova” territorialização que se estabelece a partir de então.

#### 4.1 EXPANSÃO DA AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DA BAHIA: TERRITORIALIZAÇÃO DA AVICULTURA INDUSTRIAL

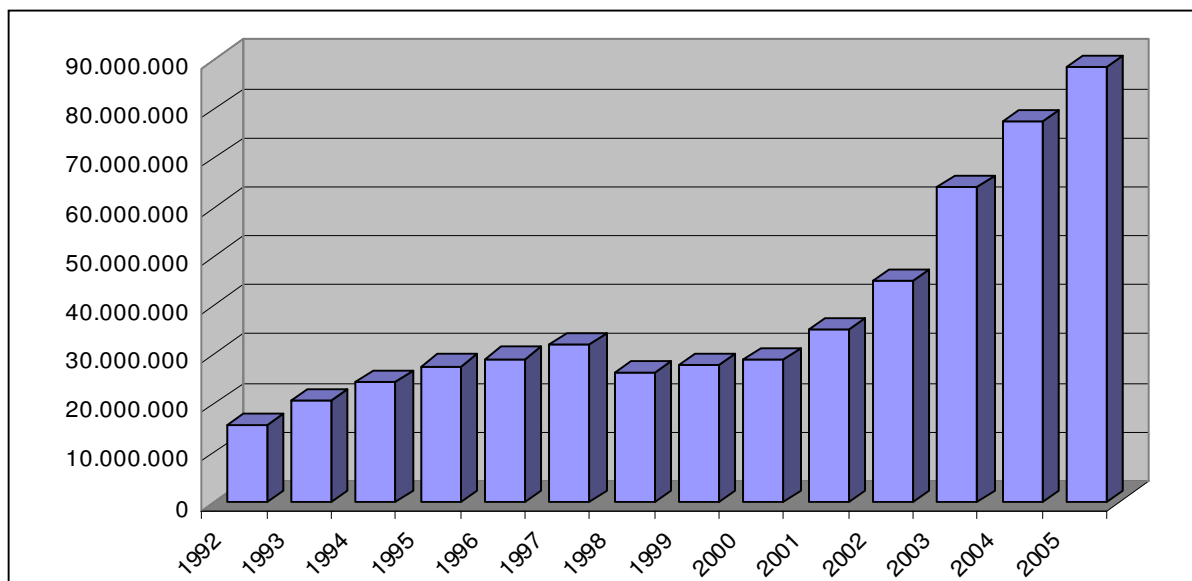
Embora não tenha acompanhado o desempenho verificado na avicultura brasileira e nem apresentar a mesma competitividade das regiões Sul e Sudeste do País, desde o final da primeira metade da década de 1990 a avicultura de corte no Estado da Bahia vem vivenciando sensíveis transformações no quadro que caracterizava essa atividade.

Esse conjunto de transformações que vem afetando o quadro da atividade avícola baiana nos últimos anos apresenta uma tendência de mudanças não só no que se refere ao número de alojamentos (tabela n° 24 e figura n° 18) e abates de frangos, mas também à implantação de novos empreendimentos agroindustriais avícolas no Estado.

Tabela n° 24

<b>BAHIA: número de aves alojadas - 1992-2005</b>	
<b>Ano</b>	<b>N° de aves alojadas</b>
1992	15.595.147
1993	20.510.998
1994	24.333.018
1995	27.591.360
1996	29.101.241
1997	31.867.426
1998	26.163.898
1999	27.732.936
2000	28.923.312
2001	35.028.819
2002	44.935.033
2003	64.164.999
2004	77.519.430
2005	88.500.060

Fonte: Associação Baiana de Avicultura (ABA)



Fonte: Associação Baiana de Avicultura (ABA)

Figura n° 18 - **BAHIA: número de aves alojadas - 1992-2005**

Através dos dados acima (tabela n° 24 e figura n° 18) observa-se que já a partir de 1992 o número de pintos de 1 dia alojados dentro do Estado apresentou significativo crescimento que perdurou até 1997. Durante esse período, o número de aves alojadas passou de 15,6 milhões, em 1992, para 31,8 milhões, em 1997, o que representou um crescimento na ordem de 104%.

Após o período de decréscimo de 1998 o alojamento de aves no Estado retomou o ritmo de crescimento atingindo em 2005 cerca de 88,5 milhões de aves alojadas. Assim, considerando o interstício de 1992 a 2005, nos últimos 13 anos a atividade de alojamento de aves expandiu aproximadamente 467%.

O crescimento do número de pintos alojados certamente foi acompanhado do crescimento de outros indicadores a exemplo do número de abates e agroindústrias avícolas atuando dentro do Estado.

Os empreendimentos avícolas que caracterizam tais transformações têm se tornado significativos não só pelo seu porte, mas, sobretudo, pela capacidade que apresentam de internalizar grande parte das etapas do circuito produtivo da produção avícola, promovendo, assim, transformações sócio-espaciais a partir de sua territorialidade no Estado. Esse fato, por sua vez, tem levado a um processo de transformação nas relações produtivas da cadeia avícola dentro do Estado da Bahia.

Quando se encontrava sob forte influência do capital comercial, a avicultura baiana era caracterizada pela estrutura técnica e econômica atrasada, desenvolvida de forma “artesanal” e pouco expressiva, sendo a renda da terra gerada pela avicultura apropriada pelos comerciantes, donos de pequenos supermercados e abatedouros artesanais. Desta forma, o preço da produção era determinado pelo mercado, pelo capital comercial.

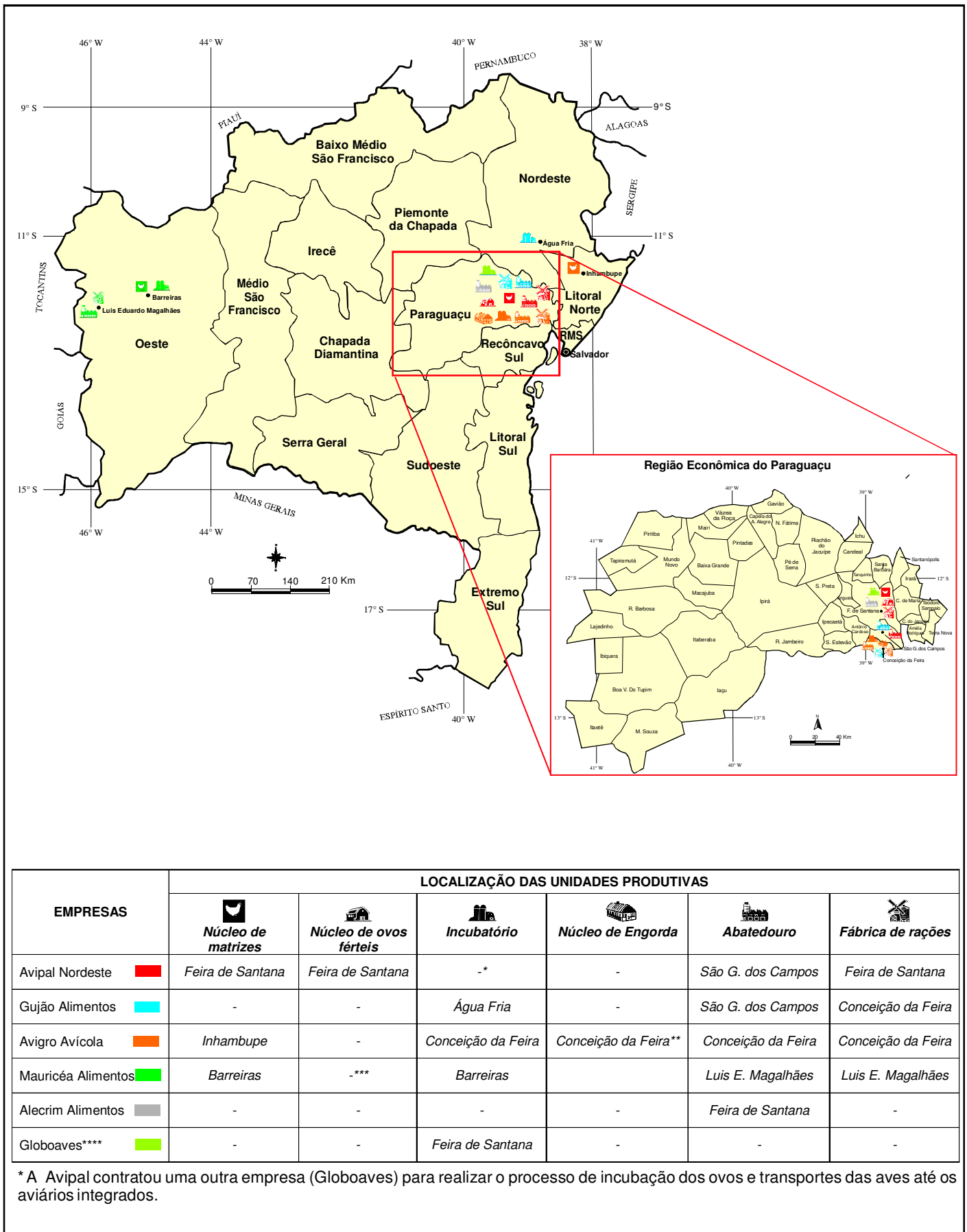
Essa nova fase que ora vivencia a atividade avícola baiana não só se caracteriza pelo aumento da produção, como também pelas transformações que se processam no circuito produtivo determinando o que vai e como vai se produzir, provocando, desta forma, transformações das relações sociais de produção estruturadas no interior da atividade avícola em escala industrial.

Evidentemente, que todo esse processo possui uma dimensão territorial, pois, “a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Desta forma, a produção expressa as relações de poder que se estabelecem entre os agentes da avicultura de corte definindo seus respectivos territórios e, conseqüentemente, os contornos do seu processo de territorialização. Como se trata de uma atividade de cunho capitalista, o conjunto destes territórios configura o território capitalista da avicultura de corte industrial.

Para Raffestin (1993, p. 144), o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”. Nessa perspectiva, uma das dimensões da produção territorial encontra-se expressada na existência das formas territoriais como resultado do trabalho projetado.

Na territorialização da avicultura industrial de corte no Estado da Bahia, essas formas territoriais são explicitadas, entre outras vias, pela presença das diferentes unidades produtivas das principais empresas avícolas do estado (figura nº 19).

Há que se destacar, a partir dessa territorialização representada na figura nº 19, pelo menos dois fatores que denunciam a presença de uma dinâmica comandada pelo modo industrial de produzir: a instalação de abatedouros frigoríficos industriais e a maior integração das diferentes etapas do circuito produtivo da carne de frango, agora internalizadas dentro do estado.



\* A Avipal contratou uma outra empresa (Globoaves) para realizar o processo de incubação dos ovos e transportes das aves até os aviários integrados.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005  
Elaboração: Edney Conceição

Figura nº 19 - BAHIA (regiões econômicas): territorialização das principais empresas de avicultura de corte - 2005

A instalação das unidades de abatedouros frigoríficos tem representado, em grande medida, a forma que o capital industrial (as grandes empresas) encontrou para comandarem a produção avícola. Com o uso de técnica e instrumentos modernos, os abatedouros/frigoríficos constituem o “centro de comando” das grandes empresas avícolas e têm caracterizado o elevado grau de modernização ao qual foi submetida a avicultura de corte.

A automação do processo produtivo nessas unidades é um fator característico que tem permitido a eficiência produtiva viabilizando a redução de custos por parte dessas empresas. O reflexo de tal situação é explicitado pela diminuição de competitividade da avicultura artesanal e pela conseqüente subordinação da produção avícola aos ditames do capital industrial cujos representantes são as empresas de grande e médio porte, através de suas plantas industriais dos abatedouros/frigoríficos. No caso do Estado da Bahia, esse movimento é comandado, principalmente, pelos Abatedouros/frigoríficos da Avipal Nordeste S.A. - São G. dos Campos, da Gujão Alimentos S.A. - São G. dos Campos, da Avigro Avícola Industrial LTDA - Conceição da Feira e da Mauricea Alimentos - Luis E. Magalhães, conforme revela a figura nº 19.

Por um outro lado, o complexo agroindustrial da avicultura de corte é caracterizado pelo seu elevado grau de integração vertical sendo, portanto, este um outro fator que tem marcado a atividade avícola em escala industrial e, nesse sentido, diferenciado a fase atual da avicultura de corte baiana.

Comandada pela sua principal unidade produtiva (o abatedouro), as empresas avícolas (pelo menos as de grande e médio porte) adotaram estratégias produtivas no sentido de integrar verticalmente as diferentes etapas do processo produtivo da carne de frango. Desta forma, estas controlam desde a produção do material genético até o processo de industrialização, distribuição e comercialização da carne de frango.

Essa condição, como demonstramos anteriormente, inexistia na avicultura baiana, sendo, portanto, viabilizada a partir do processo de expansão da atividade avícola dentro do estado. Assim, tanto a ampliação das empresas avícolas já existentes - Avigro Avícola Industrial e Gujão Alimentos - quanto a implantação de novos projetos avícolas industriais - Avipal Nordeste S.A. e Mauricéa Alimentos - tem sido direcionada no sentido da integração vertical, dentro do Estado da Bahia, das diferentes etapas produtivas, como é possível observar na figura nº19.

Verifica-se, a partir desse mapa, que as empresas, ali representadas, possuem diferentes unidades produtivas instaladas no território baiano evidenciando assim a integração, embora ainda incompleta, da maior parte das etapas do processo produtivo.

Evidentemente que, como essas etapas produtivas são complementares, tem-se aí um modelo de divisão do trabalho dentro da cadeia produtiva da carne de frango. Indubitavelmente, como todo esse processo possui uma dimensão territorial, tem-se, concomitantemente, uma divisão/complementação territorial do trabalho que envolve diferentes municípios.

Considerando que, “as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 1997, p. 279), há, a partir dessa integração, o engendramento de interações espaciais que articulam áreas e municípios envolvidos nesse circuito. Tais interações tornam-se inevitáveis tendo em vista a necessidade de fluxos dos insumos produtivos entre as diferentes unidades produtivas. Culmina-se, portanto, numa espécie de integração territorial da produção que, de acordo com os objetivos e estratégias das empresas, conecta pontos e/ou áreas (municípios) que irão desempenhar a partir das unidades produtivas específicas (objetos técnicos) também uma função específica dentro do circuito produtivo da avicultura de corte.

Essas interações espaciais tornam-se cada vez mais complexas se considerado todo o circuito produtivo desde produção da matéria-prima até as etapas de comercialização e distribuição.

Há, também nessa nova fase da avicultura baiana, uma evidente concentração dessa atividade na área polarizada por Conceição da Feira, onde os municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana concentram grande parte das agroindústrias avícolas do estado. Entretanto, a divisão territorial do trabalho na avicultura de corte baiana tem revelado a adoção, por parte dessas empresas avícolas, de práticas espaciais que expressam os mecanismos de sua organização espacial. Assim, é importante destacar, que a distribuição das diferentes unidades de produção da avicultura de corte por diversos municípios baianos explicita a utilização de uma prática de seletividade espacial, como forma de estruturar a dinâmica de territorialização dessas empresas avícolas. Segundo Corrêa (1992, p. 117), a seletividade:

consiste em decidir sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse para ela. A proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor final ou as fontes de energia são atributos clássicos que não são desprezados pela grande corporação.

A prática da seletividade espacial constitui, portanto, uma ação estratégica das agroindústrias avícolas adotada para atender os seus interesses no que se refere, por exemplo, ao fornecimento de insumos produtivos, à logística de acesso aos mercados consumidores, à implantação do sistema integrado de produção, às vantagens fiscais e tributárias oferecidas pelos estados e municípios.

Tais agroindústrias também implementam esse tipo de ação em função de questões relacionadas à sanidade avícola. A preocupação em controlar possíveis problemas sanitários tem sido um dos motivos que fortemente influencia para que as empresas instalem suas unidades produtivas em diferentes áreas dentro de um município ou as distribuam por diversos municípios.

Considerando que a seletividade espacial representa uma estratégia das agroindústrias avícolas e, portanto, expressa um mecanismo de sua territorialidade, torna-se fundamental que se procure identificar que fatores têm orientado esse tipo de ação das empresas, o que possibilita compreender o processo de territorialização da avicultura de corte dentro do Estado da Bahia.

#### 4.2 OS RECURSOS TERRITORIAIS NA DINÂMICA DA AVICULTURA DE CORTE BAIANA

Considerando o que ficou evidenciado na discussão anterior sobre as transformações ocorridas na atividade avícola baiana, torna-se indispensável que se procure identificar e analisar os principais fatores responsáveis por esse processo expansivo da territorialização da avicultura de corte no Estado da Bahia. Em que pese tal afirmação, vale ressaltar que a maior parte desses novos empreendimentos avícolas está localizada na Região Econômica do Paraguaçu, principalmente na região polarizada pelo município de Conceição da Feira, com destaque para este município e o municípios de São Gonçalo dos Campos.

Assim, urge a necessidade de também compreender as especificidades desses fatores no âmbito de tais municípios, a fim de se identificar os principais aspectos que têm possibilitado aos mesmos o destaque como um dos principais pólos de produção avícola em nível estadual e regional. Assim, tentar-se-á situar, o máximo possível, a expressão dos fatores considerados, na perspectiva dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, para que se possa, a partir daí, identificar em que bases estão assentadas a expressividade destes municípios no âmbito da avicultura de corte.

Tem que se considerar a princípio, que o território não é um dado *a priori*. Ele não constitui apenas um receptáculo e, nesse sentido, “também não é um suporte, com a função de acolher atividades e ações de forma passiva. O território não é uma planície isotrópica, homogênea e somente referencial de cifras e índices que escondem as suas paisagens e lugares.” (FONSECA, 2005, p. 51).

É preciso considerar, portanto, o papel ativo do território, pois, o uso que se faz dele é fortemente influenciado pelos seus recursos. Por não ser homogêneo, o território tem que ser considerado também a partir de seus recursos, pois, estes tendem a dar sentido e estruturar as relações que operam na sua formação. Negligenciar o papel ativo do território certamente representa um erro analítico imperdoável uma vez que pode conduzir a uma explicação parcial e pouco consistente da dinâmica territorial.

Segundo Storpper (1994, p. 15),

uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços o que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

Considerando os aspectos do período contemporâneo, denominado por Santos (1996) de período técnico-científico-informacional, que permitem a criação e o deslocamento de recursos produtivos para qualquer parte do globo, numa velocidade nunca presenciada anteriormente, a “dependência do lugar”, nos termos colocados por Storpper (1994), torna-se extremamente relativizada. A perspectiva defendida pelo autor, levaria à constatação que, de agora por diante, as atividades tenderiam a se tornar cada vez mais desterritorializadas tendo em vista que os sistemas técnicos vigentes na escala universal possibilitam a redução ou até mesmo



a eliminação da dependência de recursos, práticas e interdependências específicas de um lugar.

Não se trata exatamente disso. O que ocorre na verdade é uma “mudança” no foco dos processos de territorialização, pois, de agora em diante, mais do que as próprias atividades em si, são os agentes destas atividades que se territorializam. Como esse processo ocorre é que é a grande questão.

Evidentemente, que não se trata de uma territorialização “forçada” pela “dependência do lugar”, ou seja, pela necessidade de utilização de recursos específicos daquele lugar.

O fato é que, considerando as amplas possibilidades de mobilização e deslocamentos dos insumos produtivos (embora essas possibilidades não se realizem para todos), as dinâmicas de territorialização das atividades econômicas ficam condicionadas, principalmente, às estratégias e ações dos agentes que as conduzem.

Dependem da sua territorialidade, ou seja, de suas ações e estratégias para afetar, influenciar, controlar e conduzir pessoas, fenômenos e relações sobre uma área geográfica. Nesse sentido, é fundamental que se procure entender quais fatores tendem a influenciar na implementação das ações e conformação das estratégias desses agentes, pois, esta é uma perspectiva que constitui um dos objetivos principais deste trabalho.

Segundo Fonseca (2005, p. 51), “o território é heterogêneo e, por isso, tem fricções que afetam o desenvolvimento político e econômico de um governo [ou de qualquer outro agente territorial], pois, além de continente, o território é construção, é conteúdo”.

Essa linha de raciocínio nos conduz à imprescindível necessidade de considerar o território também a partir de seus recursos, pois, os mesmos tendem a oferecer uma destacável influência na estruturação das relações que definem o território.

O referido autor afirma que

tradicionalmente, os principais recursos do território considerados para fomentar o desenvolvimento eram a quantidade de mão-de-obra disponível, os aspectos físicos (tais como recursos e localização); técnicos, sobretudo os ligados a infra-estrutura de transportes (rede viária, portos aeroportos e ferrovias) e comunicação (telefones, rádios, tv, etc); e fiscais (incentivos tributários e fiscais). (p. 51)

O autor ressalta ainda que alguns destes recursos deixaram de ter uma importância relativa nos dias atuais, mas, que a maior parte deles ainda exerce muita influência na gestão do desenvolvimento. Por conseguinte, e considerando que este desenvolvimento está intrinsecamente ligado a uma dimensão territorial, é possível afirmar que esses recursos influenciam também na dinâmica territorial dos agentes que gestam o processo de desenvolvimento seja no âmbito político, econômico, tecnológico e/ou social.

É bem verdade que, nos dias atuais, novos conteúdos institucionais do território, a exemplo dos recursos organizacionais de normatização e gestão local e, também, dos recursos técnico-científicos informacionais, estão sendo cada vez mais valorizados na explicação do desenvolvimento territorial (FONSECA, 2005).

No que se refere à dinâmica da avicultura de corte, é evidente que os novos conteúdos institucionais do território são relevantes, como demonstrou Souza (2004) ao ressaltar, por exemplo, o peso e a necessidade de disponibilização dos serviços de suporte empresarial ligados à logística de transportes, ao sistema educacional e de financiamento e aos centros de pesquisas e universidades, para que se possa potencializar a competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte na Bahia.

Em que pese tal afirmação, observa-se que no que se refere à área de estudos do presente trabalho muitos recursos considerados tradicionais tiveram relativo peso nas estratégias e ações de territorialização das agroindústrias avícolas.

A partir dessa vertente, considerar-se-ão como importantes fatores (recursos do território) impulsionadores da expansão e, conseqüentemente, da territorialização da avicultura de corte no Estado: o potencial mercado consumidor; a oferta de grãos e a densidade técnica envolvida na produção; a articulação viária e os recursos institucionais e normativos utilizados pelos poderes públicos estaduais e locais através das políticas públicas destinadas ao setor avícola.

Tais recursos tiveram influência nas ações e estratégias de territorialização das agroindústrias avícolas no estado. Nesse sentido, considerando a importância das ações e estratégias deste grupo de agentes (as agroindústrias), procurar-se-á, em um momento oportuno nos capítulos seguintes, analisar, especificamente, as agroindústrias avícolas e as suas territorialidades como

importantes elementos da dinâmica da avicultura de corte baiana e, de forma específica, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Na oportunidade, é relevante destacar que a escolha dos recursos territoriais, elencados anteriormente, não é fruto de uma escolha aleatória e irresponsável. Essa escolha encontra-se assentada no peso que estes recursos possuem dentro do circuito produtivo da carne de frango, ainda que os mesmos, sem a participação de outras variáveis, não possam oferecer respostas acabadas sobre as engrenagens que movimentam a dinâmica territorial da atividade avícola.

#### **4.2.1 O potencial mercado consumidor**

Segundo Araújo (2002), “[...] a Bahia dispõe de uma área territorial em 567.295,3 Km<sup>2</sup>, rica em recursos naturais e clima favorável; contudo, é um estado importador de alimentos, tendo como destaque na sua pauta de importação a carne de frango.” (p. 14).

Esse contraste contribuiu para que, durante um período relativamente longo, em decorrência da incipiente produção interna, a demanda crescente de produtos avícolas dentro do Estado da Bahia fosse, em grande parte, sendo atendida via importação oriunda de outros estados da federação. Assim, apesar das condições climáticas favoráveis, a Bahia continuava “importando frango vivo, congelado e industrializado, sobretudo dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, transferindo renda para essas regiões” (CARMO, 2002, p. 23).

Para atender as necessidades de produção de carne de frango, os produtores baianos ficavam dependentes do mercado da Região Sul e Sudeste e, nesse sentido, “reféns” das oscilações da produção avícola nessas regiões. Esse fato comprometia, conseqüentemente, o número de frangos alojados e abatidos no estado e o consumo *per capita* efetivo.

Essa é uma questão que era ainda mais agravada considerando a inexistência de abatedouros industriais com inspeção federal dentro do estado, pois, como constatou o estudo realizado pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia:

enquanto em outros Estados do Sul e Sudeste do Brasil existem abatedouros industriais de grande porte, na Bahia, o abate de frangos ainda é [era] caracterizado por pequenos estabelecimentos semi-artesanais, que em muitos casos, deixam a desejar quanto à higiene e qualidade do produto. (BAHIA, 1992, p. 33)

Nessa perspectiva, o frango produzido no estado era comercializado “*in natura*” e a oferta de frangos congelados bem como de produtos avícolas industrializados, no mercado baiano, dependiam mais uma vez da importação de outros estados, principalmente dos estados de maior expressividade nacional no desenvolvimento da avicultura. A tabela n° 25 apresenta dados levantados pela SIC junto às três maiores empresas da época (Chapecó, Perdigão e Sadia), fornecedoras de produtos para o Estado da Bahia. Os dados são relativos às importações baianas de carnes de aves nos anos de 1990 e 1991.

Tabela n° 25

**BAHIA: importações de carne de aves – 1990 e 1991**

<b>Produto</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>
Frangos congelados	17. 028,88	26.385,92
Derivados ind. de frangos	-	-
Corte de frangos	964,59*	1.097,46*
Miúdos de frangos	262,03*	199,35*
<b>Total</b>	<b>18.255,50</b>	<b>27.682,73</b>

Fonte: BAHIA (1992)

\* Total anual de um só fornecedor

Embora não represente a totalidade das importações baianas de carne de frango nos anos de 1990 e 1991, os dados apresentados na tabela são bastante significativos para evidenciar o quanto o mercado baiano, nesse período, era profundamente dependente da produção de outros estados para poder suprir a demanda interna.

Ainda segundo os dados obtidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado da Bahia, em 1990 e 1991 o estado abateu, respectivamente, cerca de 15.656 e 24.734 toneladas de carne de frango. Se comparado com os dados das importações apresentados na tabela n° 25, verifica-se que o estado importou quase que a mesma quantidade que produziu durante os anos de 1991 e 1992. Certamente, se considerada a totalidade das importações, elas seriam

superiores ao volume produzido internamente e evidenciaria, dessa forma, que a grande parcela do consumo baiano de produtos avícolas era atendida pela produção de outros estados do país.

Em face do exposto e considerando o crescente consumo per capita da carne de frango em nível nacional e internacional, somando-se o fato de que o consumo per capita baiano (12 kg por pessoa, no ano 2000) situava-se abaixo da média brasileira (29,9 Kg, no ano 2000), o mercado baiano apresenta amplas possibilidades para a expansão do consumo e, conseqüentemente, da atividade avícola.

É importante destacar também, que há algum tempo vem sendo observada uma gradativa mudança nos hábitos alimentares dos consumidores que têm optado por dar preferência pelo frango resfriado ou congelado. Dentro do Estado da Bahia, esse fato tem uma ressonância muito forte, pois, tem provocado a redução do número de abatedouros artesanais e a instalação de frigoríficos industriais para atender às novas tendências de mercado.

É exatamente dentro dessas perspectivas que o fator mercado consumidor tem se revelado como um elemento propulsor da territorialização avícola dentro do estado da Bahia.

Araújo (2002), analisando comparativamente os sistemas de produção familiar integrado e o de produção familiar independente na avicultura de corte no Município de Conceição da Feira, constatou que a empresa gaúcha Avipal S.A, antes de se instalar no Estado da Bahia, chegou a destinar cerca de 30% da sua produção para atender ao mercado baiano.

Esse fator é, inclusive, destacado pela empresa como um dos elementos decisivos para a implantação, em 2001, da Avipal Nordeste S.A. no estado. O grupo escolheu a Bahia para expandir, porque não existiam grandes projetos avícolas no Nordeste.

Nas últimas décadas, o setor avícola baiano tem presenciado um expressivo movimento de expansão com a implantação de novos empreendimentos industriais e também com a ampliação dos que já existiam anteriormente. Todo esse processo de implantação e/ou ampliação das unidades produtivas da avicultura de corte foi fortemente influenciado pelas amplas possibilidades oferecidas pelo mercado consumidor baiano em potencial, conforme ficou evidenciado no depoimento de um dos gerentes da Avipal Nordeste S.A.

Segundo um dos Gerentes da Avipal Nordeste S.A., um dos principais fatores que influenciaram na instalação da Avipal no Estado da Bahia:

foi a falta de produtos produzidos dentro da Bahia, ou seja, a Bahia não é auto-suficiente em produção de carne de frango. Se não me falha a memória, temos hoje uma defasagem em torno de 80 mil toneladas que são importadas por ano, o que praticamente equivale a uma outra Avipal. Por isso que eu disse que a Avipal poderia duplicar a produção. (Gerente da Avipal Nordeste S.A)<sup>3</sup>

Embora nos últimos anos tenha se verificado um aumento expressivo da produção avícola dentro do Estado, o mercado consumidor baiano ainda continua oferecendo perspectivas de crescimento para a avicultura de corte. Esse fato é revelado considerando que mesmo com a implantação e ampliação de plantas industriais ligadas à avicultura, segundo dados da SEAGRI, existe um déficit na produção de aves abatidas no Estado de aproximadamente 101.237 toneladas por ano, o que corresponde a 34% da demanda total. Assim, o fator mercado consumidor baiano teve e ainda tem contribuído para a territorialização da avicultura de corte, pois, o quadro interno que anteriormente atendia menos da metade da demanda, hoje se encontra relativamente alterado em função da expansão produtiva dessa atividade.

O potencial mercado consumidor, considerado como um recurso do território tem sido um forte influenciador no processo de territorialização da avicultura de corte não só no âmbito da escala estadual, mas, também, regional uma vez que grande parte da demanda avícola, no Nordeste, é atendida por empresas instaladas em outras regiões do país. As amplas possibilidades oferecidas por um mercado em potencial, cuja produção avícola interna não é suficiente para atender a sua demanda, tende a se tornar um importante atrativo de empresas avícolas de expressão nacional com o objetivo de suprir a demanda regional dos produtos avícolas.

No que tange à influência desse recurso sobre a atividade avícola dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, observa-se que tais municípios são valorizados nas estratégias das empresas, entre outros fatores, pela proximidade e acessibilidade que os mesmos apresentam em relação aos principais

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada em pesquisa de campo, 2006

centros populacionais do estado da Bahia e da Região Nordeste, como procurar-se-á evidenciar posteriormente.

É difícil, entretanto, afirmar que este constitui o principal fator responsável pela expansão da avicultura industrial de corte, pois, a mesma encontra-se inserida num quadro que envolve a interação de diferentes recursos territoriais e agentes produtivos e, por isso, é necessário continuar a analisar o peso de cada um destes elementos.

#### **4.2.2 Oferta de grãos e a densidade técnica envolvida na produção**

No que se refere à oferta de grãos, sobretudo, de milho e de soja, a mesma constitui um fator importante no desenvolvimento da avicultura uma vez que a ração representa mais de 70% dos custos de produção do frango.

Dentro do território baiano, até 1992, a produção de milho era realizada, principalmente, na Região Econômica de Irecê e na Região Econômica do Oeste, onde o período de colheita era realizado de março a maio, e na Região Nordeste do estado, na qual a colheita ocorria de agosto a outubro (BAHIA, 1992).

Nesse sentido, a oferta de milho seria relativamente bem distribuída ao longo do ano, se considerado os períodos de colheitas no estado, e esse aspecto, a princípio, constituiria um fator positivo para a produção avícola baiana. Entretanto, a produção desse grão apresentava-se de forma pulverizada, com baixa produtividade por área e com inexistente formação de estoques.

Nesse sentido, o que a princípio constituiria um fator positivo para o desenvolvimento da avicultura, revela-se um verdadeiro entrave uma vez que os produtores de frango tinham que recorrer à produção de milho de outros estados para suprir a necessidade desse insumo na produção de rações.

A oferta de grãos dentro do Estado da Bahia era, portanto, incipiente para atender de forma satisfatória a produção avícola estadual, mesmo considerando a estrutura técnica e economicamente atrasada dessa atividade. Desta forma, a complementação para atender à demanda da avicultura para esses tipos de grãos era realizada via importação dos mesmos em outros estados produtores como os

Estados de Goiás, Minas Gerais e Piauí. Essa situação acabava por constituir um elemento negativo para a expansão da atividade avícola industrializada.

É preciso destacar, ainda, que as condições de acesso à produção desses grãos no que se refere, entre outras questões, à infra-estrutura entre os centros de produção de grãos e as áreas de produção avícola eram bastante precárias. Assim, as dificuldades para a avicultura baiana no que se refere à produção de rações encontravam-se basicamente na incipiente produção de milho e soja, mas também nas distâncias das regiões produtoras em relação às granjas e na qualidade das estradas de acesso a essas regiões que, devido às precárias condições de tráfego, aumentariam os custos de produção.

Considerando a importância desses recursos produtivos, a facilidade da oferta dos mesmos torna-se fundamental para permitir a redução dos custos e do preço final dos produtos avícolas, favorecendo, portanto, ao aumento do consumo destes produtos, possibilitando, assim, a expansão da atividade avícola. Nessa perspectiva, o fator oferta de grãos tende a constituir um relevante elemento que influi nas estratégias de territorialização das agroindústrias avícolas.

Na Bahia, nos últimos anos, vem sendo observado um crescimento expressivo tanto em termos de área cultivada quanto em termos de produção dos grãos de soja e de milho, nas principais áreas produtoras de grãos, conforme aponta tabelas n° 26 e n° 27 e as figuras n° 20 e n° 21.

Os dados apresentados acima permitem afirmar que, embora haja pequenas oscilações, tanto a produção de soja quanto a produção de milho tem aumentado significativamente no espaço baiano. Principalmente nos últimos anos, é possível notar que há um significativo crescimento da produção sem que, no entanto, haja um expressivo aumento da área plantada.

No geral, durante o período considerado, a área plantada para o cultivo de milho aumentou de 418.477 ha, em 1990, para cerca de 802.294 ha, 2005, ou seja, houve um aumento de 91,7% de área plantada, em relação à 1990. Entretanto, a produção saiu de 127.041 toneladas, em 1990, para cerca de 1.616.464 toneladas, em 2005, o que significa afirmar que houve um aumento de, aproximadamente, 1.172% na produção de milho em relação a 1990.

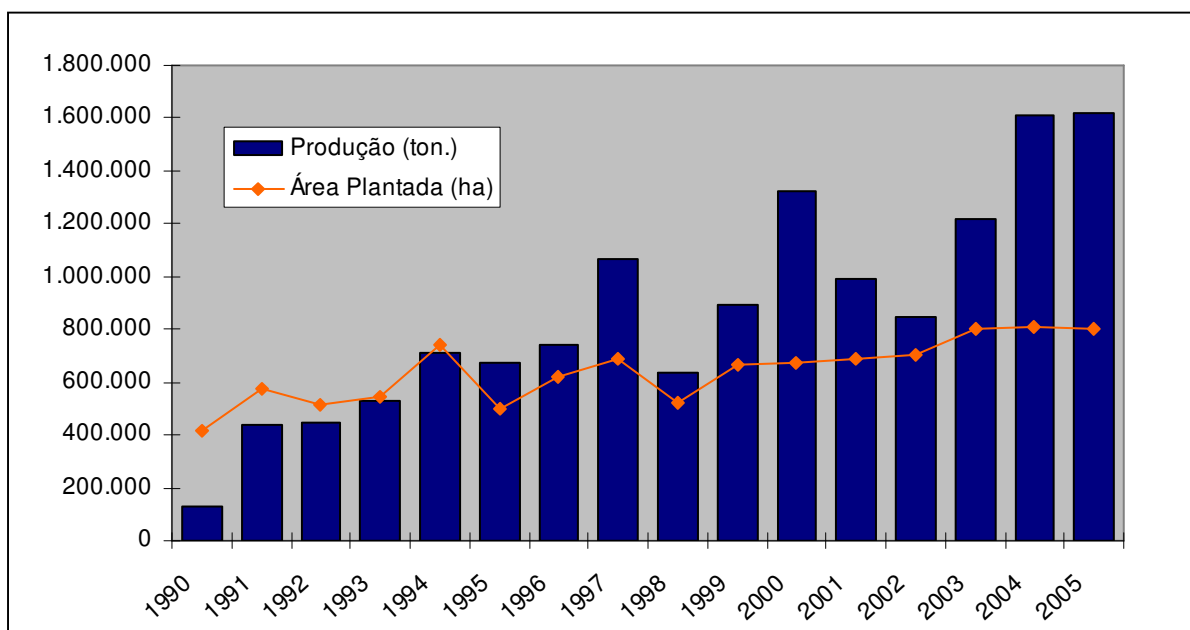


Tabela n° 26

**BAHIA: área plantada e produção de milho - 1990-2005**

Ano	Produção (toneladas)	Área plantada (ha)
1990	127.041	418.477
1991	440.568	578.094
1992	446.422	514.642
1993	527.729	544.137
1994	711.106	744.885
1995	675.352	502.425
1996	740.214	619.529
1997	1.066.778	691.796
1998	633.343	522.780
1999	895.224	667.839
2000	1.321.569	674.267
2001	992.852	689.388
2002	849.743	705.592
2003	1.216.855	799.359
2004	1.610.524	810.965
2005	1.616.464	802.294

Fonte: IBGE/ PAM - Produção Agrícola Municipal



Fonte: IBGE/ PAM - Produção Agrícola Municipal  
Elaboração: Edney Conceição

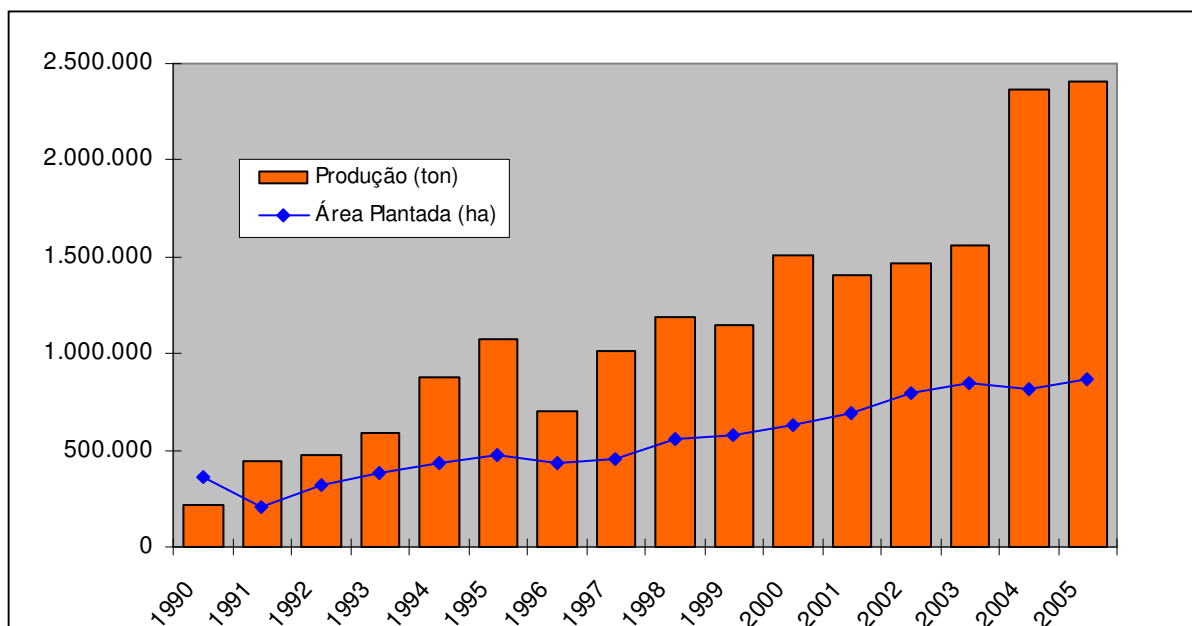
Figura n°20 - **BAHIA: área plantada e produção de milho - 1990-2005**

Tabela n° 27

**BAHIA: área plantada e produção de soja - 1990-2005**

Ano	Produção (toneladas)	Área plantada (ha)
1990	220.416	360.015
1991	441.000	210.000
1992	480.000	320.000
1993	592.269	381.049
1994	873.384	434.036
1995	1.072.911	470.575
1996	700.211	433.263
1997	1.013.541	456.550
1998	1.188.000	553.700
1999	1.150.000	580.000
2000	1.508.115	628.356
2001	1.407.600	690.000
2002	1.464.000	800.000
2003	1.555.500	850.000
2004	2.365.290	821.270
2005	2.401.872	870.000

Fonte: IBGE/ PAM - Produção Agrícola Municipal



Fonte: IBGE/ PAM - Produção Agrícola Municipal  
Elaboração: Edney Conceição

Figura n°21 - **BAHIA: área plantada e produção de soja - 1990-2005**

No que se refere à soja, durante o período considerado, a área plantada subiu de 360.015 ha, em 1990, para 870.000ha, em 2005, o que significou um aumento de 141% em relação a 1990. Entretanto, a produção dessa cultura cresceu de 220.416 toneladas para 2.401.872 toneladas, ou seja, se comparado ao ano 1990, houve um crescimento de 989% na produção de soja.

Tal fato revela que este crescimento na oferta de grãos de soja e de milho no Estado da Bahia se deve, em grande parte, à incorporação de processos modernizadores da produção agrícola que têm possibilitado o aumento da produção, sem exigir, necessariamente, a expansão da área cultivada.

Aqui cabe ressaltar que não é simplesmente a oferta de grãos que se constitui como recurso. É antes de tudo a densidade técnica envolvida na produção dos grãos de soja e de milho e a disponibilidade de terras que, aliados às políticas de financiamento agrícolas, tem contribuído para aumentar a oferta de grãos. Portanto, no que se refere à oferta de grãos é o conjunto desses elementos que efetivamente se apresenta como recurso territorial valorizados nas estratégias e ações das agroindústrias avícolas.

É esse conjunto que vem contribuindo para colocar Estado da Bahia numa posição privilegiada para o desenvolvimento da avicultura atraindo o interesse de grandes empreendimentos. É inegável, portanto, que o fator grãos tenha influenciado decisivamente para a expansão da atividade avícola dentro da Bahia, pois, essa questão é reiteradas vezes apontada pelos diversos agentes envolvidos no processo de territorialização da avicultura de corte. Wilson Broff<sup>4</sup>, por exemplo, ao se referir à implantação do Grupo Avipal na Bahia, afirmou que, o “centro agrícola de Barreiras que produz soja, milho e mais recentemente sorgo - insumos básicos para a criação de frangos e suínos - tornou o projeto competitivo.”

Outras referências à importância da oferta de grãos como fator influenciador no conjunto de estratégias territoriais da avicultura de corte baiana são feitas pelo atual Gerente Agropecuário da Avipal Nordeste S.A. e pelo Gerente de Fomento da Avigro Avícola Industrial Ltda. quando questionados, respectivamente, sobre os fatores que levaram à instalação da Avipal e à ampliação da Avigro no Estado da Bahia. Segundo esses gerentes, um dos fatores que tem permitido a expansão da avicultura baiana é:

---

<sup>4</sup> Gerente da Avipal Nordeste no período de implantação da empresa na Bahia, em Reportagem feita pela Revista Negócios Agrícolas, publicada em Dezembro de 1997.

a questão ligada à produção de grãos. Com maior importância, a questão da própria soja na região de Barreiras e o milho também. Então, realmente pelo fato da região norte e Nordeste ter uma nova fronteira agrícola, a gente entende que, se nós olharmos o movimento das grandes empresas hoje no Brasil, elas estão saindo do sul e do sudeste para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste. (Gerente da Avipal Nordeste S.A.).

A produção de grãos. A gente tem um pólo de grãos maravilhoso, que é o pólo de Barreiras. No início da avicultura aqui sempre os grãos eram comprados de São Paulo ou Minas. Hoje, a Bahia é exportadora de grãos. Apesar de que tem que correr atrás de oferta. Se a oferta for Goiás ou Mato Grosso agente tem condições de trazer e compensar o frete. Tem que correr atrás. Entendeu?. Mas, hoje a Bahia ela... o oeste baiano, especificamente, cresceu muito, muito rápido. Tanto que a empresa Mauricéa ela foi pra lá porque é mais barato você produzir o frango próximo a matéria-prima do que transportar matéria-prima e estar próximo ao mercado consumidor. (Gerente de Fomento da Avigro Avícola)<sup>5</sup>

As afirmações dos gerentes de algumas das principais empresas avícolas instaladas na Bahia revelam, mais uma vez, o peso que a disponibilidade de grãos exerce no conjunto de ações e estratégias utilizadas pela empresa no seu processo de territorialização. Tais afirmações denunciam que um dos fatores que tem contribuído para a expansão da atividade avícola dentro do território baiano é o aumento da oferta de grãos, verificada, efetivamente, no oeste do estado.

Dentro dessa questão, há claramente uma estratégia territorial das grandes empresas avícolas envolvendo o fator oferta de milho e soja, uma vez que as mesmas procuram acompanhar a produção territorial desses grãos visando à incorporação de mercados regionais. Esse é um dos fatos que, segundo Mizusaki (2003), nos últimos anos, tem orientado as empresas a destinarem investimentos para o Centro-Oeste e Nordeste do país, pois, estas empresas se instalam acompanhando, também, a expansão da produção da soja e do milho.

Não obstante, observa-se que a maior parte das unidades produtivas das empresas avícolas no Estado da Bahia encontra-se concentrada na área polarizada por Feira de Santana (principalmente nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, área de estudo deste trabalho) que, por sua vez, não apresenta destaque expressivo no cultivo de grãos utilizados na produção da ração. Tal problemática leva-nos a considerar que mesmo que os insumos da ração representem a maior parcela dos custos de produção, existem outros fatores que passam a influenciar fortemente nas decisões territoriais das agroindústrias.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em pesquisa de campo, 2006

Desta forma, a grande questão que se coloca neste momento é: por que mesmo não tendo um destaque na produção de grãos de milho e de soja os Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos conseguem obter uma expressão relevante no desenvolvimento da atividade avícola?

É evidente, portanto, que a oferta de grãos e, conseqüentemente, o custo da ração, não deve ser visto como único fator a ser considerado para avaliação da territorialização da avicultura industrial de corte no Estado da Bahia.

As respostas para tal questionamento devem ser buscadas no peso de outros recursos territoriais e nos discursos dos principais agentes envolvidos na atividade avícola tanto a nível municipal quanto regional. Entretanto, esse questionamento já revela a existência de uma complexa articulação dos recursos que estruturam as estratégias e as ações territoriais dos agentes inseridos na dinâmica avícola baiana.

Tal questionamento aponta o caminho da investigação da dinâmica de territorialização, entendida como o processo de materialização no espaço, das relações sociais de produção, e da territorialidade, consideradas como o conjunto de ações e estratégias dos agentes, neste caso, das agroindústrias avícolas, dentro do estado da Bahia.

#### **4.2.3 As articulações viária**

Como ficou evidenciado anteriormente, um dos principais custos da produção avícola são oriundos da aquisição dos grãos de milho e de soja, utilizados na produção da ração. Tal fato tenderia a influenciar decisivamente na territorialização das unidades de produção avícola e, nesse sentido, haveria dentro do Estado da Bahia uma forte concentração dessas unidades nas áreas de maior produção de grãos, neste caso, a região Oeste do Estado, já que a mesma é responsável por mais de 70% da produção baiana de grãos. Entretanto, a maior expressão da expansão da avicultura de corte baiana tem sido verificada na Região Econômica do Paraguaçu e, mais precisamente, na área polarizada por Conceição da Feira, área de estudos do presente trabalho.

Nesse sentido, um dos aspectos que possibilitam explicar essa dinâmica é a importância da logística, neste caso, das redes de transportes e comunicação, como recursos de forte peso nas estratégias locais de territorialização da atividade avícola.

Na perspectiva discutida por Santos (1996), as redes são consideradas como uma realidade material, tendo em vista sua materialidade que se impõe aos nossos sentidos. Ao mesmo tempo, segundo o autor, elas (as redes) constituem um dado social e político, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam e, sobretudo, porque são construções humanas.

A constituição das redes é um processo de articulação de pontos (espaços) estruturado para atender a determinada organização social que configura o espaço geográfico. Nessa perspectiva, a constituição e transformação das redes são marcadas por uma relação dialética entre as mudanças técnicas e a necessidade social que expressam as dinâmicas da territorialização dos agentes envolvidos na sua constituição e transformação.

Esses agentes, através de suas territorialidades, isto é, de suas ações e estratégias, tendem a se valer dos recursos presentes no território para envolvê-los na dinâmica de sua territorialização. Em outras oportunidades, esses mesmos agentes operam dotando o território de recursos (ou transformando os já existentes) de acordo com a sua lógica de atuação e seus interesses.

No tocante à atividade avícola, os imperativos colocados pela distância entre os centros de produção de grãos e as áreas de produção avícola tendem a ser suprimidos, ou melhor, amenizados pelo estabelecimento de infra-estrutura adequada que permita a integração entre essas duas áreas, revelando, assim, a conformação de uma rede inserida no circuito produtivo da avicultura de corte. Ao mesmo tempo, o fator infra-estrutura e as redes geográficas que se formam a partir dela tornam-se extremamente relevantes na alocação das estratégias por parte das agroindústrias para a produção e para a comercialização dos produtos da avicultura.

Esse fator certamente se revelou como uma das principais vantagens locais de Feira de Santana e, conseqüentemente, dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Em outros termos, uma das questões importantes no que se refere aos fatores de infra-estrutura é a disposição das vias de circulação e, nesse sentido, no eixo Feira de Santana / São Gonçalo dos Campos/ Conceição da Feira as vantagens são estabelecidas, sobretudo, em virtude

do acesso oferecido pelo maior entroncamento rodoviário do Nordeste, que tem o município de Feira de Santana como principal centro articulador.

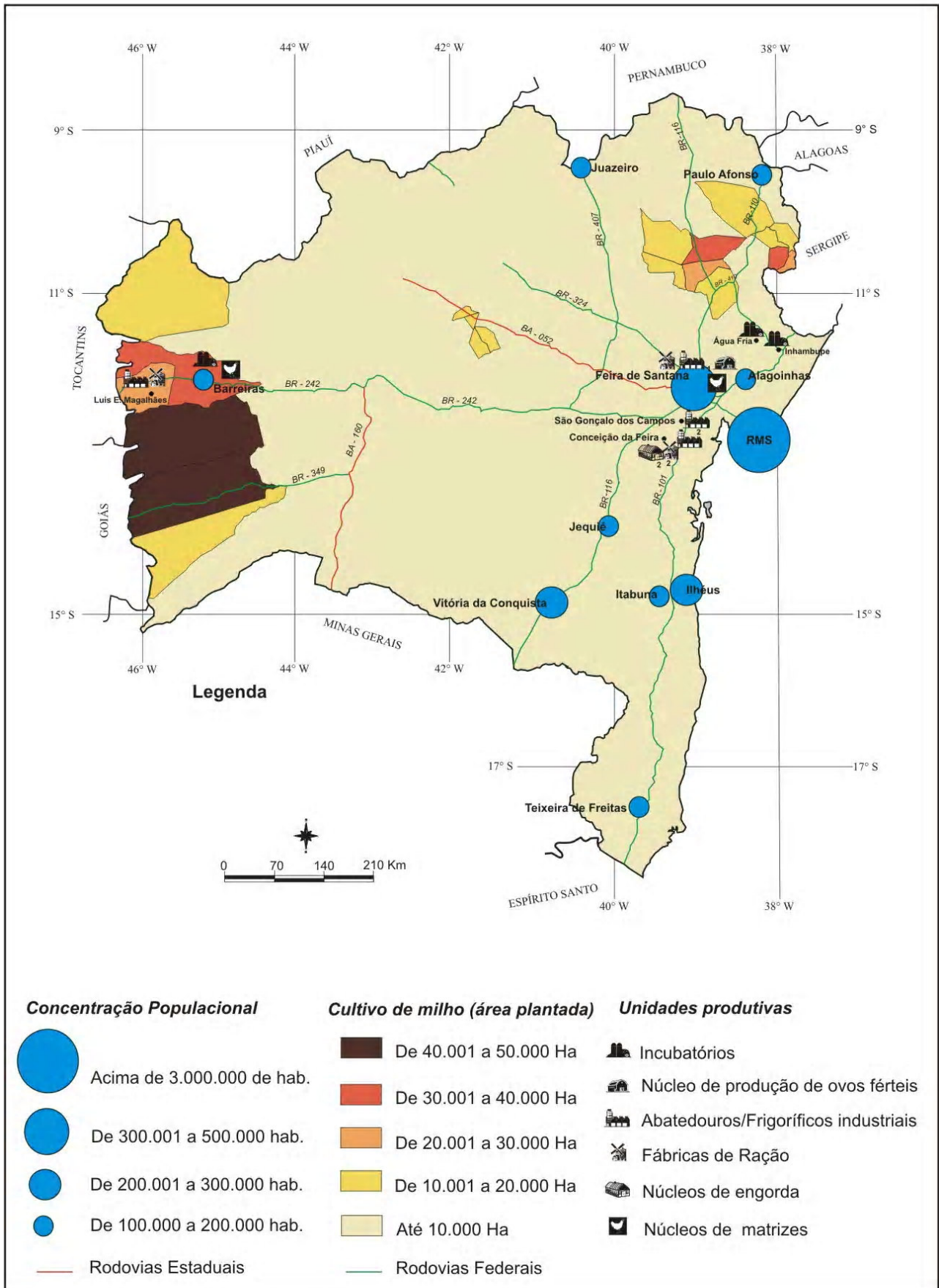
Segundo Poppino (1968, p. 212), “por causa da sua posição estratégica nessa rede [de estradas do Estado da Bahia e do Brasil], Feira de Santana tornou-se o mais importante centro de comunicação ao norte de Belo Horizonte”.

A localização geográfica estratégica teria colocado, ainda no período Colonial, Feira de Santana como relevante centro de articulação, pois, as principais rotas de ligação (os caminhos de gado) entre o sertão e a Cidade de Salvador tinham esta localidade como ponto de apoio.

Ao se iniciar o processo de implantação das rodovias, foi estabelecida a construção de sete estradas para ligar a Cidade do Salvador aos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e grande parte dessas estradas tinha Feira de Santana como ponto de articulação (POPPINO, 1968).

O importante a reter neste momento é o fato de que, atualmente, Feira de Santana desempenha um papel destacável na articulação do Estado da Bahia com todas as regiões do território nacional. Nesse sentido, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, por conta de sua proximidade com Feira de Santana, acabam por obter uma posição favorável no processo de escoamento da produção avícola, pois, através dessa articulação, torna-se possível o acesso aos principais centros consumidores da região nordeste. Ao mesmo tempo, torna-se facilitado o acesso aos principais insumos produtivos utilizados na atividade avícola, e que são oriundos de outras regiões da Bahia, mas, também, de outros Estados da Federação (figuras nº 22 e nº 23).

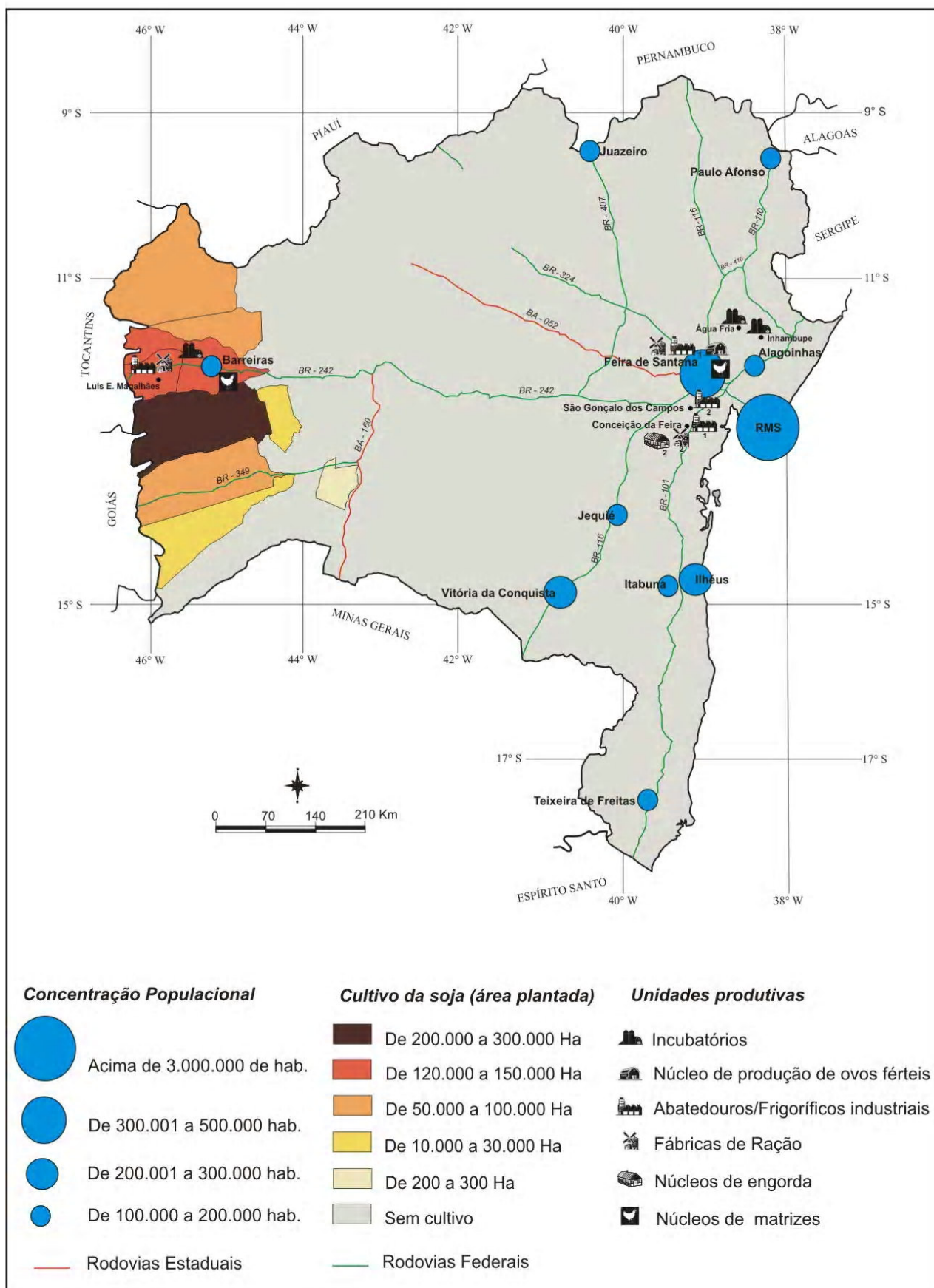
Revela-se, aqui, a importância estratégica da proximidade e, também da acessibilidade, às áreas produtoras de insumos e aos potenciais mercados consumidores. Isso significa que, ainda que o aparato técnico possibilite o deslocamento de insumos, capitais e mercadorias para qualquer área do globo, em alguns momentos a facilidade de acesso e proximidade a determinados recursos ainda se faz importante. Esse é, inclusive um dos elementos que tem valorizado os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos nas ações implementadas pelas empresas avícolas.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), 2004.  
 Elaboração: Edney Conceição, 2006

Figura nº 22 - **BAHIA: áreas de maior produção de milho e as maiores concentrações populacionais**





Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), 2004.  
Elaboração: Edney Conceição, 2006

Figura nº 23 - **BAHIA**: áreas de maior produção de soja e as maiores concentrações populacionais 2004

Através da análise das figuras é possível captar a importância exercida pela articulação das redes rodoviárias nas estratégias de territorialização e, conseqüentemente, de localização das agroindústrias avícolas dentro do Estado da Bahia. Na figura n° 22, encontram-se destacadas as áreas produtoras de milho e os principais centros populacionais do Estado.

Já na figura n° 23, além dos maiores centros urbanos, encontra-se em destaque as principais áreas de produção de soja no estado da Bahia. Em ambas as figuras verifica-se que há uma concentração expressiva de unidades agroindustriais avícolas em Feira de Santana, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. É, também, evidente a articulação, possibilitada pelas redes rodoviárias Federais e Estaduais, entre os maiores centros urbanos e as áreas de produção de grãos dentro do estado, com uma forte confluência dessas redes para área de Feira de Santana.

É importante destacar que a proximidade e a acessibilidade dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos em relação à Feira de Santana os possibilitam usufruir das benesses desta articulação. Desta forma, ao optar por se instalar ou mesmo ampliar as suas unidades produtivas em Feira de Santana, e principalmente em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, as agroindústrias avícolas acabam por explicitar parte de suas estratégias de territorialização.

Em outras palavras, ao se fazerem presentes nessa área, as agroindústrias avícolas têm viabilizado o seu acesso tanto aos principais mercados consumidores de seus produtos quanto às principais áreas de produção de grãos do Estado. Eventualmente, quando há necessidade de adquirir insumos de outros Estados da Federação, a localização dessas unidades avícolas é altamente privilegiada pela condição de entroncamento rodoviário nacional exercido pelo Município de Feira de Santana. Nesse sentido, os agentes territoriais (as agroindústrias avícolas) terminaram por utilizar os recursos presentes no território para envolvê-los na sua dinâmica territorial.

Essa é uma estratégia que se encontra explicitada, de forma mais evidente, nos depoimentos dos representantes das agroindústrias avícolas e de outros agentes ligados a essa atividade. Ao serem questionados sobre os principais fatores que têm contribuído para a expansão da atividade avícola na área polarizada

pelo município de Conceição da Feira e, conseqüentemente, no municípios de São Gonçalo dos Campos, esses agentes respondem que:

(...) é o fato de está perto de Feira de Santana, um centro que cresce e se desenvolve que é um absurdo, juntinho da capital Salvador. Por outro lado, a própria Feira, você sabe, que é um pólo que, onde você vai, de norte a sul do país, você passa por ela. Isso tudo o pessoal deve ter divisado. É bem verdade que o Oeste tem aquela produção de grãos, mas me parece que a questão mercadológica ou a questão da venda, fica muito mais fácil no aspecto da região de Feira de Santana. Querendo ou não, a capital e os grandes centros sempre chamam mais. (Secretário de Agricultura do Município de Conceição da Feira)

Já no eixo Feira de Santana/São Gonçalo, a vantagem é o acesso oferecido pelo maior entroncamento rodoviário do Nordeste. As rodovias BR- 101 e BR -116 ligam a Bahia aos outros estados nordestino, possibilitando um escoamento rápido da produção. (Wilson Broff)<sup>6</sup>

Um dos principais [fatores]é que nós estamos aqui próximos às fontes de consumo. Isso é o principal. Quais são os maiores centros consumidores hoje na Bahia? Salvador, Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus, Alagoinhas, Conquista... Então, isso é um dos fatores principais. E outro é a facilidade do escoamento. Porque Feira de Santana hoje... apesar dos pesares, da nossa economia estar em péssimo estado, mas, está centralizada em uma região onde tem saída pra tudo quanto é canto não só do Estado como do país. (Empresário ligado ao ramo de produção ração animal)<sup>7</sup>

E o outro fator é estar próximo do pólo consumidor. Aqui está mais próximo a Salvador, a Feira de Santana, ao porto já que a Avipal pretende exportar. (Diretor da Gujão Alimentos)<sup>8</sup>

Os depoimentos de agentes envolvidos na dinâmica da avicultura de corte baiana constitui um elemento revelador de um dos caminhos das estratégias de territorialização das agroindústrias avícolas dentro do Estado da Bahia. Na verdade, é a interação de um conjunto de fatores presentes no território que tende a exercer um forte peso nas estratégias e ações implementadas pelas empresas de avicultura.

Observa-se nesses depoimentos que há um grande número de referências a dois fatores específicos aos quais é atribuída uma destacável contribuição para que os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos pudessem apresentar uma expressiva dinâmica de expansão da atividade avícola. Esses dois fatores são: a proximidade e acessibilidade com o município de

<sup>6</sup> Gerente da Avipal Nordeste S.A. na época da implantação da empresa na Bahia, em entrevista publicada na Revista Negócios Agrícolas de Dezembro de 1997.

<sup>7</sup> Pesquisa de Campo realizada em Abril de 2006.

<sup>8</sup> Pesquisa de Campo realizada em março de 2006.

Feira de Santana que, na atualidade, constitui um importante centro de articulação rodoviária regional e nacional e a proximidade com os principais mercados consumidores em potencial dentro do Estado da Bahia.

Em verdade, é a articulação desses dois fatores que tem permitido uma posição privilegiada dos municípios que compõem a pesquisa, no que tange ao desenvolvimento da avicultura de corte na Bahia e, conseqüentemente, nas estratégias e ações territoriais das unidades avícolas.

Feira de Santana possui uma localização estratégica na articulação rodoviária entre as cidades baianas e nordestinas e essa condição de centro articulador em nível estadual e regional tem possibilitado também a integração desse município com os principais centros urbanos do Estado. Nesse sentido, a proximidade dos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira em relação à Feira de Santana tem possibilitado aos mesmos também se beneficiar das vantagens estabelecidas por essa condição.

A territorialidade das agroindústrias avícolas instaladas na Bahia inclui uma preocupação com o futuro no sentido de estabelecer as condições necessárias para a sua permanência e reprodução.

Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que um dos principais objetivos da Avipal Nordeste S.A., ao se instalar na Bahia, era atender o mercado regional e, posteriormente, promover a exportação de produtos avícolas a partir dessas unidades produtivas. Tal fato pode ser considerado como mais um elemento que influenciou na territorialização desta agroindústria avícola em São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Feira de Santana e municípios circunvizinhos, pois, a localização geográfica dos mesmos permite um melhor acesso aos principais portos do Estado. Percebe-se, portanto, como a preocupação com o futuro, no sentido de possibilitar as condições de reprodução do grupo, influenciou na sua dinâmica territorial.

Evidentemente que não se pode creditar apenas a esses fatores a exclusividade de mola propulsora do processo de expansão da avicultura de corte nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira. Destarte, também não é permitido atribuir a esses fatores o papel de únicos elementos decisivos na dinâmica da territorialidade das empresas avícolas instaladas em território baiano. Entretanto, é fato que os mesmos exercem uma influência considerável no conjunto das ações e estratégias dessas empresas.

O importante a reter neste momento é o fato de que os imperativos do meio técnico atual vêm possibilitando uma fluidez maior e cada vez mais acelerada dos elementos envolvidos no circuito produtivo, reduzindo assim a dependência locacional dos agentes produtivos. Entretanto, é fato também que, embora venha existindo uma redução dessa dependência, os fatores locais ainda continuam a exercer uma destacável influência no conjunto das dinâmicas territoriais dos agentes.

Essa é uma questão explicitamente observada na dinâmica territorial da avicultura de corte baiana. Mesmo que as condições técnicas atuais proporcionem, de forma virtual ou real, uma fluidez acelerada e eficiente no circuito produtivo, a “posição”, ocupada pelos municípios que compõem a microrregião de Feira de Santana, dentro da rede articulada e inserida na dinâmica das agroindústrias avícolas, tem sempre um peso destacável na territorialidade da avicultura de corte dentro do Estado. Tal peso é estabelecido até mesmo como uma forma de potencializar essa fluidez, leva-nos a considerar que os recursos presentes no território são extremamente importantes na dinâmica territorial.

#### **4.2.4 Recursos institucionais normativos do território baiano**

É de extrema importância que a análise geográfica valorize não só o conjunto de objetos técnicos dispostos sobre a superfície, mas também o conjunto de ações que lhes atribuem sentido, como forma de apreender a dinâmica territorial.

Nessa perspectiva, a interação existente entre os objetos técnicos (daí a idéia de sistemas de objetos) e destes com o conjunto das ações que determinam a sua lógica de uso, é estruturada a partir da intencionalidade dos agentes que implementam tais ações e passam a participar da organização do espaço de acordo com seus objetivos e necessidades. Urge, portanto, a necessidade de investigar as ações e as intencionalidades destes agentes como caminho para compreensão da dinâmica territorial e, conseqüentemente, da regulação política do território.

Desta forma e de acordo com os objetivos propostos nesse trabalho, é imprescindível que se tenha uma atenção especial para a “atuação” do poder público, nas suas mais variadas esferas, considerando-o como um importante agente na medida que, coordena a regulação política e econômica do território.

Segundo Alba (2002, p. 37), “O Estado Moderno é elemento presente e atuante, responsável por um grande número de tomadas de decisões. A vida social, econômica e, portanto, espacial é, em boa parte, ditada, viabilizada e mediada pela via política, através do Estado”.

Durante um período relativamente longo, a figura do Estado se apresentou como um dos principais agentes na organização do espaço brasileiro ao viabilizar as condições necessárias para ocorrência do processo de industrialização do país.

Entre os anos de 1930 e 1980 a presença do Estado nos setores de produção de fontes de energia, infra-estrutura de transportes e comunicação, indústria de base e abastecimento de água, bem como no fomento às pesquisas e novas formas de produção, foi decisiva para expansão das atividades econômicas industriais, refletindo, evidentemente, na organização espacial brasileira.

A partir dos anos 1990, observa-se uma transformação na forma de agir do Estado em decorrência da “crise” do modelo de estado keynesiano e o conseqüente “surgimento” do modelo de Estado Neoliberal, frente aos sucessivos processos de globalização. Tais transformações têm culminado em intensos processos de privatizações, mas, em hipótese alguma, têm significado redução de importância do papel desempenhado pelo Estado. Ele continua a agir decisivamente na organização espacial através da regulação/normatização política e, portanto, econômica, do espaço e do território.

No âmbito da escala municipal (considerando aqui os municípios que integram a área da pesquisa), é preciso destacar, a princípio, que a ausência de uma política, sistematizada a nível municipal voltada, especificamente, para o desenvolvimento da atividade avícola, somada à dificuldade de acesso aos principais representantes do poder público municipal, não tem possibilitado uma análise mais aprofundada da participação do poder público municipal na questão da atividade avícola.

Entretanto, a partir das entrevistas realizadas com os secretários municipais de Agricultura, acrescentado dos depoimentos de diretores das principais empresas avícolas instaladas nos municípios, foi possível ter uma visão geral da participação do poder público municipal no processo de desenvolvimento da atividade avícola. Nessa perspectiva, ao serem perguntados sobre essa participação, eles afirmam:

alguns prefeitos, alguns municípios, sem uma política formalizada, ajudam. Eles [as prefeituras] fazem acessos, eles fazem poços artesianos [para os integrados], mas, são políticas adotadas individualmente, sem ter nenhum plano formalizado. (Diretor da Gujão Alimentos S.A.)

houve uma negociação até política, por parte de governantes locais, deputados e parlamentares no sentido de fornecer a propriedade, uma área onde esse abatedouro seria localizado. Além disso, algumas vantagens em termos de IPTU também foram negociadas. Então eu acredito que o ponto crucial foi o fornecimento da área. (Gerente da Avipal Nordeste S.A)

tem sido dado todo apoio necessário para que a Avipal se expanda mais aqui no nosso município, né? O papel da Prefeitura tem sido de facilitar o contato entre aquelas pessoas que têm interesse em colocar galpão, ou seja, têm interesse de ser criador de frango. De ser integrado à empresa. Como o município tem interesse que essa atividade se desenvolva, tem-se buscado junto à empresa promover essa aproximação entre o produtor e a empresa com o objetivo maior de construir o maior número de galpões aqui em São Gonçalo dos Campos. (Secretário de Agricultura do Município de São Gonçalo dos Campos)

Os depoimentos dos funcionários das principais empresas avícolas e do Secretário de Agricultura do Município de São Gonçalo dos Campos evidenciam a forma de atuação do poder público deste município no que se refere ao desenvolvimento da atividade avícola.

É possível perceber que, de um modo geral, mesmo sem uma política formalizada de desenvolvimento avícola, o poder municipal tem atuado no sentido de, na medida do possível, dar sustentação à expansão da avicultura. A sua atuação tem sido verificada na promoção de melhorias das estradas que dão acesso aos galpões dos produtores integrados e também na aproximação entre a empresa integradora e os possíveis interessados em se tornar produtores integrados. Segundo afirma o Secretário de Agricultura do referido Município, essa aproximação envolve também a participação de organismos financeiros (Banco do Nordeste do Brasil) como forma de viabilizar o financiamento da construção dos galpões de criação.

As ações do poder público municipal de São Gonçalo dos Campos também tem sido verificada na política de redução de impostos municipais<sup>9</sup> com o objetivo de atrair novos empreendimentos avícolas, como foi o caso do Abatedouro da Avipal Nordeste S.A. Nesse sentido, constata-se que essa esfera de poder tem

---

<sup>9</sup> Segundo funcionários do quadro administrativo da Avipal Nordeste S.A., na época de implantação da empresa na Bahia ocorreram algumas negociações políticas envolvendo a empresa, o poder público municipal e estadual que culminaram no fornecimento da área para construção do abatedouro e na redução do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

orientado as suas ações referentes à expansão da atividade avícola tanto no âmbito da oferta de infra-estruturas quanto no âmbito das políticas fiscais, ainda que as mesmas não configurem uma política formalizada voltada, especificamente, para o desenvolvimento dessa atividade.

No tocante ao Município de Conceição da Feira, é importante destacar que uma parcela considerável dos representantes do poder público municipal desenvolve ou já desenvolveu alguma atividade ligada à avicultura. Entretanto, o que se observa é que, mesmo sendo a avicultura a principal atividade econômica do município, não existe, pelo menos nos últimos anos, um plano de desenvolvimento voltado, especificamente, para a atividade avícola.

Em que pese tal fato, isso não significa afirmar que o poder público municipal em Conceição da Feira não tem atuado no sentido de fortalecer a expansão dessa atividade. Mas, considerando a importância que a referida atividade tem para o município, uma vez que emprega uma parcela considerável da mão-de-obra, as ações implementadas por essa esfera de poder têm se revelado como ações pontuais.

O depoimento do Secretário de Agricultura do Município traz uma certa noção da participação do poder municipal no desenvolvimento da avicultura, quando afirma que essa atividade:

iniciou, evidentemente, através do poder público municipal em 69 ... 70, ali com o Prefeito Anézio Pinto Corrêa que trouxe a empresa. Nos dias de hoje...o município... Nós estamos aqui procurando estar presentes. Estar, sempre que possível, nas reuniões dando a nossa colaboração. Mas, uma vez que a avicultura, hoje, tá praticamente nas mãos dos grandes produtores com o setor de integração, então o município fica ao lado ali no que for importante a sua participação (Secretário de Agricultura do Município de Conceição da Feira).

Nessa perspectiva, as ações do poder público local têm se restringido a serviços de manutenção das estradas de acesso às granjas e na organização de seminários, reuniões e audiências públicas.

Um bom exemplo da atuação do poder público local ocorreu quando do agravamento dos problemas sanitários provocados pelo vírus H5N1 (“gripe do frango”) que, embora não tenham ocorrido no Estado da Bahia, acabaram por afetar a avicultura baiana uma vez que a produção que seria destinada para o mercado



externo acabou sendo destinada para o consumo interno a um preço relativamente reduzido.

Nessa ocasião, o poder público municipal, através da Câmara Municipal, organizou uma audiência pública que contou com a participação de representantes das principais empresas avícolas da região, dos órgãos de fomento financeiros, do Governo Federal, de Deputados Federais e Estaduais além de representantes da sociedade civil. Essa audiência teve por objetivo maior reunir esforços no sentido de pressionar os governos estaduais e federal para adotar medidas de proteção da avicultura baiana.

De uma forma geral, o que se constata é que ações desenvolvidas pelo poder público desses dois municípios não constitui um plano de ação estruturado de forma a possibilitar, efetivamente, uma maior expansão da atividade avícola. Essas ações têm se concentrado basicamente na manutenção das estradas de acesso às granjas e organização de reuniões entre os futuros integrados e a empresa integradora constituindo, dessa forma, ações pontuais que ajudam, mas, não fortalecem o processo de expansão da avicultura nos referidos municípios.

Dentro dessas perspectivas, em termos de atuação do poder público como agente atuante na dinâmica de territorialização da avicultura de corte baiana, verifica-se uma ação mais efetiva do governo estadual que tem agido de maneira a dar sustentação à nova dinâmica avícola industrial que se impõe.

É preciso destacar, nesse sentido, a importância das políticas públicas desencadeadas/materializadas pelo poder público estadual que expressam, pois, na sua essência, o seu papel no processo de expansão do modo industrial de produzir no setor avícola.

O Estado tem agido de forma decisiva no processo de expansão da avicultura industrial na Bahia, principalmente com a disponibilização de crédito para financiar a implantação e ampliação de unidades de produção avícola industrial.

Desta forma, torna-se inevitável analisar o papel das políticas públicas destinadas para o setor avícola, pois, o quadro da avicultura baiana tem se modificado a partir dos estímulos governamentais, materializados através da Política de Atração de Investimentos, a qual motivou a instalação de modernos frigoríficos no Estado (OLIVEIRA, 2004).

A participação do poder público estadual como agente na dinâmica de territorialização da avicultura de corte encontra-se expressa no estabelecimento de

infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das agroindústrias ligadas ao setor, equipando o território com energia elétrica, melhorando as condições de tráfego nas rodovias, serviços de terraplanagem, entre outros. Entretanto, a maior expressão de suas ações encontra-se evidente nas políticas de atrativos fiscais e de financiamento das agroindústrias que se instalam no estado.

O quadro n° 1 destaca os principais instrumentos utilizados pelo poder público estadual com vistas a incentivar o desenvolvimento da atividade avícola no Estado da Bahia.

Quadro n° 1

**Principais programas e normativas utilizados pelo Governo do Estado da Bahia para incentivar a atividade avícola.**

Instrumentos	Principais Objetivos
Programa de Investimento para Modernização da Agricultura na Bahia – <b>AGRINVEST</b> - 2000	<p>fomentar programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuário, agro-industrial e pesqueiro no Estado da Bahia;</p> <p>propiciar avanço no padrão tecnológico e no desenvolvimento dos empreendimentos agropecuários, agro-industriais e pesqueiros;</p> <p>tornar os investimentos mais atrativos, assegurando aos beneficiários do programa a compensação parcial de custos financeiros decorrentes de financiamentos;</p>
Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – <b>DESENVOLVE</b> - 2001	<p>fomentar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial, com formação de adensamentos industriais nas regiões econômicas e integração das cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento econômico e social e à geração de emprego e renda no Estado.</p> <p>estimular a instalação de novas indústrias e a expansão, a reativação ou a modernização de empreendimentos industriais já instalados, com geração de novos produtos ou processos, aperfeiçoamento das características tecnológicas e redução de custos de produtos ou processos já existentes.</p>
Portaria n° 119	<p>Proibir, em todo Estado da Bahia, a entrada de aves de descarte procedentes de outras Unidades da Federação;</p> <p>Proibir a entrada no Estado da Bahia de esterco e de cama de aviário, como de resíduos de Incubatório e abatedouros, para qualquer finalidade.</p>

Fonte: SEAGRI, ADAB

As transformações ocorridas no seio do setor agrícola brasileiro têm resultado em modificações na capacidade do Estado em estabelecer uma regulação geral desse setor, obrigando-o, como afirma Silva (1998), a formular políticas específicas para cada segmento constituinte do setor agrícola. Entretanto, os instrumentos e ações implementadas pelo poder público estadual vêm expressar, na realidade, a continuidade das ações estatais no sentido de promover, dentro da Bahia, a expansão do setor agropecuário aliado ao modo industrial de produzir.

No nível estadual, podemos observar que a expansão da avicultura foi beneficiada, através das políticas de incentivos, principalmente fiscais, à industrialização no Estado.

O Programa de Investimento para Modernização da Agricultura na Bahia (**AGRINVEST**) foi instituído através do Decreto nº 7.749 de Janeiro de 2000, como forma de promover a expansão e modernização dos setores agropecuários, agroindustriais e pesqueiros, tornando os investimentos nestes setores mais atrativos e, ao interiorizar os empreendimentos, proporcionar a geração de empregos.

Através do AGRINVEST, o Estado assume o pagamento de parte (50%) dos custos financeiros incidentes, no período de carência de até três anos, dos financiamentos contratados com instituições financeiras, desde que este benefício não exceda a 6% (seis por cento) de custos financeiros ao ano.

Para os financiamentos sem previsão de prazo de carência, o Programa assegura o pagamento dos custos financeiros por parte do Estado, durante os dois primeiros anos de amortização.

O importante a destacar nesse momento é o fato de que as ações estatais através do AGRINVEST seguem no sentido de promover o desenvolvimento, em padrões competitivos, de diversos setores da economia baiana. Tais ações visam, sobretudo, viabilizar o desenvolvimento e a modernização de segmentos agropecuários técnica e economicamente atrasados e/ou com amplas possibilidades de expansão e competitividade, aproveitando as oportunidades apresentadas pelo espaço baiano.

Dentre os produtos, projetos e atividades selecionados para serem objetos do programa de incentivos do AGRINVEST, encontra-se a atividade avícola (Quadro nº 2). A inserção dessa atividade dentro desse Programa é justificada, entre outros

fatores, pelo quadro de profundo atraso e falta de competitividade que caracteriza a avicultura baiana.

Quadro n° 2

**BAHIA: principais metas de investimento do Programa Agrinvest, 2000-2002**

ATIVIDADE	UNIDADE	PRINCIPAIS METAS			
		2000	2001	2002	TOTAL
Café irrigado	Hectares	5.000	5.000	5.000	15.000
Algodão	Hectares	15.000			15.000
Fumo	Hectares	1.725	1.725		3.450
Fruticultura irrigada	Hectares	6.500			6.500
Floricultura	Hectares	30			30
Avicultura	Produtores	600			600
Aquicultura	Hectares	350			350
Caprino/ovino	Produtores	800			800
Novilho precoce	Produtores	300			300
Pecuária de leite	Produtores	720			720

FONTE: BAHIA. Conselho Deliberativo do FUNDESE. Resolução n°. 004, de 28 de Julho de 2000

Quadro n° 3

**BAHIA: distribuição dos recursos financeiros do Programa Agrinvest, 2000- 2002**

RECURSOS FINANCEIROS (CRÉDITO RURAL)				
ATIVIDADE	FINANCIAMENTO (R\$ 1.000,00)			
	2000	2001	2002	TOTAL
Café Irrigado	53.600	53.600	53.500	160.700
Algodão	15.000	-	-	15.000
Fumo	2.500	2.500	-	5.000
Fruticultura Irrigada	20.000	-	-	20.000
Avicultura	25.000	-	-	25.000
Floricultura	5.000	-	-	5.000
Aquicultura	15.000	-	-	15.000
Caprino/Ovino	20.000	-	-	20.000
Novilho Precoce	20.000	-	-	20.000
Pecuária de Leite	31.500	-	-	31.500
<b>TOTAL</b>	<b>207.600</b>	<b>56.100</b>	<b>53.500</b>	<b>317.200</b>

FONTE: BAHIA. Conselho Deliberativo do FUNDESE. Resolução n°. 004, de 28 de Julho de 2000

Através do quadro n° 3, é possível observar o volume de recursos financeiros destinados à avicultura baiana (R\$ 25 milhões). Dentre as atividades contempladas, a avicultura tem o terceiro maior volume de recursos, seguindo a cafeicultura irrigada (com R\$160, 7 milhões) e a pecuária leiteira (R\$ 31,5 milhões).

Segundo dados da Secretária de Agricultura e Reforma Agrária do Estado (SEAGRI), o Programa Agrinvest beneficiou cerca de 268 produtores, totalizando R\$ 15.713.000,00, sendo que, deste total, R\$ 1.620.000,00 foram destinados para o investimento de 27 avicultores no Município de São Gonçalo dos Campos<sup>10</sup>.

A utilização desse instrumento demonstra uma das vias de participação do poder público estadual no sentido de possibilitar, através da disponibilização de recursos financeiros, a expansão da avicultura de corte na Bahia.

Em 2001, através da Lei Estadual n° 7.980 de 12 de dezembro de 2001, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE.

Com esse instrumento o governo tem possibilitado às empresas industriais e agroindustriais a dilatação do prazo de pagamento, de até 90% (noventa por cento) do saldo devedor mensal do ICMS e também o diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido.

No caso específico da avicultura, o referido programa apoiou, segundo a SEAGRI, os projetos de ampliação da Gujão Alimentos S.A. e a implantação da Avipal Nordeste S.A e da Mauricea Alimentos do Nordeste dentro do Estado da Bahia.

O que se observa é que tanto o AGRINVEST como o DESENVOLVE são programas que não foram criados para atender, especificamente, o setor avícola, ou seja, as suas finalidades extrapolam os limites da atividade avícola e se constituem como relevantes instrumentos de desenvolvimento dos principais setores da economia baiana. Entretanto, é preciso destacar que a avicultura tem se valido do uso destes instrumentos como forma de viabilizar, efetivamente, o processo de integração das cadeias produtivas e de comercialização da carne de frango no território baiano. Tal processo tem sido possível não só através da instalação de empresas de médio e de grande porte, a exemplo da Mauricea Alimentos do Nordeste e da Avipal Nordeste S.A., localizadas, respectivamente, nas microrregiões de Barreiras e de Feira de Santana, mas também vem sendo acompanhada de uma profunda transformação em suas bases produtivas que, modernizadas, passaram a produzir em moldes industriais. Evidentemente, essa modernização não ocorre de forma homogênea em todo setor avícola baiano, mas, já constitui uma realidade na

---

<sup>10</sup> Os dados disponibilizados pela SEAGRI, são insuficientes para permitir uma avaliação mais aprofundada dos impactos provocados na avicultura de corte baiana pela utilização deste Programa. Assim, não foi possível identificar os reais beneficiários deste programa e nem o cumprimento da meta estabelecida para a atividade avícola.

maior parte das unidades produtivas das principais áreas de produção avícola do Estado.

O importante a destacar neste momento é a constatação de que as funções exercidas pelo Estado não são apenas de caráter político, mas, também, de cunho econômico, fiscal e institucional, uma vez que essas funções constituem um dos mecanismos que o Estado possui para assegurar as condições econômicas de produção, na medida em que a instância econômica não possui todas as condições desta reprodução. (ALBA, 2002 p. 40).

Uma outra questão, que se refere à ação do Estado no sentido de promover a expansão da avicultura baiana, participando dessa forma do seu processo de territorialização, sendo, portanto, passível de destaque, diz respeito às políticas de proteção sanitária e também de isenção fiscal.

No primeiro semestre de 2006, em função da iminência de crescimento dos casos de doenças sanitárias a exemplo no *New Castle* e Influenza Aviária (gripe do frango) a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), através da Portaria n° 119 de 24 de Abril de 2006, proibiu a entrada, em todo Estado, de aves de descarte procedentes de outras Unidades da Federação. Entretanto, as maiores ações do Estado no sentido de viabilizar o desenvolvimento da avicultura industrial tem sido verificada no âmbito das políticas fiscais ao realizar mudanças nos mecanismos de tributação como forma de proteger a avicultura baiana, que, em determinados períodos do ano, era afetada pelo excesso de produção do Sul e Sudeste, inibindo o desenvolvimento desta atividade no Estado. (OLIVEIRA, 2004)

Neste sentido, o poder público estadual passou a incentivar a expansão do capital industrial na avicultura baiana exigindo, dos agentes que realizam a operação de entrada de aves vivas destinadas ao abate no Estado, a antecipação do ICMS (pagamento na fronteira) referente às operações internas subseqüentes com os produtos comestíveis.

Somado a tal medida, o governo estadual isentou do pagamento do ICMS as operações internas com insumos agropecuários como milho, soja e farelo de soja, e também as atividades avícolas, tornando a concorrência mais vantajosa para quem produz no Estado (OLIVEIRA, 2004).

A tabela n° 28 permite avaliar a situação tributária em que a produção avícola baiana encontra-se submetida, em comparação com alguns dos principais estados brasileiros que são destaque na produção avícola.

Tabela n° 28

**Situação tributária da atividade avícola em alguns estados brasileiros - 2004**

Estados	ICMS	
	vendas internas	vendas externas (outros estados)
Bahia	0%	0%
Ceará	7%	12%
Goiás	12%	12%
São Paulo	7%	7% *
Paraná	7%	12%
Santa Catarina	9%	12%

Fonte: Extraído de Oliveira (2004)

\* (Exceto Regiões Sul e Centro Oeste = 12%)

O importante a reter nesta questão é o fato de que, na Bahia, a situação fiscal da atividade avícola tem dado um poder de competitividade e concorrência maior para as agroindústrias instaladas em território baiano. Assim, considerando que essa atividade, dentro do Estado da Bahia, é isenta da cobrança de ICMS, essas ações estatais tem sido fundamentais para possibilitar a atração de novos empreendimentos avícolas bem como a ampliação dos já existentes, viabilizando desta forma um processo de integração das cadeias produtivas e de comercialização da carne de frango.

A importância das ações do poder público estadual baiano no processo de territorialização da avicultura industrial é evidente, pois, a estrutura técnica e economicamente atrasada, que caracterizava essa atividade até os primeiros anos da década de 1990, vem sendo profundamente modificada a partir dos estímulos governamentais materializados através de políticas de atração de investimentos, a quais motivaram a instalação de modernos frigoríficos no Estado.

A relevância dessas ações dentro da dinâmica territorial das agroindústrias avícolas é explicitada quando, por exemplo, um dos Diretores da Gujão Alimentos S.A. afirma que:

a questão de isenção na cobrança de ICMS da carne de frango originária de dentro do Estado é o que permite hoje essas empresas baianas continuarem no mercado. Essa diferença hoje de ICMS que as empresas pagam ao entrar aqui, são maiores do que os lucros que as empresas locais têm. Então, se isso deixasse de existir teoricamente os nossos lucros deixariam de existir e nós estaríamos trabalhando no prejuízo. (Diretor da Gujão Alimentos)<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Entrevista realizada em pesquisa de campo em março/2006.

Nesse sentido, considerando que tem se observado também a implantação de empresas avícolas oriundas de outros estados do país, o desempenho desse agente (o Estado) pode ser compreendido à luz da dinâmica da “guerra fiscal”, travada por estados e municípios no sentido de atrair cada vez mais investimentos para o seu território.

Segundo Cataia (2003, p. 401) “a guerra fiscal diz respeito às empresas que se valem das fronteiras para obter vantagens fiscais.” (p. 401). Ressalta-se que essa dinâmica não envolve exclusivamente empresas, pois, dela participa diferentes agentes mas, a participação neste processo tem sido uma das estratégias fortemente utilizadas por agentes empresariais que procuram se valer das vantagens oferecidas pelos diferentes espaços.

Santos (2001, p. 112) afirma que “as mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes.” Nesta perspectiva, o resultado deste movimento é o estabelecimento de vários conflitos que revelam um jogo de interesses econômicos e políticos dos quais participam o poder público, grupos empresariais e outros agentes políticos.

Essa é uma tendência que vem sendo gerida dentro dos intensos processos de globalização que, por serem extremamente seletivos, tendem a estabelecer entre os lugares uma verdadeira competição cujas armas são as políticas de incentivos fiscais e oferta de infra-estrutura às empresas, e o grande prêmio é a instalação desta no território que apresentar as melhores condições para a sua sobrevivência no mercado.

No Brasil, a Constituição de 1988 concede maior autonomia político-administrativa e financeira aos estados e municípios e, no artigo 151º decreta que “É vedado à União: 1º - instituir tributo que não seja uniforme em todo território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação ao Estado, ao Distrito Federal ou ao município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país”. É, portanto, o artigo 151º da Constituição Federal de 1988 que legitima a dinâmica da guerra fiscal, ou melhor, da guerra dos lugares no Brasil.

Segundo Cataia (2003), “a ‘guerra fiscal’ é um instrumento jurídico de uso difundido por todo território brasileiro.” (p.397). Assim, os programas e normas



estabelecidos pelo estado, em meio às estratégias estabelecidas pela guerra fiscal, revela-se como mais um recurso territorial cada vez mais presente como forma de normatização do território. A partir desse instrumento jurídico, os estados, e também os municípios, normatizam seu território e implantam infra-estruturas que acabam por integrar o conjunto dos recursos territoriais.

Assim, ao criar condições fiscais e tributárias favoráveis ao desenvolvimento interno da atividade avícola, o Governo do Estado da Bahia participa dessa “guerra” possibilitando não só a instalação de novos empreendimentos agroindustriais avícolas como também incentiva a modernização e ampliação dos já existentes. A guerra fiscal estabelecida entre estados e municípios tem se inserido na dinâmica dos recursos territoriais e, no caso específico da avicultura de corte, tem sido de extrema relevância na territorialidade dos agentes dessa atividade no Estado da Bahia.

Ao se utilizar de programas e projetos, concedendo incentivos fiscais e infra-estruturas para atrair empresas e alavancar a atividade avícola industrial, o poder público tanto estadual quanto municipal tem exercido a função de normatizar o território estabelecendo regras que integram o conjunto dos recursos territoriais.

O interessante a destacar na questão dos recursos territoriais envolvidos na dinâmica da avicultura de corte baiana é não há uma predominância deste ou daquele recurso pesando nas estratégias e ações das empresas avícolas instaladas na Bahia. São exatamente as condições territoriais criadas pela integração dos fatores (recursos territoriais) abordados anteriormente que têm orientado a dinâmica da territorialidade das empresas de avicultura de corte no Estado da Bahia.

No que tange à escala espacial dos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, a dinâmica territorial da avicultura de corte tem sido expressivamente viabilizada pelos recursos anteriormente apresentados, mas, também, pelo que Storper (1994) chama de forças “não-econômicas”.

Segundo o referido autor,

é obvio que muitos sistemas de produção territorializados existem por motivos muito antigos de acaso histórico, as profundas raízes que os costumes de trabalho, especialização e conhecimento têm em particular com localidades ou instituições sedimentadas e seus efeitos na mobilização de recursos. (STORPER, 1994 p. 20-21)

As forças “não-econômicas” como a história, os costumes e as instituições constituem uma dimensão do processo de territorialização, pois, “muitos sistemas de produção sobrevivem porque parecem encarnar certas formas de eficiência econômica costumeiras e territorialmente enraizadas e específicas.” (p. 21).

Dentro da dinâmica de territorialização da avicultura de corte nos municípios que compõem a pesquisa, e considerando as colocações de Stoper (1994), há que se ressaltar, pelo menos, dois pontos que têm possibilitado o destaque dos referidos municípios no processo da atividade avícola: os seus históricos de desenvolvimento da avicultura e a estrutura fundiária dos mesmos.

No primeiro caso, o município de Conceição da Feira já desenvolve, desde a década de 1960, essa atividade e, mesmo sendo estruturada em bases não industriais, chegou a ser responsável por mais de 80% da produção avícola baiana.

Essa atividade inicialmente era desenvolvida por produtores independentes que destinavam sua produção para o mercado local, principalmente para os pequenos abatedouros artesanais instalados em toda a região. Posteriormente, a avicultura passou, ainda que de forma relativamente tímida, a ser desenvolvida também nos municípios próximos à Conceição da Feira, incluindo, entre eles, São Gonçalo dos Campos.

O que é importante neste momento é o fato de que, por ser a avicultura uma atividade que vem sendo desenvolvida a várias décadas, de forma mais efetiva, em Conceição da Feira e, ainda que de forma incipiente, em São Gonçalo dos Campos, esses municípios têm apresentado certa “experiência” no desempenho da atividade avícola dentro do Estado da Bahia.

Essa “experiência” tem sido fundamental no processo de expansão da avicultura de corte, pois, teria criado, nesses municípios, uma relativa estrutura voltada para o desenvolvimento da atividade avícola, ainda que essa viesse a ocorrer de forma técnica e economicamente atrasada.

Essas empresas se instalaram ou ampliaram suas estruturas nestes municípios como forma de aproveitar essa “experiência” histórica como fator positivo na implantação do sistema integrado de produção avícola. Essa é uma questão que também é ressaltada pelos agentes envolvidos no circuito produtivo da avicultura.

Desta forma, um dos diretores de uma das maiores agroindústrias avícolas do estado afirma que a expansão da avicultura em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos:

é uma questão de tradição, né? Então... o núcleo, o pólo de produção avícola já era aqui na região de Conceição da Feira, antes de Barreiras se tornar um pólo de produção de grãos. Então, tradicionalmente as empresas nasceram aqui na região e foram crescendo e se desenvolvendo ao tempo em que Barreiras começou depois e aí foi se abastecendo e essas empresas já estavam estabelecidas, formadas aqui e não havia viabilidade de sair daqui para se instalar lá, próxima aos grãos, e ter que abandonar as estruturas já existentes. (Diretor da Gujão Alimentos S.A)

O segundo fator levantado, isto é, a estrutura fundiária, deve ser entendida na perspectiva da implantação do sistema integrado de produção avícola, pois, esse sistema tem como “perfil ideal” de integrado, o pequeno produtor, detentor de uma pequena propriedade e que utiliza a mão de obra familiar na exploração dessa propriedade.

Nessa perspectiva, como ficou evidenciado nos capítulos anteriores, tanto Conceição da Feira quanto São Gonçalo dos Campos tem suas estruturas fundiárias caracterizadas pela predominância de pequenas propriedades exploradas pela mão-de-obra familiar, o que é interessantíssimo para as empresas que adotam o sistema de produção integrada. Assim, somada à questão anterior, a estrutura fundiária desses municípios também tem funcionado como um atrativo, ou melhor, uma efetiva possibilidade, para expansão industrial da avicultura de corte a partir do sistema integrado de produção.

Na verdade, tanto o histórico de desenvolvimento da atividade avícola quanto à estrutura fundiária de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos têm se constituído como um recurso territorial que tem influenciado na territorialidade da avicultura de corte através das agroindústrias avícolas no âmbito da escala do município.

A valorização desses dois recursos na territorialidade das agroindústrias avícolas no estado da Bahia é uma questão que dever ser melhor compreendida se considerada a partir da lógica de implantação do sistema integrado de produção avícola, pois, esse sistema se caracteriza pelo processo de transferência da responsabilidade de uma das etapas produtivas (a engorda do frango) para as mãos de produtores integrados às empresas.

Essa tarefa da produção integrada requer que esses produtores detenham certo conhecimento do processo de criação das aves e o fato de já apresentar um histórico de desenvolvimento da atividade avícola contribuiu para atrair novas

empresas avícolas (a exemplo da Avipal Nordeste S.A.) e para estimular a ampliação das empresas já existentes nesses municípios, implantando o sistema integrado de produção.

Da mesma forma, o perfil fundiário apresentado por São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e outros municípios circunvizinhos é valorizado nas ações estratégicas das empresas avícolas que adotam o sistema integrado de produção.

Em termos gerais, é preciso deixar claro que o território não é um dado passivo, pois, principalmente no caso da avicultura de corte, os recursos territoriais têm influenciado decisivamente na territorialidade das agroindústrias avícolas instaladas no Estado da Bahia. Esses recursos têm revelado o papel ativo do território e têm atuado, na dinâmica da atividade avícola, de forma completamente articulada e nas mais diferentes escalas espaciais.

Essa é uma perspectiva que é revelada ainda mais no depoimento de um Gerente de outra empresa avícola instalada no Estado ao afirmar que:

o principal ponto que estimulou a empresa a se instalar aqui foi a isenção de ICMS no Estado da Bahia. E, mais precisamente na região de Feira de Santana, por ela logisticamente estar bem localizada, ou seja, próxima a Salvador. Também por questões ligadas à mão-de-obra, ou seja, o perfil do produtor avícola ideal é o perfil do pequeno produtor. Somando esses itens, eu acho que são fatores que favoreceram a implantação das unidades aqui. (Gerente da Avipal Nordeste S.A.)

Através do depoimento acima, é possível detectar a ressalva que é feita aos principais recursos territoriais e a forma como eles têm influenciado a territorialidade da empresa no Estado da Bahia.

Evidentemente que a influência de tais recursos não tem sido verificada apenas na atração de empresas como a Avipal Nordeste S.A. para o território baiano, pois, eles têm sido igualmente decisivos no processo de ampliação das unidades produtivas das empresas já existentes.

O importante a reter aqui é o fato de que esses recursos territoriais, indubitavelmente, constituem um dos pilares que norteiam os contornos da territorialidade dos agentes da avicultura de corte no território baiano. Nesse sentido, negligenciar o papel desses recursos significará o completo desconhecimento das especificidades territoriais e, ao proceder desta forma, estaríamos aceitando a idéia

de que o território constitui apenas o palco isotrópico onde simplesmente as coisas acontecem.

Há, porém, que se deixar claro também que, apesar de todos esses recursos territoriais persistirem e constituir elementos fundamentais na dinâmica territorial da avicultura de corte no Estado da Bahia e, mais especificamente, nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, é imprescindível que tome com ponto de partida o conjunto de ações e estratégias das agroindústrias avícolas. É, portanto, fundamental que se discuta a territorialidade destes agentes, pois, uma vez que as condições técnicas atuais permitem o deslocamento dos recursos produtivos de qualquer parte do globo, são os agentes da avicultura, e não simplesmente a atividade em si, que se territorializam. Para tanto, estes agentes se utilizam de estratégias e ações como forma de controlar pessoas, recursos e relações sobre uma área geográfica específica, definindo assim a sua territorialidade e o seu território.

## **5 TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADE E O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO AVÍCOLA EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS: UM LADO DA MOEDA**

Como ficou evidenciado no capítulo anterior, os recursos territoriais envolvidos na dinâmica da avicultura de corte no estado da Bahia foram fundamentais para no processo de expansão da atividade avícola baiana. Entretanto, tais recursos só têm sua importância revelada a partir do momento em que estão inseridas nas ações e estratégias das agroindústrias avícolas.

É exatamente a conjunção existente entre esses dois elementos, ou seja, entre as ações estratégicas das empresas e os recursos territoriais, que tem contribuído para que haja um destaque de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos na expansão da avicultura de corte baiana.

As ações e estratégias implementadas visando o estabelecimento de condições (sociais, políticas, econômicas, entre outras) que garantam a sua permanência e reprodução em dado espaço constitui, na perspectiva das questões de pesquisa do presente trabalho, a territorialidade das agroindústrias avícolas.

A interação estabelecida entre as ações e estratégias das agroindústrias avícolas e os recursos territoriais norteia a dinâmica de territorialização destes agentes e, conseqüentemente, da atividade avícola na Bahia. Reafirmamos aqui que, neste trabalho, a territorialização é compreendida como a materialização no espaço das relações sociais de produção, estabelecida entre os agentes sociais, e tem, como uma de suas dimensões, as formas territoriais (unidades produtivas, por exemplo) criadas ou reestruturadas.

Nessa perspectiva, procura-se neste capítulo analisar, inicialmente, a territorialização das agroindústrias avícolas na área onde a avicultura industrial de corte apresenta maior expressão dentro do Estado da Bahia, ou seja, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, evidenciando o processo de desenvolvimento da atividade nessa área. Posteriormente, busca-se discutir a questão da territorialidade das agroindústrias avícolas nos referidos municípios, na dimensão do sistema integrado de produção.

É evidente que a territorialidade desses agentes não se resume dinâmica do sistema integrado de produção. Entretanto, como afirmamos anteriormente, a adoção deste modelo de produção constitui um dos principais elementos responsáveis pela eficiência produtiva e viabilidade econômica do setor avícola e, portanto, representa um dos pilares sobre os quais estão assentadas as ações e estratégias territoriais das agroindústrias avícolas.

A implantação da integração avícola nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, área de estudos da pesquisa, é relativamente recente e constitui um elemento de potencial transformação no quadro econômico, social e espacial destes municípios. Daí, a preocupação de analisar a territorialidade das empresas avícolas no interior da dinâmica do sistema de produção integrada, o que, anteriormente, exige uma compreensão das etapas de desenvolvimento da atividade avícola nos referidos municípios.

## 5.1 DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AVÍCOLA EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - BA

Evidentemente que a avicultura, enquanto atividade produtiva que envolve criação de aves, não é um processo recente no Estado da Bahia. Em maior ou menor grau, ela está presente em todos os municípios baianos. Entretanto, no que se refere ao desenvolvimento da avicultura de corte industrial, dentro do estado, o destaque é o município de Conceição da Feira e municípios circunvizinhos, pois, esta área concentra grande parte da produção avícola.<sup>12</sup>

Em meados da década de 1960, a atividade avícola começa a ser desenvolvida no Município de Conceição da Feira por pequenos criadores e, a partir da década de 1970, também por médios criadores sendo expandida para o município de São Gonçalo dos Campos. Durante este período, e também durante a década de 1980, a atividade avícola nesses municípios passou por diversas

---

<sup>12</sup> A referida área abrange, principalmente, os municípios de Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos que concentram a maior parte dos integrados e, também, onde estão instaladas as principais unidades produtivas das agroindústrias avícola. Pelo número expressivo de criadores integrados que possuem, podem ser incluídos nesta área os municípios de Cachoeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, ambos integrantes da Região Econômica do Recôncavo Sul. Esta área concentra a maior parte da produção agroindustrial avícola da Bahia

dificuldades decorrentes da falta de investimentos, dos altos custos de produção - principalmente o custo da ração - e dos problemas de ordem sanitária.

Essas dificuldades, entretanto, não impossibilitaram o surgimento de pequenas empresas ligadas a essa atividade nesses municípios. É na segunda metade da década de 1990, a partir de diversas transformações econômicas, sociais, tecnológicas e políticas (em âmbito local, nacional e internacional) que a atividade avícola vai apresentar novos ritmos de desenvolvimento, destacando, sobretudo, o município de Conceição da Feira, como principal área de produção de frango no Estado da Bahia (figura n° 24).

Foto: Trabalho de campo, 2005



Figura n° 24 - **Entrada do Município de Conceição da Feira - BA**

Até os primeiros anos da década de 1990, a avicultura de corte na Bahia apresentava baixos indicadores produtivos e econômicos pela predominância da produção independente em relação à produção integrada.

O fato é que a partir de 1997 a implantação de abatedouros/frigoríficos e do sistema integrado de produção tem dado novos contornos a essa atividade em diversas áreas do estado, mas, principalmente, na Região Econômica do Paraguaçu, sobretudo, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.



Ao se analisar, a distribuição do número de animais ligados à atividade avícola entre as Regiões do Estado da Bahia (tabela nº 29), observa-se que as Regiões Econômicas Paraguaçu, Sudoeste e Litoral Norte são as áreas que possuem maior expressividade.

A Região Econômica do Paraguaçu constitui a principal área de produção avícola na Bahia concentrando cerca de 36,77% das aves (galinhas, frangos, galos e pintos) do estado, sendo seguida pelas Regiões Sudoeste e Litoral Norte, que concentram, respectivamente, 9,55% e 8,91%, ocupando o segundo e terceiro lugar no total de animais ligados à atividade avícola.

Embora constitua, dentro do estado, a principal área de produção de grãos – insumos indispensáveis para a avicultura – a Região Econômica do Oeste responde por apenas 5,53% do número das referidas aves. Este fato reforça a análise, presente no capítulo 4 deste trabalho, de que embora a oferta de grãos e a densidade técnica envolvida na sua produção constitua um recurso territorial decisivo para a expansão da avicultura de corte na Bahia, o destaque ainda é a Região Econômica do Paraguaçu, por conta da influência de outros recursos territoriais, igualmente importantes para o segmento avícola.

Tabela nº 29

**Efetivos de aves das Regiões Econômicas do Estado da Bahia - 2002**

Regiões Econômicas da Bahia	Aves existentes (cabeças)		% do Estado
	<i>Galinhas</i>	<i>Galos, frangos e pintos</i>	
Metropolitana de Salvador	110. 722	127. 760	0,75
Litoral Norte	1. 270. 631	1. 543. 565	8,91
Recôncavo Sul	403. 127	1. 898. 275	7,29
Extremo Sul	313. 925	379. 366	2,19
Nordeste	564. 152	986. 951	4,91
Litoral Sul	640. 355	1. 187. 234	5,79
Sudoeste	948. 057	2. 066. 135	9,55
Baixo Médio São Francisco	347. 844	409. 990	2,40
Piemonte da Diamantina	491. 186	496. 013	3,12
Irecê	231. 311	256. 579	1,54
Chapada Diamantina	385. 664	506. 294	2,82
Serra Geral	873. 122	973. 481	5,85
Médio São Francisco	345. 018	454. 044	2,53
Oeste	970. 405	775. 423	5,53
Paraguaçu	3. 412. 523	8. 194. 050	36,77
<b>Estado da Bahia</b>	<b>11. 308. 042</b>	<b>20. 255. 160</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2002

No âmbito da Região Econômica do Paraguaçu, a avicultura de corte tem maior expressão na área de Conceição da Feira e municípios circunvizinhos, não só pela quantidade de aves, mas, principalmente, pela presença de grande parte das unidades produtivas da avicultura de corte em Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana.

Nessa perspectiva, merecem destaque os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, pois os mesmos representam, respectivamente, 13,51% e 2,11% do efetivo do Estado. Juntos, concentram cerca de 15,62% das aves do estado e 42,5% do efetivo da Região Econômica do Paraguaçu (tabela n° 30).

Os dados representados na tabela n° 30 reforçam mais uma vez a importância da atividade avícola em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, não só na escala municipal como também no âmbito estadual. É preciso destacar que o fato dessa atividade vir sendo caracterizada pelo seu desenvolvimento por produtores independentes, a avicultura nesses municípios sempre esteve vulnerável às crises que atingiam o setor.

Tabela n° 30

**Efetivos de aves dos Municípios de S. Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira - 2002**

Área	Aves existentes (cabeças)		% do Estado	% da R. Econômica
	<i>Galinhas</i>	<i>Galos, frangos e pintos</i>		
Região E. Paraguaçu	3. 412. 523	8. 194. 050	36,77	100
São G. dos Campos	47. 698	619. 089	2,11	5,74
Conceição da Feira	10. 425	4. 256. 744	13,51	36,76

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2002

A falta de estruturas adequadas, a exemplo de abatedouros/frigoríficos, sempre se colocou como um empecilho à expansão avícola, mesmo com as potencialidades que a região oferece a essa atividade.

Esse quadro vem sendo profundamente alterado, como ficou evidenciado anteriormente (Capítulo 4), com a implantação e ampliação, nos últimos anos, de grandes projetos empresariais avícolas no Estado da Bahia. Embora esses projetos estejam sendo implantados também nas Regiões Econômicas do Oeste e do Litoral Norte, é a Região Econômica do Paraguaçu, sobretudo os municípios de Conceição

da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana que se destacam na expansão dessa atividade.

A disponibilidade qualitativa e quantitativa de recursos humanos e materiais em abundância nessa área a coloca numa situação privilegiada, com perspectiva de torná-la o maior pólo produtor de frango de corte do Nordeste, com a consolidação do complexo agroindustrial avícola (CARMO, 2002). Nesse sentido, a realidade da avicultura de corte nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira vem sofrendo profundas transformações tendo em vista que grande parte desses projetos encontra-se localizada nesses municípios.

Há que se destacar, porém, que todo esse processo de transformação que atinge a avicultura de corte nesses municípios possui uma dimensão espacial e territorial por causa da espacialização do seu circuito produtivo e também pelas relações de poder engendradas no interior da cadeia produtiva da carne de frango. Define-se, dessa forma, uma dinâmica da organização espacial e um processo de territorialização a partir da atividade avícola.

As transformações do quadro da avicultura de corte nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira têm sido materializadas, evidentemente, pela presença de unidades produtivas modernizadas tecnicamente, constituindo assim, uma parcela do que se poderia chamar de objetos técnicos do modo industrial de produção da avicultura de corte. Entretanto, como afirma Santos (1996, p. 63), o espaço é formado por um conjunto de indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Há que se considerar, portanto, não só a presença de objetos técnicos modernos, mas também de um conjunto de ações que interagem com tais objetos. É a interação entre os objetos e as ações que revelam a expressão da dimensão espacial e territorial do quadro que ora caracteriza as transformações da avicultura de corte na escala espacial dos referidos municípios.

Essa é uma perspectiva que aponta para a importância da territorialidade dos agentes envolvidos na dinâmica da avicultura de corte, com destaque para as empresas avícolas e avicultores. Nesse sentido, procurar-se-á neste capítulo abordar essa nova fase que vivencia a avicultura de corte nesses municípios, considerando não apenas a presença dessas novas unidades produtivas, mas

também o conjunto de ações e estratégias que levam à criação e ao funcionamento desse conjunto de objetos.

Deve-se, inicialmente, fazer uma abordagem centrada na caracterização dos principais empreendimentos (empresas) avícolas ali presentes e no contexto que possibilitou a instalação e ampliação dos mesmos. Posteriormente, considerando as interações sólidas existentes entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, buscar-se-á discutir o sistema integrado de produção avícola como um dos pilares que sustentam o conjunto de ações das agroindústrias avícolas e, portanto, constitui uma das faces da territorialidade dessas empresas no Estado da Bahia e, mais precisamente, em São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira.

Ressalta-se ainda que dentro dessa discussão uma atenção maior será dada à empresa Avipal Nordeste S.A. e aos seus mecanismos de produção integrada, pois, os mesmos constituem um dos pilares sobre os quais se encontram assentados os objetivos da pesquisa.

## 5.2 AS EMPRESAS AVÍCOLAS

Pelo que foi demonstrado, é possível perceber que a avicultura não é um atividade relativamente nova no espaço dos municípios que integram a pesquisa. O desenvolvimento da avicultura neste espaço passa por momentos distintos.

A atividade que tinha um caráter complementar e de subsistência nos dois municípios, a partir da década de 1960, sobretudo no município de Conceição da Feira, passa a apresentar um comportamento mais comercial com a presença de pequenos criadores que, a partir da criação de uma cooperativa, instalaram um abatedouro e passaram a fornecer frangos abatidos para a Petrobrás e para a Rede de Supermercados Paes Mendonça.

Na década de 1970, ainda bem mais expressiva em Conceição da Feira, a avicultura de corte passa a apresentar novo ritmo de crescimento com a presença de médios produtores e o surgimento de empresas avícolas (Granjóia, Granja Sta. Terezinha, Granja Isabela, entre outras) e também de empresas ligadas à distribuição de ração (AG, INAVE e NUTRIAVE), ambas instaladas por grupos locais.

Desse momento em diante, assiste-se ao surgimento de diversas empresas ligadas tanto à produção avícola quanto à produção de ração para aves e também passa a haver um crescimento expressivo no número de produtores independentes, tornando esta área um dos principais pólos de avicultura da Bahia sendo responsável por mais de 70% da produção avícola baiana neste período.

Atualmente, expandida para o município de São Gonçalo dos Campos, esta atividade encontra-se em uma nova fase, com certo crescimento tecnológico e empresarial, caracterizado tanto pela vinda de novos empreendimentos quanto pela ampliação de empresas oriundas desses municípios.

Poderíamos denominar esta atual fase de desenvolvimento da avicultura em escala industrial, tendo em vista que a partir de então a avicultura de corte passa a ser comandada pelo capital industrial representado por empresas de grande e médio porte.

Essas empresas, associadas a grupos de capital nacionais/internacional, como é o caso da Avipal Nordeste S.A., ou ligadas a grupos de capital local, a exemplo da Gujão Alimentos e da Avigro Avícola Industrial Ltda, têm ocasionado transformações na dinâmica territorial dessa atividade e dos seus agentes no âmbito dos referidos municípios, seja através da implantação ou da ampliação e modernização de suas unidades produtivas. Estas transformações estão também presentes nas relações de trabalho e produção conduzidas pela implantação dos sistema integrado de produção.

Nessa perspectiva, destaca-se, pelo volume de capital empregado e pela sua conseqüente capacidade de produção e comercialização, os empreendimentos da Avipal Nordeste S/A, Gujão Alimentos e Avigro Avícola Industrial Ltda. Juntas, essas três empresas avícolas são responsáveis por uma parcela significativa da produção da avicultura de corte baiana. Segundo dados da SEAGRI, Avipal Nordeste S.A, a Gujão Alimentos S.A e a Avigro Avícola Agroindustrial Ltda representam, respectivamente, 42,3%, 15,1% e 12,0% da produção de carne de frango, totalizando cerca de 69,4% da produção do Estado.

Tais cifras nos permitem afirmar que na perspectiva da dimensão espacial, a produção da avicultura de corte baiana está, notoriamente, concentrada em Feira de Santana, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, sendo que os dois últimos constituem a área de estudos do presente trabalho.

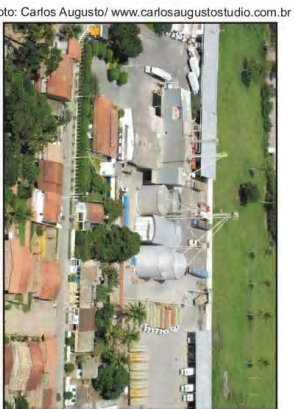


Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

Fábrica de ração (Gujão)



Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

Abatedouro/frigorífico (Gujão)



Foto: Edney Conceição, 2006

Fábrica de ração (Avigro)



Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

Incubatório (Avigro)



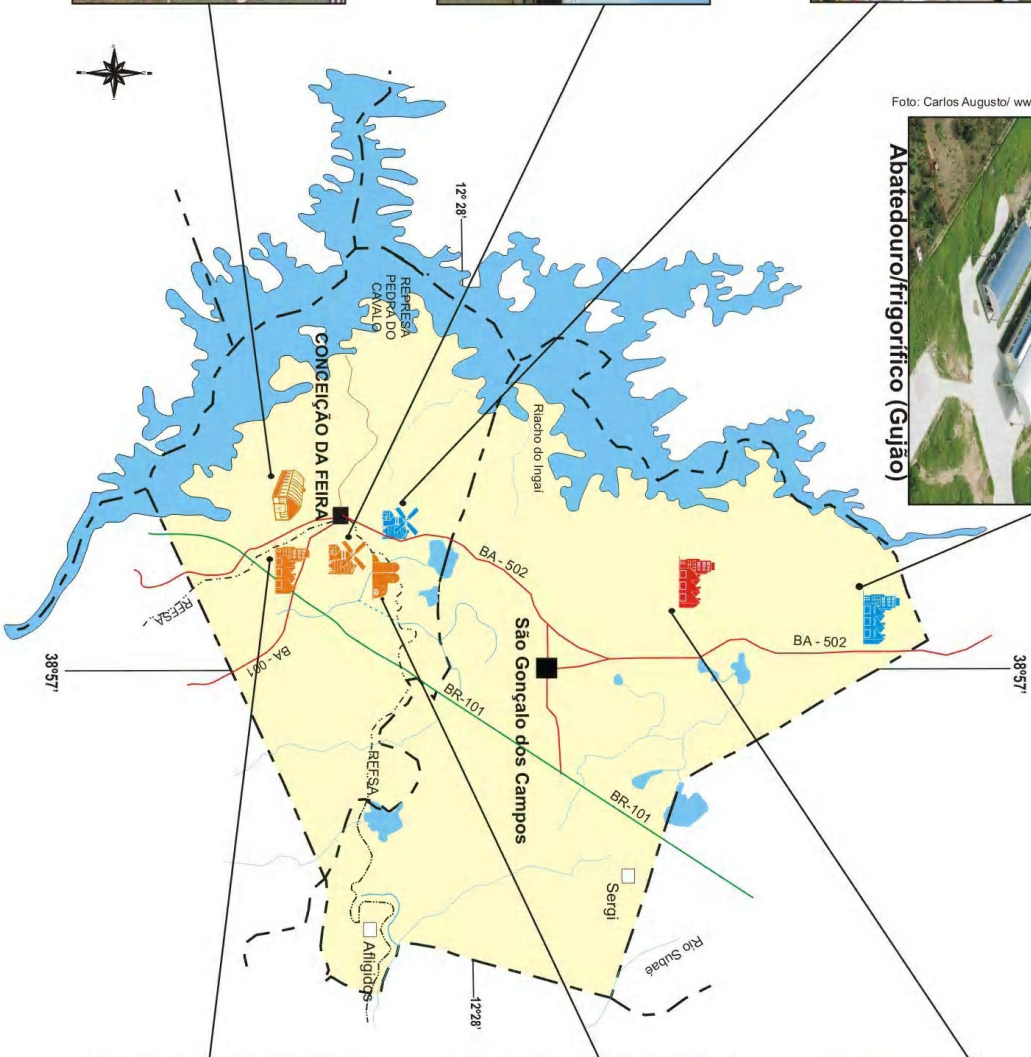
Foto: www.avigro.com.br

Núcleos de engorda (Avigro)



Foto: www.avigro.com.br

Abatedouro/frigorífico (Avigro)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2005  
Elaboração: Edney Conceição

Figura nº 25 - Territorialização das principais empresas de avicultura de corte nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA

Tal fato contribui para reafirmar a importância econômica que a avicultura de corte tem para os municípios, pois, mesmo sendo isenta do pagamento de alguns impostos, essa atividade constitui uma alternativa de emprego para a população de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

A figura n° 25 apresenta uma dimensão da territorialização destas empresas nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Através desta figura observa-se que um dos aspectos que revelam a territorialização das agroindústrias avícolas é a presença de suas unidades produtivas.

Estas unidades produtivas caracterizam a fase de expansão da avicultura de corte industrial desses municípios. Significa que a atividade que anteriormente era caracterizada pela incipiente estrutura técnica e produtiva sendo desenvolvida por pequenos avicultores, hoje, apresenta uma organização técnica e produtivamente melhor estruturada e conduzida pela presença de empresas agroindustriais de grande e médio porte.

Esses objetos técnicos – abatedouros/frigoríficos industriais, incubatórios e fábricas de rações - constituem o resultado das ações das agroindústrias avícolas. Marca a presença destes novos agentes e denunciam as transformações no espaço rural e, também, do espaço urbano, provocadas pelas ações e estratégias das agroindústrias avícolas, pelas necessidades destes agentes.

Em outros termos, o conjunto de ações que estas empresas têm imprimido em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. Assim, torna-se importante analisar, individualmente, a estrutura produtiva de cada uma destas empresas, para que se possa obter uma dimensão das transformações provocadas por elas.

### **5.2.1 Gujão Alimentos S/A**

As atividades que deram origem à empresa Gujão Alimentos S/A foram iniciadas em 1984, a partir da sociedade de dois avicultores da região (Carlos Augusto Pimenta da Silva e João Alberto Ferreira dos Santos), que passaram a

comercializar frangos vivos e rações para animais em um pequeno estabelecimento, no município de Conceição da Feira.

Logo em seguida, no ano de 1986, os dois sócios, com o objetivo de ampliar a comercialização de frangos vivos traçam a estratégia de atuar na fase de criação de frangos. A partir de deste momento, funda-se a empresa Gujão Alimentos S.A. que passa a atuar nas etapas de criação (processo de engorda) e comercialização de frangos vivos em Conceição da Feira e municípios circunvizinhos.

No ano de 1991, a Gujão Alimentos S.A realiza a aquisição de algumas granjas em Conceição da Feira com o intuito de superar as crises, que assolavam o setor avícola. A estratégia maior era tornar-se cada vez mais competitiva no mercado avícola, o que leva a empresa a adotar um processo de reestruturação para incorporação de técnicas avançadas de produção e de novos mecanismos de comercialização.

Desta forma, essa empresa de capital local, vem desde os primeiro anos da década de 1990 implementando um processo de expansão de suas atividades, via investimentos em novas unidades produtivas, se colocando entre as maiores agroindústrias avícolas do Estado.

O que se observa é que as ações da empresa durante todo período seguem no sentido de verticalizar grande parte das etapas de produção da carne de frango e, desta forma, reduzir custos de produção. Nesta perspectiva, em 2003, a empresa incorpora um incubatório, passando a controlar a etapa de produção pintinhos destinados ao processo de engorda e, posteriormente, para o abate e/ou comercialização.

É interessante ressaltar que, para promover as estratégias de modernização e reestruturação, a empresa utilizou as linhas de crédito e programas fiscais disponibilizados pelo Governo Estadual através dos programas Agrinvest e Desenvolve. Reforça-se, portanto, a importância que os recursos territoriais normativos utilizados pelo poder público estadual tem no processo de expansão da avicultura de corte baianas, pois, as facilidades de financiamentos, aliadas aos incentivos fiscais, acabaram por serem decisivos nas estratégias de expansão da Gujão Alimentos.

Atualmente, o complexo avícola da Gujão Alimentos S/A é composto basicamente por três unidades produtivas, distribuídas em três municípios,



fornecendo, segundo dados da empresa, cerca de 535 (quinhentos e trinta e cinco) empregos diretos (quadro n° 4).

Quadro n° 4

**Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Gujão Alimentos S/A.**

<b>unidade produtiva</b>	<b>localização</b>	<b>empregos</b>	<b>atividades</b>
Incubatório	Água Fria	36	Produção de pintos
Abatedouro	S. G. dos Campos	187	Abate de frangos
Fábrica de rações	C. da Feira	43	Produção de Rações
Adm/ logística/ campo	-	269	Distribuição
<b>Total</b>	-	<b>535</b>	-

Fonte: Dados fornecidos pela empresa em Abril/ 2005.

O incubatório da empresa onde são gerados pintos encontra-se localizado no município de Água Fria. Nesta unidade produtiva, a Gujão conta com a mão-de-obra de 36 pessoas que, com a utilização de equipamentos automatizados, geram cerca de 1,3 milhões de pintinhos por mês, destinando-os às granjas de engorda dos produtores integrados.

Desde o início de suas atividades, a Gujão comercializava apenas frangos vivos. Mas, a partir 2001, a empresa também passa a comercializar frangos abatidos cujo processo de abate, inicialmente, era realizado através de uma parceria com o abatedouro industrial da Avipal Nordeste S.A. A Avipal abatia cerca de 30.000 aves por semana para a Gujão Alimentos que, desta forma, terceirizava a produção de congelados. Atualmente, a empresa possui abatedouro e frigorífico próprio, inaugurado em 2004, localizado no município de São Gonçalo dos Campos, com uma capacidade de abate de 4.000 aves por hora. Envolvendo a mão-de-obra de 187 pessoas no abatedouro/frigorífico, a empresa abate uma média de 350.000 aves por semana.

A produção da empresa, que no início de instalação era de apenas 3.300 aves por semana, nos dias atuais, atuando nos segmentos frangos vivos e frangos congelados, de gira em torno de 350.000 aves vivas e 400.000 aves abatidas, por semana. Tal desempenho, indubitavelmente, se deve à adoção de uma estrutura de gerenciamento de cunho mais empresarial e à utilização de equipamentos automatizados que tem permitido a produção diversificada a partir dos cortes especiais, o que revela uma estratégia de modernização da empresa com o objetivo de ampliar a sua participação no mercado avícola.

Na fábrica de rações da empresa, instalada em Conceição da Feira, a estrutura montada tem capacidade de produzir 30 toneladas de ração a cada hora, empregando a utilização da mão-de-obra de cerca de 43 pessoas. Os principais insumos produtivos - grãos de milho e de soja - utilizados pela Gujão Alimentos na produção de rações são adquiridos junto a produtores na região oeste da Bahia, mas, também, em outros estados da federação.

Além da mão-de-obra empregada nestas unidades produtivas, a empresa possui um quadro de aproximadamente 269 funcionários envolvidos nos serviços administrativos, de distribuição e campo. O interessante a destacar é o fato de que a Gujão Alimentos mesmo com os projetos de ampliação dos últimos anos, ainda não completou o processo de verticalização das etapas produtivas da carne de frango, pois algumas dessas etapas ainda são desenvolvidas por outras empresas em outros estados brasileiros (figura n° 26).

Através da figura n° 26 observa-se que a Gujão Alimentos S.A. só controla o processo de produção avícola a partir das atividades desenvolvidas no incubatório. Na etapa anterior à incubação, a empresa adquire ovos de empresas situadas no Estado de Minas Gerais. No incubatório da Gujão esses ovos passam por um processo de seleção/esterilização sendo incubados em máquinas que controlam automaticamente a temperatura, a umidade e a posição dos mesmos, por um período cerca de 21 dias. Ao nascerem, as aves são selecionadas, vacinadas e, logo em seguida, encaminhadas para as granjas de engorda dos produtores integrados à empresa.

Nas granjas de engorda, as aves chegam com um peso médio de 50g e permanecem por um período que varia entre 40 a 45 dias, recebendo alimentação balanceada e cuidados técnicos que possibilitem a manutenção da sanidade avícola do lote. Após o período de engorda, as aves apresentam um peso médio de 2,3kg e, como a Gujão Alimentos S.A. atua tanto no segmento de frangos vivos como também no segmento de frangos congelados, cerca de 60% dessas aves são destinadas para o mercado de frangos vivos e os outros 40% é encaminhado para o abatedouro/frigorífico onde são convertidos em produtos congelados – frango inteiro, cortes especiais e produtos industrializados.

Do abatedouro além do frango inteiro congelado, corte especiais e outros produtos, os subprodutos do abate das aves - penas, vísceras, gordura e partes

condenadas – são enviados para a fábrica de rações onde são processados e adicionados à ração.

Na fábrica de rações, a partir da entrada de grãos de milho e soja, vindos das principais áreas de produção de grãos do país, produzem-se rações balanceadas que são destinadas para a alimentação das aves alojadas nas granjas de engorda dos produtores integrados.

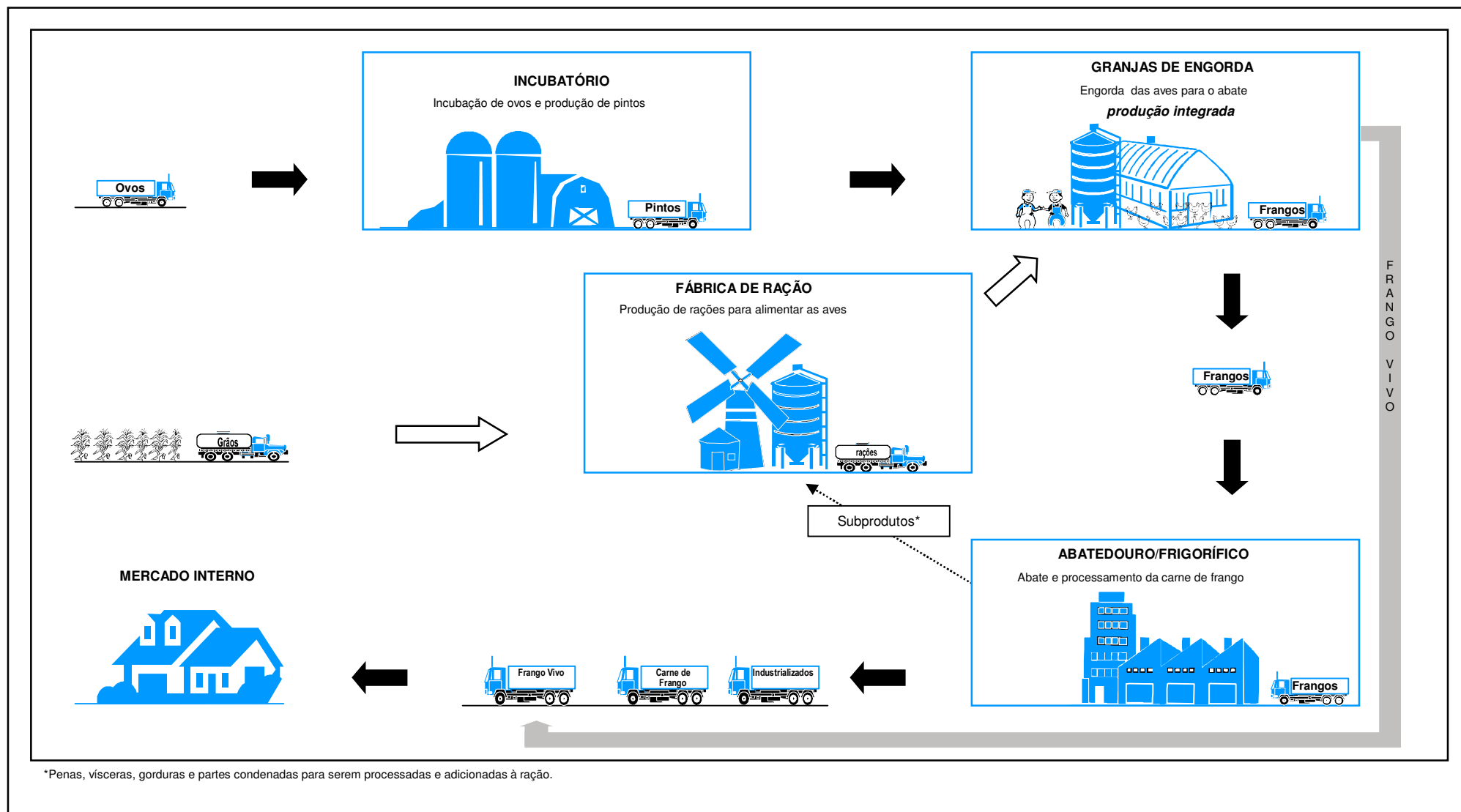
Considerando a dimensão espacial dessa estrutura produtiva, nota-se que a dinâmica de produção da carne de frango da Gujão Alimentos tem engendrado complexas as articulações territoriais envolvendo os municípios onde encontram-se instaladas as unidades de produção da empresa, como possível constatar na figura nº 27.

As articulações territoriais conduzidas pela empresa Gujão Alimentos inicia-se com os fluxos engendrados na aquisição dos ovos para incubação. Os ovos que dão origem aos frangos da empresa são adquiridos de criadores no Estado de Minas Gerais o que cria uma articulação desse Estado com o município de Água Fria, onde está localizado o incubatório da Gujão.

Os fluxos – pintos de 1 dia - oriundos do incubatório são direcionados para os aviários dos produtores integrados, distribuídos por diversos municípios, o que por sua vez, constrói uma rede de articulações territoriais que provoca interações entre o município de Água Fria e os diversos municípios que compõem a rede de produção integrada dessa empresa. Na etapa subsequente, as articulações territoriais colocam em destaque o município de São Gonçalo dos Campos, pois, aí se encontra instalado o abatedouro da empresa, unidade para onde conflui parte da produção - frango de corte – oriunda dos aviários integrados.

A produção de ração por parte da Gujão também contribui para a construção de interações territoriais entre o município de Conceição da Feira e as principais áreas de produção de grãos do país. Observa-se que grande parte dos grãos (de milho e de soja) utilizados pela empresa é adquirida nos municípios de Luis Eduardo Magalhães e de Barreiras, no Estado da Bahia, e, também, em menor quantidade, em áreas do Estado de Goiás.

No geral, observa-se que a estrutura produtiva montada e conduzida pela Gujão alimentos tem permitido o engendramento de articulações territoriais que colocam em destaque os municípios de São Gonçalo dos Campos e de Conceição da Feira articulados com outras regiões da Bahia e do Brasil.



Fonte: Elaborado por: Conceição. Edney., 2006

Figura nº 26 - Gujão Alimentos S.A.: Unidades produtivas da avicultura de corte

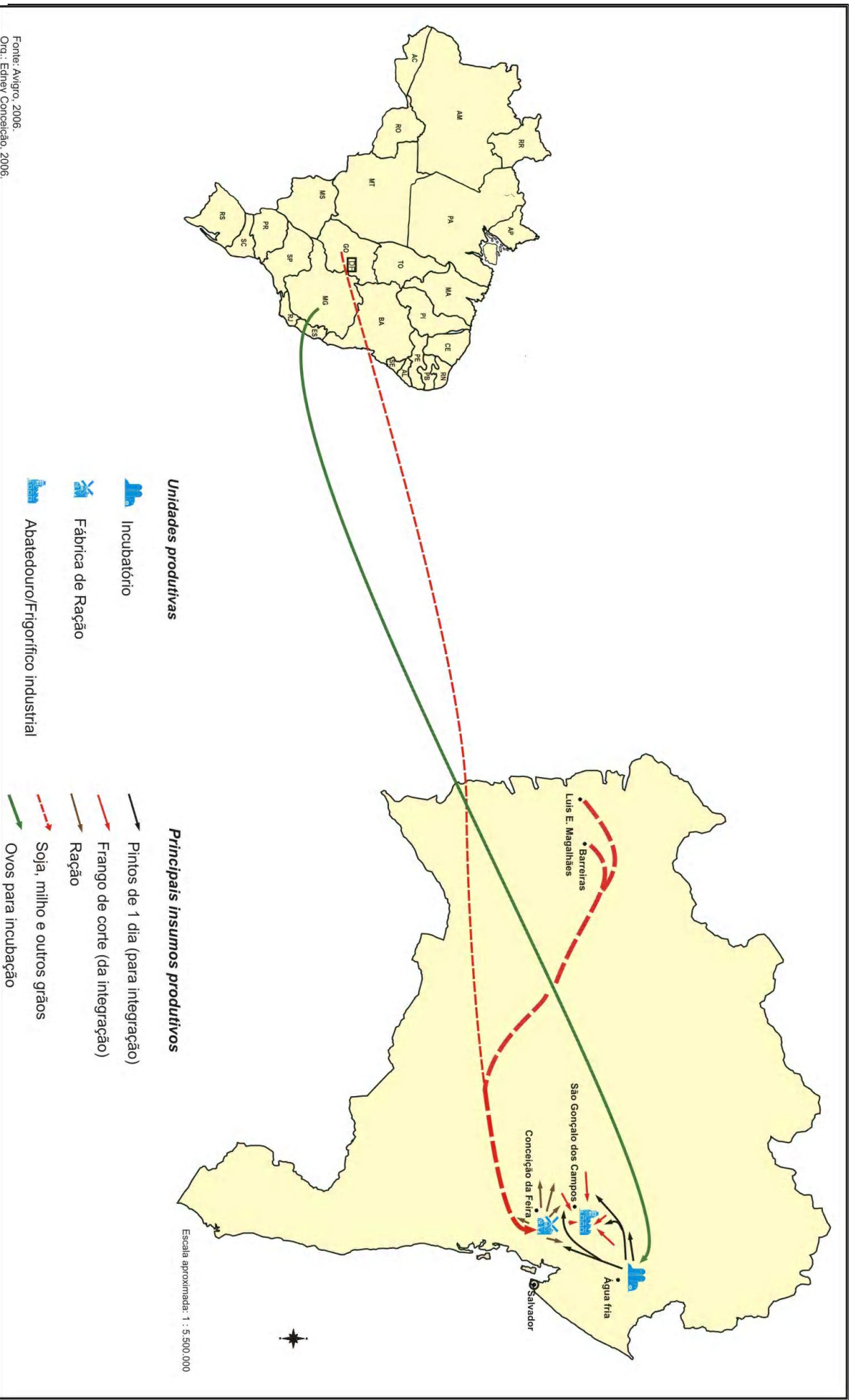


Figura n° 27 - Gujião Alimentos S.A.: articulações territoriais de produção

### 5.2.2 Avigro Avícola Agroindustrial Ltda

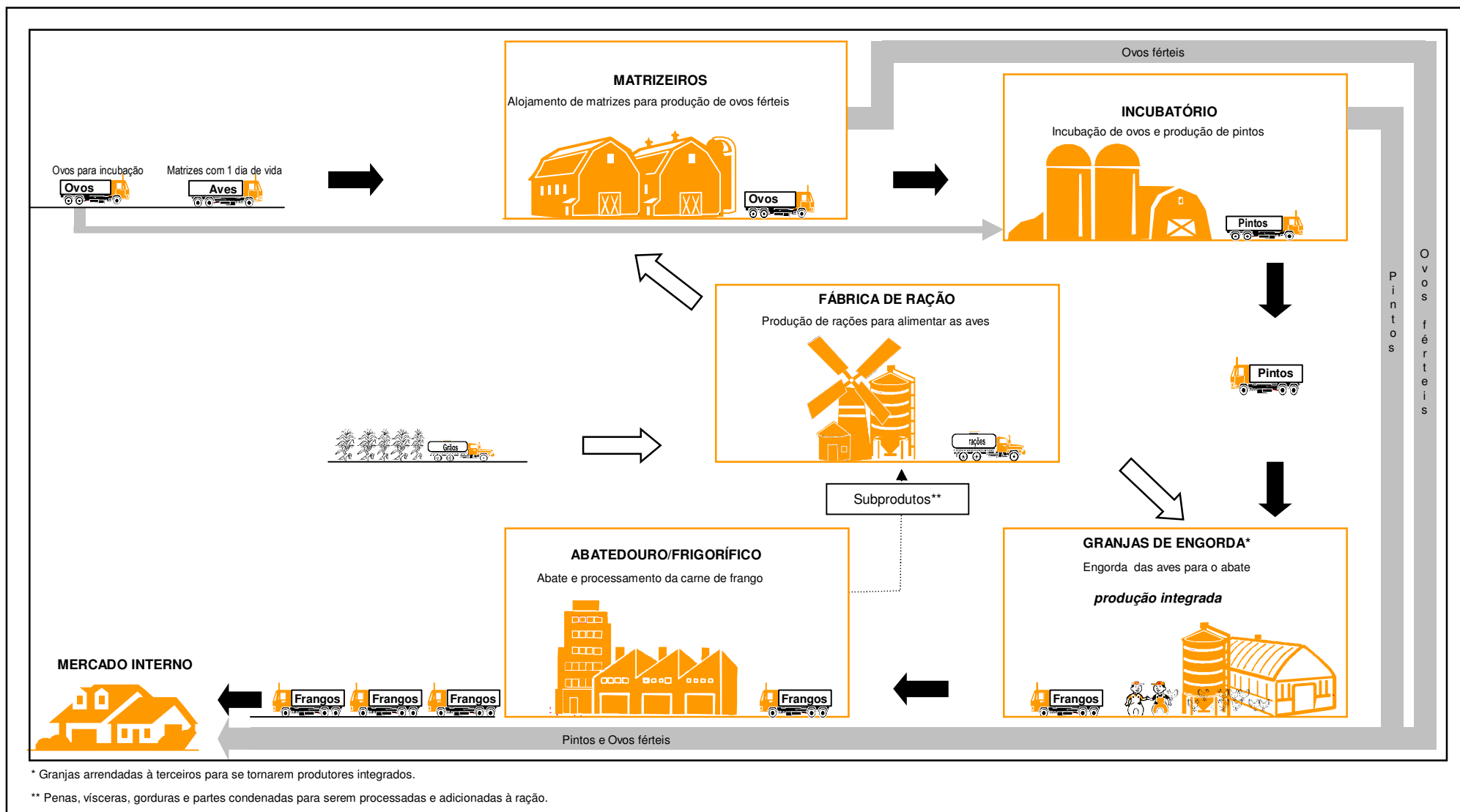
Assim como a Gujão Alimentos, a Avigro Avícola Industrial também é uma empresa oriunda do município de Conceição da Feira, portanto, de capital local, que foi fundada em 1987.

A exemplo do que aconteceu com a empresa anterior, a Avigro também se viu diante da necessidade de se expandir e, estrategicamente, aproveitar as oportunidades (mercado consumidor potencial, isenção de impostos e programas de crédito e financiamento, entre outras) oferecidas pelo setor no Estado da Bahia, e iniciou, a partir da década de 1990, o processo de modernização de suas unidades, instalando o primeiro abatedouro industrial do Estado.

A modernização de suas atividades, em grande parte financiada com recursos próprios, levou a referida empresa a expandir sua área de atuação, hoje distribuída na geração e distribuição de pintos, comercialização de ovos férteis e de frango de corte. Desta forma, as ações implementadas pela Avigro para a modernização de suas estruturas produtivas e a verticalização das etapas de produção da carne de frango buscam uma maior participação no mercado consumidor dos produtos avícolas, mas, também constitui um processo de sua territorialidade, pois, objetivam a manutenção, a permanência e ampliação do seu território.

A Avigro Avícola Ltda. desenvolve as atividades ligadas à avicultura de corte a partir de 4 unidades produtivas instaladas, em sua maioria, no município de Conceição da Feira e, também, no município de Inhambupe. A figura nº 28 evidencia a estrutura produtiva da Avigro, destacando os principais fluxos existentes entre as unidades de produção avícola da empresa.

A figura nº 28 revela que no processo produtivo da avicultura de corte a Avigro passa a exercer o controle efetivo a partir do matrizeiro – unidade de alojamento das matrizes de postura. A empresa adquire, de empresas sediadas em Brasília, ovos para incubação e, nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, aves (matrizes com 1 dia de vida) que são destinadas à produção de ovos para incubação. Estas aves são alojadas no matrizeiro, localizado no município de Inhambupe, e, a partir da 26ª semana de vida começam a produzir ovos, alcançando, na 40ª semana, um índice de 1 ovo a cada 16 horas.



\* Granjas arrendadas à terceiros para se tomarem produtores integrados.

\*\* Penas, vísceras, gorduras e partes condenadas para serem processadas e adicionadas à ração.

Fonte: Elaborado por: Conceição. Edney., 2006

Figura nº 28 - Avigro Avícola Ltda.: Unidades produtivas da avicultura de corte

Os ovos gerados no matrizeiro são encaminhados para o incubatório da empresa localizado no município de Conceição da Feira, por onde passam por um processo de esterilização, sendo em seguida, colocados em máquinas incubadoras onde permanecem por um período de 18 dias. Após esse período, os ovos são colocados em máquinas nascedoras durante 03 dias, quando ocorre o nascimento das aves (frangos de corte) que são selecionadas, vacinadas e encaminhadas para as granjas de engordas, no município de Conceição da Feira, ou são comercializadas.

Após permanecerem por um período que varia de 40 a 45 dias num processo de engorda, as aves, agora com um peso médio de 2,2kg, são encaminhadas para o abatedouro/frigorífico da empresa, localizado no município de Conceição da Feira, onde são abatidas, congeladas e distribuídas para o mercado consumidor baiano.

Complementando o processo de produção da carne de frango, a empresa produz suas próprias rações que são destinadas às aves alojadas no matrizeiro e nas granjas de engorda. Os principais insumos utilizados na produção da ração (grãos de milho e de soja) são adquiridos pela empresa municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães na Bahia e, eventualmente, em outros Estados da Federação.

A empresa oferece cerca de 320 empregos diretos, absorvidos, principalmente, por pessoas dos municípios de Conceição da Feira, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e de Inhambupe (Quadro nº 5).

Quadro nº 5  
**Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Avigro Avícola Agroindustrial Ltda.**

<b>Unidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Empregos</b>	<b>Atividades</b>
Abatedouro/Frigorífico	Conceição da Feira	150	Abate de frangos
Fábrica de rações	Conceição da Feira	20	Produção de Rações
Incubatório	Conceição da Feira	60	Produção de pintinhos
Núcleo de engorda	Conceição da Feira	*-	Engorda dos pintos
Granja matrizes	Inhambupe	40	Produção de ovos férteis
Adm/ logística/campo	Conceição da Feira	50	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>320</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados fornecidos pela empresa em Abril/ 2005.

\*Os aviários que compõem este núcleo estão arrendados à parceiros integrados. Por isso, a empresa não tem número estimado de empregos oferecidos nestas unidades.



Na unidade do abatedouro/frigorífico industrial, localizada às margens da BR-101, no município de Conceição da Feira, a Avigro emprega diretamente cerca de 150 pessoas no processo de abate cuja instalação para desenvolver tal atividade tem capacidade de abater 40.000 aves diariamente.

A Fábrica de rações, localizada no mesmo Município, produz mensalmente cerca de 4.500 toneladas de rações, utilizando a mão-de-obra de 20 pessoas e insumos produtivos oriundos de diversas regiões do estado e do país.

No tocante ao incubatório da empresa, onde, através de processos e equipamentos computadorizados, são gerados os pintinhos que serão destinados ao processo de engorda, a empresa tem montada uma estrutura com capacidade de produzir 2 milhões de pintinhos por mês. O número de mão-de-obra, utilizada nesta etapa produtiva, gira em torno de 60 pessoas.

Por uma questão de sanidade avícola, a granja de matrizes da empresa encontra-se localizada em um município distante de onde se concentra a maior parte de suas unidades produtivas. Assim, instalada no município de Inhambupe, essa unidade produtiva tem capacidade de produção de 1.000.000 de ovos por mês e estes, por sua vez, são destinados ao processo de incubação. Para funcionamento das instalações da granja de matrizes, a empresa utiliza diretamente cerca de 60 pessoas.

Além dessas unidades produtivas, as atividades administrativas, de distribuição, comercialização e assistência técnica-veterinária dos produtos envolvem cerca de 30 pessoas.

No que se refere à etapa de engorda dos frangos, a Avigro possui uma especificidade que a diferencia das demais empresas instaladas na área da pesquisa. Esta empresa, inicialmente, possuía unidades (15 galpões com capacidade de alojar 100 pintinhos cada um) onde a empresa controlava diretamente o processo de engorda. Posteriormente, estas unidades, dentro de uma dinâmica que se assemelha bastante com o sistema de integração, foram arrendadas para pequenos produtores ou funcionários da própria empresa, que passaram a assumir a responsabilidade dessa etapa produtiva.

É possível perceber que, apesar de ser uma das maiores empresas avícolas do estado, a Avigro ainda não integrou verticalmente todas as etapas que compõem o processo produtivo da carne de frango. Além disso, uma parcela considerável dos insumos produtivos utilizados pela empresa é oriunda de outras

áreas do estado e também fora dele, proporcionando, do ponto de vista espacial, uma dinâmica de articulação territorial a partir dos processos produtivos da empresa, como pode se observada na figura n° 29.

A Avigro ainda não integrou verticalmente a etapa de produção de matrizes de postura, que são aves destinadas à produção de ovos para incubação. Significa dizer que a empresa ainda não controla diretamente essa etapa de produção, o que a faz adquirir as matrizes de outras empresas localizadas em outros estados, principalmente no Estado de São Paulo e Minas Gerais. Paralelamente, embora a aquisição de matrizes possibilite produção de cerca de 80% dos ovos utilizados no processo de incubação, a Avigro ainda necessita adquirir os 20% restantes em empresas instaladas no Distrito Federal.

No que se refere à produção de rações, é possível verificar que, os grãos de milho e soja, utilizados pela Avigro, são oriundos da principal área de produção de grãos do Estado da Bahia, isto é, a Região Oeste do estado. Eis aí uma questão que revela a importância que a crescente produção baiana de grãos e todo aparato técnico envolvido no cultivo de soja e milho no oeste baiano tem enquanto recurso territorial inserido nas ações das empresas avícolas baianas.

Entretanto, mesmo com a crescente produção de grãos no Estado da Bahia, a empresa tem, eventualmente, buscado suprir as suas necessidades destes insumos produtivos via compra em outras unidades da federação, desde quando as ofertas lhe são atrativas.

Uma questão destacável é que, a partir dos processos produtivos da Avigro Avícola Ltda. estabelece-se complexa rede de articulações territoriais que, considerando o fato de grande parte das unidades produtivas da empresa encontrar-se instalada em Conceição da Feira, coloca este município como centro de comando dos principais fluxos de insumos e produtos da cadeia produtiva da avicultura de corte coordenada por essa empresa.

Tais articulações territoriais tornam-se mais complexas quando considerados os mecanismos de comercialização de produção da empresa que distribui seus produtos por diversos municípios do Estado da Bahia. A dinâmica territorial da Avigro Avícola Ltda, e também das demais empresas, é estruturada a partir de seus mecanismos de produção/distribuição/circulação/consumo.

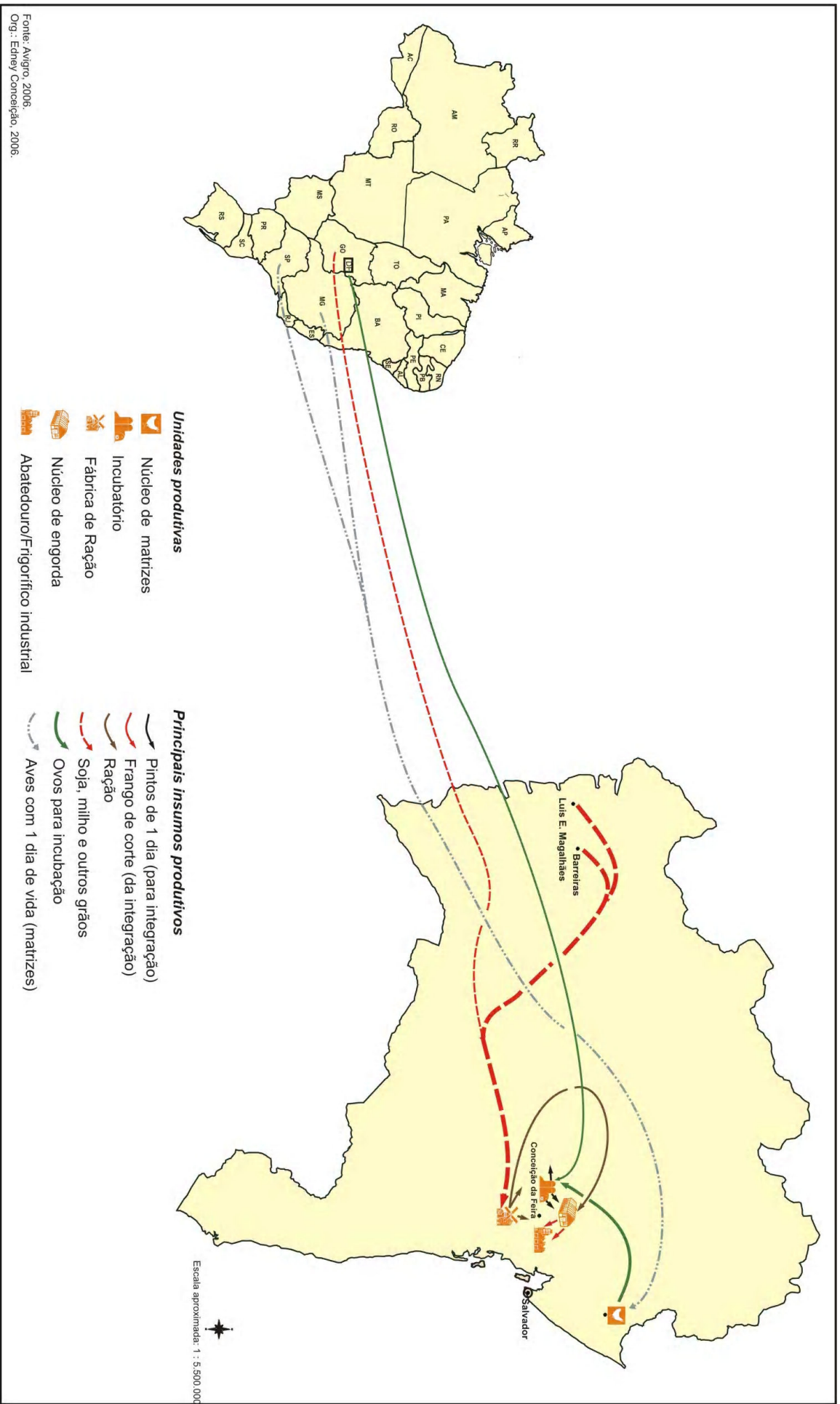


Figura n° 28 - Avigro Avícola Agroindustrial: articulações territoriais de produção

### 5.2.3 Avipal Nordeste S/A

O grupo Avipal S/A foi fundado em 1959, na cidade de Porto Alegre (RS), a partir da iniciativa de dois irmãos chineses naturalizados brasileiros (Shan Ban Chun e Shen Ban Yuen) que iniciaram suas atividades com a fundação da Aviação Porto Alegrense.

Originalmente, o grupo centrava sua atuação na produção de frangos, sendo que em 1969, a empresa já atuava no processo de abate em escala industrial situando-se entre as maiores empresas avícolas do país. Desde 1985, suas ações são negociadas em Bolsas de Valores do país, já que em 1995 seu capital ainda era totalmente nacional, formado por oito empresas de diferentes setores, todas com sede no Rio Grande do Sul.

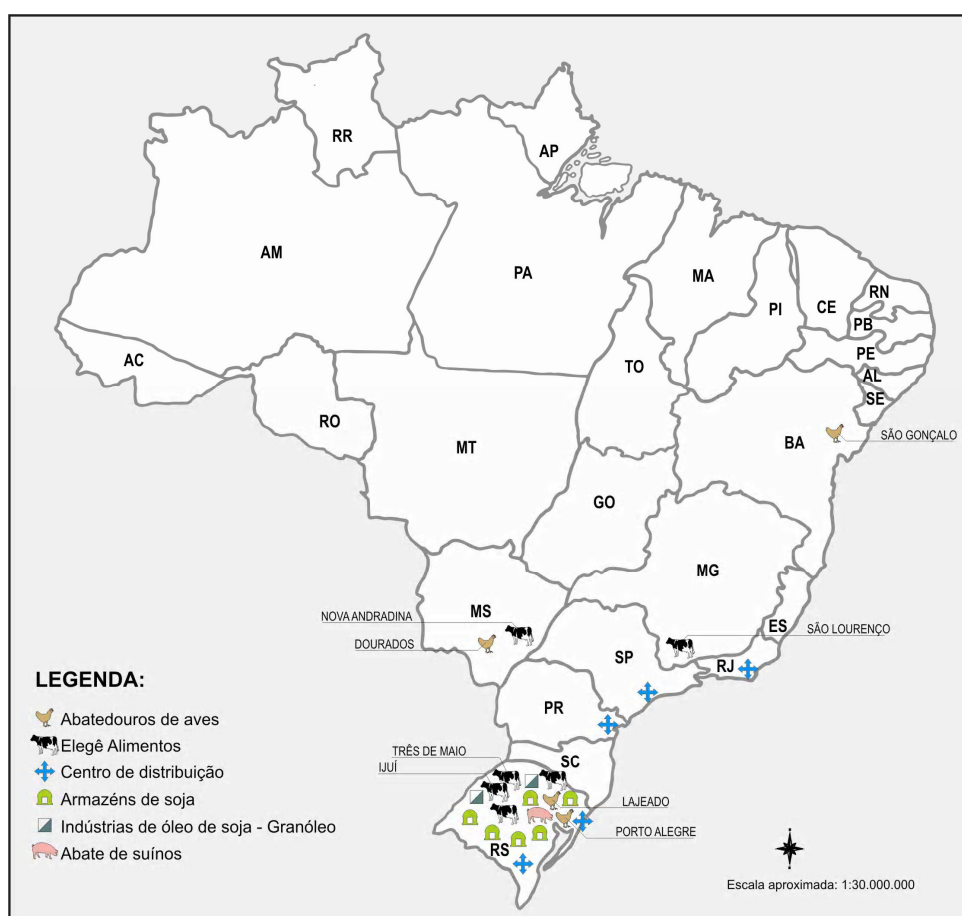


Figura n° 30 - **Brasil: territorialização das principais atividades da Avipal S.A.**

A figura n° 30 destaca a territorialização das principais atividades da empresa Avipal S.A.. Atualmente, a Avipal constitui um grupo de capital nacional e internacional que, juntamente com suas controladas, sociedades e filiais, coloca-se entre as maiores empresas atuando nos segmentos de proteína animal (aves, suínos e lácteos) e vegetal (grãos), industrialização e comercialização de embalagens, construção, compra e vendas de imóveis, comercializando tanto para o mercado interno quanto externo.

Dentro desse quadro, a Avipal Nordeste S/A, filial do grupo gaúcho, foi implantada no Estado da Bahia a partir de 1998, tendo por objetivo inicial atender ao mercado estadual e regional com a produção de carne de frango.

O projeto inicial para implantação da empresa Avipal Nordeste S.A. na Bahia previa a aplicação de investimentos na ordem de U\$\$ 138 milhões para a construção de 01 abatedouro/frigorífico, em São Gonçalo dos Campos, 01 incubatório, 01 fábrica de rações e 03 granjas para alojar matrizes de recria, matrizes de produção de ovos férteis e matrizes de produção de ovos comerciais, no município de Feira de Santana. Além destas unidades, o projeto previa também a instalação de postos de compra de grãos no município de Barreiras, no oeste do estado.

Atualmente, o complexo agroindustrial da Avipal Nordeste S/A no Estado da Bahia é composto por cinco unidades produtivas (quadro n° 6), distribuídas, basicamente, nos municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos - (figura n° 31) gerando, segundo dados fornecidos pela Empresa, 1250 (um mil duzentos e cinqüenta) empregos diretos nessas unidades.

Quadro n° 6

**Unidades produtivas, localização e número de empregos diretos da Avipal Nordeste S/A.**

<b>Unidade Produtiva</b>	<b>Localização</b>	<b>Empregos</b>	<b>Atividades</b>
Abatedouro	S. G. dos Campos	845	Abate de frangos
Fábrica de Rações	Feira de Santana	196	Produção de Rações
Granja Camundongo	Feira de Santana	78	Ovos comerciais
Granja Limoeiro	Feira de Santana	90	Prod. de ovos férteis
Granja Roçadinho	Feirade Santana	41	Recria de matrizes
<b>Total</b>	-	<b>1250</b>	-

Fonte: Dados fornecidos pela empresa em Abril/ 2005.





Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

**Núcleo de matrizes ( ovos férteis) - Granja Limeiro**



Foto: Trabalho de Campo, 2006

**Incubatório - (GloboAves)\***



Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

**Abatedouro Industrial**

\* Empresa responsável pela incubação dos ovos e transporte das aves até os aviários dos criadores integrados

Fonte: Avipal, 2006.  
Org.: Enevy Conceição, 2006.

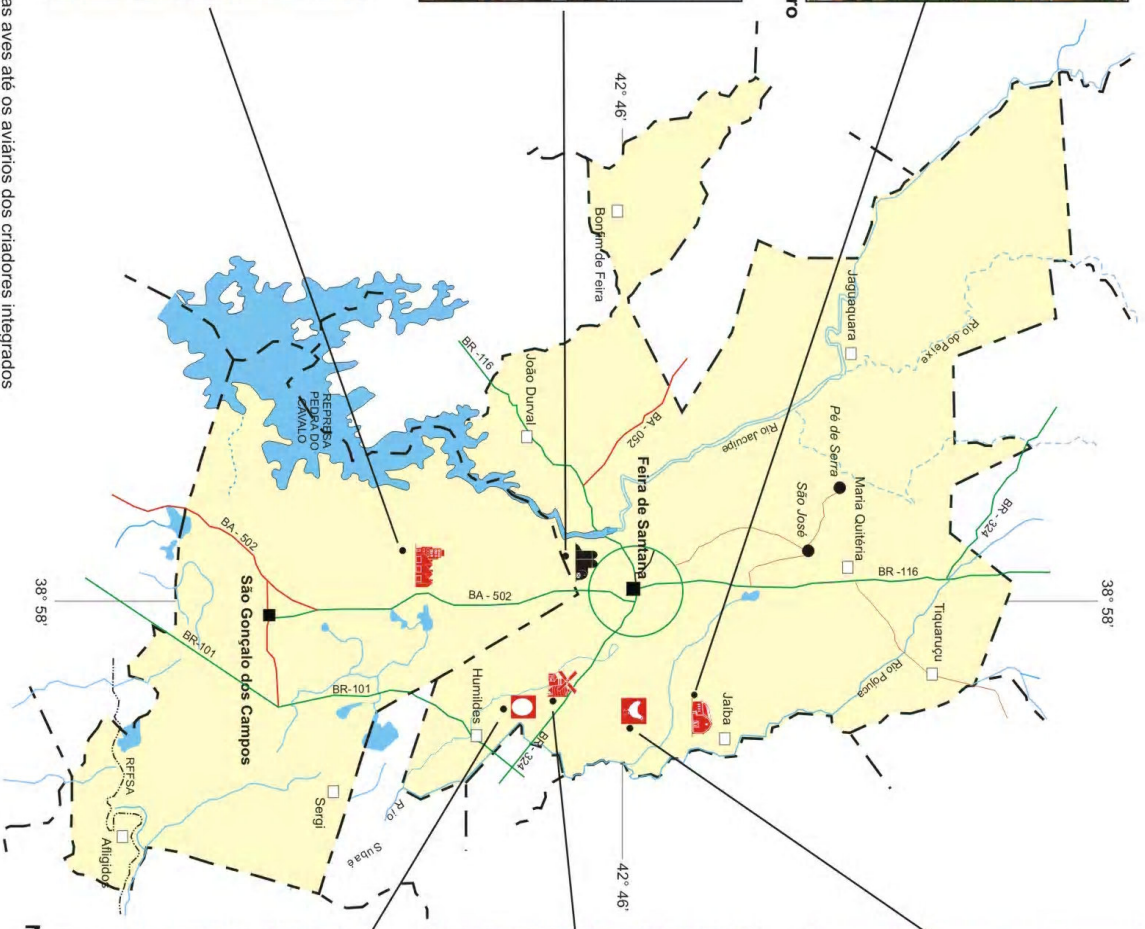


Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

**Núcleo de recria de matrizes - Granja Rogadinho**



Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

**Fábrica de ração**



Foto: Carlos Augusto/ www.carlosaugustostudio.com.br

**Núcleo de Ovos Comerciais - Granja Camundongo**

**Figura n° 31 - Avipal Nordeste S.A.: localização o das unidades produtivas**

A estratégia da Avipal para territorialização de um complexo de produção avícola na Bahia tinha por objetivo principal aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado consumidor em potencial, uma vez que grande parte dos produtos avícolas consumidos no estado era oriunda dos estados do Centro Sul.

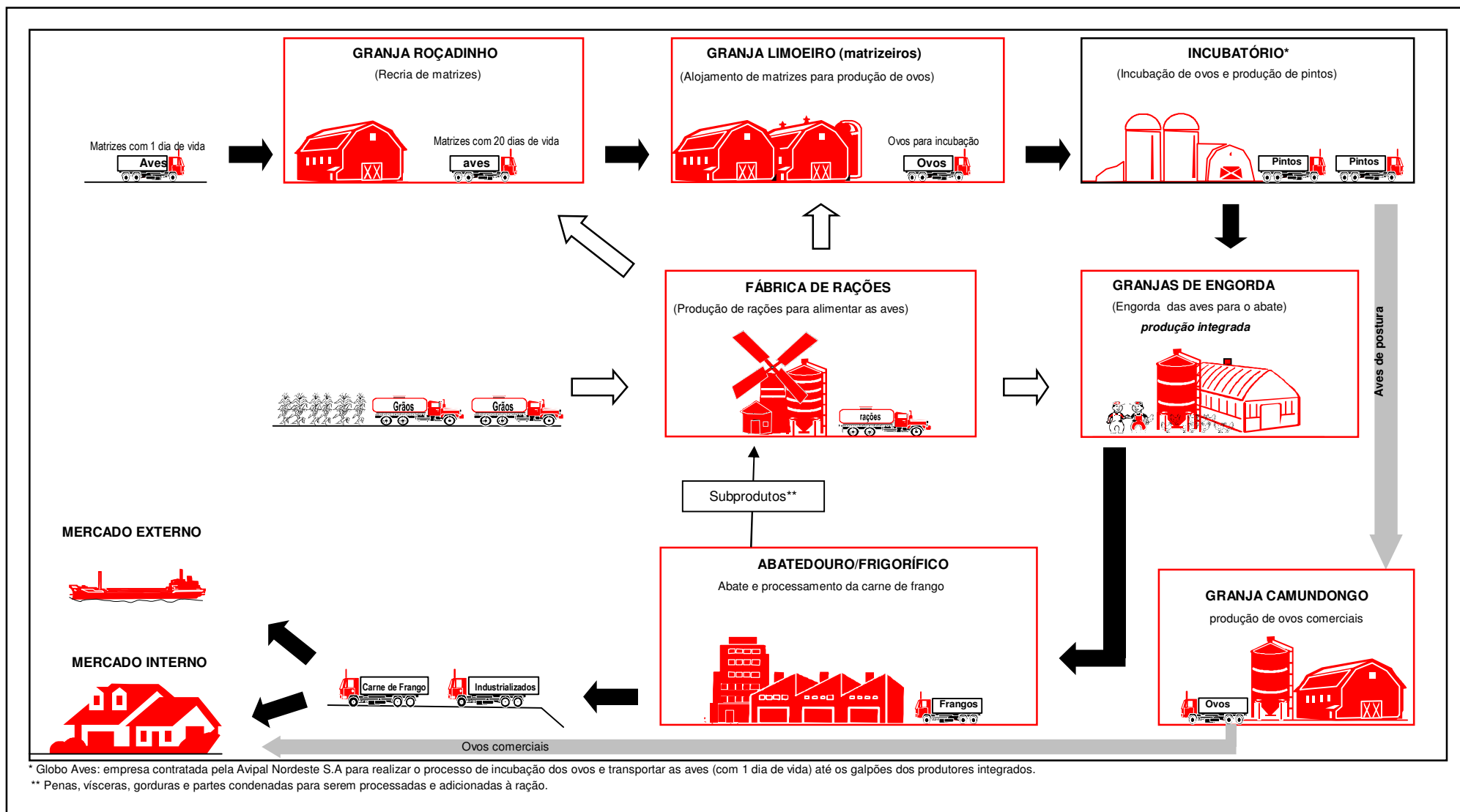
As ações estratégicas de implantação do complexo avícola da Avipal foram viabilizadas, entre outros fatores, pelas facilidades fiscais e de infra-estrutura oferecidas pelo estado e, neste sentido, a empresa buscou subsídios do Governo Federal via recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e também do Programa Desenvolve, do Governo do Estado da Bahia.

Revela-se, portanto, que tanto o mercado consumidor em potencial quanto as normas e programas do poder público constituem recursos territoriais de grande relevância nas estratégias territoriais da Avipal. As possibilidades de aproveitar os recursos territoriais em favor de seus interesses e objetivos acabam por influenciar nos processos de territorialização da empresa.

A figura nº 32 evidencia a estrutura do complexo produtivo da Avipal Nordeste S.A., destacando os principais fluxos existentes entre as unidades de produção avícola da empresa.

Através da figura nº 32 observa-se que os processos produtivos da Avipal Nordeste S.A. se iniciam a partir da aquisição de aves - matrizes com 1 dia de vida – junto à empresa Avipal S.A., no município de Lajeado - RS. No núcleo de recria de matrizes (Granja Roçadinho - Feira de Santana), onde a empresa utiliza a mão-de-obra de cerca de 41 pessoas, as aves matrizes são alojadas por um período de 20 dias. As matrizes alojadas nesta unidade produtiva apresentam um grau menor de resistência a vírus e bactérias que podem provocar problemas de sanidade avícola e, por isso, há um controle rigoroso do acesso de pessoas, incluindo os funcionários das outras unidades produtivas da empresa, nos galpões de recria de matrizes.

Após o período de alojamento no núcleo de recria, as aves são encaminhadas para outra unidade da empresa, a granja Limoeiro, também em Feira de Santana, onde são alojadas para produção de ovos férteis. Nessa unidade é empregada a mão-de-obra de cerca de 90 pessoas e, também é estabelecido um controle rigoroso no acesso de pessoas aos aviários.



Fonte: Elaborado por: Conceição. Edney., 2006

Figura nº 32 - Avipal Nordeste S.A.: Unidades produtivas da avicultura de corte



Da Granja Limoeiro saem os ovos destinados para a incubação. Todo processo de incubação da Avipal Nordeste é desenvolvido por uma empresa terceirizada – Globo Aves – que, também é encarregada de transportar os pintos (aves de corte) até os aviários dos produtores integrados, distribuídos por diversos municípios, em um raio de 100 km do abatedouro da Avipal Nordeste.

Nos galpões dos produtores integrados à empresa as aves chegam já vacinadas, com um peso médio de 50g, onde permanecem alojadas por um período que varia de 39 a 42 dias em processo de engorda. Durante o período de alojamento as aves recebem assistência técnica-veterinária da empresa e também alimentação balanceada cuja composição varia de acordo com a fase de crescimento. Após findar a etapa de engorda, as aves apresentam um peso médio de 2,5kg e são encaminhadas para o abatedouro/frigorífico.

O abatedouro/frigorífico da empresa foi instalado, em 2001, no município de São Gonçalo dos Campos, onde os poderes públicos estatal e municipais atuaram no sentido de oferecer alguns incentivos fiscais e tributários (redução de IPTU, além da isenção de impostos por parte do Governo Estadual) e de infra-estruturas (concessão da área para construção do abatedouro) como forma de atrair investimentos na atividade avícola municipal. A estrutura desta unidade produtiva possui uma capacidade de abate de aproximadamente 140.000 aves por dia, sendo que há disponibilidade espacial para implantação de mais uma linha de produção que duplicaria a capacidade produtiva do abatedouro.

Atualmente, empregando cerca de 845 funcionários no abatedouro, a empresa abate uma média de 3.000.000 de frangos por mês, produzindo cerca de 7.000.000 de toneladas de carne de frango mensal. No abatedouro são produzidos frangos congelados (inteiro e cortes especiais) e também produtos industrializados como mortadelas e salsichas que são destinadas para o mercado nordestino, da Região Norte, Sul, Sudeste e, uma pequena parcela, para exportação.

Além da avicultura de corte, a estrutura da Avipal Nordeste, instalada no Estado da Bahia, engloba um núcleo de produção de ovos comerciais. As aves são encaminhadas do incubatório para a Granja Camundongo, localizada às margens da BR – 324, no município de Feira de Santana, onde a empresa emprega cerca de 78 pessoas. São produzidos nesta unidade cerca de 3,5 milhões de ovos por mês, destinados diretamente para a comercialização.

Na fábrica de rações, situada também às margens da BR-324, no município de Feira de Santana, são produzidas uma média mensal de 13.000 toneladas de rações que são destinadas às granjas de recria de matrizes (Granja Roçadinho), ao núcleo de matrizes e a produção de ovos férteis (Granja Limoeiro) e, principalmente, aos aviários dos produtores integrados da empresa. Nesta unidade produtiva é empregada a mão-de-obra de, aproximadamente, 196 pessoas.

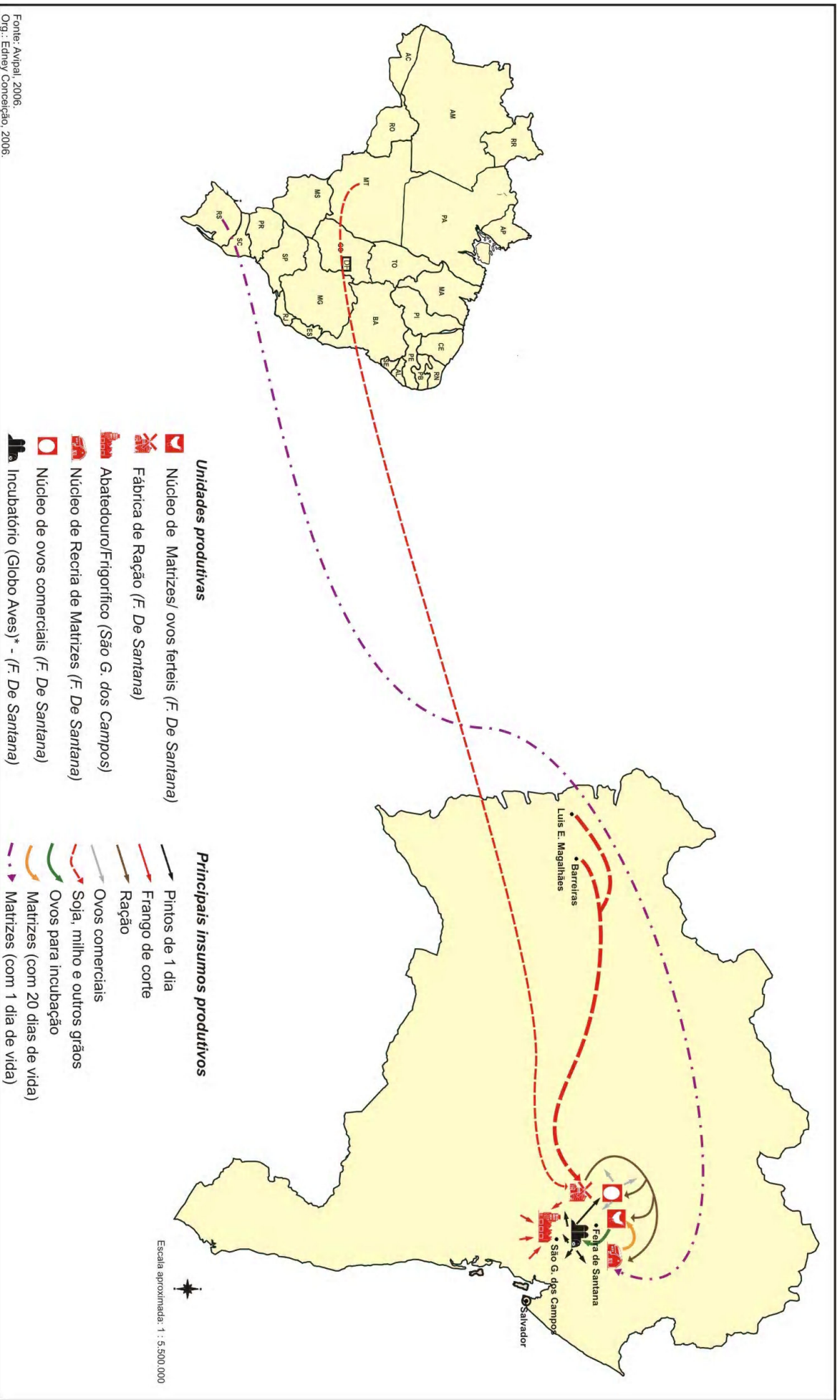
O complexo avícola implantado pela Avipal Nordeste S.A. ainda não integrou verticalmente, no Estado da Bahia, todas as etapas do processo de produção avícola. Assim, a atual fase da avicultura de corte baiana vivencia a ampliação das articulações territoriais, fruto da territorialização da empresa Avipal nos municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. Essas articulações são engendradas a partir da etapa de produção (em seu sentido restrito) conforme evidenciado na figura n° 33.

Verifica-se que a cadeia de produção da carne de frango comandada pela Avipal na Bahia acaba por fortalecer as articulações territoriais entre esses dois municípios, a partir dos fluxos de produtos entre as unidades produtivas da empresa. É evidente também que são estabelecidas de novas articulações territoriais de São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana com outras regiões da Bahia e do Brasil, uma vez que, as aves matrizes são adquiridas no Rio Grande do Sul e os grãos de soja e de milho, utilizados na fabricação da ração, são oriundos do oeste baiano (88%) e do Estado do Mato Grosso (12%).

Como foi constatado no quarto capítulo, os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos não possuem uma produção satisfatória de milho e, muito menos, de soja. Como explicar então a escolha dessa área para territorialização do complexo avícola da Avipal Nordeste?

A escolha da área para territorialização das unidades produtivas da Avipal revela que as estratégias territoriais da empresa valorizaram, entre outros aspectos, as vantagens locacionais apresentadas pela região de Feira de Santana. Essa localização facilita os fluxos comerciais entre as unidades da empresa e a distribuição nos grandes centros urbanos, além da proximidade com o principal porto marítimo da Bahia, o que reduziria os custos de exportação.

Neste sentido, as estratégias territoriais da Avipal guiam ações que visem estabelecer condições fundamentais para redução dos custos de produção, ampliando o ciclo de reprodução do capital almejado pelas empresas.



\* Empresa vinculada à Avipal Nordeste S.A. para qual realiza o processo de incubação dos ovos e transportes das aves até os aviários integrados.

Figura n° 33 - Avipal Nordeste S.A.: articulações territoriais de produção

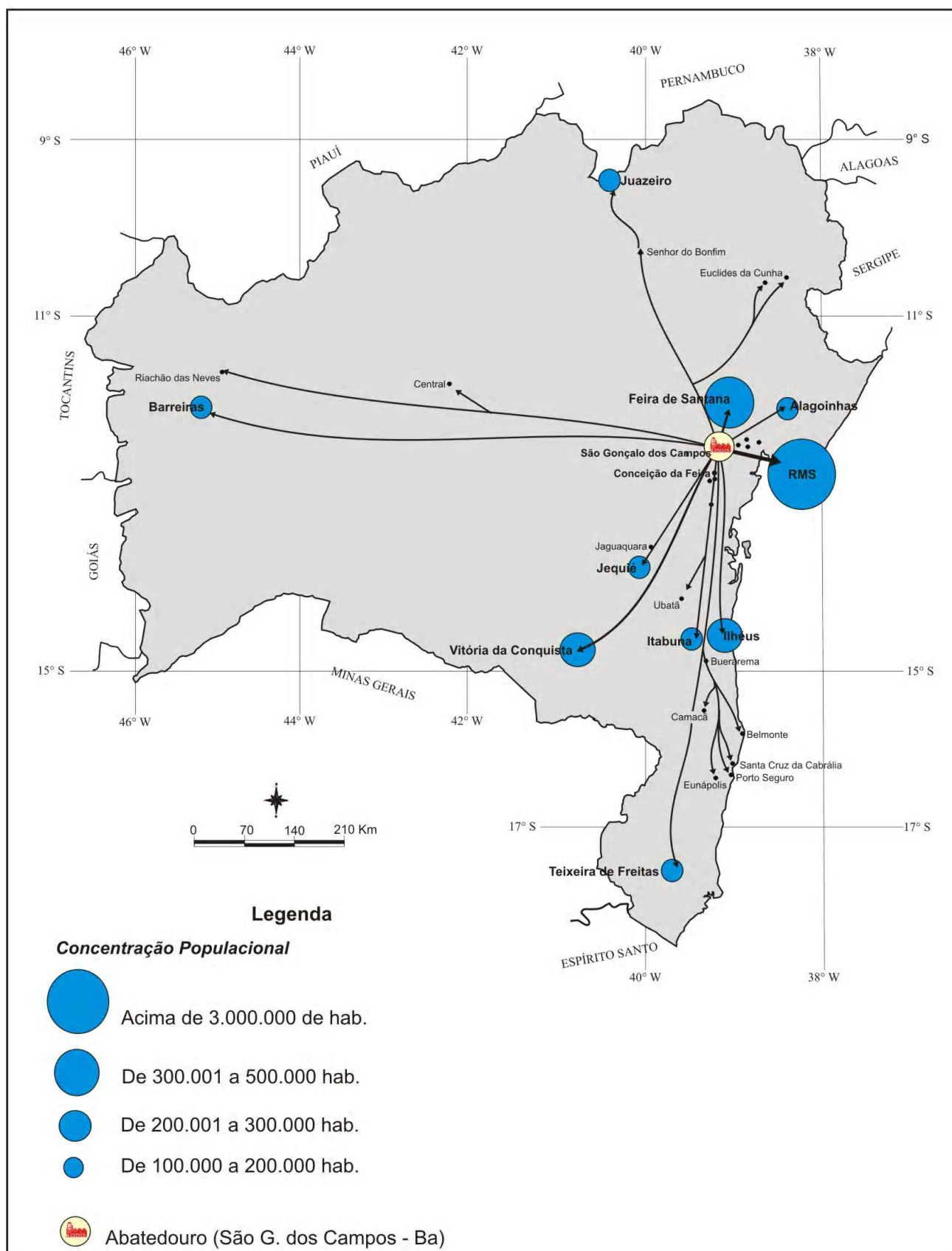
Ao acrescentar a dimensão das articulações territoriais costuradas no processo de comercialização da produção avícola das empresas instaladas nesses municípios, percebe-se que há uma complexidade maior em tais articulações, uma vez que estas passam a integrar espaços inseridos em uma escala espacial mais ampla, que extrapola os limites do Estado da Bahia. Este é um quadro que, possivelmente, se constrói no âmbito das três maiores empresas instaladas nos referidos municípios. Mas, dentre elas, a Avipal Nordeste S.A. é a que tem, pelo seu poder de competitividade, demonstrado maior eficiência na construção de uma complexa articulação territorial por intermédio de sua dinâmica de comercialização produtiva. As figuras n° 34 e n° 35 apresentam uma espacialização das principais articulações territoriais geradas com a comercialização da produção avícola da Avipal Nordeste S.A.

Na figura n° 34, é possível perceber que a partir do abatedouro da empresa (localizado em São Gonçalo dos Campos) se instala uma complexa rede territorial fruto da comercialização avícola que, num primeiro momento, tem envolvido diversos municípios baianos. O destaque aí têm sido os centros com maiores concentrações populacionais (Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista entre outros) que têm gerado um volume de receita maior para a empresa.

Em um segundo momento, tais articulações territoriais envolvem uma escala espacial mais ampla, abarcando toda a Região Nordeste e alguns estados das demais regiões do País (figura n° 35). Ainda é constatado que uma parcela da produção avícola do abatedouro da empresa é destinada para a exportação (China, Chile e Hong Kong).

É exatamente esse quadro de articulações territoriais um outro fator que tem caracterizado as transformações ocorridas na territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia.

Isso significa que a avicultura de corte baiana, que anteriormente era caracterizada pela sua incipiente eficiência econômica cuja comercialização era restrita aos municípios mais próximos de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e a Capital do Estado, hoje possui uma dinâmica técnica e econômica relativamente moderna que tem permitido uma ampliação das articulações territoriais em escala estadual, nacional e internacional.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006  
 Elaboração: Edney Conceição

Figura nº 34 - Avipal Nordeste S.A: principais destino da produção avícola na Bahia - 2005



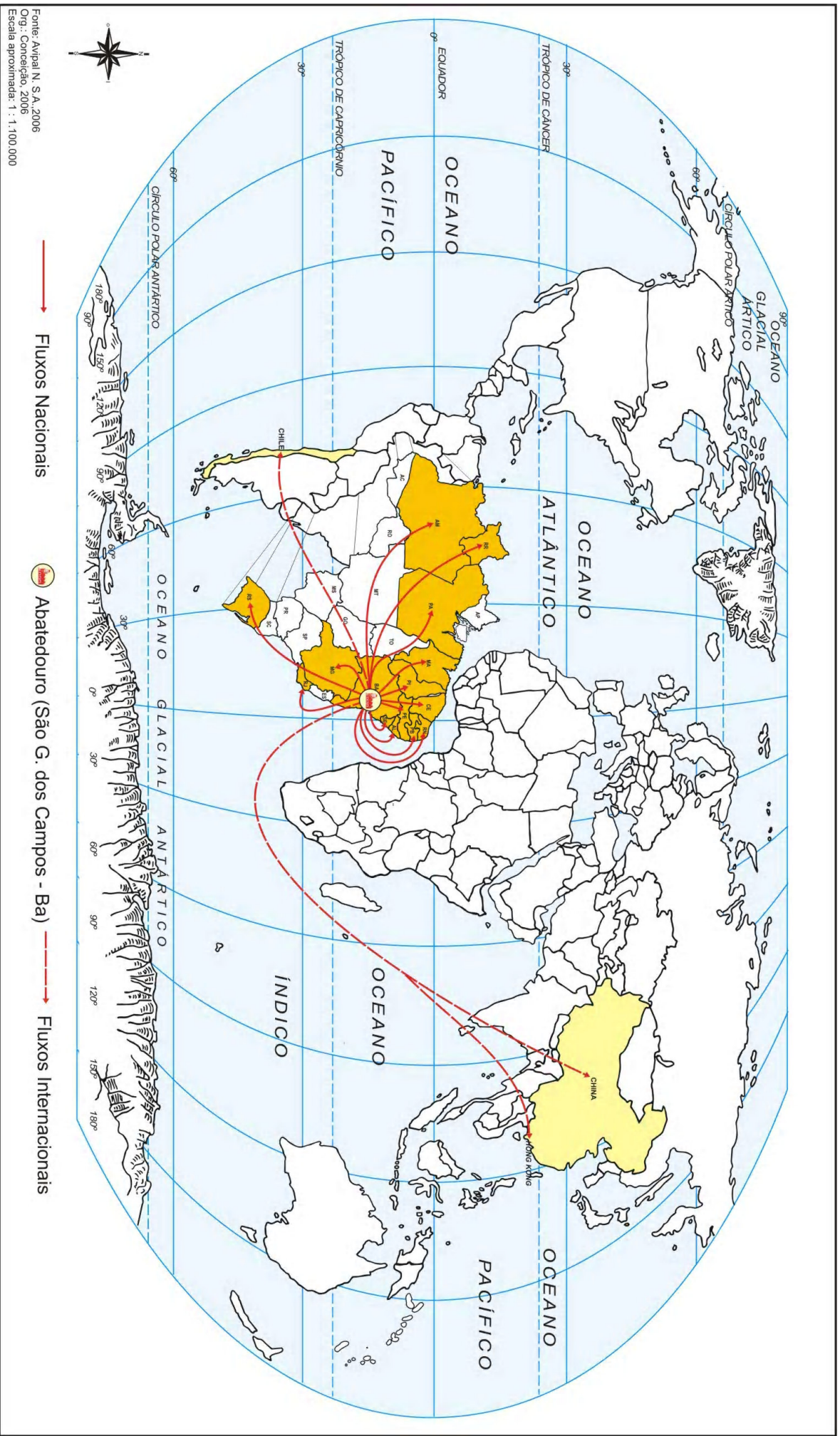


Figura n° 35 - **MUNDO** - Avipal Nordeste S.A: principais destino da produção avícola - 2005

Tem-se aí um novo quadro da dinâmica territorial da avicultura de corte na Bahia que acaba colocando os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (efetivos pólos de avicultura de corte do Estado) numa posição privilegiada na rede de comercialização da avicultura de corte em nível estadual, regional, nacional e internacional.

Esses municípios estão articulados, de forma efetiva, com outros espaços nacionais e internacionais a partir de uma dinâmica que no período colonial foi estruturada pela produção fumageira, mas hodiernamente, encontra-se organizada a partir da territorialidade da avicultura de corte baiana.

Uma outra questão, que consideramos relevante neste momento, é o processo de ampliação e instalação das empresas de maior porte no Estado. Assim, verificamos que houve um processo de reestruturação produtiva na avicultura de corte baiana, acentuando a entrada de novas categorias de produtores, introduzindo assim novas relações de trabalho e de produção na atividade avícola. Essa dinâmica de reestruturação produtiva na avicultura de corte baiana tem sido presenciada em todas as etapas do circuito produtivo, indubitavelmente, a sua maior expressão tem sido verificada com a implantação do chamado sistema integrado de produção avícola e, por isso, torna-se imprescindível analisar o processo de desenvolvimento deste sistema produtivo, tomando como base as empresas instaladas nos municípios que integram a área de estudos deste trabalho.

### 5.3 SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA: UM LADO DA MOEDA

Essa “nova” fase vivenciada pela avicultura de corte baiana tem apresentado profundas transformações nas estruturas das unidades produtivas, nas relações de produção e trabalho e no produto final da avicultura de corte. Tais mudanças encontram-se inseridas em um movimento geral que tem movido as engrenagens do circuito produtivo no sentido de encontrar medidas que possibilitassem responder as crises que assolaram o padrão de acumulação capitalista na década de 1960. Portanto, o que vem ocorrendo na atividade avícola

dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos é uma expressão de um movimento maior denominado de reestruturação produtiva da avicultura.

Na avicultura a dinâmica de reestruturação produtiva tem envolvido uma gama de transformações sociais, econômicas, organizacionais e territoriais que têm se refletido na criação de produtos semi-elaborados, em unidades produtivas tecnicamente modernizadas mas, também têm conduzido a alterações das relações sociais de produção e trabalho no circuito produtivo da carne de frango.

Todo esse processo tem significado que, concomitantemente, a dinâmica da reestruturação produtiva na avicultura de corte vem acompanhada da criação de “novos” elementos que norteiam a territorialidade das empresas avícolas, sobretudo, as de maior porte, no sentido de estabelecer os mecanismos necessários para que elas sejam capazes de responder às crises do padrão de acumulação capitalista. Grandes investimentos são realizados para dotar as unidades produtivas de um padrão de produção flexível através da introdução de equipamentos modernos que propiciem a redução nos custos de produção e, paralelamente, um maior valor agregado aos produtos.

Nessa perspectiva, há que se considerar que a reestruturação produtiva manifestou-se na avicultura de corte não apenas no interior das unidades produtivas através da introdução de máquinas e equipamentos automatizados controlados por programas computadorizados com capacidade de gerar produtos diferenciados, de acordo com a demanda do mercado. Essa é uma dinâmica que tem atingido as estruturas produtivas e organizacionais das agroindústrias avícolas, mas, concomitantemente, tem sido refletida nas relações de produção e trabalho de toda cadeia produtiva da avicultura de corte.

Dentro deste processo, as empresas têm adotado a estratégia de integração horizontal ou vertical das diferentes etapas produtivas, o que, aliás, constitui uma das principais características dos complexos agroindustriais, em especial, do complexo agroindustrial avícola, que é conhecido pelo seu forte grau de integração produtiva.

Segundo Sandroni (1995, p. 370), a integração horizontal ocorre quando há a fusão de duas ou mais empresas que atuam na mesma etapa produtiva, com os mesmos produtos. Já a integração vertical se apresenta quando uma empresa atua “em mais de um estágio do processo produtivo, o que frequentemente ocorre por meio de fusão de várias empresas que atuam em estágios diferentes”.



Segundo Santos (1999, p. 21), “existem ainda outras formas de organização da cadeia industrial sem a necessidade de recorrer aos custos da integração vertical através dos contratos denominados de quase integração”.

Nesta forma de organização, “há a montagem de um sistema organizado de integração entre unidades agrícolas independentes, normalmente via contratos de compra e venda em que predominam relações de forte conteúdo cooperativo” (MENEZES, 1993, p. 44).

Para Carneiro (1996, p. 13), a quase-integração refere-se “aos negócios que estão verticalmente relacionados, mas não fazem parte da estrutura interna da empresa”.

Dentro dessa perspectiva, o sistema de quase-integração promove uma verticalização das etapas produtivas sem que haja uma fusão das unidades produtivas envolvidas, mantendo com isso a individualidade das unidades integradas e propiciando a redução dos custos operacionais das empresas.

Alguns autores preferem classificar o sistema integrado de produção avícola como um sistema de quase-integração, justificando que este se refere aos negócios que estão verticalmente relacionados mas não fazem parte da estrutura interna da empresa. A integração vertical, para esses autores, só ocorre quando “os processos de produção, distribuição, vendas e/ou outros processos econômicos tecnologicamente distintos ocorrem dentro das fronteiras de uma mesma empresa.” (CARNEIRO, 1996, p. 13)

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o termo sistema integrado de produção pelo fato de que, embora não haja a fusão entre as unidades produtivas envolvidas, ainda é a empresa (agroindústria avícola), através do seu poder econômico, administrativo e organizacional, que comanda tal processo, promovendo o relacionamento direto entre a produção agropecuária e a empresa integradora.

O sistema de integração organiza-se em torno de um contrato de parceria rural entre uma entidade coordenadora (agroindústria ou cooperativa) e o criador/produtor integrado (pequenos, médios e grandes proprietários), onde a empresa se compromete a fornecer um pacote tecnológico e o produtor fica responsável pela construção de galpões e pela instalação de equipamentos e aplicação dos insumos, de acordo com as orientações técnicas da empresa industrial. Ao final de cada lote, o produtor entrega a produção para a empresa recebendo o pagamento pela mesma.

A agroindústria fornece aves com 1 de dia de vida, além da assistência técnica e insumos (ração, vacinas, medicamentos). O produtor integrado disponibiliza a sua propriedade e mão-de-obra utilizada no processo de engorda e, ao entregar a produção dentro das especificações exigidas pela agroindústria, recebe o valor estipulado anteriormente pela agroindústria, que, desta forma, assegura o seu próprio fornecimento.

Deste modo, o produtor deve seguir rigidamente as normas expressas no contrato e permitir uma rigorosa supervisão de suas atividades e a empresa contratante mantém a propriedade dos insumos e do produto e, também, assume a responsabilidade pela sua comercialização.

Nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos esse modelo de produção avícola é adotado pelas principais empresas avícolas da região sendo que há uma diferença entre elas no que se refere às responsabilidades das partes envolvidas e aos critérios para integração.

O quadro n° 7 apresenta as principais empresas que utilizam a integração, as responsabilidades de cada uma das partes e as exigências das agroindústrias avícolas para realizar a integração.

O importante a reter neste momento é o fato de que a adoção do sistema integrado de produção avícola pelas principais empresas, situadas nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, tem provocado uma expansão da atividade avícola que extrapola os limites destes municípios e se faz presente em um número cada vez maior de municípios baianos, principalmente, na Região Econômica do Paraguaçu.

Tal expansão tem levado à transformações relevantes nas relações de produção avícola uma vez que, gradativamente, a produção avícola independente vem cedendo espaço para o sistema de integração que, por sua vez, imprime novas relações de produção e trabalho no espaço, redefinindo, assim, a territorialização das agroindústrias avícolas envolvidas neste processo. Neste sentido, concordamos com Arana (2002, p. 148) quando afirma que “é importante ressaltar que a necessidade de superar as ‘rigidezes’ imanentes à atividade produtiva engendra a reavaliação das formas de organização da produção, no âmbito interno dessas relações”.

Quadro nº 7

**Principais empresas, responsabilidades e exigências estabelecidas no sistema integrado de produção avícola nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba**

EMPRESA	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES		Exigências para se integrar
	<i>Da integradora</i>	<i>Do integrado</i>	
Gujão Alimentos S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de pintos de corte (com 1 dia de vida);</li> <li>- Fornecimento de ração, maravalha*, vacinas, medicamentos;</li> <li>- Carregamento e transporte das aves</li> <li>-Monitoramento sanitário e Assistência técnica e veterinária;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação das aves até atingirem peso e idade ideal;</li> <li>-Despesas com água, energia e gás;</li> <li>-Instalação e Manutenção do aviário e dos equipamentos;</li> <li>- Eventuais despesas com mão-de-obra necessária para a criação das aves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Propriedade com área suficiente para construção do aviário;</li> <li>-Boa localização da propriedade, num raio máximo de 100 Km de distância da empresa e que seja logisticamente viável;</li> <li>-Produtor familiar;</li> <li>- disponibilidade de água;</li> </ul>
Avigro A. Agroindustrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fornecimento e transporte de pintos de corte (com 1 dia de vida);</li> <li>-Fornecimento e transporte de ração, vacinas, medicamentos;</li> <li>-Carregamento e transporte das aves</li> <li>- Monitoramento sanitário e Assistência técnica e veterinária;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação das aves até atingirem peso e idade ideal;</li> <li>-Despesas com água, energia, gás e cama do aviário (maravalha);</li> <li>-Instalação** e Manutenção do aviário e dos equipamentos;</li> <li>- Eventuais despesas com mão-de-obra necessária para a criação das aves;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Propriedade com área suficiente para construção do aviário;</li> <li>-Boa localização da propriedade, num raio máximo de 25 Km de distância da fábrica de ração, e que seja logisticamente viável;</li> <li>-Instalações e equipamentos em bom estado de conservação e número adequado;</li> <li>-idoneidade.</li> <li>- disponibilidade de água e energia elétrica;</li> </ul>

Quadro n° 7 (continuação)  
**Principais empresas, responsabilidades e exigências estabelecidas no sistema integrado de produção avícola nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba**

EMPRESA	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES		Exigências para se integrar
	Da integradora	Do integrado	
Avipal Nordeste S.A	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fornecimento e transporte de pintos de corte (com 1 dia de vida);</li> <li>-Fornecimento e transporte de ração, vacinas, medicamentos;</li> <li>-Carregamento e transporte das aves</li> <li>- Monitoramento sanitário e Assistência técnica e veterinária;</li> <li>- Aval do financiamento para construção do aviário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação das aves até atingirem peso e idade ideal;</li> <li>-Despesas com água, energia, gás e cama do aviário (maravalha);</li> <li>-Instalação e Manutenção do aviário e dos equipamentos;</li> <li>- Eventuais despesas com mão-de-obra necessária para a criação das aves;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Título da propriedade para aquisição do financiamento para construção do aviário;</li> <li>-Propriedade com área suficiente para construção do aviário;</li> <li>-Boa localização da propriedade, num raio máximo de 25 Km de distância da fábrica de ração, e que seja logisticamente viável;</li> <li>-Recursos de água e energia já implantados na propriedade;</li> <li>- Se possível, garantias para poder dar em troca do financiamento.</li> </ul>

Fonte: Informações fornecidas pelas empresas, pesquisa de campo, 2006

\* Quando a empresa fornece maravalha, ao final do lote, a mesma retira a cama do aviário (maravalha misturada com material orgânico) e comercializa para ser utilizada como adubo orgânico.

\*\* Em alguns casos, os aviários são de propriedade da empresa, mas foram arrendados para integrados. Por isso, estes integrados não precisaram instalar o aviário.

Como conseqüência das transformações provocadas pela introdução do sistema integrado tem-se uma significativa alteração na paisagem destes municípios em que os aviários destinados ao alojamento das aves de corte passaram a ser uma presença marcante. (figuras n° 36 e n° 37).



Foto: Trabalho de campo, 2005

Figura n° 36 - Aviário na paisagem do Município de Conceição da Feira - Ba



Foto: Trabalho de campo, 2005

Figura n° 37 - Aviário na paisagem do Município de São Gonçalo dos Campos - Ba

É bem verdade que a avicultura de corte há muito tempo constitui uma atividade importante, principalmente, para Conceição da Feira e, portanto, os aviários sempre se fizeram presentes em sua paisagem. Entretanto, o que tem sido observado na fase atual é a multiplicação desses objetos técnicos no espaço, não só do município de Conceição da Feira como também de vários municípios próximos, o que exprime a expansão da atividade avícola marcada pela adoção do sistema integrado de produção avícola.

Essa é uma perspectiva que revela a indissociabilidade entre os objetos e as ações uma vez que, “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.” (SANTOS, 1996, p. 63). Assim, revela-se que a territorialidade da avicultura de corte em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos é marcada pela interação existente entre os objetos técnicos (abatedouro, aviários, fábricas, entre outros) e as ações e estratégias das empresas avícolas.

As unidades produtivas automatizadas - abatedouro/frigoríficos, incubatórios, aviários, fábricas de rações, entre outras - presentes na paisagem desses municípios, constituem objetos técnicos que expressam uma das faces da territorialidade e da territorialização das agroindústrias avícolas. As ações e estratégias, ou seja, a territorialidade das agroindústrias avícolas, na implantação do sistema de integração, constituem um dos mecanismos que conduzem a sua territorialização dessas empresas.

Conjuntamente com as unidades produtivas, o sistema integrado de produção avícola exprime uma face da territorialidade das agroindústrias avícolas implantadas em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Tal sistema constitui um dos vetores de expansão da avicultura de corte no Estado da Bahia

Dentre as empresas, instaladas em Conceição da Feira e/ou em São Gonçalo dos Campos a Gujão Alimentos foi a que iniciou o processo de implantação do sistema integrado de produção avícola, em 1998..

Atualmente, esta empresa atua com o projeto de integração em 16 municípios, constituindo uma rede de aproximadamente 124 produtores integrados, distribuídos por 84 propriedades (tabela n° 31).

Tabela n° 31

**Distribuição do sistema integrado da Gujão Alimentos no Estado da Bahia - 2005**

<i>Município</i>	<i>N° de integrados</i>	<i>N° de propriedades</i>	<i>N° de aviários</i>
Amélia Rodrigues	06	01	06
Cabaceiras do Paraguaçu	05	05	11
Cachoeira	13	07	21
Conceição do Jacuípe	02	02	06
Conceição da Feira	21	19	63
Coração de Maria	01	01	04
Cruz das Almas	01	01	09
Feira de Santana	21	15	66
Governador Mangabeira	04	02	10
Irará	05	01	09
Muritiba	10	06	18
Santo Amaro da Purificação	06	03	12
São Felix	01	01	03
São Gonçalo dos Campos	15	08	26
Sátiro Dias	12	11	22
Serrinha	01	01	07
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>84</b>	<b>293</b>

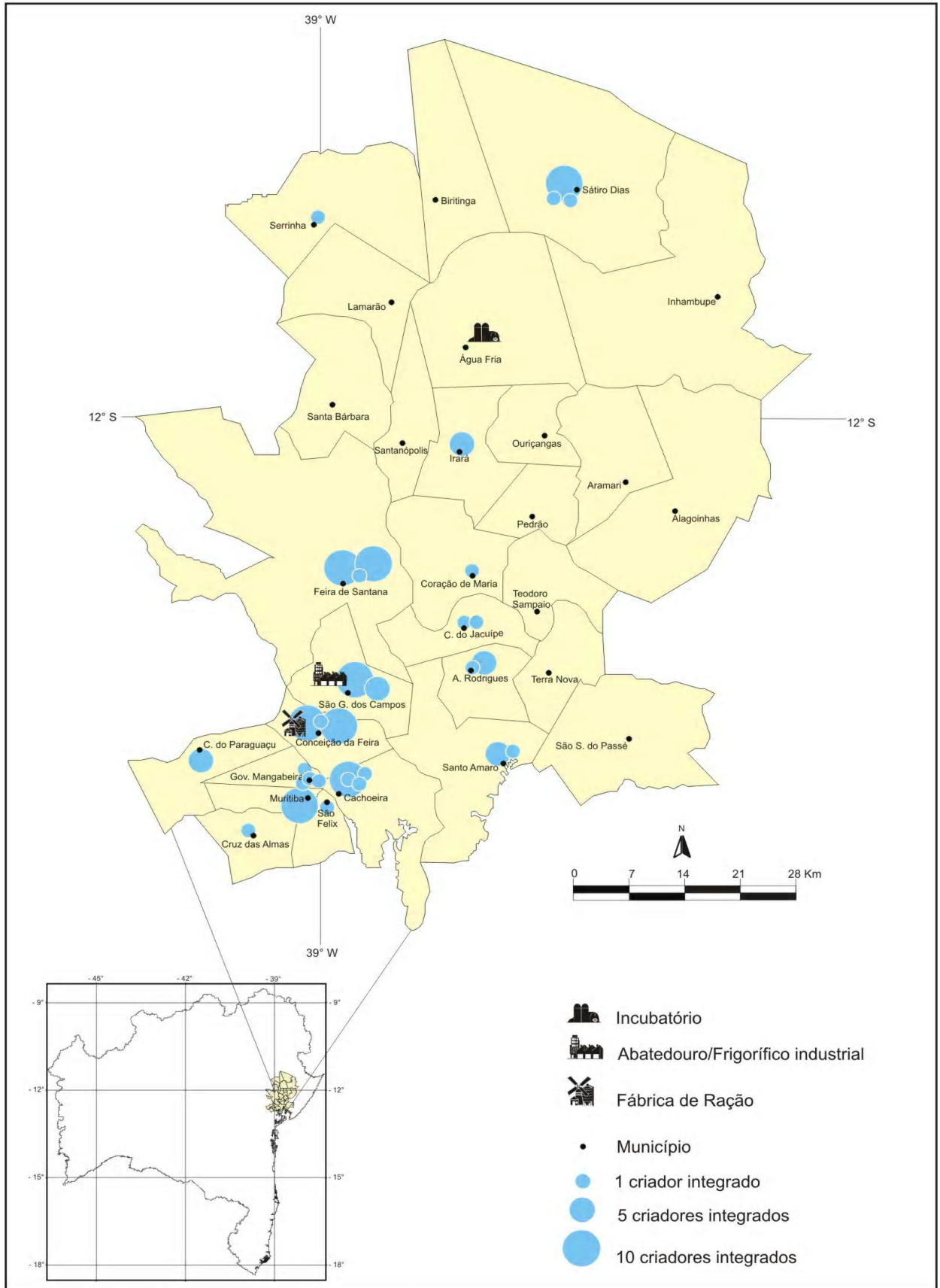
FONTE: Dados fornecidos pela Gujão Alimentos

A implantação desse modelo de produção tem modificado a territorialização da Gujão Alimentos S.A, dentro do Estado da Bahia, a partir do momento em que sob o comando do seu abatedouro industrial passa a envolver no circuito produtivo da carne de frango um número expressivo de produtores rurais, distribuídos por vários municípios, em sua maioria situados na Região Econômica do Paraguaçu (Figura n° 38).

O fato de está o abatedouro da empresa localizado no Município de São Gonçalo dos Campos tem colocado este município como um dos principais centros de articulação da rede do sistema integrado de produção dessa agroindústria avícola. Isso significa que a adoção do sistema integrado de produção tem permitido a empresa expandir-se para além das áreas onde estão instaladas as suas unidades produtivas.

A territorialização da empresa agroindustrial avícola acontece também no interior da propriedade do avicultor integrado em que a relação de trabalho e produção estabelecida entre esses dois agentes permite às empresas estabelecer as condições de produção e o ritmo de trabalho empregado.





Fonte: Dados fornecidos pela Gujão Alimentos em 2005  
 Org.: Edney Conceição, 2006.

**Figura nº38 - BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Gujão Alimentos S.A - 2005**



No que se refere ao sistema integrado de produção da Avigro Avícola Agroindustrial, a empresa iniciou a operação deste modelo de produção em 1999.

Inicialmente, a empresa executava internamente todos os processos da etapa de engorda dos frangos em um núcleo de engorda, com uma extensão de 150.000 m<sup>2</sup>, dividido em 15 aviários com capacidade para alojar 100 mil aves cada um. Posteriormente, a empresa passou a transferir uma parcela da responsabilidade dessa etapa produtiva para outras pessoas através de parcerias. Assim, as granjas dos núcleos de engorda foram arrendadas para produtores (alguns eram funcionários da própria empresa) que passaram a ficar responsáveis pelo processo de engorda das aves.

Há, portanto, uma diferença clara do sistema integrado dessa empresa com as demais que atuam nos municípios que compõem a pesquisa. A diferença constitui no fato de que uma parcela considerável dos aviários e propriedades onde a empresa implantou a integração é de propriedade da Avigro e foram arrendadas a terceiros, reduzindo, assim, os custos inerentes a essa etapa produtiva. É importante deixar claro que este mecanismo constitui um fator de redução de custo para a empresa. Também tem que ressaltar que tais mecanismos de arrendamento mascaram uma relação de produção, que é empregatícia, mas a empresa não tem a responsabilidade de assumir os encargos trabalhistas com as pessoas que trabalham nesta etapa da produção. A tabela nº32 apresenta os dados referentes ao sistema integrado da Avigro Avícola Agroindustrial.

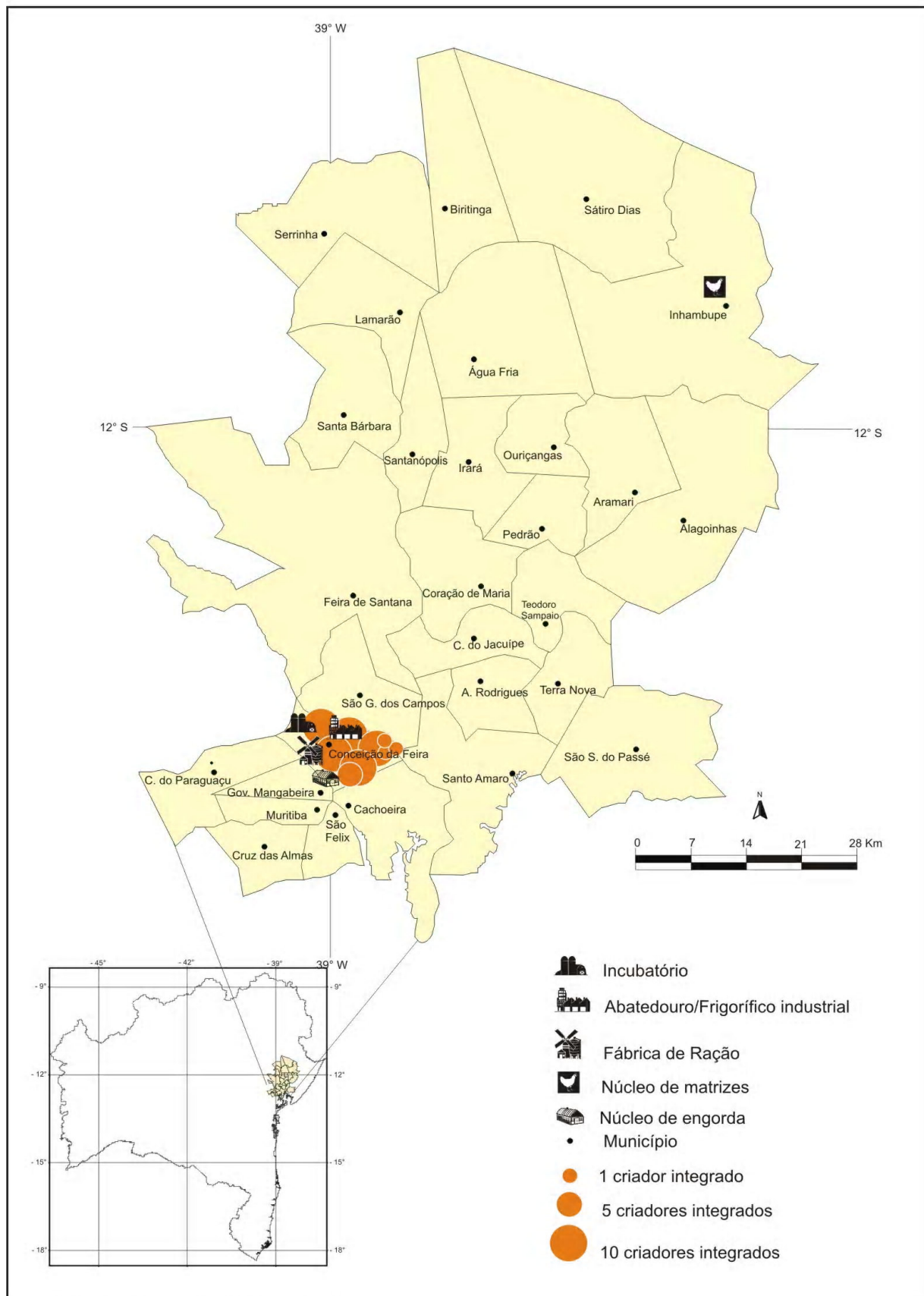
Tabela nº 32

**Distribuição do sistema integrado da Avigro Avícola Agroindustrial no Estado da Bahia, - 2006**

<i>Município</i>	<i>Nº de integrados</i>	<i>Nº de propriedades</i>	<i>Nº de aviários</i>
Conceição da Feira	58	25	140
Total	58	25	140

FONTE: Dados fornecidos pela Avícola Agroindustrial, 2006

É possível perceber que na Avigro, o sistema de produção integrado encontra-se restrito ao Município de Conceição da Feira em que a empresa possui a maior parte de suas unidades produtivas, com exceção apenas da Granja de matrizes localizada no Município de Inhambupe. A figura nº 39 revela a territorialização do sistema integrado da Avigro Avícola Agroindustrial S.A.



Fonte: Dados fornecidos pela Avigro Avícola em 2006  
Org.: Edney Conceição, 2006.

Figura nº39 - **BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Avigro Avícola Agroindústria LTDA - 2006**

No tocante ao sistema integrado de produção avícola da Avipal Nordeste S.A., esta empresa, ao contrário das anteriores, e, em função da experiência do grupo na Região Sul do país, adota a integração no mesmo momento que suas unidades produtivas em território baiano entram em funcionamento.

No momento da implantação do sistema integrado, a Avipal contou com a participação de órgãos estaduais e municipais no sentido de identificar os possíveis integrados, o que, certamente, potencializou a vinda desta empresa para a Microrregião de Feira de Santana.

O que ficou constatado é que toda a área polarizada por Conceição da Feira possui um quadro rural que apresenta um perfil de produtor (pequeno produtor) que interessa ao modelo de produção integrada da empresa. Entretanto, ficou evidenciado também que esses produtores não possuíam condições satisfatórias que lhes permitissem adquirir financiamento junto às instituições financeiras, para construção dos aviários. Assim, a Avipal teve que atuar junto aos órgãos de financiamento, exercendo o papel de avalista, para facilitar a realização dos empréstimos que possibilitaria a instalação do aviário e de seus equipamentos. A empresa, com intuito de suprir sua demanda por matéria-prima, avaliza o crédito agrícola para o integrado e, ao mesmo tempo, determina normas de construção das instalações e compra de equipamentos apropriados.

Dessa forma, conseguiu implantar o sistema de produção integrada na região da mesma forma que é realizado pela empresa na Região Sul do País. Na Bahia, a Avipal Nordeste S.A. se faz presente, através do sistema integrado de produção, em 17 municípios, englobando um total de 384 produtores integrados (tabela nº 33). Segundo a empresa, ainda existe uma relação com mais de 700 interessados em se tornar produtor integrado à Avipal Nordeste S.A.. A integração destes interessados, ainda segundo informações da empresa, será realizada num momento em que forem verificadas as necessidades da Avipal. Tal fato revela o quanto os recursos territoriais têm atendido as expectativas e os interesses da empresa.

É possível verificar na tabela nº 33 que os municípios que apresentam os maiores números de produtores integrados à Avipal são São Gonçalo dos Campos (54 produtores), Feira de Santana (51 produtores) e Conceição da Feira (50 produtores).

Tabela n° 33

**Distribuição do sistema integrado da Avipal Nordeste S.A. no Estado da Bahia. – 2005/2006**

<i>Município</i>	<i>N° de integrados</i>	<i>N° de propriedades*</i>	<i>N° de aviários</i>
Alagoinhas	27	12	27
Aramari	06	02	06
Cabaceiras do Paraguaçu	20	20	20
Cachoeira	41	18	41
Conceição da Feira	50	17	50
Conceição do Jacuípe	22	12	22
Coração de Maria	19	09	19
Cruz das Almas	06	03	06
Feira de Santana	51	26	51
Governador Mangabeira	10	06	10
Irará	41	16	41
Muritiba	21	10	21
Pedrão	07	03	07
Santo Amaro da Purificação	06	06	06
São Gonçalo dos Campos	54	17	54
São Sebastião do Passé	01	01	01
Serrinha	02	01	02
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>179</b>	<b>384</b>

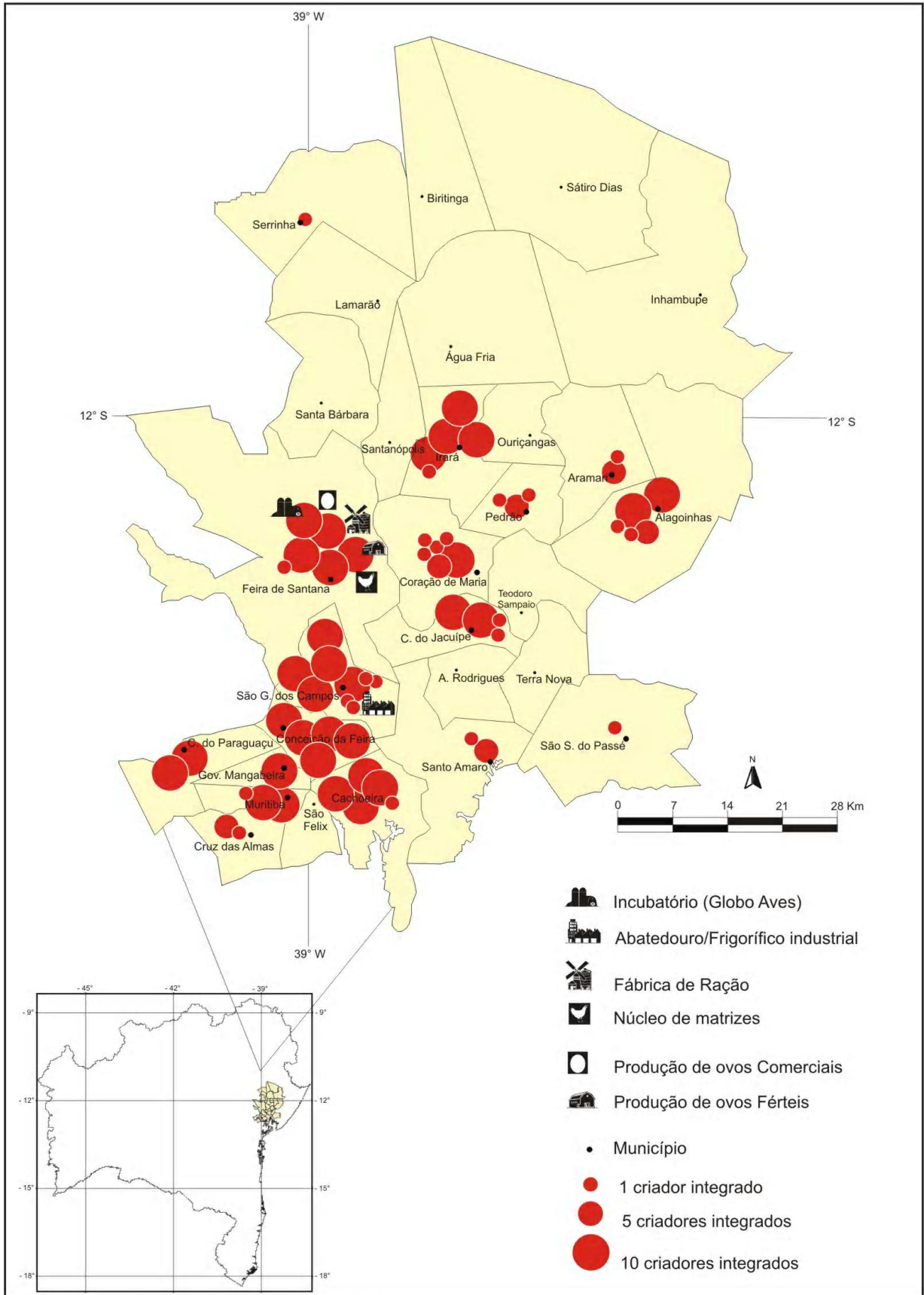
FONTE: Dados fornecidos pela Avipal Nordeste S.A.

\* Dados de 2005

No que concerne ao número de propriedades envolvidas destaca-se que os dados presentes na tabela referem-se a 2005. As alterações existentes neste quadro foram relativamente pequenas e, assim, os dados apresentados aproximam-se bastante da realidade atual.

A territorialização das empresas vai além das áreas onde estão instaladas as suas principais unidades produtivas e se fazem presentes nos municípios onde elas conseguem atingir com o sistema integrado de produção, o que torna essa territorialização cada vez mais complexa. A figura n° 40 representa a territorialização da Avipal Nordeste S.A. a partir do sistema integrado de produção implantado pela empresa.

A constituição desta rede configura uma articulação territorial entre os municípios envolvidos, tendo os insumos produtivos da avicultura como fluxos, os aviários e demais unidades produtivas como elementos fixos da rede geográfica e produtiva engendrada no interior da atividade avícola.



Fonte: Dados fornecidos pela Avipal Nordeste S.A., em 2006  
 Org.: Edney Conceição, 2006.

**Figura nº40 - BAHIA: municípios do sistema de produção integrada da Avipal Nordeste S.A. - 2006**

As empresas, visando assegurar maior competitividade, reestruturam suas organizações e como estratégia concentram a produção de sua principal matéria prima, possibilitando que a mesma apresente um padrão quantitativo e qualitativo, que interessa à empresa, como forma de atingir determinados objetivos e controlar alguns mecanismos que asseguram a sua reprodução no território. Dessa forma, o sistema integrado de produção deve ser compreendido, também, como expressão da territorialidade das empresas avícolas.

### **5.3.1 O sistema integrado de produção: uma expressão da territorialidade das agroindústrias avícolas**

Segundo Araújo (2002), “a implementação do sistema integrado, acompanhado de todo um pacote tecnológico “modernizante”, orientado por um frigorífico industrial, provocou um rápido crescimento das áreas de criações e uma elevação da produtividade.” (p. 21).

Evidentemente que a adoção desse modelo de produção tem provocado, entre outras transformações, uma expansão da atividade avícola em moldes industriais possibilitando um aumento expressivo da produtividade dessa atividade. Assim, é importante destacar que essas transformações estão inseridas no contexto da busca por uma maior flexibilidade por parte das empresas que visam “[...] sempre o aumento da capacidade de resposta aos novos contornos – internacionais e nacionais - no centro dos quais se situam profundas mudanças econômicas e tecnológicas.” (ARANA, 2002 p. 148).

Sob a ótica de uma abordagem geográfica, colocada como um objetivo desta pesquisa, leva-nos à necessidade de considerarmos o sistema de produção integrada da avicultura de corte como uma expressão da territorialidade das agroindústrias avícolas que implementam tal modelo de produção.

Cabe ressaltar que a territorialidade, neste contexto, é apreendida como um conjunto de ações estratégicas que são demandadas pelas agroindústrias avícolas, num “jogo” de interesses espacializado cujo objetivo essencial é estabelecer as condições sociais, políticas, econômicas e/ou culturais que garantam

a sua permanência e reprodução em um determinado espaço. Sendo assim, é de suma importância enfatizar que a territorialidade dessas agroindústrias não se limita à dinâmica do sistema integrado de produção.

O fato é que essa territorialidade encontra-se expressadas nas diversas ações organizacionais e econômicas dos agentes. Entretanto, as possibilidades de implantação do sistema integrado de produção vêm se tornando um elemento cada vez mais valorizado nas estratégias territoriais das empresas avícolas, pois, a adoção do mesmo tem proporcionado às agroindústrias avícolas mecanismos para redução dos custos de produção.

Nesse sentido, Pertile (2001, p. 84) afirma que “ao atuarem num mercado em constante modificação e cada vez mais concorrido, as indústrias têm se utilizado de estratégias para implementar seus planos de ação no meio onde estão inseridas.” O enorme potencial das estratégias das empresas avícolas, para imprimir sentido e direção ao comportamento dos diversos agentes socioeconômicos envolvidos no setor, transforma o sistema integrado de produção em uma das bases de sua territorialidade no momento em que engendram novas articulações das relações trabalho e produção. Por conseqüência, norteiam a dinâmica de territorialização dos agentes que integram a avicultura de corte, uma vez que, “a territorialidade se inscreve [também] no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Tal assertiva pode ser reafirmada a partir dos depoimentos obtidos junto aos diretores das principais empresas avícolas que atuam com o sistema integrado de produção nos municípios que compõem a pesquisa. Assim, ao serem perguntados sobre o principal objetivo da empresa ao implantar o sistema integrado de produção no circuito produtivo, eles respondem que:

(...) você acaba minimizando os quesitos ligados a investimentos e recursos para galpão e até mesmo questões ligadas à amortização desses recursos e a própria depreciação. Fora isso, tem a questão da mão-de-obra que acaba implicando também. Então já tem uns 20 ou 30 anos que existe um movimento no sentido de terceirizar essa etapa da produção. (Gerente da Avipal Nordeste S.A)

Aumentar a eficiência produtiva no momento que você deixa de ter um funcionário criando frangos e passa a ter um sócio. No sistema de integração, o contrato ele de certa forma dá participação ao integrado de acordo com a sua eficiência produtiva. Quanto melhor ele produz, maior é a participação dele no resultado daquele lote de produção.

Isso não acontecia com os funcionários. Os funcionários eram assalariados e eles tinham as obrigações deles, mas, se limitavam a fazer o trabalho que taria dentro das suas obrigações. Eles não tinham o interesse de ser bastante eficiente porque eles não ganhavam com isso.

No sistema integrado, não. Os integrados tratam as aves com se as aves de fato fossem deles. Então, quanto melhor eles trabalham essas aves, mais eles economizam com a ração dos pintos, que são custo de produção, quanto mais eles forem eficientes neste ponto, maior vai ser a participação no lucro. (Diretor da Gujão Alimentos S.A.)

Há nos depoimentos acima algumas questões que merecem destaque, pois denunciam as estratégias utilizadas pelas empresas avícolas no sentido de criar as condições que permitam a sua permanência a reprodução.

Assim, num primeiro momento, há uma intenção clara, por parte das empresas, de reduzir custos através da terceirização dessa etapa produtiva, sem, no entanto, perder o controle da qualidade de sua matéria-prima.

Através do sistema de integração a agroindústria garante a oferta constante de certo volume de matéria-prima com características específicas, estabelecidas de acordo com suas necessidades, livrando-se, de certa forma, dos riscos dos determinantes naturais e/ou genéticos que podem influenciar na produção e reduzir as margens de lucro da empresa.

Esse controle da qualidade do produto só é possível porque mesmo “terceirizando” o processo de engorda do frango através da integração de pequenos e médios produtores, a empresa ainda mantém praticamente o controle total do processo, pois ela mesma determina desde as especificações genéticas das aves até a estrutura e os equipamentos dos galpões utilizados na criação das aves. Paralelamente, o desempenho e o trabalho do produtor integrado são supervisionados e orientados pela equipe técnica da empresa de forma a garantir que este produtor desenvolva suas atividades com vistas a atingir os objetivos estabelecidos pela empresa avícola integradora.

Essa é uma questão que também está muito clara dentro dos objetivos da Avipal Nordeste S.A ao adotar a integração dentro do Estado da Bahia. Segundo um dos Gerentes da Empresa, quando o produtor passa a ser integrado,

a gente percebe uma melhoria muito grande na qualidade de produção. E, como ele sabe que o manejo é o ponto preponderante no resultado, então, automaticamente, o resultado dele passa a ser melhor. (Gerente Agropecuário da Avipal Nordeste S.A)



Ao operar nesse sistema a empresa realiza redução dos custos da produção, pois deixam de investir na compra de terras para destinar à construção dos aviários de engorda. Paralelamente, grande parte dos custos referentes aos insumos produtivos e, quando há, encargos trabalhistas envolvidos na etapa de engorda dos frangos passam a ser de responsabilidade dos produtores integrados.

É possível destacar que a integração tem contribuído para que as empresas avícolas (Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Agroindustrial Ltda e Gujão Alimentos S.A.) situadas nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos expandam sua área de ação, criando as condições necessárias a seu crescimento, agindo assim, como uma estratégia de expansão do setor.

Essa forma de produção tem permitido a empresas agroindustriais o controle e o estabelecimento de condições sociais, políticas e econômicas que atendam a seus interesses e objetivos. Nesse sentido, representa uma das bases sobre as quais se processa a territorialidade dessas empresas, pois, através dela, são dadas as possibilidades desses agentes influenciar, controlar e direcionar determinadas relações sociais (que por sua vez, expressam relações de poder) de modo a atender os seus interesses territoriais. Proporciona assim, a configuração dos seus territórios e garante, ao mesmo tempo, a sua reprodução, pois, como afirmam Sorj *et all* (1982, p. 63), “além da estratégia administrativa, a integração contratual é resultado, fundamentalmente das condições histórico-sociais [econômicas] e políticas onde está inserida e sob as quais são criadas as estratégias do capital”.

Segundo Brito (2002, p. 13),

a territorialidade aparece como o conjunto de relações possíveis entre os distintos agentes sociais (Estado, empresas, instituições sociais, ... cidadãos), mediadas pelo poder e pela sua capacidade de produzirem e/ou organizar sistematicamente os territórios, segundo um projeto concebido por um agente hegemônico.

No caso da avicultura de corte, não há dúvidas de que a introdução do sistema integrado de produção avícola provocou transformações profundas na territorialidade desta atividade e de seus agentes na Bahia e, mais especificamente, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

A dinâmica territorial que emerge da avicultura de corte a partir da adoção do sistema integrado de produção é fruto das relações existentes entre os diversos

agentes (Estado, empresas, Associações e integrados) sob a liderança das empresas avícolas instaladas nesses municípios.

A avicultura de corte em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos, como foi ressaltada em capítulo anterior, sempre foi caracterizada pela forte presença da produção avícola independente onde o produtor decidia “livremente” sobre o que, quando e como seria produzido.

Ao se estabelecer o sistema integrado nesses municípios, grande parte dos produtores independentes passou a atuar dentro da integração tornando-se, de certa forma, subordinado técnica e produtivamente à empresa integradora.

Desta forma, observa-se que o agente que exerce a liderança da dinâmica territorial da avicultura de corte é a agroindústria integradora, no caso específico desta pesquisa, destaca-se aí a Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Agroindustrial Ltda e Gujão Alimentos S.A.. Seriam estas empresas os agentes hegemônicos, na dinâmica do sistema integrado de produção.

Com a implantação do sistema integrado de produção avícola em uma área em que predomina a produção independente, o que se teria, a princípio, é a estruturação de um “conflito”, entre estes dois modelos de produção, estabelecido dentro da dinâmica competitiva do mercado. Entretanto, o que se tem verificado no espaço destes municípios é que a liderança exercida por essas empresas avícolas tem agido no sentido de eliminar a produção independente transformando o produtor independente em um produtor diretamente vinculado à empresa, produzindo dentro dos ditames do sistema integrado.

É preciso ressaltar que tal transformação se tornou possível, em grande parte, pelo fato de que a comercialização dos produtos dentro da integração é mais eficiente do que na produção independente. Em outros termos, o produtor independente ao final do processo de engorda do frango teria que desenvolver mecanismos para comercializar a sua produção o que acarretava muitas vezes a queda do valor do produto final.

Na integração, os riscos oriundos dos processos de comercialização são reduzidos tendo em vista que a empresa integradora é o destino certo de toda sua produção.

A viabilidade econômica da avicultura de corte torna-se maior na integração do que fora dela, como ficou demonstrado no trabalho desenvolvido por

Carmo (2002). Tal fato, certamente, contribuiu para que, gradativamente, a produção independente cedesse lugar à produção integrada.

Desta forma, as relações de poder, trabalho e produção existentes na produção independente passam a ser transformadas sob a lógica da integração que, por sua vez, é comandada pelas empresas avícolas.

Essa situação possibilitou a tais empresas avícolas mobilizar os recursos existentes nos municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e diversos municípios circunvizinhos, como forma de atender as condições necessárias aos seus objetivos.

Tal fato só se tornou possível, pois esse sistema de produção é apontado como uma alternativa de renda e fixação do homem no campo, promovendo, paralelamente, um relativo processo de modernização do setor agropecuário. Este, aliás, é um dos fatores que tem possibilitado a integração entre os agentes (empresas e produtores) da atividade avícola.

Assim, é, também, por meio das relações de produção e trabalho do sistema de produção integrada que as ações e estratégias dessas empresas são implementadas, visando à apropriação, permanência e afirmação sobre o território. Neste sentido, o espaço rural da produção avícola, em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos, encontra-se marcado por relações entre os produtores integrados às empresas avícolas, e sob a liderança destas últimas.

Verifica-se então que o sistema integrado de produção não constitui apenas um mecanismo de redução de custos a partir da “terceirização” de uma das etapas do processo produtivo da avicultura de corte. Ele é isso, mas, ao mesmo tempo, constitui uma forma de mobilizar os recursos existentes no território com a intenção efetiva de promover os meios de sua permanência e reprodução. Sempre que necessita ou quando interessa, a empresa integradora utiliza-se de ações e estratégias para atingir determinados fins. Entretanto, como se trata de uma relação dissimétrica, estabelecida entre agentes economicamente desiguais, é necessário analisar também quais são os reflexos do sistema de integração para o produtor integrado.

## **6 MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA AVICULTURA DE CORTE: o outro lado da mesma moeda**

As transformações provocadas pela territorialidade da avicultura de corte no moldes industriais e com a implantação do sistema integrado de produção avícola nos municípios de Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos revelam uma dinâmica de monopolização do território pelo capital.

Segundo Oliveira (1995), a lógica contraditória através da qual o modo de produção capitalista se desenvolve no campo conduz a um processo de unificação entre agricultura e indústria e “esta unificação só está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terras, portanto, latifundiário.” (OLIVEIRA, 1995 p. 283). Desta forma, segundo o autor, o capital territorializa-se e estar-se-ia, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. É o monopólio do capital na produção.

Ainda segundo Oliveira (1995 p. 283), por se estabelecer no campo a partir de uma lógica contraditória, “o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria”. Estabelece-se, desta forma, o monopólio do capital na circulação, ou seja, o processo de monopolização do território pelo capital monopolista.

Há, portanto, o estabelecimento de uma lógica onde o capital, neste caso, representado pelas empresas agroindustriais, operam mecanismos que lhes permitem o comando sobre a dinâmica da produção e, também, da circulação.

Para Misuzaki (2003, p. 113), falar de monopolização do território pelo capital industrial a partir da avicultura:

significa que a atividade, até então desenvolvida exclusivamente em função da livre iniciativa do produtor e de forma independente do ponto de vista do processo de produção e abate, tem a sua atividade, e com ela o avicultor e a propriedade, capturados pelo capital industrial e pelo capital financeiros, que passaram a ditar a lógica de todo processo produtivo (desde a produção de matrizes até o abate).

Acredita-se, portanto, que as relações de poder que fazem movimentar a territorialidade das empresas avícolas, nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, a partir do sistema integrado de produção encontram-se construídas, mesmo que de forma não exclusiva, nas relações de trabalho e de produção que se estabelecem entre estas empresas e os produtores a elas integrados.

Nessa perspectiva, por considerar que cada um destes agentes possui objetivos próprios a partir dos quais se guiam as suas ações e os seus comportamentos, acredita-se também que, no interior dessas relações de trabalho e produção, se estabelecem “conflitos” que funcionam como engrenagem das relações de poder que aí se fazem presentes e possibilitam o processo de monopolização do território.

Assim, com o intuito de revelar o caráter de conflito que também se faz presente nas relações entre as empresas avícolas e os produtores integrados, procurar-se-á, neste capítulo, analisar a integração avícola do ponto de vista do produtor integrado.

Essa é uma tarefa que permitirá visualizar o outro lado do processo. O lado do agente que se encontra, de certa forma, subordinado à lógica comandada pelo capital industrial, representado, neste momento, pelas agroindústrias avícolas.

Para tanto, toma-se como objeto de análise produtores, integrados à Avipal Nordeste S.A., distribuídos pelos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

É importante ressaltar aqui que a escolha deste grupo encontra-se assentada na importância que a atividade avícola tem para tais municípios uma vez que constitui uma de suas principais atividades econômicas. Paralelamente, a opção pelos integrados da Avipal Nordeste S.A. é movida não só por esta ser a empresa de maior expressão quantitativa em termos do número de produtores integrados nesses municípios, mas, também, pelo fato de apresentar um histórico de desenvolvimento do sistema integrado de produção em outras regiões do país.

Essa é uma situação que permitirá analisar como uma empresa de grande porte, como a Avipal Nordeste S.A., cuja origem está associada a grupos de capital nacional/internacional sediados no Rio Grande do Sul, tende a agir nos espaços desses municípios. Paralelamente, tornar-se-á possível também identificar as

principais transformações ocorridas no espaço rural dos municípios em questão fruto da territorialidade desta empresa.

## 6.1 PERFIL DO SISTEMA INTEGRADO EM CONCEIÇÃO DA FEIRA E SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

O processo de modernização vivenciado pelo setor agropecuário brasileiro, por ser altamente seletivo e excludente, levou diversos estudiosos a acreditar que o pequeno produtor e, com ele, a pequena propriedade, estariam fadados ao desaparecimento. Entretanto, há também um grupo de estudiosos que tem defendido que a expansão do modo industrial de produzir no campo, por constituir um processo desigual e contraditório, tem possibilitado a criação e recriação de relações não-capitalistas em paralelo às relações de cunho explicitamente capitalistas, ambas envolvidas no movimento de reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, tem-se afirmado que o próprio processo de expansão das relações capitalistas no campo tem proporcionado as condições para a permanência da pequena propriedade, do trabalho familiar e, conseqüentemente, do pequeno produtor.

Na verdade, o que tem sido constatado é que a onda modernizadora que atingiu o meio rural brasileiro provocou a exclusão e a expulsão de uma parcela considerável de pequenos produtores que não conseguiu acompanhar tal processo. Entretanto, uma outra parcela destes produtores foi, de certa forma, “incorporada” à dinâmica do modo de produção capitalista no campo, seguindo uma nova lógica, pautada no processo de reprodução capitalista.

Dentre essa nova dinâmica, diversos autores, entre eles Oliveira (1986 e 1995) e Pizzolatti (1996), têm colocado o sistema de integração como uma das vias que tem permitido a reprodução e existência do pequeno produtor inserido na lógica de reprodução ampliada do capital que alcançou o setor agropecuário.

Nesse sentido, tem-se observado que o “perfil ideal” do produtor integrado procurado e priorizado pelas agroindústrias integradoras tem sido o pequeno produtor de unidades produtivas que utilizam mão-de-obra familiar. Assim, este tem

sido o perfil da maior parcela dos produtores integrados às empresas avícolas nas principais regiões avícolas do país, embora já existam tendências (ainda relativamente tímidas) de incorporar maciçamente à integração avícola um novo perfil de produtor integrado, como tem apontado Arana (2002).

É importante, portanto, traçar o perfil do produtor integrado que tem vivenciado a dinâmica da integração avícola nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Assim, a primeira preocupação foi identificar qual a principal atividade econômica (tabela n° 34) desempenhada por estes produtores integrados com o intuito de captar qual é o real significado que a atividade avícola tem para os mesmos. Estes dados foram coletados seguindo os procedimentos metodológicos explicitados, anteriormente, no capítulo 1.

Tabela n° 34

**Principal atividade econômica dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA**

Principal atividade	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Agricultor	02	13,3	01	6,7
Aposentado/pensionista	03	20,0	01	6,7
Avicultor	06	40,0	00	0,0
Comerciante	03	20,0	02	13,3
Empresário	00	0,0	02	13,3
Funcionário Público	00	0,0	03	20,0
Professor	01	6,7	02	13,3
Autônomo	00	0,0	04	26,7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006

Os dados apresentados na tabela evidenciam que uma parcela considerável dos produtores integrados entrevistados tem como atividade econômica principal atividades ligadas a outros setores da economia que não o setor primário.

No município de São Gonçalo dos Campos, apenas 6,7% dos produtores integrados entrevistados têm com fonte de renda principal as atividades desenvolvidas no meio rural. A expressiva maioria destes produtores tem nas atividades urbanas o seu principal meio de sobrevivência.

Tal afirmação pode ser constatada no percentual de profissionais autônomos (26,6%) e funcionários públicos (20,0%) envolvidos na integração nesse município o que revela que as atividades de cunho agropecuário possuem um caráter complementar na renda destes produtores integrados.

No que se refere ao município de Conceição da Feira, há aí uma sensível diferença se comparado com o município anterior. Os produtores integrados deste município, em sua maioria 40,0%, têm como fonte de renda principal a atividade avícola. Esta é uma situação que certamente encontra explicação no fato da avicultura de corte constituir a atividade econômica de maior importância em Conceição da Feira, sendo desenvolvida há muito mais tempo neste município do que em São Gonçalo dos Campos, o que contribuiu para que um número expressivo da mão-de-obra economicamente ativa estivesse envolvida nesta atividade.

No tocante à idade, ficou constatado que, embora exista uma predominância de produtores integrados situados na faixa etária entre 37 e 45 anos, tanto no município de São Gonçalo dos Campos (40,0%) quanto em Conceição da Feira (33,4%), os produtores que participaram da pesquisa constitui um grupo bastante heterogêneo do ponto de vista do perfil etário, pois a atividade avícola integrada tem conseguido atrair pessoas de diferentes faixas de idade, seja pela possibilidade de complementação da renda ou mesmo pela oportunidade de desenvolver esta atividade como principal fonte de renda (tabela n° 35).

Tabela n° 35

**Idade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Idade	MUNICÍPIO			
	<i>Conceição da Feira</i>		<i>São Gonçalo dos Campos</i>	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Menos 28	00	0,0	01	6,7
28 a 36	03	20,0	03	20,0
37 a 45	05	33,4	06	40,0
46 a 54	02	13,3	03	20,0
55 a 63	01	6,7	01	6,7
64 a 72	02	13,3	01	6,7
Mais de 72	02	13,3	00	0,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



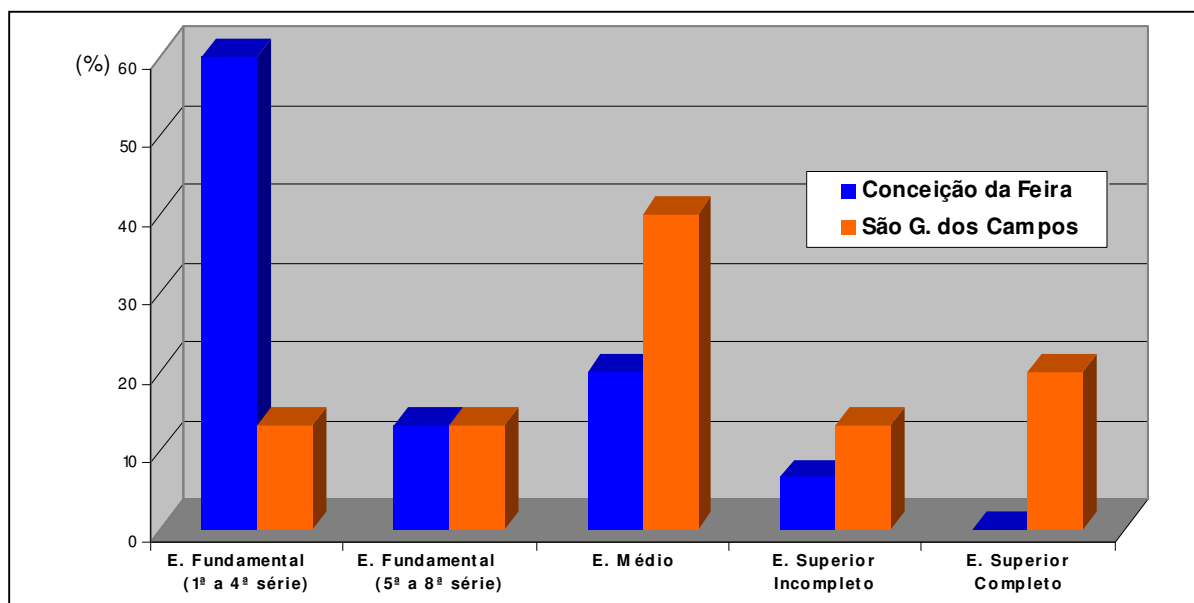
As dificuldades de acesso às instituições de ensino, entre outros fatores, sempre contribuiu para que o nível de escolarização das pessoas envolvidas nas atividades agropecuárias apresentasse um nível precário. Ao tentar traçar o perfil da escolaridade dos produtores integrados identificamos que, mais uma vez, existe uma relativa diferença entre os integrados de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (tabela n° 36 e figura n° 41).

Tabela n° 36

**Nível de escolaridade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Escolaridade	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
E. Fundamental (1ª a 4ª série)	09	60,0	02	13,3
E. Fundamental (5ª a 8ª série)	02	13,3	02	13,3
E. Médio	03	20,0	06	40,0
E. Superior Incompleto	01	6,7	02	13,3
E. Superior Completo	00	0,0	03	20,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 41 - Nível de escolaridade dos produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Em Conceição da Feira, observamos que mais de 60,0% dos produtores possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto (1ª a 4ª série). Já em São Gonçalo dos Campos, a predominância é de produtores que estudaram até o Ensino Médio. Entretanto, tem chamado à atenção neste município a presença, entre os integrados, de pessoas que possuem o Nível Superior de Ensino (13,3% nível superior incompleto e 20,0% nível superior completo), o que tem, mais uma vez, oferecido o indicativo de que a atividade avícola integrada tem constituído uma renda complementar para parte dos produtores integrados, principalmente, em São Gonçalo dos Campos, onde foi constatado que a maior parcela dos referidos produtores possui uma outra atividade considerada como principal.

Uma outra questão que permite identificar qual o significado que a avicultura tem para os produtores integrados refere-se ao tempo que eles atuam como avicultor (tabela n° 37 e figura n° 42). Essa questão permite analisar as reais transformações provocadas pela introdução do sistema integrado de produção avícola na área em estudo, pois, revela se o integrado já desenvolvia a atividade avícola antes da implantação do sistema integrado de produção. Desta forma, ao analisar há quanto tempo os produtores integrados desenvolvem a atividade de avicultor constata-se que:

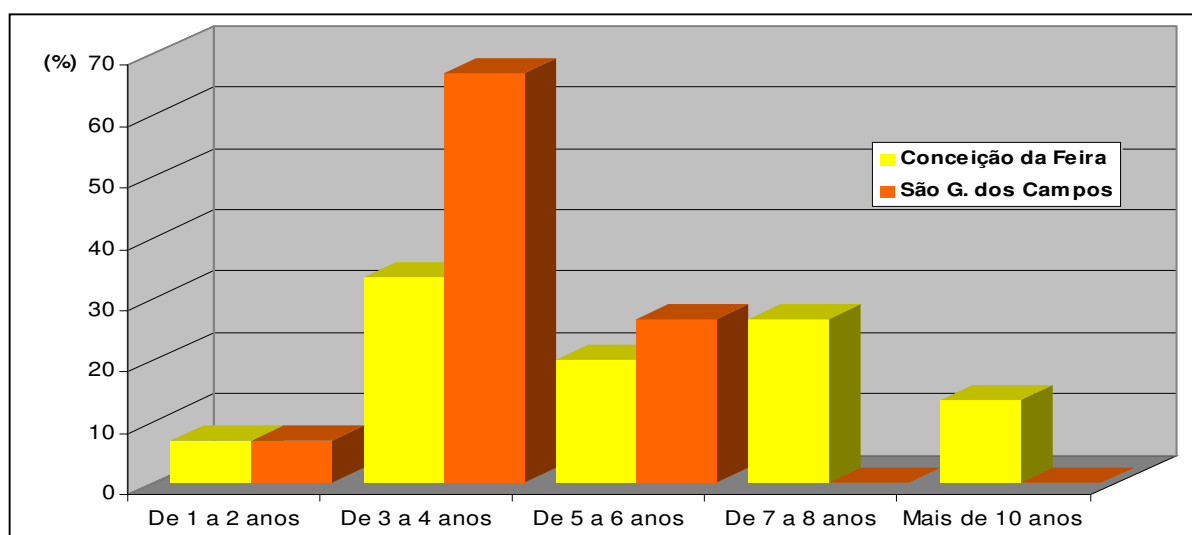
- a) Uma pequena parcela (6,7%, em Conceição da Feira e 6,7%, em São Gonçalo dos Campos) desenvolve atividade como avicultor já há um tempo de 1 a 2 anos;
- b) A grande maioria (33,4%, em Conceição da Feira e 66,7%, em São Gonçalo dos Campos) já vem de 3 a 4 anos desenvolvendo a atividade avícola comercial;
- c) Há um número relativamente expressivo de integrados (20,0%, em Conceição da Feira e 26,6%, em São Gonçalo dos Campos) que se tornaram avicultores já há um tempo de 5 a 6 anos;
- d) Em Conceição da Feira, existem ainda integrados que são avicultores a, aproximadamente, 7 ou 8 anos (26,6%) e um outro grupo (13,3%) que desenvolve a atividade, para fins comerciais, há mais de 10 anos.

Tabela n° 37

**Há quanto tempo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba atuam como avicultor**

Período	MUNICÍPIO			
	<i>Conceição da Feira</i>		<i>São Gonçalo dos Campos</i>	
	Frequência	%	Frequência	%
De 1 a 2 anos	01	6,7	01	6,7
De 3 a 4 anos	05	33,4	10	66,7
De 5 a 6 anos	03	20,0	04	26,6
De 7 a 8 anos	04	26,6	00	0,0
Mais de 10 anos	02	13,3	00	0,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 42 - Há quanto tempo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba atuam como avicultor**

Por um outro lado, considerando que a Avipal Nordeste S.A. adota o sistema de integração avícola a partir de 2001, analisar há quanto tempo estes avicultores tornaram-se integrados à empresa (tabela n° 38 e figura n° 43) pode oferecer um indicativo do quanto a integração têm alterado as relações de trabalho e produção na área em estudo.

Constata-se que 13,3% dos avicultores de Conceição da Feira e 6,7% de São Gonçalo dos Campos, tem entre 1 a 2 anos que tornaram-se integrados à Avipal Nordeste S.A. Uma outra parcela de produtores integrados, 33,4% e 13,3%, nos

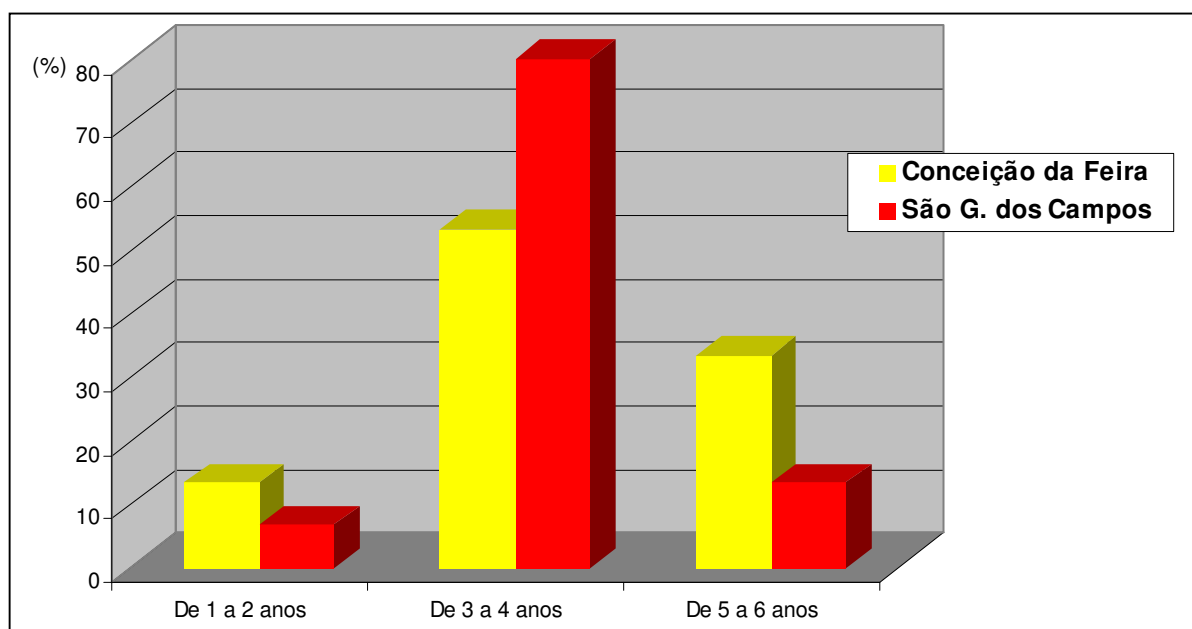
respectivos municípios, desenvolvem a atividade em regime de integração com a empresa há um período de, aproximadamente 5 a 6 anos. A grande maioria dos avicultores que participaram da pesquisa já desenvolve a avicultura de corte integrada há um período que varia entre 3 a 4 anos. Nesta situação encontram-se 53,3% dos integrados de Conceição da Feira e 80,0%, de São Gonçalo dos Campos.

Tabela n° 38

**Produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba: período que atuam como integrados da Avipal**

Período	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
De 1 a 2 anos	02	13,3	01	6,7
De 3 a 4 anos	08	53,3	12	80,0
De 5 a 6 anos	05	33,4	02	13,3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n°. 43 - Produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba: período que atuam como integrados da Avipal**

Uma comparação entre os dados referentes ao tempo dos produtores como avicultor e tempo na condição de integrado nos permite constatar que:

- a) Em Conceição da Feira, uma parcela dos produtores integrados já desenvolvia a atividade avícola, na condição de avicultor, antes de se tornarem integrados da Avipal. Neste grupo estão, principalmente, aqueles produtores que declararam ter entre 7 a 8 anos ou acima de 10 anos atuando como avicultor, mas que têm, no máximo, 6 anos na condição de integrado. Este fato demonstra que, nesse município, a introdução do sistema de integração tende gradativamente a “eliminar” o produtor avícola independente.
- b) Em São Gonçalo dos Campos, uma expressiva maioria dos produtores integrados não desenvolvia a atividade avícola anteriormente e, portanto, tem, na condição de avicultor, o mesmo tempo como produtor integrado.

As evidências levantadas ao se traçar o perfil dos produtores integrados têm permitido afirmar, inicialmente, que os integrados envolvidos na pesquisa não constituem um grupo homogêneo. Há diferenças claras entre estes produtores e tais diferenças se tornam ainda mais evidentes se comparados os dois municípios entre si.

Em Conceição da Feira, a integração avícola tem se situado como principal fonte de renda para a maior parte dos produtores integrados, principalmente porque a avicultura, desde muito tempo, constitui a principal atividade econômica do município. Nesse sentido, o que o sistema integrado implantado há poucos anos no município proporcionou foi a “cooptação” das pessoas que produziam independentemente além da incorporação de novos produtores à dinâmica da integração. Em outras palavras, transformou grande parte dos produtores avícolas independentes em produtores subordinados à dinâmica da agroindústria avícola por meio do processo de parceria. Para estes produtores, a avicultura continuou a ser a principal atividade econômica. Entretanto, para os outros produtores que têm na agricultura a principal atividade, a integração representa a complementação de uma renda agrícola. Já aqueles que desenvolvem prioritariamente atividades não-agrícolas, a integração avícola representa a complementação de uma renda não-agrícola.

Em São Gonçalo dos Campos, só recentemente é que a avicultura de corte tomou um destaque expressivo sendo considerada uma das principais atividades econômica do município. Tal fato contribuiu para que o sistema integrado fosse implantado numa área com características sociais e econômicas relativamente diferentes do que ocorreu em Conceição da Feira. Assim, o perfil do produtor integrado deste município é caracterizado pela forte presença de pessoas que não tem nas atividades ligadas ao campo a sua principal fonte de renda e, neste sentido, para tais produtores a integração também representa complementação de uma renda não-agrícola.

A implantação do sistema integrado de produção avícola provocou tanto a progressiva eliminação do produtor independente como também e, ao mesmo tempo, atraiu para o desenvolvimento da avicultura de corte pessoas cuja principal ocupação é atividades de cunho não especificamente agropecuário.

O perfil do produtor integrado em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos permite afirmar que há uma distinção muito evidente entre a dinâmica do sistema integrado avícola no Estado da Bahia e a dinâmica presente no Estado de Santa Catarina<sup>13</sup>, onde inicialmente a integração se consolidou.

Neste último Estado, os processos históricos de formação territorial, em especial, a colonização dirigida, contribuíram para a formação de uma estrutura fundiária constituída, predominantemente, de pequenas propriedades familiares onde a avicultura integrada constituiu, posteriormente, uma atividade complementar de uma pessoa que é, por origem, produtor rural.

No caso da Bahia e, especialmente, dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, não ocorreu tal movimento de colonização dirigida. Os processos históricos e geográficos (analisados, anteriormente, no capítulo 2) que influenciaram na formação territorial desses municípios contribuíram para que houvesse hoje a presença maciça de pequenas propriedades familiares. Entretanto, quando da implantação do sistema integrado, observa-se que esse sistema acabou por envolver um grupo de produtores heterogêneo que, evidentemente, conta com a presença de pessoas que vivem fundamentalmente da exploração das atividades rurais, mas, conta também com presença de produtores cuja exploração da terra constitui uma atividade secundária.

---

<sup>13</sup> Sobre a dinâmica do sistema integrado de produção avícola em Santa Catarina, ver Pertile (2004).

## 6.2 PERFIL DAS PROPRIEDADES DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA

Como afirmou-se anteriormente, a prioridade das empresas avícolas que adotam o sistema de integração tem sido preponderantemente a pequena propriedade familiar. Dessa forma, o fato de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos apresentarem uma estrutura fundiária que se caracteriza pela forte presença de estabelecimentos de pequenas dimensões explorada por mão-de-obra familiar foi mais um elemento que contribuiu para que houvesse a expansão da avicultura de corte nesta área, adotando-se o sistema integrado de produção.

Em outros termos, a estrutura fundiária de tais municípios constitui mais um dos recursos territoriais sobre os quais tem se guiado a territorialidade das agroindústrias avícolas no estado da Bahia. Entretanto, dizer apenas qual é o tamanho destas propriedades é muito pouco para que se possa conhecer o perfil das propriedades que efetivamente encontram-se envolvidas na dinâmica da integração avícola nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Necessita-se ir mais além e tentar identificar, por exemplo, o que se produz nestas propriedades, como se produz, que tipos de relações de trabalho se estruturam no interior destas propriedades, entre outras questões.

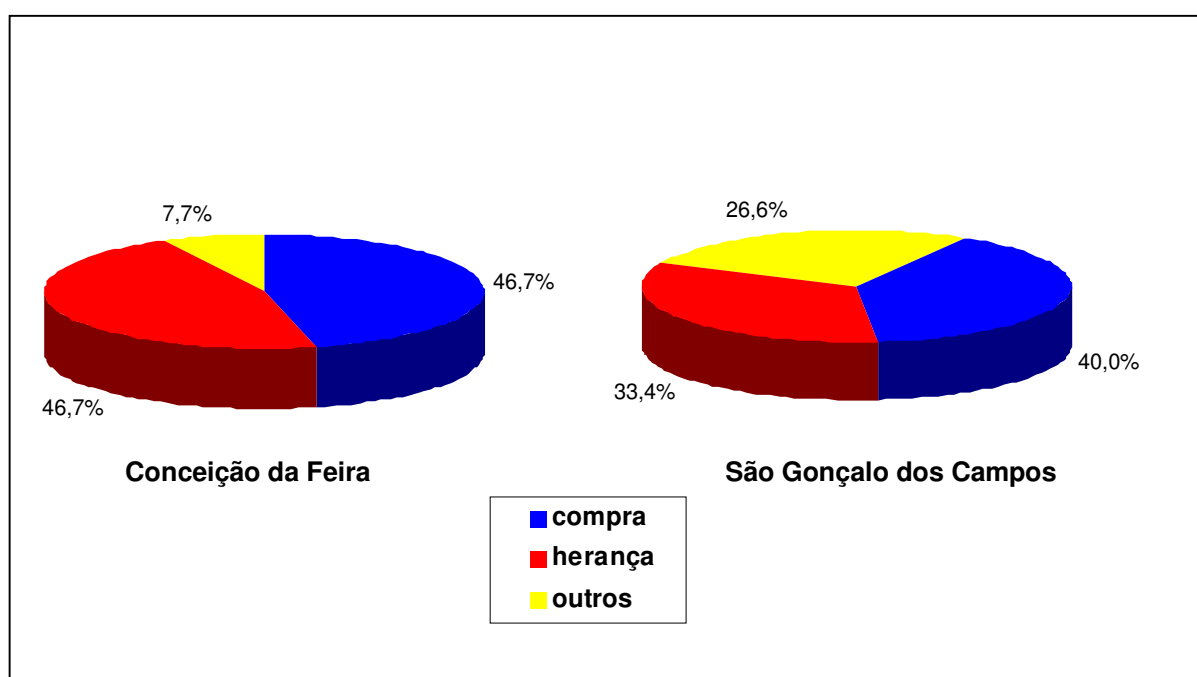
A identificação do perfil das propriedades rurais envolvidas na integração avícola permite que se realize uma análise sobre os impactos provocados pela adoção de novos mecanismos de produção no interior destas propriedades.

Entre as propriedades pesquisadas, grande parte (46,7% em Conceição da Feira e 40,0% em São Gonçalo dos Campos) foi adquirida por seus proprietários por meio da compra (tabela n° 39 e figura n° 44). A segunda maior forma de aquisição tem sido via heranças (46,7% em Conceição da Feira e 33,4% em São Gonçalo dos Campos) o que tem contribuído para que o processo de fragmentação das propriedades se efetive cada vez mais, pois esta é uma prática comum entre as famílias, isto é, a repartição da terra entre os herdeiros. Algumas propriedades foram adquiridas por outros mecanismos de aquisição que, no entanto, não foi possível especificá-los, pois os produtores entrevistados optaram por não declarar explicitamente, essas outras formas de aquisição.

Tabela n° 39  
**Forma de aquisição das propriedades do sistema integrado de produção em  
 conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos**

Forma de aquisição	MUNICÍPIO			
	<i>Conceição da Feira</i>		<i>São Gonçalo dos Campos</i>	
	Frequência	%	Frequência	%
Compra	07	46,7	06	40,0
Herança	07	46,7	05	33,4
Outros	01	6,7	04	26,6
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Figura n° 44 - **Forma de aquisição das propriedades do sistema integrado de produção em conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos**

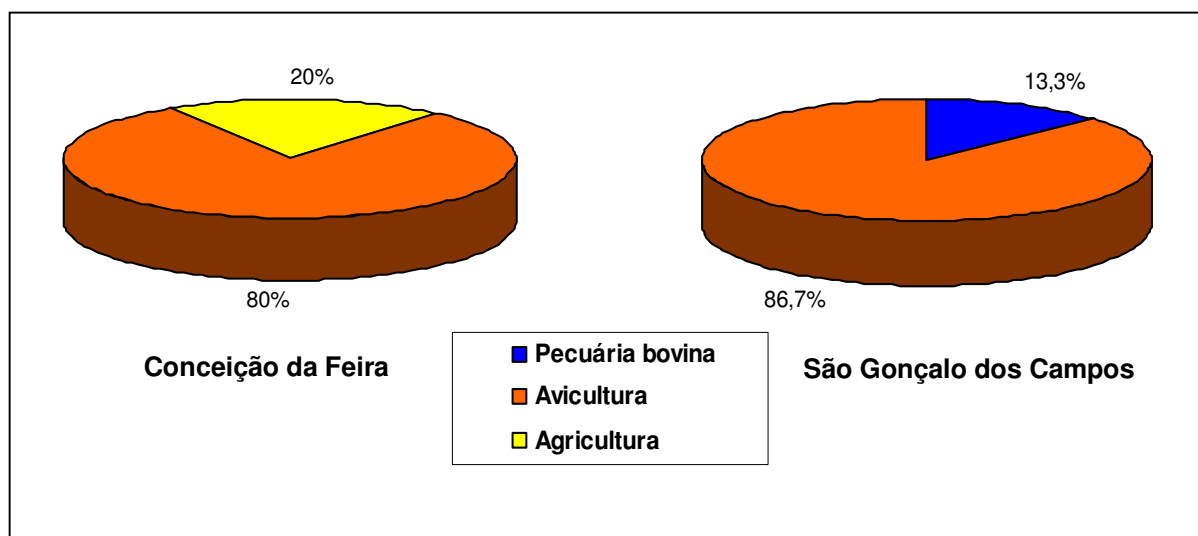
Uma outra questão que merece ser considerada é a posição ocupada pela avicultura de corte nestas propriedades (tabela n° 40 e figura n° 45). Fica evidente que tal atividade constitui a prática principal na maioria dos estabelecimentos pesquisados, sendo que, em Conceição da Feira 80,0% das propriedades investigadas têm no desenvolvimento da avicultura integrada a principal forma de exploração da terra. Já, em São Gonçalo dos Campos, essa situação envolve cerca de 86,7% dos municípios pesquisados.



Tabela n° 40  
**Principal atividade desenvolvida nas propriedades do sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA**

Atividade principal	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Pecuária bovina	0	0	2	13,3
Avicultura	12	80	13	86,7
Agricultura	3	20	0	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Figura n° 45 - **Principal atividade desenvolvida nas propriedades do sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA**

Evidentemente que na maioria destas propriedades são desenvolvidas outras atividades que servem de complemento para a renda dos seus proprietários. Entre estas atividades “secundárias” estão o cultivo de feijão, de milho e de mandioca, bem como a criação de animais como porcos, caprinos e gado leiteiro.

No entanto, o fato da avicultura de corte torna-se prática de maior destaque em grande parte dos estabelecimentos, mais uma vez reafirma-se a importância que exerce no quadro econômico e social destes municípios.

É notório que a expansão da avicultura de corte a partir do sistema integrado de produção, gradativamente tem provocado uma alteração nos processos produtivos dos estabelecimentos rurais destes municípios (principalmente em São Gonçalo dos Campos) pelos atrativos oferecidos por tal sistema. A agricultura e a criação de outros animais têm cedido espaço para a avicultura de corte que pelas perspectivas de ganhos oferecidas ao produtor, tem paulatinamente se apresentado como a atividade de maior expressão no interior das propriedades rurais.

Este quadro que nos leva a afirmar que em Conceição da Feira a avicultura de corte só tem cada vez mais se consolidado enquanto atividade de grande valor econômico nas propriedades. Já em São Gonçalo dos Campos, pelo fato da avicultura não apresentar, anteriormente a mesma expressão já verificada no município de Conceição da Feira, o que se pode afirmar é que os espaços que foram antes organizados pela pecuária bovina - como bem salientou Santos (1990) - estão sendo gradativamente transformados em espaços da produção avícola. Decorrente disto, nos dias atuais, a avicultura tornou-se uma atividade econômica de extrema importância também para o município de São Gonçalo dos Campos.

Um outro dado importante que deve ser destacado são as relações de trabalho estabelecidas no interior das propriedades vinculadas ao sistema de integração. Um fato relevante que tem caracterizado na essência esse modelo de produção é o predominante envolvimento da mão-de-obra familiar. É, aliás, um dos pontos que muitas vezes é exigido para que ocorra o processo de integração do produtor e, assim, segundo funcionários da Avipal Nordeste S.A., o modelo da agricultura familiar representa um elemento fundamental para definir o perfil de integrado procurado pela empresa.

Ressalta-se, que tal fator é significativo também para outras empresas avícolas que atuam com o sistema de integração nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, como ficou esclarecido em entrevista realizada com alguns diretores das principais empresas avícolas. Por esta razão, um dos diretores da Gujão Alimento, ao ser questionado sobre o perfil do produtor integrado, afirma que:

o perfil ideal do integrado é o produtor de pequeno porte. Que ele tenha, é claro, uma área onde possa ser construído um galpão. [...] é o pequeno produtor que tenha uma família formada e que possa ser aplicada essa mão-de-obra diretamente na produção. (Gerente de Produção da Gujão Alimentos).

Portanto, fica claro que além da pequena propriedade torna-se fundamental para as empresas integradoras, a possibilidade de contar não apenas com a mão-de-obra do produtor integrado, mas também, com a da sua família para serem empregadas no processo de engorda das aves.

Salienta-se que essa questão representa um dos mecanismos que possibilita às agroindústrias avícolas a estabelecerem estratégias para impedir que o integrado contrate mão-de-obra terceirizada para realizar suas tarefas, o que eliminaria uma das características principais da integração.

O produtor integrado e sua família quando tratam diretamente as aves têm uma maior preocupação com a produção comportando-se como se de fato fossem donos, pois, estão cientes que a sua rentabilidade depende da sua eficiência produtiva. Isso conseqüentemente permite à empresa obter uma matéria-prima dentro das especificações desejadas, podendo ou não ocorrer normalmente se o produtor integrado contrata outras pessoas para realizar suas tarefas. Em outros termos, essa mão-de-obra contratada, teoricamente não terá a mesma preocupação que o produtor tem com o aviário, uma vez que a sua remuneração não varia de acordo com os resultados obtidos.

Há um outro questionamento por trás da opção pela mão-de-obra familiar. Ao contratar funcionários para cuidar da produção, o produtor integrado teria que reduzir a sua remuneração para pagar essa mão-de-obra utilizada. Assim, a integração não se apresentaria como uma atividade altamente rentável para o produtor o que poderia lhe causar certo descontentamento com a integração avícola. Essa situação não ocorreria quando o integrado emprega a mão-de-obra familiar, porque a princípio ela não precisaria ser remunerada uma vez que se estabelece a idéia de estarem todos trabalhando para o sustento da família.

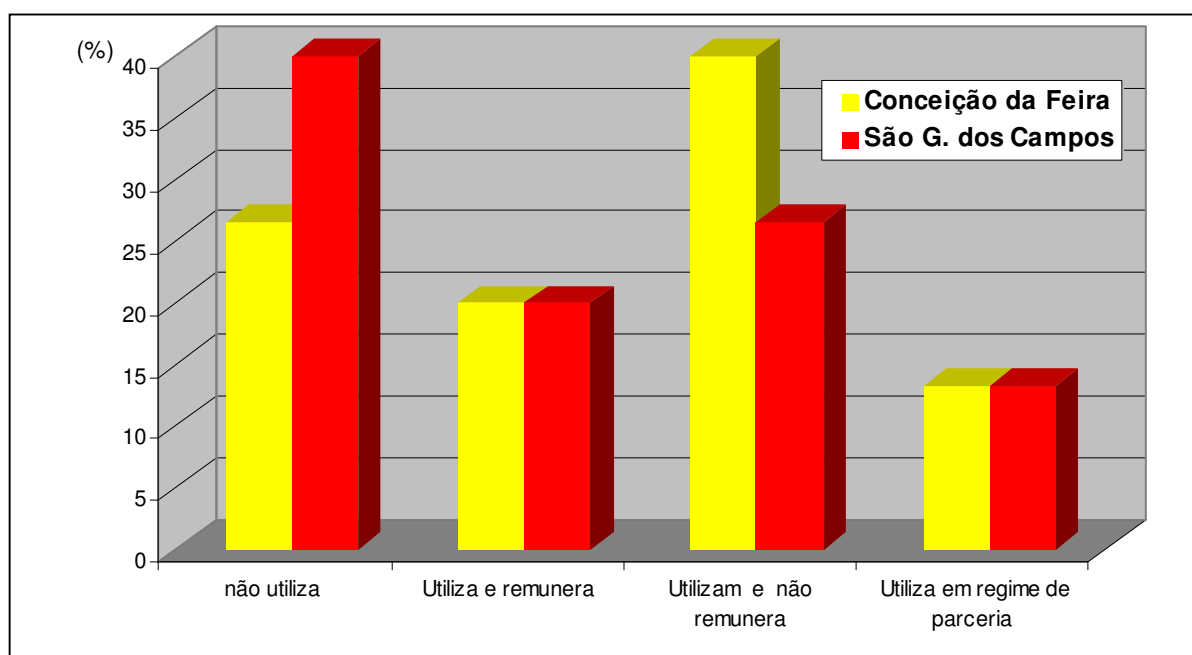
Em que pese o fato de, conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 1995/96), haver uma predominância da utilização da mão-de-obra familiar tanto nos estabelecimentos rurais de Conceição da Feira quanto de São Gonçalo dos Campos, procurou-se analisar como ocorre a utilização da mão-de-obra familiar no interior das

propriedades vinculadas ao sistema de produção integrada (tabela n° 41 e figura n° 46).

Tabela n° 41  
**Utilização da mão-de-obra familiar no sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Utilização da mão-de-obra familiar	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Não utiliza	04	26,6	06	40,0
Utiliza e remunera	03	20,0	03	20,0
Utiliza e não remunera	06	40,0	04	26,6
Utiliza em regime de parceria	02	13,3	02	13,3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Figura n°.46 - **Utilização da mão-de-obra familiar no sistema integrado de produção em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Segundo os dados apresentados na tabela n° 41 e na figura n° 46, evidencia-se que mais uma vez há diferenças muito claras entre os dois municípios no tocante à utilização da mão-de-obra familiar.

Preponderantemente, costuma-se empregar essa mão-de-obra no trato direto com as aves, porém em algumas situações ocorre dela também ser empregada nas questões administrativas da integração.

No tocante à Conceição da Feira, cerca de 26,6% dos produtores integrados entrevistados não utilizam o trabalho familiar para desenvolver as atividades da integração, mas fazem uso da contratação de mão-de-obra de terceiros e a remunera para realizar as atividades de cuidado do aviário.

Dos integrados que utilizam no interior de suas propriedades a mão-de-obra familiar na atividade avícola, 20,0% utilizam tendo que remunerá-la, 40,0% emprega a mão-de-obra dos membros da família sem, no entanto, remunerá-la por isso e 13,3% empregam mão-de-obra familiar através de uma relação de parceria – em que os rendimentos obtidos são repartidos entre os membros da família que lidam no cuidado com o aviário – perfazendo um percentual de 73,3% de produtores integrados que utilizam a mão-de-obra familiar.

Esta relação de parceria também se consolida entre o produtor integrado e pessoas com parentesco de segundo grau (tios e/ou primos) assim como, pessoas sem parentesco familiar, em que os lucros e prejuízos obtidos em cada lote são repartidos entre os parceiros.

No que tange o município de São Gonçalo dos Campos, identificou-se que uma parcela expressiva (40%) das propriedades não utiliza o trabalho familiar recorrendo à contratação de outras pessoas para desenvolverem as principais atividades do aviário. Esse quadro se deve em grande parte, ao fato dos produtores integrados entrevistados possuírem uma outra atividade, na maioria das vezes de caráter urbano, como principal fonte de renda.

Mesmo assim, existe uma maioria considerável dos produtores em São Gonçalo dos Campos que empregam a mão-de-obra familiar dentro do processo de integração, sejam nas atividades diretamente ligadas aos cuidados das aves ou na administração do aviário. Entre estes produtores, 26,6% promovem a remuneração destes trabalhadores e outros 20,0% não remunera regularmente a mão-de-obra familiar, o que juntos totalizam um percentual de cerca 46,6% das propriedades que utilizam esse tipo de relação de trabalho.

Tornou-se possível identificar que entre as propriedades pesquisadas, em São Gonçalo dos Campos, cerca de 13,3% delas implementam o regime de parceria nos mesmos moldes do que foi identificado em Conceição da Feira.

O que é interessante e, portanto, passível de destaque na questão das relações de trabalho estabelecidas nas propriedades rurais integradas é o fato de que a dinâmica do sistema de integração avícola tem contribuído para que no interior destas propriedades se organizem tanto relações de produção de cunho explicitamente capitalistas (mão-de-obra assalariada), quanto àquelas que a princípio se configurariam enquanto relações não capitalistas (mão-de-obra não-assalariada e regime de parceria).

A esse respeito, Oliveira (1986, p. 11) afirma que “é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento”. Nessa perspectiva necessiat-se compreender a dinâmica das relações de produção no interior destas propriedades avícolas como uma expressão do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo.

Há que se destacar ainda que o próprio sistema de integração por si só já constitui um processo de tercerização de uma das etapas da produção avícola. É uma tercerização que, como afirmamos anteriormente, tem priorizado a utilização da mão-de-obra do integrado e de sua família. Entretanto, ao notar que nos municípios de Conceição da Feira e também de São Gonçalo dos Campos há uma tendência em se contratar mão-de-obra de outras pessoas (que não são membros da família) para procederem no cuidado das aves, poderíamos afirmar que esta dinâmica conduz a um processo de “quarterização” de uma das etapas produtivas da carne de frango, neste caso, a etapa de engorda das aves.

Tal questão decorre do fato de que os processos históricos de ocupação e apropriação do espaço rural desses municípios não proporcionaram a implementação de unidades agrícolas familiares consolidadas.

Outro elemento de suma importância dentro do sistema integrado de produção nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos refere-se à área das propriedades envolvidas em tal modelo de produção.

Como se afirmou anteriormente, o perfil ideal de produtor estabelecido por grande parte das empresas avícolas integradoras é o produtor que possui propriedades de pequeno porte. Destarte, indubitavelmente, a estrutura fundiária e o regime de propriedade dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos tornaram-se fatores importantes, especialmente para a Avipal Nordeste S.A., no processo de implantação do sistema integrado.

Segundo informações de um funcionário da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a pedido da Avipal Nordeste S.A. realizou-se um trabalho a fim de identificar possíveis produtores para serem integrados à empresa. Sendo assim, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos apresentaram excelentes condições tanto pela presença de alguns empreendimentos avícolas quanto pela presença de pequenos produtores rurais.<sup>14</sup>

A estrutura fundiária de tais municípios se caracteriza pela forte presença de pequenas propriedades onde a grande maioria deles possui área menor do que 10 ha e onde predomina o uso de mão-de-obra familiar.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a estrutura fundiária constitui também um recurso territorial que tem sido fortemente decisivo no processo de territorialização da avicultura de corte na escala espacial dos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Assim, a tabela nº 42 e a figura nº 47 apresentam dados referentes à área das propriedades envolvida no sistema de integração nos dois municípios.

Dos estabelecimentos pesquisados, observa-se que, em Conceição da Feira, cerca de 40% possuem área entre 4 a 8 hectares e 26,6% de 9 a 18 hectares e 20% possuem uma dimensão de 1 a 3 hectares.

No que se refere a São Gonçalo dos Campos, há uma maior parcela (40%) de propriedades integradas que possui área entre 19 a 38 hectares e 20% entre 39 a 80 hectares. Outros 20% das propriedades pesquisadas neste município situam-se entre 4 a 8 hectares.

Percebe-se uma pequena variação entre as áreas das propriedades envolvidas, mas, o que prevalece no geral é a presença de estabelecimentos de pequeno porte acompanhando o perfil da estrutura fundiária desses municípios. Decorre desta questão da área das propriedades da avicultura integrada um outro ponto de grande relevância: as alterações na estrutura fundiária. Tais alterações fato têm demonstrado a expressiva territorialidade da empresa integradora no sentido de mobilizar os recursos territoriais com o objetivo de atender aos seus objetivos.

O fato é que como uma das exigências da empresa integradora para promover a integração do produtor era o título da propriedade, sendo, inicialmente, permitido apenas um aviário por integrado, muitas propriedades foram

---

<sup>14</sup> Não foi possível obter dados mais concretos relacionados à este estudo. Entretanto, fica evidente que há uma relação entre a empresa e o Estado, onde este último auxilia no processo de localização da empresa.

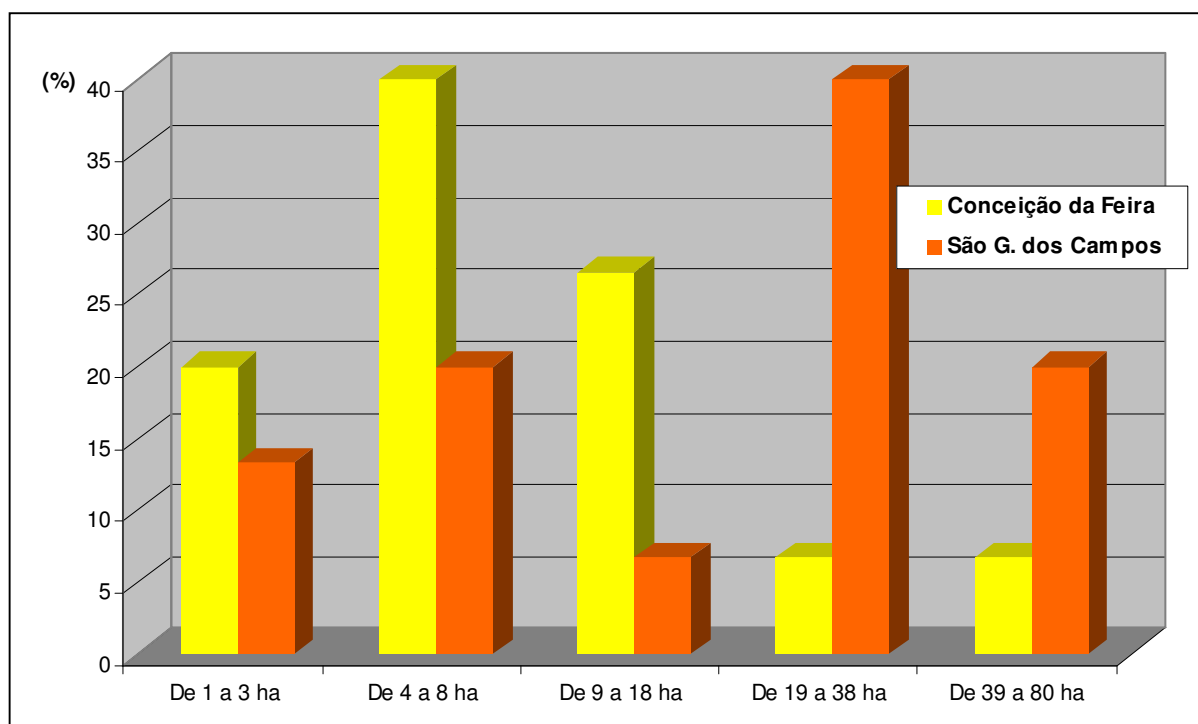
desmembradas para permitir que membros de uma mesma família se tornassem integrados.

Tabela n° 42

**Área das propriedades envolvidas no sistema integrado de produção avícola em  
Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA**

Grupo de área	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
De 1 a 3 ha	03	20,0	02	13,3
De 4 a 8 ha	06	40,0	03	20,0
De 9 a 18 ha	04	26,6	01	6,7
De 19 a 38 ha	01	6,7	06	40,0
De 39 a 80 ha	01	6,7	03	20,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 47 - Área das propriedades envolvidas no sistema integrado de produção avícola em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - BA**



Sem dúvida, essa dinâmica provocou a fragmentação efetiva de algumas propriedades, isto é, tanto em registro em cartório quanto nas propriedades através da implantação de cercas separando as porções de terra de cada um dos membros das famílias. Entretanto, tem se notado que na grande maioria das propriedades, como o principal objetivo era possibilitar a obtenção de mais de um aviário por uma única pessoa, o desmembramento efetivou-se apenas no plano jurídico. Foi realizado o parcelamento da propriedade, registrando em cartório cada parcela de terra no nome dos seus cônjuges, filhos e/ou pais, sem contudo haver a divisão efetiva desta propriedades.

Com raríssimas exceções, as propriedades envolvidas no sistema integrado de produção são frutos de um processo de desmembramento jurídico - com registro em cartório - e, muitas vezes efetivo, com o estabelecimento de cercas, com intuito de possibilitar a aquisição de mais de um aviário por família ou com o objetivo de permitir que diferentes membros de uma família tenham, efetivamente, a oportunidade de se tornarem produtores integrados.

Esta prática inclusive é de conhecimento da Avipal, pois para efeito de controle da produção, a mesma não leva em consideração os desmembramentos efetuados em cartório. Desta forma, o número de propriedades apresentados na tabela n° 43 é menor do que o número de integrados.

Tabela n° 43

**Número de integrados, propriedades e aviários do sistema integrado da Avipal Nordeste S.A em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – BA**

Município	N° de integrados	N° de propriedades*	N° de aviários
Conceição da Feira	50	17	50
São Gonçalo dos Campos	54	17	54
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>34</b>	<b>104</b>

FONTE: Dados fornecidos pela Avipal Nordeste S.A.

\* Os dados de 2005

Como cada produtor só poderia financiar um aviário por vez e, para isso, seria necessário a apresentação do título da propriedade, a empresa integradora devido as suas necessidades, permitiu que o desmembramento da propriedade se efetivasse apenas no plano jurídico, isto é, apenas com registro em cartório. Assim, do ponto de vista jurídico, o número de propriedades envolvidas no sistema

integrado de produção avícola da Avipal, em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos é exatamente igual ao número de produtores integrados em cada um destes municípios. Mas, na realidade, os aviários dos membros de uma mesma família são considerados pela empresa como pertencentes a uma única propriedade.

Este processo constitui um reflexo da territorialidade da Avipal Nordeste S.A., o qual foi motivado partir das ações e estratégias desta empresa, para implantar, o mais rapidamente possível o sistema integrado de produção nestas localidades. Vale destacar que esta empresa atuou como avalista do financiamento do produtor e, portanto, necessitava ter como garantia a propriedade do produtor. Por isso, a exigência era somente a divisão da propriedade do ponto de vista jurídico e não do ponto de vista operacional.

Aqui reside um elemento muito evidente que denuncia como a territorialidade da avicultura de corte, a partir do sistema integrado de produção da Avipal Nordeste S.A. tem promovido transformações socioespaciais nos municípios já mencionados.

Foram as necessidades apresentadas pela empresa avícola no sentido de no momento inicial de sua implantação e funcionamento reunir um número expressivo de produtores integrados que lhes garantisse a oferta da matéria-prima na quantidade e qualidade desejada, que a fez conduzir um processo de modificação da estrutura fundiária dessas localidades promovendo a fragmentação de diversos estabelecimentos rurais, ainda que, em muitos destes tal fragmentação só tenha ocorrido juridicamente.

Tem-se com isso a revelação de um evidente mecanismo que tem possibilitado a expansão do modo industrial de produzir no campo de modo contraditório e combinado. Significa que, ao mesmo tempo essa expansão tem promovido a exclusão de uma parcela considerável de pequenos produtores e propriedades que não conseguem acompanhar a dinâmica de modernização agropecuária, tendo ela mesma criado mecanismos que permitem não só a permanência, como também a reprodução do pequeno produtor e da pequena propriedade.

A necessidade de recorrer ao capital financeiro via financiamentos para promover modernização dos processos produtivos do campo tem contribuído para excluir uma parcela considerável de pequenos produtores, que pela falta de garantias para oferecerem em troca de tais financiamentos, se encontram obrigados

a vender suas terras. Por um outro lado, os pequenos produtores que conseguem obter financiamentos, muitas vezes se vêem impossibilitados de quitar os seus débitos e, neste entrave perdem a propriedade que deram como garantia para a tomada do empréstimo. Isso, de início tenderia a ocasionar o expressivo “desaparecimento” da pequena propriedade.

Mas, o que tem sido observado é a permanência e reprodução do pequeno produtor e da pequena propriedade dentro dos mecanismos criados pela expansão do modo de produção capitalista no campo. Isto se deve a dinâmica vivenciada pelo sistema integrado de produção avícola nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos ao revelar uma das vias que tem permitido tal permanência e reprodução. Em outros termos, a necessidade de adquirir financiamentos e as exigências impostas pelo capital industrial, neste caso, representado pela empresa avícola através do sistema de integração tem levado por meio dos processos de desmembramentos, a uma permanência e reprodução da pequena propriedade e, conseqüentemente, do pequeno produtor.

### 6.3 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E AUTONOMIA NO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA

A dinâmica estabelecida no sistema integrado de produção possibilita que o avicultor integrado permaneça dono dos meios de produção. Nessa diretriz, o contrato de integração não tem o mesmo caráter da típica contratação de um operário que não possui a propriedade dos meios de produção.

Ao se fazer a contratação de operários para cuidar das aves, as empresas estabelecem quais serão as funções dos operários e qual remuneração que os mesmos receberão para desempenhá-las. Assim, estes operários normalmente costumam desempenhar apenas as funções que lhes foram atribuídas e a empresa arca com os custos dos encargos sociais decorrentes da contratação desta mão-de-obra.

A partir da integração, o integrado continua dono dos meios de produção (a propriedade, aviários e os equipamentos), mas a sua remuneração dependerá

decisivamente do cuidado que este avicultor vai dispensar ao aviário. Em outros termos, o valor da remuneração do produtor integrado está atrelado fortemente à sua eficiência produtiva, ou seja, ao seu desempenho na conversão alimentar (quilo de ração consumida por quilo de carne produzida), no controle da mortalidade, no controle do desperdício de ração etc.

Isto significa que quanto maior o cuidado e empenho do integrado com as aves, melhor será seu rendimento ao final do lote. Logo, para que consiga atingir melhores índices de eficiência produtiva, o produtor é levado a atender as orientações técnicas da empresa que chegam, por exemplo, a proibir a criação de outras aves (a exemplo do frango caipira) no interior das propriedades integradas. Desse modo, as relações de trabalho e produção estabelecidas no interior do sistema integrado têm se refletido na subordinação do avicultor e da sua propriedade à empresa avícola (figuras n° 48 e n° 49). O avicultor, produtor integrado, portanto, constitui o proprietário de direito, mas não de fato, pois os ritmos de trabalho e de produção no interior das propriedades avícolas integradas passam a ser comandados pela empresa integradora, isto é, pela Avipal Nordeste S.A.

Foto: Trabalho + de campo, 2006



Figura n° 48 - Trabalho do avicultor no aviário (aves com dois dias de vida)

Foto: Trabalho +de campo, 2006



Figura n° 49 - **Trabalho do avicultor no aviário (aves com 28 dias de vida)**

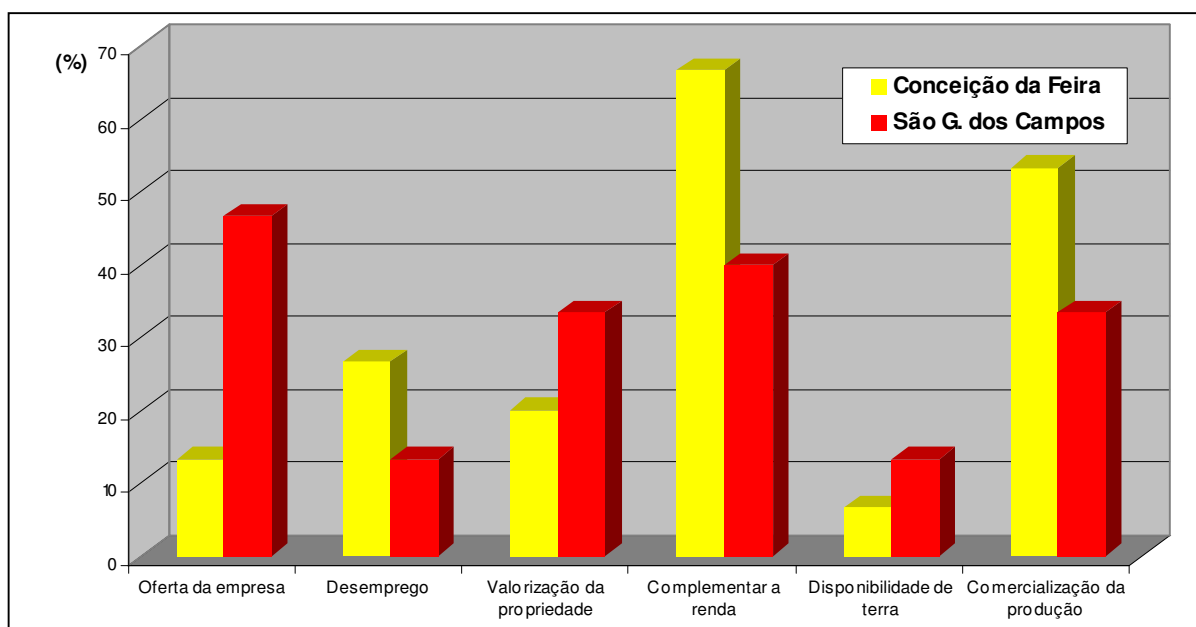
Concorda-se com Oliveira (1986, p. 54) quando afirma que no geral “o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital”.

Nitidamente nota-se o fato de que essa subordinação do pequeno produtor e de sua propriedade ao capital industrial (através da agroindústria avícola) e ao capital financeiro (via financiamento do aviário) tem sido motivada, também por ser esta uma forma que o produtor tem encontrado para permanecer no meio rural e garantir a sua sobrevivência e de sua família. No entanto, considerando que é nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos que o sistema de produção integrada tem envolvido um grupo heterogêneo de integrados, faz-se necessário identificar quais os principais elementos que tem motivado o processo de integração por parte do produtor integrado (tabela n°44 e figura n° 50)

Tabela n° 44  
**Principais motivos da integração dos produtores integrados nos Municípios de  
 Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Principais motivos	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Oferta da empresa	02	13,3	07	46,7
Desemprego	04	26,6	02	13,3
Valorização da propriedade	03	20,0	05	33,4
Complementar a renda	10	66,7	06	40,0
Disponibilidade de terra	01	6,7	02	13,3
Comercialização da produção	08	53,3	05	33,4

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Figura n° 50 - **Principais motivos da integração dos produtores integrados nos  
 Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Através dos dados presentes na tabela n° 44 e na figura n° 50, sobre os principais motivos que segundo os produtores pesaram na decisão para optar pela integração, é possível verificar que as maiores referências tem sido feitas à necessidade de complementação da renda, à comercialização da produção, aos atrativos oferecidos pela empresa, à valorização da propriedade, ao desemprego e à disponibilidade de terras.

Em Conceição da Feira, o fator complementação da renda foi apontado por cerca de 66,7% dos produtores entrevistados, seguida da questão da comercialização da produção que foi apontada por 53,3% dos integrados.

Na verdade, fica notável que neste município como há uma parcela considerável de avicultores que tem a atividade avícola como principal fonte de renda, o fator complementação desta aparece no sentido de justificar que a integração tem possibilitado o aumento da renda gerada pela avicultura. Esse aumento verifica-se, principalmente, a partir do momento em que as aves já possuem um destino certo estabelecido via contrato: a empresa integradora. Ao proceder desta forma, tem-se evitado que o avicultor tenha a necessidade de procurar comprador e, enquanto isso, tenha que arcar com custos produtivos excessivos. A integração tem facilitado, portanto, o processo de comercialização da produção, garantindo a esses avicultores uma renda após a entrega dos lotes de aves. Explica-se, em grande parte, o fato de haver por parte dos integrados uma expressiva referência ao fator comercialização da produção.

Um outro elemento que merece destaque é a referência feita à questão do desemprego como fator que tem influenciado na decisão dos avicultores de Conceição da Feira em se tornarem integrados. Tal referência se dá por cerca de 26,6% dos entrevistados, embora isso não signifique que estes avicultores se encontrassem necessariamente na condição de desempregados. Assim, repetidas vezes, essa remissão é realizada pelo fato do sistema integrado de produção oferecer uma ocupação também para outras pessoas, sejam elas membros da família ou não. Aliás, é um fato constatado tendo em vista que o número de trabalhadores aumentou na maioria absoluta das propriedades integradas.

No tocante aos avicultores de São Gonçalo dos Campos, a maior referência (46,7%) tem sido feita à questão da oferta da empresa integradora, neste caso, a Avipal Nordeste S.A.. O interessante aqui é que essa oferta atribui-se, principalmente, à facilidade de aquisição do financiamento do aviário o que pesou decisivamente para grande parte dos avicultores optarem pela Avipal Nordeste S.A. e não por outra empresa integradora. Em outros termos, foi o fato da Avipal Nordeste S.A. atuar como avalista do empréstimo para construção do aviário o que possibilitou o envolvimento dos produtores integrados.

É importante salientar que a obtenção do financiamento para construção dos aviários tem sido considerada pela Avipal Nordeste S.A. - empresa integradora-

como um dos elementos que dificultam a expansão da avicultura de corte via sistema integrado de produção. O que levou um dos Gerentes da empresa afirmam que:

o ponto de estrangulamento pensando num futuro eu diria que seria a questão do financiamento dos galpões. (...) aqui nós temos dificuldades pela falta de garantias que o produtor pode dar. Haveria dificuldades pela questão do perfil dos produtores, pela rapidez com que o projeto foi implantado, afinal, o abatedouro estava pronto e não tinha frango para abater (Gerente Agropecuário da Avipal Nordeste S.A.)

Esta situação demonstra claramente mais um aspecto da territorialidade da avicultura de corte e do sistema integrado de produção a partir da Avipal, não só no município de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e demais municípios envolvidos na dinâmica territorial da empresa. Ao identificar um elemento, neste caso, a dificuldade dos produtores em oferecer garantias em troca do financiamento do aviário, o que dificultaria a sua territorialização a partir do sistema integrado de produção, as ações e estratégias da Avipal têm sido implementadas no sentido de eliminar tal entrave avaliando os financiamentos dos produtores. O pagamento das parcelas do financiamento se dá diretamente pela empresa a partir dos descontos efetivados no rendimento do integrado no fechamento de cada lote.

A segunda maior referência dos produtores integrados de São Gonçalo dos Campos tem sido colocada na questão da complementação da renda (33,4%) e também na valorização da propriedade (33,4%).

O fato da expressiva maioria dos produtores integrados desse município não possuir como fonte de renda principal a avicultura de corte tem contribuído para que o seu ingresso no sistema integrado seja motivado, também, pela possibilidade de obtenção de uma renda “extra”, que se torna a complementação de uma renda não-agrícola.

A valorização da propriedade dentro da integração é revelada no fato de que o valor de um aviário, com capacidade de alojamento para 15 mil aves, na época da integração destes avicultores, situava-se em aproximadamente R\$ 60.000,00, sendo que este valor segundo alguns avicultores, representava um valor excessivamente maior do que aquele da sua propriedade. Por isto, no término de pagamento do financiamento a sua propriedade estará valorizada sobremaneira por conta da presença do aviário.



O fato é que com a integração há um processo de subordinação dos produtores integrados à empresa integradora que se traduz na diminuição de sua autonomia e numa relação de subordinação. Desta maneira, concordamos com Pertile (2001, p. 40). ao afirmar que “por ser proprietário, o produtor tem a impressão de que é independente e autônomo. A relação de dominação está refletida principalmente na relação contratual que explicita a subordinação do agricultor [avicultor] à indústria”.

É impossível negar que a integração tenha provocado melhorias nas condições de criação dos avicultores integrados (principalmente para aqueles que criavam de forma independente), sobretudo, no que se refere à base técnica e aos mecanismos de comercialização da produção. As figuras n° 51, n° 52 e n° 53 denunciam de certa forma um dos aspectos destas melhorias técnicas provocadas pela dinâmica da integração avícola no interior das propriedades avícolas. Na figura n° 51 é possível verificar as precárias condições do aviário utilizado pelo avicultor quando o mesmo desenvolvia a atividade de forma independente.



Foto: Trabalho de campo, 2006

Figura n° 51 - **Aviário utilizado pelo avicultor antes da integração**  
– **Conceição da Feira - BA**

Foto: Trabalho de campo, 2006



**Figura n° 52 - Aviário utilizado pelo avicultor a partir da integração  
– Conceição da Feira - BA**

Foto: Trabalho de campo, 2006



**Figura n° 53 - Equipamentos utilizados no interior dos aviários de integração  
– Conceição da Feira - BA**

A figura n° 52 já aponta uma melhoria das condições técnicas do modelo de aviário utilizado no sistema de integração, somando-se aí a utilização de equipamentos (bebedouros, comedouros, pulverizadores, ventiladores etc.) relativamente modernos no interior destes aviários (figura n° 53).

Em que pese o fato de haver uma certa melhoria nas condições técnicas de desenvolvimento da avicultura de corte no interior das propriedades integradas, promovendo a valorização da propriedade, como foi apontado por diversos produtores integrados, existe paralelamente, um processo de redução da autonomia do produtor sobre a sua propriedade uma vez que o mesmo perde o controle do processo produtivo.

A perda desse controle produtivo revela-se na situação de ser a empresa integradora o principal agente a estruturar e implementar as “regras” de produção fora e dentro das propriedades integradas, determinando por exemplo, o tipo de criação (raça, sexo e finalidade das aves), quando será feito o alojamento e a retirada das aves e os objetos técnicos utilizados na criação. Configura-se uma relação de subordinação e dominação do integrado e de sua propriedade às regras da empresa e as exigências do mercado, revelada inclusive, no Contrato de Parceria Avícola ao estabelecer que:

A PARCEIRA PROPRIETÁRIA, remeterá ao PARCEIRO CRIADOR, pintos de corte de um dia, de sua produção e propriedade, para que este em seu estabelecimento rural descrito acima, por si e/ou seus prepostos, empregando o manejo recomendado pela boa técnica avícola, crie ditos pintos até estes atingirem o peso e idade ideal para o abate, **conforme necessidade do mercado**. (Cláusula Segunda, do Contrato de Parceria Avícola, grifo nosso)

**O PARCEIRO CRIADOR se compromete a não manter qualquer tipo de criação de aves em seu estabelecimento**, a não ser a aqui prevista e contratada, autorizando desde já a PARCEIRA PROPRIETÁRIA a acompanhar e fiscalizar sempre que achar necessário, a criação e engorda do lote de aves objeto desta parceria. (Cláusula Segunda, Parágrafo 2º, do Contrato de Parceria Avícola, ,grifo nosso)

Sendo assim, existe o estabelecimento de um processo que culmina numa relativa diminuição de autonomia do produtor sobre sua propriedade, uma vez que o mesmo, a partir do momento em que se torna integrado passa a produzir de acordo com as exigências e necessidades da empresa integradora (do mercado) autorizando-a, inclusive, a “acompanhar” e “fiscalizar” o processo produtivo no interior de sua propriedade.



Foto: Trabalho de campo, 2006



**Figura n° 54 - Placa de identificação da propriedade integrada  
– Conceição da Feira - BA**

Foto: Trabalho de campo, 2006



**Figura n° 55 - Placa de identificação da propriedade integrada:  
São Gonçalo dos Campos -- BA**

Partindo deste ponto de análise, afirma-se que o espaço rural dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos encontra-se marcado pela presença das relações de poder entre a empresa integradora, no caso em análise, a Avipal Nordeste S.A. e os produtores integrados. É possível, inclusive, verificar a presença de tais relações, por exemplo, a partir das placas de identificação das propriedades rurais integradas (figuras n° 54 e n° 55).

Há neste símbolo (placa de identificação da propriedade) uma expressão das relações de poder existentes entre integrado e integradora que no mesmo instante, denuncia uma dinâmica de subordinação deste com a empresa integradora e também a territorialização da Avipal Nordeste S.A. nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Por esta lógica, a partir da análise da dinâmica das relações de poder estabelecidas no interior da integração avícola, pode-se ratificar que a placa de identificação na entrada das propriedades integradas constitui um símbolo da relativa diminuição da autonomia do produtor sobre sua propriedade, da subordinação deste produtor e de sua propriedade à Avipal Nordeste S.A e conseqüentemente da territorialidade desta empresa nos municípios pesquisados. Em outras palavras é uma forma utilizada pela agroindústria integradora não só para (de)marcar território como um indicativo do poder exercido pela empresa sobre a propriedade e o integrado.

As empresas determinam as estratégias de acordo com a dinâmica de funcionamento do mercado (ALTMANN, 1997) e, neste sentido, a adoção do sistema integrado de produção tem transformado as relações de trabalho, produção e, por conseqüência as relações de poder, no espaço rural de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. O conjunto destas relações constitui uma das bases de territorialidade da avicultura de corte na Bahia conduzida via um processo de subordinação do produtor integrado que, por sua vez, sob pena de não atingir os resultados que lhes são exigidos vê-se “obrigado” a seguir as exigências do mercado e da empresa integradora, “renunciando” a sua autonomia sobre a atividade produtiva em sua propriedade rural.

A territorialização das empresas agroindustriais avícolas ocorre também, no interior das propriedades integradas, uma vez que, elas (as empresas) através da integração tomam para si o controle efetivo do processo produtivo na propriedade e “ditam as regras” de acordo com as suas estratégias de mercado.

As empresas conduzem o processo produtivo determinando o quê, como, quando e quanto vai ser produzido, onde será produzido e, por fim, quanto será pago ao produtor integrado.

Quanto ao produtor integrado, o mesmo encontra-se subordinado ao capital, às regras da empresa integradora, perdendo a sua capacidade de decidir autonomamente sobre a organização produtiva no seu estabelecimento rural. Ele continua a ser o proprietário do estabelecimento rural, mas, a sua condição de integrado implica em seguir as estratégias e interesses da empresa integradora.

#### 6.4 CONFLITOS DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AVÍCOLA

Segundo Brito (2004, p. 20), a territorialidade, “resulta de relações sociais desenvolvidas entre diferentes agentes mediada pelo poder e projetada numa dada porção do espaço geográfico, que se torna território”.

Raffetin (1993, p. 160) defende que a territorialidade é “um conjunto de relações que se origina num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Retomamos as afirmações desses autores com o objetivo de justificar ressaltar o aspecto da relação presente no conceito de territorialidade. Territorialidade implica na estruturação de relações entre diferentes agentes em que os mesmos procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. O que acarreta na presença de objetivos diferenciados e de meios diversos para atingi-los.

No interior destas relações, os agentes se diferenciam pelos meios e capacidade que dispõem para alcançar seus propósitos. São, portanto, relações entre desiguais que se interagem para alcançar objetivos mas, tal interação pode também revelar aspectos de conflitos.

A dinâmica da territorialidade avícola revela a existência de uma liderança exercida pela empresa avícola (Avipal Nordeste S.A.) engendradora no âmbito das relações de produção do sistema de integração avícola nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Tal liderança advém da capacidade

modernizadora que este agente tem e que lhe possibilita mobilizar os recursos territoriais em favor dos seus objetivos, promovendo, paralelamente, uma subordinação do avicultor integrado e de sua propriedade aos ditames do capital industrial e financeiro.

Inegavelmente, nota-se que tendo em vista o jogo de interesses e objetivos que permeiam as relações entre a indústria e os produtores avícolas, o sistema de produção integrada muitas vezes apresenta conflitos entre estes agentes. A existência de tais conflitos encontra-se evidenciada, especialmente a partir do criação da Associação dos Integrados em Avicultura do Estado da Bahia (AIAVEBAHIA)<sup>15</sup>.

A AIAVEBAHIA tem sua origem na iniciativa dos produtores integrados do município de São Gonçalo dos Campos, o que não a impediu de conseguir mobilizar produtores integrados à Avipal Nordeste S.A. em diferentes municípios da Bahia. Segundo seus fundadores, a associação foi criada com o intuito de defender os interesses do integrado junto à empresa integradora, mas tem encontrado diversas dificuldades pelo fato da Avipal Nordeste S.A. não reconhecer a existência da Associação.

Decorre deste preâmbulo, outras questões que foram verificadas em pesquisa de campo e que se apresentam como fatores que têm dificultado a consolidação da Associação de Integrados. Entre estes fatores, relatados por alguns produtores integrados (principalmente no município de Conceição da Feira), estão: o receio de sofrerem retaliações por parte da empresa e o fato de não concordarem com o andamento das reuniões da Associação, embora concordem que o sistema integrado apresente grandes problemas que prejudicam o integrado. Neste sentido, pode-se afirmar que estes fatores têm dificultado o fortalecimento da Associação dos Integrados.

Outro aspecto importante que tem expressado a existência de impasses entre a empresa e os integrados é a realização de Audiências Públicas a partir da petição de representantes do poder público legislativo com o objetivo de buscar um entendimento entre os produtores integrados e a empresa integradora.

Necessita-se destacar que os pontos que deixam os criadores insatisfeitos são relativos a lucratividade, a tabela de preço das aves, algumas taxas, as

---

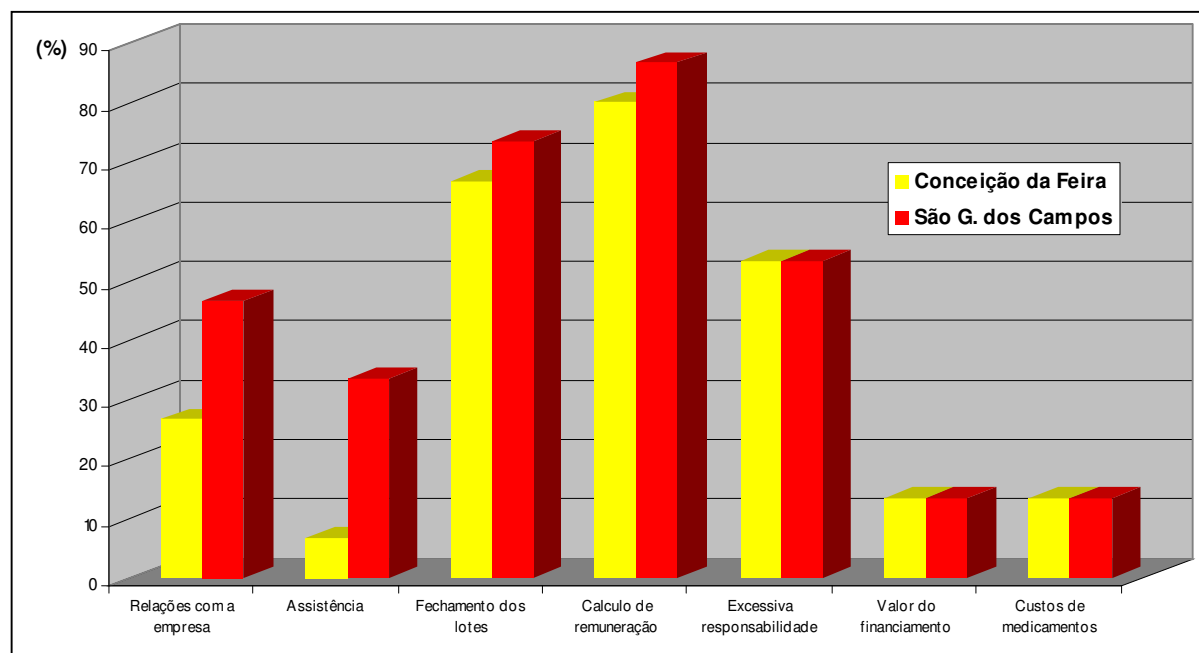
<sup>15</sup> Até o momento, a Associação encontra-se em fase de consolidação e, por isso, ainda não possui sede própria e nem um número fixo de associados.

condições dos galpões de criação, entre outros. Mesmo assim, os fatores que norteiam estes conflitos são variados e envolvem desde as situações ligadas ao financeiro até mesmo o relacionamento da empresa com os integrados. Na verdade, é de suma importância deixar evidente o fato de demonstrar que as relações existentes na dinâmica da produção integrada não implica em uma ausência de conflitos entre os agentes envolvidos.

Tabela n° 45  
**Principais problemas da integração segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Principais problemas	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Relações com a empresa	04	26,6	07	46,7
Assistência técnica	01	6,7	05	33,4
Fechamento dos lotes	10	66,7	11	73,4
Calculo de remuneração	12	80,0	13	86,7
Excessiva responsabilidade	08	53,3	08	53,3
Valor do financiamento	02	13,3	02	13,3
Custos de medicamentos	02	13,3	02	13,3

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 56 - Principais problemas da integração segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**



Os dados da tabela n° 45 e da figura n° 56 destacam quais os principais problemas da integração apontados pelos produtores integrados dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos e por sua vez revelam a existência de uma dinâmica relativamente conflituosa nas relações de trabalho e produção que caracterizam a expansão da avicultura de corte na Bahia.

Tanto em Conceição da Feira quanto em São Gonçalo dos Campos, a questão dos custos de medicamentos e valor do financiamento do aviário são apontados por cerca de 13,3% dos integrados em cada município como um dos principais problemas da produção integrada.

Com relação aos custos dos medicamentos, as inquietações estão basicamente centradas no fato do produtor ter que arcar com os custos quando as aves apresentam doenças em que as causas são de origem genética e, portanto, fogem da responsabilidade do integrado.

No que tange ao financiamento observamos que quase a totalidade dos produtores entrevistados possui aviário (figura n° 57) com capacidade para 15 mil frangos cuja construção demandou investimentos da ordem de R\$ 60.000,00<sup>16</sup> (sessenta mil reais).



Foto: Trabalho de campo, 2006

Figura n° 57 - **Aviário financiado para integração: Conceição da Feira - BA**

<sup>16</sup> Este valor corresponde aos projetos de construção de aviários no ano de 2001.

Como afirmamos anteriormente estes recursos foram obtidos via empréstimos bancários a partir da intermediação da empresa integradora. Para efeito de pagamento do financiamento, a empresa desconta ao final de cada lote o valor equivalente ao pagamento da parcela do financiamento<sup>17</sup>. Entretanto, há que se destacar que dentro da questão do financiamento, as queixas dos integrados relacionam-se à composição do valor do financiamento e os comprovantes e notas fiscais referentes à construção e equipamentos fornecidos<sup>18</sup>.

O fator assistência técnica foi apontado por 6,7% dos produtores integrados em Conceição da Feira e 33,4% em São Gonçalo dos Campos. Neste ponto o que se ressalta pelos integrados é o deficiente preparo técnico das pessoas que prestam assistência aos aviários, mas o que se enfatiza é a demora da assistência veterinária quando ocorrem problemas sanitários mais graves.

Outras questões que têm chamado a atenção dentro dos problemas apontados pelos produtores integrados é a relação integrado–integradora e a excessiva responsabilidade do integrado.

Cerca de 26,6% dos integrados em Conceição da Feira e 46,7%, em São Gonçalo dos Campos, salientam que embora a empresa insista em chamá-los de “parceiros integrados”, o tratamento que a mesma dispensa aos avicultores não é correspondente a tal adjetivação, pois, repetidas vezes, os avicultores são tratados como empregados da empresa e não há uma dinâmica da empresa no sentido de discutir conjuntamente os problemas relacionados com a integração.

Há em cada município cerca de 53,3% dos produtores integrados que se queixam do fato do sistema integrado transferir toda responsabilidade da etapa de engorda do frango para o produtor integrado. Essa é uma questão que, segundo estes integrados, é perversa, pois, amiúde acaba por “penalizá-los” financeiramente por questões que muitas vezes não estão sob o seu controle. Por isso, os integrados defendem a implementação de mecanismos de compensação por parte da empresa no sentido de dividir as responsabilidades quando tais problemas não forem causados pelo produtor.

---

<sup>17</sup> Para os financiamentos de no valor de R\$ 60.000,00, desconta-se, ao final de cada lote, o valor de R\$ 1.549,47, equivalente à parcela do financiamento.

<sup>18</sup> Segundo informações fornecidas pelos integrados, o custo dos galpões foi de R\$ 60.000,00, tanto para os galpões de 1500m<sup>2</sup> quanto para os de 1080m<sup>2</sup>, o que corresponderia, respectivamente, a um custo de R\$ 40,00 e R\$ 55,55 por metro quadrado. Entretanto, se o integrado desejasse ampliar o galpão de 1080m<sup>2</sup> para 1800m<sup>2</sup>, o mesmo teria que fazer um novo financiamento no valor de R\$ 43.000,00, ou seja, o projeto de ampliação (720m<sup>2</sup>) ficou estipulado no valor de R\$ 59,72 cada metro quadrado.

O que se tem observado até aqui é que os elementos que denunciam a existência de possíveis conflitos na integração possuem causas variadas e algumas vezes, se manifestam com maior intensidade em um ou em outro município. Entretanto, o que tem se revelado enquanto principais elementos de conflitos nos sistema integrado é a questão do fechamento dos lotes e o cálculo da remuneração, que será tratado com mais detalhes no item a seguir.

#### **6.4.1 Fechamento dos lotes e o cálculo da remuneração do avicultor**

Destacado por 66,7% dos integrados em Conceição da Feira e 73,4% em São Gonçalo dos Campos, a dinâmica de fechamento dos lotes constitui um dos principais pontos negativos do sistema de integração. Segundo os integrados e a empresa, o fechamento dos lotes e, conseqüentemente, o cálculo para remuneração não é realizado de forma completamente individual, como as outras empresas

Assim, após a entrega dos frangos no abatedouro, a empresa procede no fechamento do lote quando

é feito um calculo que estima o custo total da produção dele [integrado]. É o custo por quilo de carne produzido. É... que vai ser comparado com o custo do produtor [de outros produtores] que abateu naquela mesma semana de abate. A partir deste custo e do custo médio que foi gerado na semana ele é remunerado, ou seja, quanto melhor a eficiência dele em transformar ração em carne, melhor ele vai ser remunerado. (Gerente Agropecuário da Avipal Nordeste S.A.)

Segundo a dinâmica adotada pela empresa o fechamento dos lotes do integrado é feito considerando o conjunto de produtores que concluíram o lote na semana (custo médio do período, ou seja, de todos os integrados que abateram na semana). Assim, o desempenho produtivo de um produtor interfere na remuneração dos demais que também fecharam os seus lotes naquela mesma semana.

Essa dinâmica, de acordo com os produtores integrados tem contribuído para que os resultados ruins de alguns produtores interfiram no desempenho financeiro de outros integrados, mas, ao mesmo tempo, cria uma situação de “competição” entre os integrados para verificar quem obtém os melhores índices de produtividade e conseqüentemente financeiros.

É importante destacar ainda que as reclamações em torno da discussão do fechamento dos lotes referem-se também ao fato de não ser possibilitado ao integrado um maior acompanhamento sobre a pesagem dos insumos produtivos que chegam aos aviários, assim como, do lote no momento que o mesmo chega ao abatedouro. Nesse ponto, alguns integrados têm afirmado que a forma de controle adotada pela empresa no momento da entrega das aves no abatedouro tem facilitado a ocorrência de “desvios” de frangos e de ração no transporte entre o aviário e o abatedouro, uma vez que não se realiza uma recontagem dos frangos ao chegar a unidade de abate. Há ainda segundo estes integrados dúvidas constantes no que tange ao peso do lote e que seriam dirimidas se fossem adotadas mecanismos de pesagem das aves na saída dos galpões.

Com cerca de 80% em Conceição da Feira e 86,7% em São Gonçalo, a remuneração e de forma mais específica, o cálculo utilizado para verificar o valor dessa remuneração é expressivamente o ponto de maior conflito na relação integrado-integrador.

Como já fora salientado, no sistema de produção integrada a remuneração do avicultor não é feita na forma de salários com valores fixos. A sua remuneração varia diretamente em função do seu desempenho produtivo em cada lote e a Avipal Nordeste S.A. utiliza para efeito de avaliar o desempenho do produtor uma fórmula<sup>19</sup> (figura n° 58) que avalia o índice de eficiência produtiva de cada um.

$$\left\{ \left[ \left( \frac{\text{Média do Custo do período}}{\text{Média do Custo do pedido}} \right) \times 30\% \right] + \text{Remuneração por Kg de frango} \right\} \times \text{Peso Líquido} - \text{Despesas de insumos e tributos}$$

<p><b>Custo do período</b> = <math>\frac{\text{Custo da ração (geral da semana)} + \text{Custo dos pintos (geral da semana)}}{\text{Peso Líquido dos frangos (geral da semana)}}</math></p> <p><b>Remuneração/Kg de frango</b> = <math>\frac{\text{Valor Médio por cabeça}}{\text{Peso médio - 1% (geral da semana)}}</math></p> <p><b>30%</b> = Fator de equalização</p>	<p><b>Custo do pedido</b> = <math>\frac{\text{Custo da ração (lote do produtor)} + \text{Custo dos pintos (lote do produtor)}}{\text{Peso Líquido dos frangos (lote do produtor)}}</math></p> <p><b>Despesas de insumos e tributos</b> = Despesas das vacinas, medicamentos, desinfetantes, funrural e outras despesas eventuais</p> <p><b>Peso Líquido</b> = <math>\text{Peso total} - 1\%</math> (Lote do produtor)</p>
---	---

Fonte: Contrato de Parceria Avícola da Avipal nordeste S.A.

Figura n° 58 - **Fórmula do cálculo de remuneração do produtor integrado**

<sup>19</sup> Esta fórmula encontra-se expressa como anexo 1 do Contrato de Parceria Avícola estabelecido entre a empresa e o integrado

Desse fato decorre que quase a totalidade dos produtores integrados desconhece ou não entende muito claramente como funciona tal fórmula e, por esta razão, não tem condições de avaliar a evolução de seu desempenho produtivo, muito embora a fórmula do cálculo esteja estabelecida no Contrato de Parceria Avícola em que ambas as partes expressam concordar com a forma de pagamento. Destarte, estes produtores sabem apenas que para obter bons resultados financeiros precisam reduzir os índices de mortalidade nos lotes de aves e obter bons índices de conversão alimentar reduzindo os desperdícios de ração e promovendo o ganho de peso das aves.

Muitos produtores integrados relataram que por não compreender claramente o cálculo para remuneração, algumas despesas estavam sendo cobradas dos integrados sem que os mesmos tivessem conhecimento. Relatam ainda que essa questão só foi resolvida após uma pressão de alguns produtores junto à empresa para que ela esclarecesse como que funciona, detalhadamente, o cálculo do Índice de Eficiência Produtiva.

O fato é que a forma como é realizado o processo de remuneração na integração não possibilita ao integrado obter uma “noção” plena do quanto o desenvolvimento da atividade avícola lhe renderá a cada lote, pois, existem alguns elementos na fórmula utilizada pela Avipal Nordeste S.A. que só a empresa consegue obter conhecimento prévio.

Para uma melhor avaliação das questões financeiras no sistema integrado, procuramos ainda avaliar o rendimento financeiro dos integrados. Como os resultados financeiros estão diretamente atrelados à eficiência produtiva do avicultor, os fechamentos dos seus lotes podem ser positivos, isto é, podem gerar algum rendimento para o avicultor. Mas, se ele não apresentar um bom nível de eficiência produtiva (com bons índices de conversão alimentar, baixo desperdício de ração e reduzido índice de mortalidade) os fechamentos dos seus lotes podem ser negativos e, assim, ficar o avicultor com saldo devedor com a empresa que descontará o débito no próximo lote.

É importante ressaltar que a ocorrência constante de fechamentos negativos está associada não só a falta de cuidados necessários com o aviário, assim como pode estar ligada a desvios de ração, aves e outros insumos na propriedade integrada. Os eventuais fechamentos negativos podem estar associados a eventuais problemas sanitários que venham provocar a queda de peso

das aves ou até mesmo a mortalidade das mesmas. Quando isto ocorre, o produtor integrado acaba por arcar com todos os custos e responsabilidades. A tabela nº 46 e a figura nº 59 apresentam dados relativos ao ganho médio obtido pelo produtor integrado em cada lote de criação de aves, entretanto, preciso-se destacar algumas questões:

- a) É importante mencionar que esse rendimento médio é obtido considerando apenas um aviário, em sua maioria, com capacidade para alojar aproximadamente 15.000 aves. Portanto, tendo em vista que muitos integrados possuem outros aviários (às vezes com capacidade de alojamento maior) em nome de outros membros da família, o rendimento total do avicultor com a integração, possivelmente, é superior ao que está representado na tabela e no gráfico a seguir.
- b) Um outro fator importante a ser destacado é que os dados presentes na tabela nº 46 representam os valores que o integrado recebe diretamente da integradora, já com os descontos de alguns insumos produtivos e da parcela do financiamento. Logo, não estão aí descontados os gastos com as contas de energia e possível utilização de mão-de-obra remunerada que também é de responsabilidade do integrado. Sendo assim, após os pagamentos de tais despesas o rendimento líquido do integrado pode reduzir significativamente.
- c) O período de cada lote varia entre 40 e 45 dias levando em consideração que há um período de 8 a 15 dias (vazio sanitário) para que ocorra a preparação do aviário visando ao alojamento de um outro lote. Estes rendimentos equivalem à aproximadamente 60 dias de trabalho do produtor integrado. Na verdade, pode-se afirmar que o rendimento obtido pelo avicultor a partir da integração é bimestral.

Com base nos dados apresentados observa-se que grande parte dos produtores integrados (46,7% em Conceição da Feira e 40% em São Gonçalo dos Campos) consegue obter um rendimento médio bimestral de 4 a 5 salários mínimos em um galpão com alojamento médio de 13.000 aves.

Tanto em um município quanto em outro, cerca de 20% dos integrados que participaram da pesquisa declararam obter rendimento médio entre 6 e 7

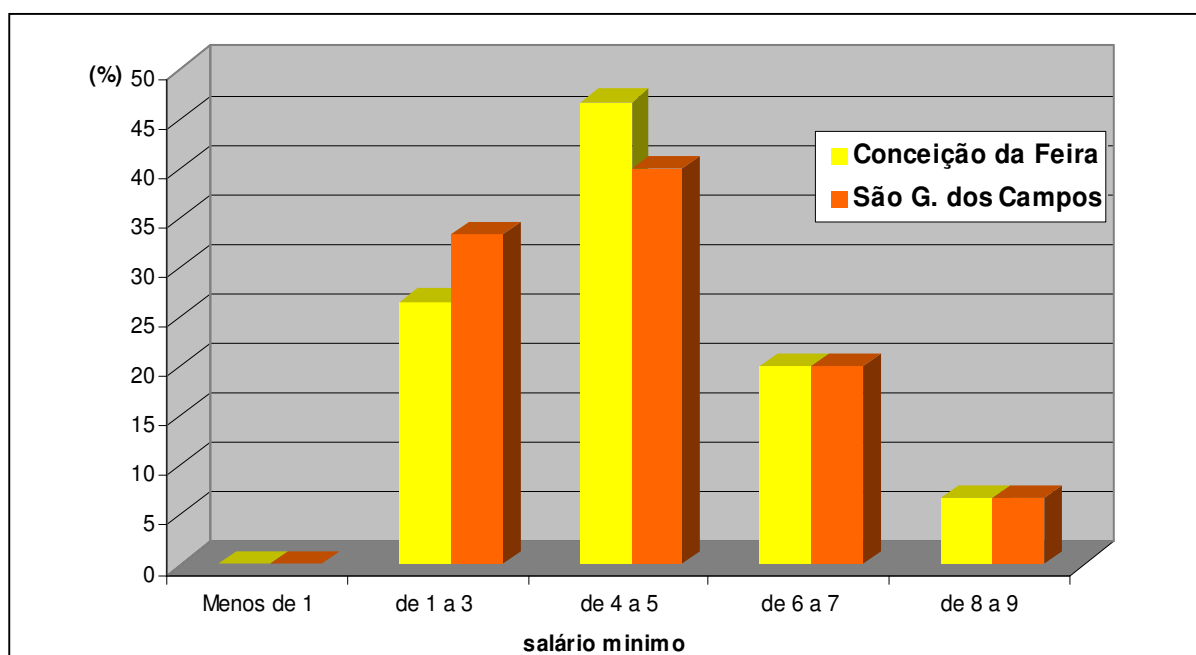
salários mínimos. É indispensável evidenciar que, entre este percentual e entre os que possuem rendimento médio de 8 a 9 salários mínimos (6,7% em cada município) alguns produtores apresentam uma condição diferenciada da maioria dos demais, porque possuem aviários com uma capacidade maior de alojamento (25.000 aves) o que por sua vez lhes possibilita obter um rendimento maior.

Tabela n° 46

**Rendimento médio por lote de criação no sistema integrado em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Rendimento médio por lote (em salários mínimos)	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Menos de 1	00	0,0	00	0,0
de 1 a 3	04	26,6	05	33,3
de 4 a 5	07	46,7	06	40,0
de 6 a 7	03	20,0	03	20,0
de 8 a 9	01	6,7	01	6,7
<b>Total</b>		<b>100</b>		<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 59 - Rendimento médio por lote de criação no sistema integrado em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Inegavelmente, entre um lote e outro o produtor pode elevar a eficiência produtiva o que, conseqüentemente, irá se refletir no aumento de sua rentabilidade. Existem situações em que por descuido e/ou questões sanitárias o produtor pode apresentar baixos índices de eficiência produtiva assinalando futuramente para uma obtenção de menor rendimento.

O importante a reter nesta questão dos conflitos engendrados na integração avícola é o fato de que, embora seja um contrato estabelecido entre pessoas juridicamente iguais, porque só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos, o sistema de produção integrada constitui em verdade uma relação entre agentes economicamente diferenciados. É exatamente no interior desta tríade (trabalho, produção e poder) que se engendram conflitos entre os agentes envolvidos e se constrói daí, um dos pilares sobre os quais se assenta a territorialidade da avicultura de corte no Estado da Bahia.

Isto significa dizer que a perspectiva de consenso se faz presente na dinâmica do sistema integrado de produção, pelo menos, no momento da assinatura do contrato de integração. Mas, este fato não elimina a existência de “conflitos” porque este sistema de produção se estabelece em torno de agentes economicamente desiguais e com interesses diferenciados.

A “administração” de tais conflitos tem de certa forma, auxiliado a territorialidade da Avipal Nordeste S.A. (e, conseqüentemente da avicultura de corte), pois, ao se utilizar de ações e estratégias a empresa atua no sentido “controlar” as relações de trabalho e de produção no desenvolvimento da atividade avícola no espaço rural dos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

#### **6.4.2 Nível de satisfação dos produtores integrados**

Os latentes “conflitos” existentes entre a empresa integradora e os integrados nos conduzem a uma necessidade de verificação do nível de satisfação dos produtores, com o desenvolvimento da atividade avícola a partir da parceria com empresa integradora (tabela n° 47 e figura n° 60).



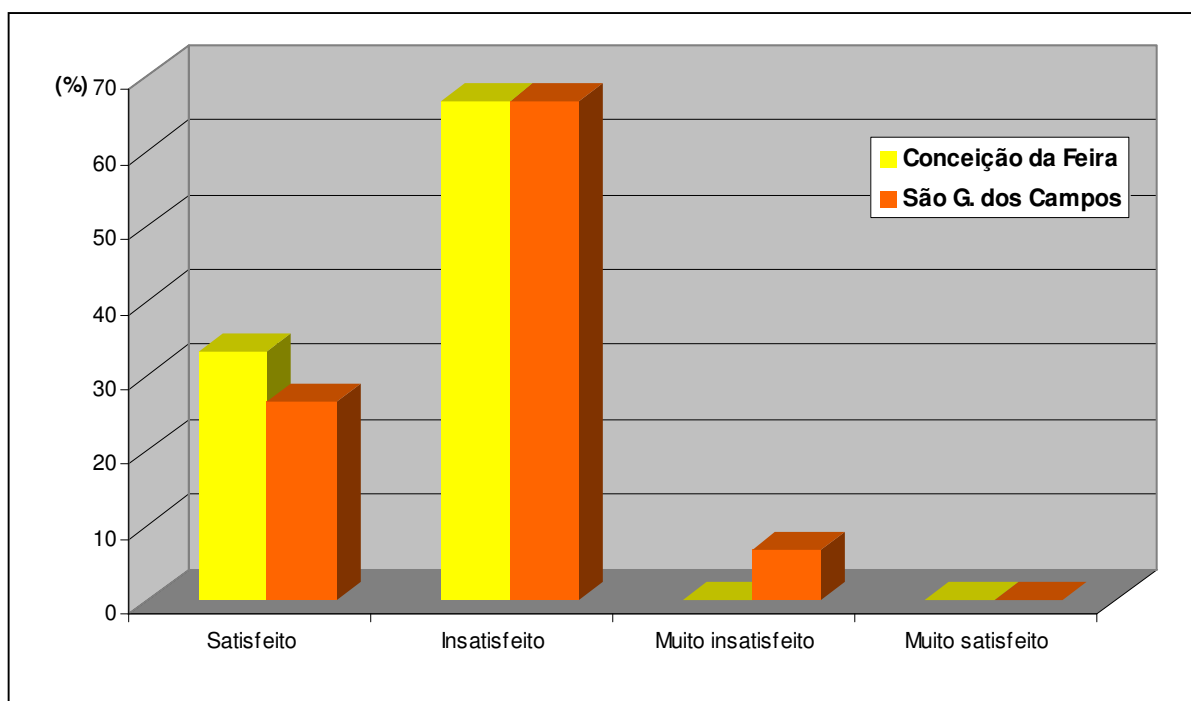
Através da análise dos dados, evidencia-se que há uma considerável parcela (66,7%) de produtores integrados nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos insatisfeita com a dinâmica do sistema integrado de produção. Entretanto, necessita-se mostrar que essa insatisfação não se refere, segundo os produtores integrados, a uma completa negatividade do sistema integrado em si.

Tabela n° 47

**Nível de satisfação dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Nível de satisfação	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Satisfeito	05	33,3	04	26,6
Insatisfeito	10	66,7	10	66,7
Muito insatisfeito	00	0,0	01	6,7
Muito satisfeito	00	0,0	00	0,0
<b>Total</b>		<b>100</b>		<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 60 - Nível de satisfação dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Neste perspectiva, a insatisfação dos produtores integrados decorre das suas discordâncias com alguns pontos dentro do sistema de produção integrada implementado pela Avipal Nordeste S.A. e que na concepção destes produtores, poderiam ser revistos e discutidos no sentido de tornar a integração mais “justa” tanto para os integrados quanto para a integradora. Esses pontos são os que têm suscitado a existência de conflitos no interior das relações de trabalho da integração e que foram apontados como elementos negativos deste modelo de produção, como ficou evidenciado anteriormente.

Nesta direção laboriosa de discutir a temática destaca-se ainda que cerca de 33,3% (Conceição da Feira) e 26,6%(São Gonçalo dos Campos) dos avicultores integrados declaram estar satisfeitos com o desenvolvimento da avicultura de corte no sistema integrado, muito embora os mesmos não deixem de identificar pontos negativos.

Os dados presentes na tabela n° 48 também nos permite obter uma leitura do grau de satisfação dos produtores integrados. É possível perceber a partir dos dados apresentados uma aparente contradição se compararmos com os dados da tabela n° 47 , porque cerca de 80,0 % dos integrados em Conceição da Feira e 93,3% em São Gonçalo dos Campos, que estiveram envolvidos na pesquisa, pretendem continuar integrados à empresa Avipal Nordeste S.A.

Tabela n° 48

**Pretensão dos produtores avícolas integrados à Avipal Nordeste S.A. em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos – Ba**

Nível de satisfação	MUNICÍPIO			
	<i>Conceição da Feira</i>		<i>São Gonçalo dos Campos</i>	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Continuar integrado	12	80,0	14	93,3
Mudar de integradora	02	13,3	01	6,7
Desistir da integração	01	6,7	00	0,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006

Observando Conceição da Feira nota-se que há avicultores, que por conta dos elementos negativos presentes no sistema integrado da Avipal Nordeste S.A. desejam mudar de integradora (13,3%) ou desistir da integração (6,7%).

Já em São Gonçalo dos Campos, embora não se tenha verificado entre os avicultores entrevistados a existência de produtores que desejassem desistir da integração, constata-se que há pessoas descontentes com os mecanismos adotados pela empresa dentro da produção integrada e, com isso, pensam em mudar de integradora.

Isto assinala que mesmo apontando diversos pontos negativos na integração da Avipal, a maioria dos integrados desejam continuar integrados. Ao se realizar uma correlação entre os níveis de satisfação (tabela n° 47) e as pretensões (tabela n° 48) dos produtores integrados, essa aparente contradição torna-se ainda mais clara. Os dados referentes a esta correlação encontram-se representados na tabela n° 49 e na figura n° 61.

Evidentemente que, tanto em Conceição da Feira quanto em São Gonçalo dos Campos, entre os avicultores integrados que declararam estar satisfeitos com a integração todos eles pretendem continuar a parceria com a Avipal Nordeste S.A, entretanto, os demais dados presentes na tabela n° 49 e na figura n° 61 nos permitem fazer algumas considerações importantes.

É possível perceber em Conceição da Feira, que dos integrados insatisfeitos com o sistema de integração da Avipal:

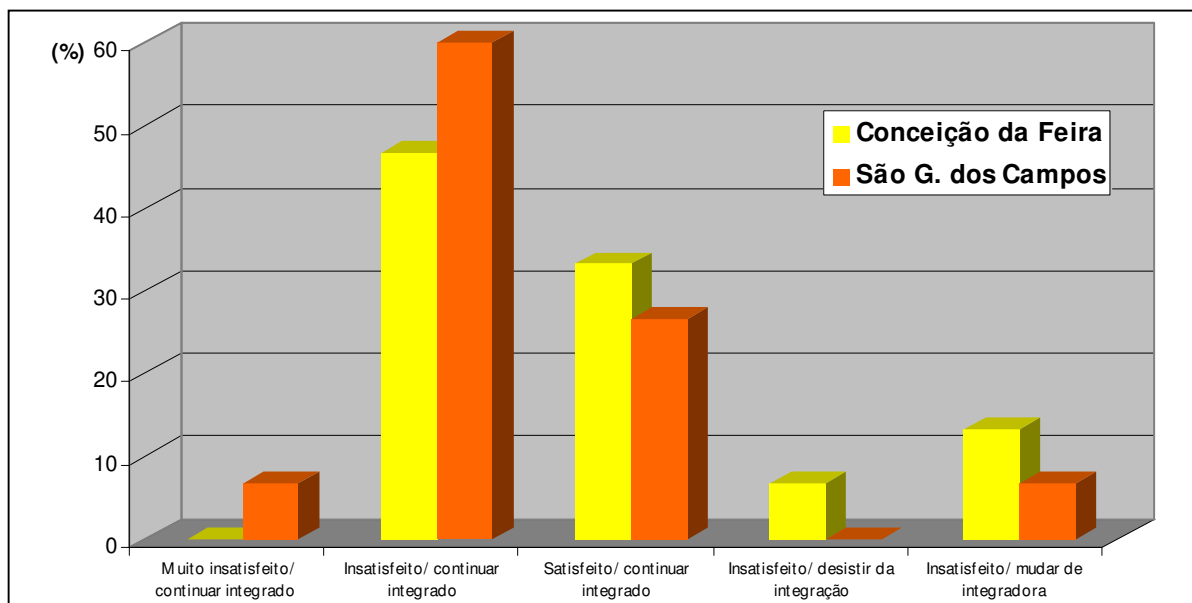
- 46,7% pretendem continuar integrados à empresa, mesmo discordando de vários mecanismos utilizados pela empresa na condução deste modelo de produção;
- 13,3% desejam mudar para outra empresa integradora;
- 6,7% querem desistir da integração.

Tabela n° 49

**Correlação entre o nível de satisfação e a pretensão dos produtores integrados em  
Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Nível de Satisfação/ pretensão	MUNICÍPIO			
	<i>Conceição da Feira</i>		<i>São G. dos Campos</i>	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Insatisfeito/ continuar integrado	07	46,7	09	60,0
Satisfeito/ continuar integrado	05	33,3	04	26,6
Insatisfeito/ mudar de integradora	02	13,3	01	6,7
Insatisfeito/ desistir da integração	01	6,7	00	0,0
Muito insatisfeito/ continuar integrado	00	0,0	01	6,7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Figura nº 61 - **Correlação entre o nível de satisfação e a pretensão dos produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Em contrapartida, São Gonçalo dos Campos, mesmo com diferenças em termos percentuais, há um comportamento semelhante ao que ocorre em Conceição da Feira, pois, dos que expressaram estar insatisfeitos com a dinâmica da integração da Avipal:

- 60,0% pretendem continuar integrados à empresa, mesmo discordando de vários mecanismos utilizados pela empresa na condução deste modelo de produção;
- 6,7% desejam mudar para outra empresa integradora;
- 6,7% apesar de estarem muito insatisfeitos desejam continuar integrados à empresa.

Marca-se aqui que os integrados que participaram da pesquisa nos dois municípios não constituem um grupo homogêneo dentro do sistema integrado de

produção avícola, a não ser pelo fato de estarem todos integrados à Avipal Nordeste S.A. Por exemplo, existem participantes em situações diferenciadas conforme aponta documento da Associação dos Integrados em Avicultura do Estado da Bahia (AIAVEBA) quando afirma que:

o nível de insatisfação entre os integrados é altíssimo beirando quase 100% e, os raros casos destoantes certamente têm como maioria os primeiros contratos, beneficiários de um situação específica como galpões de 1500m<sup>2</sup>, por exemplo, que aloja maior quantidade de frangos o que dilui os custos fixos, além de iniciar o desconto das parcelas de financiamento cerca de três anos após os alojamentos iniciais. (Associação dos Integrados em Avicultura do Estado da Bahia, 2005)<sup>20</sup>

A questão que se coloca agora é: que elementos sustentam a presença desta aparente contradição que se expressa no comportamento destes avicultores integrados nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos? Em outras palavras, quais fatores contribuem para que a maioria destes avicultores mesmo estando insatisfeitos com a dinâmica do sistema integrado da empresa continue e deseje continuar desenvolvendo a avicultura de corte em parceria com a Avipal Nordeste S.A.?

Evidentemente, pela heterogeneidade que caracteriza o grupo dos avicultores integrados, torna-se temeroso atribuir a um único fator a responsabilidade pela existência desta aparente contradição. Logo, o diálogo estabelecido com estes avicultores no momento de realização da pesquisa nos permite apontar alguns elementos que têm se revelado como decisivos para o estabelecimento dessa contradição. Entre estes elementos encontra-se a dificuldade de se integrar a uma outra empresa o elevado valor do investimento e a existência de pontos positivos no sistema integrado.

No tocante à questão da dificuldade de se integrar a uma outra empresa, o que foi possível verificar tanto no contato com as empresas quanto com os integrados, é que há entre as empresas avícolas que atuam com o sistema integrado nos dois municípios um comportamento no sentido de dificultar a aceitação de produtores que já foram integrados a outras empresas. Esta é mais uma forma que as empresas encontram para subordinar o avicultor às regras por elas estabelecidas no interior do sistema integrado, em que se o avicultor não as aceitar poderá

---

<sup>20</sup> Documento utilizado, para explicitar os problemas do sistema integrado de produção avícola da Avipal Nordeste S.A., na Audiência Pública, realizada em 26.08.2005, no Município de Feira de Santana.

reincidir o contrato de parceria, mas encontrará barreiras para se tornar integrado à uma outra empresa instalada no município. Assim, esse elemento contribui para explicar porque alguns avicultores, mesmo insatisfeitos, não pretendem mudar de integradora. Soma-se a esta problemática o fato apontado por alguns integrados de que a Avipal Nordeste S.A., dentre as empresas que atuam com a integração, apresenta maior solidez para o desenvolvimento deste sistema produtivo. A estrutura desta empresa frente às outras aparece como um ponto que lhe é favorável no sentido de atrair e “prender” o produtor integrado.

O outro elemento está ligado ao valor do investimento para desenvolver a atividade avícola integrada. Neste item observa-se que o processo de integração do avicultor à empresa avícola veio acompanhado de uma modernização da base técnica produtiva, exigida e expressada na construção dos aviários de criação e utilização dos equipamentos.

Para atender a tal exigência, os integrados tiveram que recorrer a financiamentos em sua maioria na ordem de R\$ 60.000,00, como foi dito em outras partes do presente trabalho, que seriam liquidados com os rendimentos obtidos com a integração avícola. Assim, entre os produtores integrados está claro que:

os investimentos para se tornar integrado da Avipal foram muito elevados, embora tenha valorizado muito a propriedade. Por isso, não é interessante desistir da integração agora por que senão perderíamos a valorização da propriedade, teríamos problemas com o financiamento e perderemos tudo que já pagamos. (Produtor integrado da Avipal Nordeste S.A, Município São Gonçalo dos Campos – Ba)

A partir desse depoimento do produtor integrado, torna-se possível afirmar que o investimento realizado para se integrar à empresa, somado à valorização da propriedade constitui um ponto fortemente influenciador para que o integrado continue a desenvolver a avicultura de corte através da integração, ainda que se sinta insatisfeito com os mecanismos do sistema integrado da empresa. Estes elementos constituem-se em amarras do capital para submeter – e manter a submissão - do produtor integrado ao interesses dos seus representantes, isto é, as empresas avícolas.

Uma outro aspecto que se tem observado entre produtores integrados é que a sua permanência na integração está atrelada à existência de alguns pontos positivos no sistema integrado. A tabela nº 50 e a figura nº 62 apresentam dados

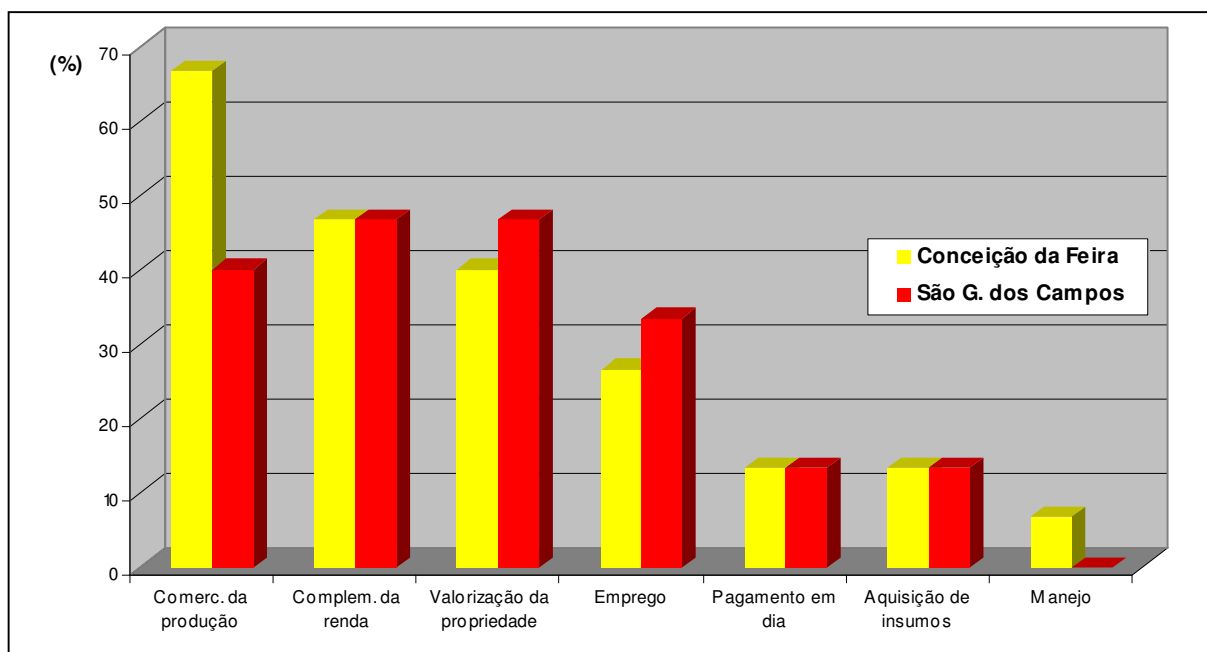
concernentes às principais vantagens do sistema integrado de produção, segundo os produtores integrados em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Tabela n° 50

**Principais vantagens do sistema integrado segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Principais vantagens	MUNICÍPIO			
	Conceição da Feira		São Gonçalo dos Campos	
	Frequência	%	Frequência	%
Comercialização da produção	10	66,7	06	40,0
Complementação da renda	07	46,7	07	46,7
Valorização da propriedade	06	40,0	07	46,7
Emprego	04	26,6	05	33,4
Pagamento em dia	02	13,3	02	13,3
Aquisição de insumos	02	13,3	02	13,3
Manejo	01	6,7	00	0,0

Fonte: pesquisa de Campo, 2006



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

**Figura n° 62 - Principais vantagens do sistema integrado segundo os produtores integrados nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos - Ba**

Por via dos dados apontados, observa-se que:

- a) A facilidade de comercialização da produção é apontada por 66,7% dos produtores integrados, em Conceição da Feira, e por 40%, em São Gonçalo dos Campos, como sendo uma das principais vantagens da integração. Essa referência decorre do fato de não precisar o avicultor se preocupar em buscar comprador para sua produção, até porque o contrato de parceria estabelecido entre o integrado e a empresa integradora determina que:

pelos pintos de um dia, rações, medicamentos, insumos e dos frangos em criação, de propriedade da PARCEIRA PROPRIETÁRIA, o PARCEIRO CRIADOR, assume o compromisso de DEPOSITÁRIO destes bens "ut" art.1265 do código Civil Brasileiro, até o momento em que for procedida a entrega das aves, devidamente criadas conforme o estabelecido na cláusula sexta. (CLÁUSULA TERCEIRA, do Contrato de Parceria Avícola da Avipal Nordeste S.A.)

Fica claro, portanto, que o integrado (parceiro criador) deve se atentar apenas com o processo de criação das aves devendo as mesmas ser entregues à empresa integradora (parceira proprietária) após atingir o peso e idade ideal para o abate, conforme a necessidade do mercado. A integração termina por retirar do avicultor a incumbência de comercializar a produção, eliminando, desta forma, um dos grandes problemas presentes na produção avícola independente. Desse modo, o fato de ser a comercialização da produção uma das principais vantagens apontadas pelos integrados, reforça o que foi detectado com relação aos principais motivos da sua integração (tabela nº 44 e figura nº 50) quando cerca de 53,3% em Conceição da Feira e por 33,4%, em São Gonçalo dos Campos afirmaram ser a comercialização da produção um dos fatores indutores do seu envolvimento no sistema de produção avícola.

- b) Em ambos os municípios, 46,7% dos integrados fizeram menção à complementação da renda como elemento positivo do sistema integrado. Como ficou evidenciado em outras linhas do presente trabalho, a avicultura de corte representa a principal atividade da maioria das propriedades integradas, mas, não é necessariamente, a principal atividade do produtor integrado. Desta forma, o desenvolvimento da avicultura de corte sob o regime da integração



significa uma alternativa à complementação da renda destes produtores e de sua família.

- c) A valorização da propriedade foi outro elemento destacado pelos produtores integrados (40,0%, em Conceição da Feira e 46,7% em São Gonçalo dos Campos). O processo de modernização da base técnica vivenciado na propriedade do integrado, para o desenvolvimento da avicultura de corte ocasionou a valorização da propriedade, por conta da presença de objetos técnicos utilizados na atividade avícola, embora tenha provocado “dependência” deste produtor ao capital financeiro. Mesmo assim, o fato de ter proporcionado a valorização da propriedade é apontado como uma das vantagens do sistema integrado de produção ao qual estes produtores estão vinculados.
  
- d) A oferta de emprego foi destacada por 26,6% dos produtores integrados em Conceição da Feira e por 33,4% em São Gonçalo dos Campos, como uma das principais vantagens da integração. Esta é uma chave imprescindível por ser apontada entre os diversos estudiosos do setor avícola baiano que o desenvolvimento da avicultura de corte, a partir do sistema integrado constitui uma alternativa de emprego, renda e fixação do homem no campo. O fato é que a expansão da atividade avícola integrada nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos tem proporcionado a ocupação da mão-de-obra da família do integrado e/ou de terceiros embora, nem sempre, esta ocupação se traduza em estabilidade social, porque as relações de trabalho aí estabelecidas, na maioria das vezes, não incluem o usufruto de direitos trabalhistas. Reside aí, a importância da implantação do sistema integrado nestes espaços, o que trouxe o dinamismo à atividade avícola nesses municípios, acarretando todavia na oferta de empregos no interior das propriedades integradas, sendo capaz de contribuir para fixação do homem no campo. Exatamente nesta direção, que a oferta de empregos substancialmente constitui, segundo os integrados, um ponto positivo da integração avícola.
  
- e) Os outros elementos que têm constituído, de acordo com os produtores integrados as vantagens da integração avícola são: o pagamento em dia, a

aquisição de insumos (destacado por 13,3% dos produtores integrados em cada município) e manejo (destacado por 6,7% dos integrados em Conceição da Feira).

A análise da aparente contradição que existe entre o nível de satisfação dos produtores integrados e as suas pretensões, somada à análise das principais vantagens do sistema integrado destacadas pelos integrados, permite fazer duas considerações.

Primeiro, a insatisfação expressada pela maioria dos avicultores tanto em Conceição da Feira quanto em São Gonçalo dos Campos não se refere a um total descontentamento com o sistema integrado em si, mas, sobretudo, ligada a insatisfação quanto a alguns mecanismos adotados pela Avipal Nordeste S.A. dentro deste sistema produtivo. Daí, o fato de muito destes avicultores pretenderem continuar na integração (pelo menos até quitar o financiamento) na expectativa que os pontos negativos sejam reestruturados no sentido de tornar a integração mais “justa” para o integrado.

Segundo, em que pese o fato do sistema integrado mostrar algumas vantagens para o avicultor, o que certamente contribui para a manutenção da sua vinculação à integração. Assim, necessariamente ressalta que essa aparente contradição emerge como uma expressão da territorialidade da Avipal Nordeste S.A.

Em outros termos, as ações e estratégias implementadas por esta empresa no espaço rural de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos seguem no sentido de subordinar (e assegurar esta subordinação) o avicultor e sua propriedade aos interesses da agroindústria avícola. Estas ações são implementadas por meio de mecanismos que dificultam a integração, deste avicultor à outra empresa, da oferta de algumas vantagens e/ou, principalmente, por meio das “amarras” criadas entre o avicultor e o capital financeiro a partir do momento em que ele adquire financiamento para desenvolver a atividade avícola.

Por esta ótica a empresa integradora tem exercido forte pressão para acelerar a implementação de processos de modernização baseados na racionalização e redução de custos de produção e encontra na expansão do sistema integrado um terreno fértil. Assim, a sua territorialidade tem no sistema integrado de produção um fator decisivo, por além de conduzir a introdução de bases técnicas

modernas, paralelamente, proporciona-lhe uma redução dos custos sem que isso signifique perda do controle do processo produtivo.

Do lado do integrado, o que existe propriamente é um processo de sujeição do produtor e de sua propriedade ao capital, neste caso, representado pela Avipal Nordeste S.A., “uma sujeição que se dá sem que ele (o produtor integrado) seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 1986, p. 13). Verifica-se então, que embora a integração tenha lhe proporcionado algumas melhorias, há uma dinâmica que se estabelece e a partir da qual o integrado torna-se subordinado à empresa, perdendo, conseqüentemente, a sua autonomia sobre o processo produtivo no interior de sua propriedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, as alterações ocorridas na avicultura de corte baiana conduziram a um profundo processo de transformação socioespacial, principalmente, no espaço rural dos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos onde a modernização e a conseqüente expansão da estrutura produtiva da atividade avícola têm se manifestado de forma mais expressiva dentro do Estado da Bahia. A partir dessas alterações observamos crescer o destaque de empresas agroindustriais ligadas ao capital nacional (Avipal Nordeste S.A.) e também de empresas agroindustriais ligadas ao capital local (Avigro Avícola Ltda e a Gujão Alimentos S.A) na condução da territorialidade da avicultura de corte no espaço baiano, especialmente, na área que inclui os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Uma análise de cunho geográfico possibilita compreender que as transformações ocorridas na estrutura produtiva da avicultura de corte têm fortes reflexos na dinâmica territorial desta atividade, dos seus agentes e, conseqüentemente, dos espaços (municípios) onde ela é desenvolvida. Tal evidência leva a considerar que, nesta questão, o território constitui um elemento de análise valioso pelas articulações territoriais que são engendradas, principalmente, pelos novos contornos das relações sociais que caracterizam as relações de trabalho e produção no interior desta nova estrutura produtiva. De modo mais prático, o território, entendido como a espacialização das relações de poder construídas e geridas nas relações sociais de produção entre os diversos agentes sociais, parece tomar um lugar de destaque nesta análise, porque as alterações ocorridas na dinâmica produtiva da avicultura de corte provocaram transformação nas relações de trabalho e de produção desta atividade nos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Em uma fase anterior ao movimento de modernização avícola, a territorialidade da avicultura de corte na Bahia era caracterizada pela presença de estruturas produtivas relativamente “atrasadas” que possibilitava o estabelecimento de articulações territoriais restritas.

A partir dos processos de modernização os objetos tecnicamente atrasados que caracterizavam o desenvolvimento da atividade avícola nessas localidades vem gradativamente cedendo espaço para que objetos técnicos

(unidades produtivas) dotados de maior eficiência sejam implantados alterando o quadro das articulações territoriais.

O fato é que a fase atual de desenvolvimento e expansão da avicultura de corte baiana tem construído com os mecanismos de produção/circulação/distribuição/consumo, estes comandados pelas agroindústrias avícolas, complexas articulações territoriais a partir do espaço baiano, dando destaque aos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Neste sentido, o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta dos processos de produção/distribuição/ circulação/consumo e suas articulações [espaciais] e mediações socioeconômicas, políticas, ideológicas, simbólicas, entre outras (OLIVEIRA, 1995).

É a expressão de novos usos do território denunciados, por exemplo, pela implantação desses novos objetos técnicos. Em outras palavras, as novas unidades produtivas - abatedouros industriais, incubatórios, fábricas de rações, aviários, entre outros – implantadas pela Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Ltda e Gujão Alimentos S.A, principais empresas e representantes da modernização avícolas nesses municípios - têm possibilitado uma maior articulação territorial destes municípios com espaços na escala estadual, regional, nacional e, também, internacional.

A implantação de objetos técnicos sobre o espaço constitui uma dimensão importante da dinâmica territorial, mas a interação entre esta dimensão e o quadro das ações e estratégias dos agentes territoriais não devem jamais ser negligenciada. O uso do território e o conseqüente processo de territorialização dos agentes envolvem não somente a presença dos sistemas de objetos, como também, a indissociabilidade destes com a implementação de ações (sistemas de ações) como forma de regular, normatizar e dinamizar o território.

Essa é uma dimensão que revela o papel e a importância que o uso do território tem para garantir a permanência e reprodução das empresas avícolas Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Aqui, o conceito de territorialidade constitui um ponto de análise crucial.

Considerada como um conjunto de ações estratégicas que são demandadas pelas agroindústrias avícolas, num “jogo” de interesses espacializado cujo objetivo essencial é estabelecer as condições sociais, políticas e econômicas que garantam a sua permanência e reprodução, a territorialidade destes agentes

territoriais aponta os caminhos para que se possa analisar a dinâmica de uso do território a partir da avicultura de corte.

O período histórico atual - dos processos produtivos inseridos no contexto de amplas possibilidades de mobilização e deslocamentos dos insumos produtivos para qualquer parte do mundo - tem revelado que as dinâmicas de territorialização das atividades econômicas ficam condicionadas, principalmente, às estratégias e ações dos agentes que as conduzem. De agora em diante, mais do que as próprias atividades em si, são os agentes destas atividades que se territorializam.

A análise geográfica do segmento da avicultura de corte na Bahia revelou a necessidade de se destacar aqui, pelo menos, dois fatores que têm norteado o conjunto de ações estratégicas das agroindústrias avícolas, expressando a dimensão atual da territorialidade dos principais agentes da avicultura de corte na área da pesquisa. Estes fatores referem-se à importância dos recursos territoriais e às transformações das relações de produção e trabalho.

No tocante aos recursos territoriais é substancial destacar, que a perspectiva dada pelo uso do território não significa aceitar de pronto a idéia de que ele (o território) constitui um dado passivo, um palco onde simplesmente as coisas acontecem.

O território opera sobre um substrato referencial e possui recursos que influem decisivamente na dinâmica dos agentes envolvidos na sua construção. São os recursos territoriais.

Sendo assim, as ações, ou melhor, o conjunto de ações e estratégias ordenadas pelos agentes é fortemente influenciado pela presença de determinados recursos territoriais. Estas ações e estratégias acabam por constituir também um recurso territorial à medida que passam a obter uma dimensão espacial e interessar aos objetivos da dinâmica territorial de outros agentes.

A análise da territorialidade da avicultura de corte na Bahia permitiu verificar que recursos territoriais como o potencial mercado consumidor, o aumento da oferta de grãos (soja e milho), a articulação viária e, em especial, as políticas públicas destinadas para o setor avícola foram decisivos para alavancar, no Estado da Bahia, o processo de expansão e desenvolvimento da avicultura de corte. Estes recursos nortearam os movimentos de territorialização das agroindústrias avícolas no âmbito do estado.

Por outro lado, recursos territoriais como proximidade dos grandes centros populacionais, estrutura fundiária adequada aos processos produtivos, histórico do desenvolvimento da atividade avícola também se revelaram importante para as estratégias de territorialização das agroindústrias avícolas. Neste sentido, as possibilidades oferecidas pelos municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos para que as empresas pudessem usufruir do conjunto de tais recursos territoriais (ainda que alguns deles, como é o caso da oferta de grãos, estivessem localizados em áreas distantes dos referidos municípios) pesaram para que estratégias e ações de territorialização destas agroindústrias elegessem tais municípios para implantar e/ou ampliar grande parte de suas unidades produtivas. Ao influenciar nas ações e estratégias desses agentes, os recursos territoriais revelam o papel ativo do território.

O outro pilar sobre o qual encontra-se assentada a territorialidade das agroindústrias avícola na fase atual da avicultura de corte baiana refere-se às transformações das relações de trabalho e produção a partir da adoção do sistema integrado de produção avícola.

Toda essa dinâmica de modernização da estrutura produtiva da avicultura de corte em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos deve ser entendida como parte integrante do processo de maior integração produtiva entre a indústria e o setor agropecuário propriamente dito, que tem exigido execução de planos de reestruturação produtiva, para o restabelecimento dos padrões de acumulação capitalista.

Desta forma, ao atuarem em um mercado em constantes modificações e, cada vez mais concorrido, as agroindústrias avícolas têm reestruturado os processos produtivos utilizando-se de estratégias, planos e ações no meio onde estão inseridas como forma de estabelecer as condições que possibilitem a sua permanência e reprodução. Emerge novamente aqui a importância da territorialidade para compreensão de tais estratégias.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas (RAFFESTIN, 1993) e, nesta perspectiva, uma das bases que norteiam a territorialidade das agroindústrias avícolas é o estabelecimento de determinadas relações de produção e de trabalho inseridas no sistema de produção integrada.

Na direção do sistema de produção integrado, a territorialidade da avicultura de corte, em Conceição da Feira e em São Gonçalo dos Campos, constitui um fenômeno engendrado nas relações entre os principais agentes desta atividade, isto é, entre os integrados e as integradoras sob a liderança destas últimas e a influencia do Estado. Assim, sob o comando dos interesses e objetivos das agroindústrias avícolas (Avipal Nordeste S.A., Avigro Avícola Ltda., Gujão alimentos S.A.) a integração avícola tem se revelado uma poderosa estratégia geográfica para “controlar” pessoas e coisas através do controle de uma área.

A análise das ações e estratégias utilizadas pela Avipal Nordeste S.A. a partir do sistema integrado de produção revelou que este representa um mecanismo implantado e gerido pela empresa na tentativa afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações sociais de trabalho, produção e poder. Este sistema expressa uma dimensão da territorialidade desta agroindústria, pois ele enfeixa um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social - neste caso específico, a Avipal Nordeste S.A. - embora funcione da mesma forma com as outras agroindústrias avícolas.

A implantação do sistema integrado tem possibilitado às empresas expandir as suas estruturas produtivas para vários municípios dentro do Estado da Bahia além daqueles em que se encontram instaladas as suas principais unidades produtivas. Entretanto, os maiores impactos desta implantação têm sido verificados nos municípios que constituem a área de estudos deste trabalho, isto é, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, não só pelo fato deles concentrarem a maior parte dos produtores integrados, mas, principalmente, pelo fato da atividade avícola já estar sendo desenvolvida nesses municípios, antes da adoção do referido sistema.

O fato é que, na fase anterior à modernização e expansão da avicultura de corte, a territorialidade desta atividade e de seus agentes era caracterizada por relações de trabalho e produção estabelecidas na dinâmica da produção avícola independente em que tanto o avicultor quanto a empresa tinham liberdade de ação e decisão nos seus respectivos circuitos produtivos. O espaço rural dos municípios em questão era marcado pela presença de objetos técnicos, sobretudo, os aviários tecnicamente “atrasados” e por relações de poder resultantes das relações de trabalho e produção nos processos produtivos da avicultura independente.



O desenvolvimento e a expansão desta atividade e a conseqüente implantação do sistema integrado de produção avícola conduziram não somente a implantação de novos objetos técnicos, representantes da modernização avícola, como também promoveram um profundo processo de transformação das relações de trabalho e produção no interior da atividade avícola, a partir do momento em que criou interações produtivas entre o avicultor - muitos deles, antigos produtores independentes - e a empresa avícola.

A análise geográfica deste processo revelou que o espaço rural destes municípios encontra-se marcado pela presença destes novos objetos técnicos especialmente, pelas ações e estratégias das agroindústrias avícolas a partir do sistema integrado de produção. Destarte, há uma mudança na territorialidade da avicultura de corte e de seus principais agentes no espaço rural, destes municípios, mas também de outros onde tal sistema foi igualmente implantado. Esta “nova” territorialidade encontra-se assentada nas relações de trabalho, de produção engendradas entre as agroindústrias avícolas (integradora) e os avicultores (integrados).

A análise do sistema integrado da Avipal Nordeste S.A. revelou que, na perspectiva da empresa integradora, a integração constitui um mecanismo cada vez mais eficaz para manter o domínio e o controle do seu território, através de ações e estratégias que lhe permitem o comando das relações de trabalho e produção (relações de poder) com os demais agentes envolvidos nesse segmento agroindustrial. A implantação e gestão da integração têm possibilitado a este agente (a empresa) o estabelecimento de condições que lhe garantem a oferta da matéria-prima em quantidade e qualidade exigidas pelo mercado. O interessante é que esta oferta ocorre provocando, paralelamente, uma redução nos custos e nos riscos produtivos da empresa uma vez que a mesma se isenta do pagamento dos encargos trabalhistas da mão-de-obra utilizada na etapa de engorda das aves e, ao mesmo tempo, os riscos desta etapa recaem sobre o produtor integrado.

Desta forma, a integração com os produtores e os arranjos contratuais estabelecidos nesta relação constituem, portanto, uma das principais estratégias deste complexo agroindustrial e o grande diferencial de eficiência organizacional para incrementar a sua competitividade.

A análise do sistema integrado de produção na perspectiva dos produtores integrados à Avipal Nordeste S.A., nos municípios de Conceição da Feira e São

Gonçalo dos Campos, possibilitou verificar que a integração tem lhes proporcionado uma melhoria nos processos produtivos, pois, lhes tem garantido a comercialização da produção, a valorização de sua propriedade, a possibilidade de uma renda complementar, a implantação de uma estrutura produtiva relativamente modernizada, entre outros pontos. Entretanto, o outro lado deste processo, tem significado para estes integrados o estabelecimento de um limite à sua liberdade de ação e decisão dentro da dinâmica produtiva. Os produtores não são despojados dos meios de produção, mas perdem totalmente o controle sobre a forma de produzir e de comercializar.

Através do sistema de integração as empresas conseguem criar estratégias e ações para “controlar” o produtor e sua propriedade. Neste sentido, os adjetivos “integrados” e “subordinados”, na perspectiva dos produtores, têm o mesmo significado.

Essa lógica tem revelado que a territorialidade da avicultura de corte, na Bahia, sobretudo, nos Municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, encontra-se inscrita no campo de forças entre agroindústrias avícolas e produtores a elas integrados. A dinâmica deste campo de forças tem revelado que, embora a integração tenha oferecido algumas vantagens para o integrado, as relações entre esses agentes possui uma dimensão de conflito revelada pelos problemas apontados pelos produtores integrados como pontos negativos desse sistema.

A análise sobre a territorialidade da avicultura de corte permite afirmar que “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território” (OLIVEIRA, 1995, p.280). Neste contexto, a territorialidade engendrada a partir das relações do sistema de produção integrada tem promovido o desenvolvimento contraditório e articulado de relações capitalistas e não-capitalistas na avicultura de corte no espaço rural desses municípios.

Há que se ressaltar, porém, que a nova configuração que caracteriza atualmente a territorialidade da avicultura de corte em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos tem colaborado para dinamizar economicamente tais municípios, já que tem dado novos ritmos de crescimento a uma atividade de grandes potencialidades nesta área. Contudo, como ficou evidenciado ao longo deste trabalho, este crescimento ocorre acompanhado de um profundo processo de

subordinação dos pequenos produtores integrados que deixa não só estes produtores, como também, os próprios municípios reféns dos objetivos e interesses dos agentes que representam a lógica do capital financeiro e industrial, ou melhor, as empresas avícolas. Isso se torna mais grave ao considerar que a avicultura de corte constitui a principal atividade econômica de tais municípios que, por sua vez, têm caminhado para uma dinâmica de especialização produtiva que os tornam altamente dependentes do desenvolvimento desta atividade e de seus agentes.

## REFERENCIAS

ABA. Relatórios Estatísticos

ABEF: relatórios estatísticos - 2000. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/>>. Acesso em: 03/03/2006

ABEF: relatórios estatísticos - 2001. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/>>. Acesso em: 03/03/2006

ABEF: relatórios estatísticos - 2002. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/>>. Acesso em: 03/03/2006

ABEF: relatórios estatísticos - 2003. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/>>. Acesso em: 03/03/2006

ABEF: relatórios estatísticos – 2004/2005. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/>>. Acesso em: 03/03/2006

ALBA, Rosa Salete. **Espaço Urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002

AIBA. Caderno especial: suínos e aves. Barreiras: AIBA, 2001. (Caderno especial, n.10).

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores**, Florianópolis, 1997. 112p.

ANDRADE, Maria José de S. e TEIXEIRA, Marli G.. São Gonçalo dos Campos. Salvador: [s.n.], 1984.

ANDRADE, M. Correia de Territorialidades, Desterritorialidades, Novas territorialidades os limites do poder nacional. In: SANTOS, Milton (org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo:HUCITEC,1994.

ANDRADE, M. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo - Recife: Editora HUCITEC / IPESP, 1995.

ARANA. Alba Regina A. Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso Coperguaçu Descalvado – SP. **Revista Terra Livre**. Ano 18, n° 19 , Jul/Dez p. 147 - 162. São Paulo,:2002

ARAUJO, Virginaldo Eraldo de. **Sistema familiar integrado e sistema familiar independente na atividade avícola de corte da região de Conceição da Feira – BAHIA**: uma comparação. Dissertação (Mestrado) Escola de Agronomia – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas – Ba, 2002. 99p.

BAHIA. Secretaria de Industria, Comércio e Turismo. **Avicultura na Bahia**: principais problemas. Salvador: DI/GRA, 1992

BAHIA. Secretaria de Industria, Comércio e Turismo. **Avicultura e suinocultura na Bahia**: situação atual e perspectivas. Salvador: DI/GRA, 1991

BECKER, B. K., EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

BRITO, Cristóvão. Revisitando o conceito de território. **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador, ano IV. nº. 6. pg 12-20, jul. 2002.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. 299p.

BNDES. *Relato Setorial Avicultura*. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 26/01/2005

CARMO, René Becker Almeida. **Viabilidade econômica da avicultura de corte na microrregião de Feira de Santana**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas 2002. 121 p.

CARNEIRO, Roberto Antonio F. A agroindústria de carnes na Bahia. In: **Revista Conjuntura e Planejamento**. Salvador, Sei, nº. 30, p. 10-13, novo 1996

CASTRO, Iná Elis de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

CATAIA, Marcio. A alienação do Território – O papel da Guerra Fiscal no Uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, MARIA A. A. (Org). **“Território Brasileiro: Usos e Abusos.”**. CAMPINAS: Edições Territorial, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e Organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.53, n.3, p.33-65, jul-set, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, praticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 54, n.3 p.115-121, jul.set, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato, Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton(org). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. P.251-256.

CORREA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

EDUARDO. Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Vol. 1, n° 2, p. 173 - 195. São Paulo, 2006

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. A região de Ribeirão Preto. São Paulo:EDUSP, 2003.

ESPINDOLA, Carlos J.. **As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia**. Chapecó - SC: Editora Grifos, 1999

FILHO, Eloy Alves, **O processo de produção avícola**: História e transformação (contribuição ao estudo da avicultura em Minas Gerais, 1980-1995). Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996

FONSECA, Antonio Ângelo M. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: UEFS, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I .E de; GOMES, P . C . C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HAESBAERT, R . **Territórios Alternativos**. São Paulo. EDUFF. 2002.

HAESBAERT, R . **O mito da desterritorialização**. São Paulo. Bertrand Brasil. 2004

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1996

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2000

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2002

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2002.

MENDONÇA, Fabrício M. de. **O processo de integração agroindustrial avícola na Zona da Mata Mineira - um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 1996. 109 p.

MENEZES, Vladson Bahia. A cadeia citrícola: dilemas e desafios. In: **BAHIA: análise e Dados**. Vol. 3. Salvador: Centro de Estatística e Informações, n° 3, dez. 1993.

MINAS GERAIS, **Cenário futuro do negócio agrícola de Minas Gerais**. Vol IV Cenário para a Cadeia Produtiva de aves e ovos em Minas Gerais. Belo Horizonte, Secretaria Estado da Agricultura, pecuária e Abastecimento, 1995

MIZUSAKI, Márcia Y., **A territorialização da avicultura no Estado de Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Est. Paulista Júlio de M. Filho - P. Prudente - SP 1996. 198 p

MIZUSAKI, Márcia Y., **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em mato grosso do sul**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 395 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia Pequena Historia Critica**, 7ªed. São Paulo. HUCITEC,1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo. Ática, 1990.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo. HUCITEC: EDUC, ,1989.

MULLER, Geraldo. **Insistindo na Recência do CAI Brasileiro**. Revista de Economia Política. São Paulo. Vol 3 (2). p. 145 -153,,1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática (Série Princípios), 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. In: BECKER, Berta K., CHRISTOFOLETTI, Antonio. DAVIDOVICH, Fany. e GEIGER, Pedro P. (orgs. ) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001

OLIVEIRA, José M. C. de. Os impactos das políticas públicas na avicultura baiana. In: **Revista Bahia Agrícola**, vol 6, p 42-48. Salvador: SEAGRI, 2004.

POPPINO, Rolie E. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapoã, 1968.

PERTILE, Noeli. **Marcas da “integração na agricultura familiar de Quilombo -SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. 187p.

PERTILE, Noeli. Integrados e não integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no oeste catarinense. In: **Revista Geografia**. Vol. 29, n° 2 p. 241- 252. Rio Claro – SP: AGETEO, 2004

PIZZOLATTI, Roland Luiz. Globalização e a pequena produção “integrada”. In: **Revista Geosul**. Vol. 11, n° 21/22, Jan/Dez p. 92 - 105. Florianópolis – SC,;1996.

RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIZZI, Audair. T.. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar** – o caso da indústria de frango no Brasil. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Economia. Campinas, 1993.

**Revista Negócios Agrícola**. Ano V, n° XIX, Mar. Salvador: SEAGRI, 2002

**Revista Bahia Agrícola**. Vol 7, n° 1, Set. Salvador: SEAGRI, 2005

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 5a. Edição. São Paulo: Editora BEST SEIIR. 1995.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Da **Bahia a Pernambuco no século 16**: viagens entre dois pólos da colonização do Brasil. Aracaju. UFS. 2003

SANTOS, Valdemiro Lopes dos. **A pecuarização no Recôncavo fumageiro**: o caso de São Gonçalo dos Campos/Ba. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1990

SANTOS, Milton. O Retorno ao Território, In SANTOS, Milton (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994(a). p.15-20.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo. HUCITEC, 1995

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M.. **BRASIL**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Telma Maria S. **Territorialidade da Indústria de Alimentos Pamalat em Feira de Santana - Ba**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999. 169 p.



**SEI - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS : INFORMAÇÕES BÁSICAS.** V2, Salvador. CAR /SEI,1997

SILVA, José G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas - SP:UNICAMP\Instituto de Economia, 1998.

SILVA, Narciso Amâncio da. **Decadência fumageira:** São Gonçalo dos Campos 1951- 1976. Monografia (Especialização em Teoria e metodologia da História) – UEFS, Feira de Santana. 2001.

SILVA, Sylvio Bandeira de M. e & SILVA, Bárbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

SORJ, Bernado; POMPERMAVER, Malori J.; CORADINI, Odacir L. **Camponeses e Agroindústria: Transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Marcelo L. de. Sobre o espaço: Território Autonomia e Desenvolvimento In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs. ) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SOUZA, Warli A. de. Competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte do Recôncavo Sul da Bahia. In: **Revista Bahia Análises & Dados**, vol 13, n° 4, p. 889-905. Salvador: 2004.

STORPER, Micael. Territorialização numa Economia Global. Possibilidades de Desenvolvimento Tecnológico, comercial e Regional em Economias Subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena (org.). **Integração, Região e Regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 13-26.

UDERMAN, Simone. **A agroindústria processadora de frutas e hortaliças no Estado da Bahia.** Salvador: CPE, 1994

UBA. **Relatório Anual 2004/2005.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.uba.org.br/>>. Acesso em: 29/11/2005

ZORZO, Francisco Antonio, **Ferrovia e rede urbana na Bahia:** doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e Sudeste baiano (1870/1930). UEFS, 2001.

BNDES. **Relatorio Setorial Avicultura.** Rio de janeiro, Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 26/01/2004

## ANEXOS

## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO PARA OS PRODUTORES INTEGRADOS

#### 1. DADOS GERAIS DO PRODUTOR:

Nome: \_\_\_\_\_ SEXO:  M  F  
Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

#### 1.1 - Escolaridade:

Ensino Fundamental (1ª a 4ª)  Ensino Fundamental (5ª a 8ª)  Ensino Médio  Ensino Superior Incompleto  Ensino Superior Completo

#### 1.2 - Residência:

Município de origem: \_\_\_\_\_

Local de residência:  Na propriedade  Zona urbana  Outro Município: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo:  Menos de 1 ano  1 a 5 anos  6 a 10 anos  11 a 20 anos  
 21 a 30 anos  Mais de 30 anos

#### 1.3 -Era produtor independente antes de se integrar?

NÃO  SIM

#### 1.4 - Há quantos anos trabalha com avicultura?

Menos de 1 ano  1 a 2  3 a 4  5 a 6  7 a 8  Mais de 8 anos

#### 2 - DADOS GERAIS DA PROPRIEDADE:

Área total: \_\_\_\_\_ Área da avicultura: \_\_\_\_\_

Forma de Aquisição:  herança  compra  Outros \_\_\_\_\_

#### 2.2 -Há Quanto tempo possui a propriedade?

Menos de 1 ano  1 a 5  6 a 10  11 a 20  21 a 30  Mais de 30 anos

#### 2.3 - Qual é a principal atividade da propriedade?

\_\_\_\_\_

#### 2.4 - Desenvolve outras atividades na propriedade?

NÃO  SIM Quais? \_\_\_\_\_

### **3 - DADOS SOBRE A PRODUÇÃO:**

3.1 - Capacidade instalada do aviário: \_\_\_\_\_ Capacidade utilizada: \_\_\_\_\_

3.2 - Nº de trabalhadores:  Permanentes  Temporários

3.3 - Utilização do trabalho temporário:  Preparação do aviário  engorda  apanha

3.4 - Utilização da mão-de-obra familiar:  NÃO  SIM

filhos  Esposa/marido  irmão  Pai/mãe  outros

3.5 - A mão-de-obra familiar é remunerada?  NÃO  SIM

3.6 - A mão-de-obra familiar é utilizada,

No trato direto das aves  Na administração  No trato direto e na administração

3.7 - O número de trabalhadores na propriedade, após a implantação do sistema integrado,

Aumentou  Permaneceu o mesmo  Diminuiu

### **4 - DADOS SOBRE A AVICULTURA E O SISTEMA INTEGRADO:**

4.1 - Há quantos anos atua no sistema integrado?

Menos de 1 ano  1 a 2  3 a 4  5 a 6  7 a 8  Mais de 8 anos

4.2 - O que o lhe fez participar do sistema de produção integrado?

---

---

4.3 - Como ficou sabendo do sistema integrado de produção?

---

---

4.4 - Porque escolheu essa empresa para se integrar?

---

---

4.5 - Necessitou de financiamento?  NÃO  SIM

4.6 - Em que Orgão conseguiu financiamento? \_\_\_\_\_

4.7 - Custo do investimento inicial? \_\_\_\_\_

4.8 - Já foi integrado a outras empresas avícolas?  NÃO  SIM

4.9 - Quais foram as exigências para se tornar integrado?

---

---

---

4.10 - O fechamento dos seus lotes é

Sempre negativo  Sempre positivo  Na maioria positivo,  Na maioria negativo

4.11 - Após o fechamento do lote, seu rendimento médio (em salário mínimo) fica entre:

Menos de 1  1 a 3  4 a 6  6 a 8  8 a 10  Mais de 10

4.12 - Com relação ao sistema integrado da Avipal, sente-se:

satisfeito  Muito satisfeito  Insatisfeito  Muito Insatisfeito

Por

que? \_\_\_\_\_

---

---

---

4.13 - Se tivesse a oportunidade de escolher hoje, você

Continuará integrado  Desistiria da integração  Mudaria de integradora

Por que?

---

---

4.14 - Quais os principais problemas do sistema integrado da Avipal?

---

---

4.15 - Quais as principais vantagens do sistema integrado da Avipal?

---

## ANEXO 2

### QUESTIONÁRIO PRELIMINAR PARA APLICAR ÀS AGROINDUSTRIAS AVÍCOLAS

#### A. DADOS GERAIS DO GRUPO:

NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_ E-MAIL:

\_\_\_\_\_

#### B. COMPOSIÇÃO DO GRUPO:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

C. ÁREA DE ATUAÇÃO: \_\_\_\_\_

#### D. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO BAHIA:

Investimentos:

\_\_\_\_\_

Estrutura do Complexo Agroindustrial:

Quais programas e incentivos estatais foram utilizados pela empresa?

#### E. INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO:

Qual a origem do produto principal (frango )?

Origem dos produtos e insumos utilizados na produção da ração?

Volume de ração produzida 2000 a 2005

Em quanto tempo o frango está pronto para ser abatido? \_\_\_\_\_

Qual o peso médio do frango para o abate? \_\_\_\_\_

Qual o índice conversão alimentar? \_\_\_\_\_

Número de frangos de corte alojados por mês:

Volume de carne de frangos abatido por mês:

Principais mercados de destinação da carne de frango? Qual o volume destinado a cada um desses mercados?

**F. INFORMAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO:**

Quais as exigências para que o produtor passe a ser integrado? Por quê?

---

---

N.º. de integrados por Município:

Tamanho da propriedade para integração: \_\_\_\_\_

Capacidade mínima instalada: \_\_\_\_\_

Capacidade mínima utilizada: \_\_\_\_\_

Tipo aviário: \_\_\_\_\_

Investimento por aviário: \_\_\_\_\_

Quais as responsabilidades do integrador?

---

---

Quais as responsabilidades do integrado?

---

---

Como ocorre o processo de remuneração ao integrado?

---

---

—

## **ANEXO 3**

### **ROTEIRO PRELIMINAR PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM OS DIRETORES DAS AGROINDÚSTRIAS AVÍCOLAS**

#### **1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA**

- Quando e onde se originou a empresa?
- O que levou a empresa a se instalar e/ou ampliar as suas estruturas produtivas na microrregião de Feira de Santana
- Por que os Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira?
- Em que período ocorreu esse processo?
- A empresa obteve contribuição do Estado para implantação e ampliação das unidades produtivas? Quais?
- Qual é a relação das prefeituras municipais com as empresas para possibilitar a expansão da atividade avícola?

#### **2. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO BAHIA:**

- Há algum ponto de estrangulamento na avicultura baiana? Quais?
- Quais as perspectivas de ampliação da empresa com relação às unidades implantadas na microrregião de Feira de Santana? E em São Gonçalo Especificamente?
- Quais as perspectivas de produção da empresa com relação às unidades implantadas na microrregião de Feira de Santana? E em São Gonçalo especificamente?
- Quais as potencialidades da avicultura de corte na Bahia?
- Qual a importância da política de incentivos fiscais praticada pelo Governo da Bahia para o fortalecimento da avicultura de corte na Bahia?
- Como é realizada a venda carne de frango produzida pela unidade instalada na Bahia?

#### **3. INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA INTEGRADO NA BAHIA**

- Qual o objetivo da empresa ao implantar o sistema integrado?
- Quais os passos seguidos para a integração do avicultor?
- Quais as exigências para que o produtor passe a ser integrado? Por quê?
- Que fatores têm contribuído para a expansão do sistema integrado de produção na Bahia?
- Como a empresa tem avaliado o funcionamento do sistema de produção integrado?
- Além de integração para engorda do frango, a empresa tem incentivado o desenvolvimento de outras atividades ligadas à avicultura? Quais? Onde?
- Como ocorre a prestação de assistência técnica e sanitária aos produtores integrados?
- Como ocorre o cálculo da remuneração do integrado?



## **ANEXO 4**

### **ROTEIRO PRELIMINAR PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DOS MUNICÍPIOS (SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA E VEREADORES)**

- Desenvolve ou já desenvolveu alguma atividade ligada à avicultura?
- O que essa atividade representa para o município?
- Qual tem sido o papel do poder público municipal no desenvolvimento da avicultura de corte no município?
- O que tem mudado após a implantação das empresas avícolas e do sistema integrado de produção?
- Quais as perspectivas para a avicultura de corte no municípios?

## ANEXO 5

### CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado AVIPAL NORDESTE S/A, empresa com sede e foro na BA 502, Km 10, S/Nº em São Gonçalo dos Campos - Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob. Nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seus representantes legais, no final assinados e identificados, doravante denominada PARCEIRA PROPRIETÁRIA e \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no \_\_\_\_\_, portador do CPF. Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente de PARCEIRO CRIADOR, tem, entre si, justos e contratados de modo firme e valioso e seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O PARCEIRO CRIADOR é arrendatário de um imóvel rural inscrito no ITR sob o número \_\_\_\_\_, imóvel este que dispõe de 01 (um) galpão, com capacidade para criar até 16.000 (dezesesseis mil) cabeças de aves, e registrado no Cartório de Imóveis de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca de \_\_\_\_\_, sob matrícula nº \_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

A PARCEIRA PROPRIETÁRIA remeterá ao PARCEIRO CRIADOR, pintos de corte de um dia, de sua produção e propriedade, para que este em seu estabelecimento rural descrito acima, por si e/ou seus prepostos, empregando o manejo recomendado pela boa técnica avícola, crie ditos pintos até estes atingirem o peso e idade ideal para o abate, conforme necessidade do mercado.

#### PARÁGRAFO 1º:

Os pintos serão identificados pelo número do lote e conferidos em qualidade e quantidade no ato de entrega do PARCEIRO CRIADOR. Cada remessa será acompanhada de uma ficha de controle destinada ao registro de todas as ocorrências havidas com a criação do lote, inclusive o consumo de rações, medicamentos, cujo preenchimento será feito pelo PARCEIRO CRIADOR.

#### PARÁGRAFO 2º:

O PARCEIRO CRIADOR se compromete a não manter qualquer tipo de criação de aves em seu estabelecimento, a não ser a aqui prevista e contratada, autorizando desde já a PARCEIRA PROPRIETÁRIA a acompanhar e fiscalizar sempre que achar necessário, a criação e engorda do lote de aves objeto desta parceria.

Toda a ração, pintos e medicamentos, serão fornecidos pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA, mediante a emissão de notas fiscais de remessa, de acordo com a necessidade, inclusive assistência técnica, para o bom desempenho e engorda das aves remetidas, correndo por sua conta as despesas com transporte daqueles insumos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Pelos pintos de um dia, rações, medicamentos, insumos e dos frangos em criação, de propriedade da PARCEIRA PROPRIETARIA, o PARCEIRO CRIADOR, assume o compromisso de DEPOSITÁRIO destes bens "ut' art.1265 do código Civil Brasileiro, até o momento em que for procedida a entrega das aves, devidamente criadas conforme o estabelecido na cláusula sexta.

CLÁUSULA QUARTA:

As aves em estado de criação previstas nos termos do presente contrato não poderão ser negociadas com terceiros, nem poderão ser dadas em garantia de penhor mercantil por qualquer das partes, sob pena da parte infratora responder pelas perdas e danos que vier a dar causa.

CLÁUSULA QUINTA:

O PARCEIRO CRIADOR dispensará todos os cuidados necessários e indispensáveis à criação e terminação das aves da PARCEIRA PROPRIETÁRIA, ficando por sua exclusiva responsabilidade as seguintes despesas: manutenção e conservação dos galpões, das instalações e dos equipamentos devendo os mesmos estarem adequados às exigências técnicas; todas as despesas com água, luz, gás, com maravalha e assemelhados; as despesas com a mão de obra própria, de seus familiares, de funcionários e terceiros alocados à criação e os encargos previdenciários e trabalhistas, como também o funrural.

CLÁUSULA SEXTA:

Concluído o período de cria e terminação, o PARCEIRO CRIADOR devolverá à PARCEIRA PROPRIETÁRIA, as aves, recebendo à título de participação na Parceria, o resultado obtido através da formula de remuneração, constante no Anexo 1, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, da qual ambos os parceiros declaram expressamente, através deste instrumento, terem pleno conhecimento, correndo por conta da PARCEIRA PROPRIETÁRIA as despesas deste transporte.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O PARCEIRO CRIADOR autoriza, desde já, à PARCEIRA PROPRIETÁRIA a descontar do seu crédito originário do manejo e criação dos pintos, devido por cada lote, o valor correspondente a maravalha entregue na sua propriedade, repassando-o ao fornecedor desta.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A constatação de deficiência no manejo do plantel de aves, o descumprimento de normas técnicas, a utilização indevida de rações e/ou medicamentos fornecidos pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA, ou a infringência de qualquer outra disposição contida neste contrato, será motivo bastante para a rescisão do mesmo, sem prejuízo, da apuração das eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA OITAVA:

Fica assegurado ao PARCEIRO CRIADOR a sua participação neste contrato por tempo indefinido, e assim, a cada lote abatido se seguirão novos fornecimentos de pintos, com o intervalo suficiente para desinfecção e limpeza dos galpões, estas operações também, de encargo e ônus do PARCEIRO CRIADOR.

CLÁUSULA NONA:

A parte que não desejar mais a continuação do presente contrato de prazo indeterminado, por escrito, denunciará o mesmo por ocasião da saída de cada lote ainda remanescente, que ainda se encontrar a cargo da criação do PARCEIRO CRIADOR, sem que caiba qualquer tipo de indenização à qualquer das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Procedido o aviso, cessará de imediato por parte da PARCEIRA PROPRIETÁRIA o fornecimento de pintos para criações nas condições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Se o PARCEIRO CRIADOR vender os frangos que lhe forem destinados para criação e engorda previstos neste Contrato à terceiros, a rescisão contratual ocorrerá de "pleno jure", imediatamente, sujeitando-se o PARCEIRO CRIADOR a uma multa igual ao preço das aves que deveriam ser entregues à PARCEIRA PROPRIETÁRIA. Para efeito de cálculo desta multa, considerar-se-ão as aves vendidas a terceiros e mais aquelas em estado de criação integrada em mãos do PARCEIRO CRIADOR, como se já estivessem prontas para o abate, ou seja, com o peso ideal já pactuado. Além da multa, deverá indenizar os prejuízos causados com o desaparecimento de "bens" vendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O cálculo de multa será feito da seguinte maneira: O número de pintos entregue pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA menos 3% (três por cento)- mortalidade normal prefixada multiplicando por 02 kg (dois quilos) - peso normal de ave pronta multiplicado pelo preço do dia fixado pela ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O presente Contrato obrigará as partes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes elegem o Foro de Porto Alegre (RS) para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente contrato com duas testemunhas adiante nomeadas, e que a tudo estiveram presentes, sendo as assinaturas em 2(duas) vias de igual teor, ficando cada uma das partes com uma das vias.

São Gonçalo dos Campos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
PARCEIRO PROPRIETÁRIO

\_\_\_\_\_  
PARCEIRO CRIADOR